

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL (FSSO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)

ANAIS

II COLÓQUIO INTERNACIONAL V COLÓQUIO NACIONAL SOBRE O
TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

PROMOÇÃO:

Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/ Faculdade de Serviço Social
- FSSO)
Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

ORGANIZAÇÃO:

Faculdade de Serviço Social (FSSO)
Grupos de pesquisa: “Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais” e
“Trabalho e Serviço Social (TRASSO)”
Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

APOIO:

Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

MACEIÓ

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 - 1767

A532 Anais do Colóquio Internacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social (2. : 2020 : Maceió, AL)

Anais do II colóquio internacional V colóquio nacional sobre o trabalho do/a assistente social : desafios contemporâneos do trabalho e da formação profissional / coordenação, Maria Alcina Terto Lins, Maria Virgínia Borges do Amaral, Rosa Lúcia Prêdes Trindade. – Maceió: UFAL. FSSO, 2020.

[217] p.

Anais do colóquio promovido pela Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, de 9 a 11 de dezembro de 2020, na modalidade virtual.

ISSN 2594-6382

1. Trabalho. 2. Formação profissional. 3. Serviço social. I. Anais do Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social (5. : 2020 : Maceió, AL). II. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. III. Lins, Maria Alcina Terto. IV. Amaral, Maria Virgínia Borges do. V. Trindade, Rosa Lúcia Prêdes. VI. Título.

CDU: 364.442.2(063)

Coordenação Geral

Profª Drª. Maria Alcina Terto Lins
Profª Drª. Maria Virgínia Borges do Amaral
Profª Drª. Rosa Lúcia Prédes Trindade

Comissão Organizadora

Amanda Gabriella dos Santos Neri (Assistente Social)
Andréa Pacheco de Mesquita (Docente)
Fernanda Raquel Cavalcanti de Lima (Discente em Serviço Social)
Gladson Rosas Hauradou (Doutorando em Serviço Social)
Guthemberg Cardoso Agra de Castro (Doutorando em Serviço Social)
Heline Caroline Eloi Moura (Doutoranda em Serviço Social)
Hyago Carlos Marques (Bacharel em Serviço Social)
Jacksilane da Silva Santos (Discente em Serviço Social)
Jamilly Aleksandra da Silva (Mestranda em Serviço Social)
Japson Gonçalves Santos Silva (Docente)
Jaqueline Lima da Silva (Doutoranda em Serviço Social)
Laryssa Andrade Silva (Bacharela em Serviço Social)
Lucyana Claudia Leão Leite da Silva (Assistente Social)
Manuella Aragão Pinheiro (Assistente Social)
Maria Alcina Terto Lins (Docente)
Maria Virgínia Borges Amaral (Docente)
Marta Patrícia Vilela de Lima (Assistente Social)
Rosa Lúcia Prédes Trindade (Docente)
Sofia Andrade de Melo (Discente em Serviço Social)
Vivian Severiano de Oliveira (Discente em Serviço Social)
Yanna Cristina Moraes Santos Lira (Doutoranda em Serviço Social)

Comissão Científica

Profª Drª. Maria Alcina Terto Lins
Profª Drª. Maria Virgínia Borges do Amaral
Profª Drª. Rosa Lúcia Prédes Trindade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Eixo 1 – Mercado de trabalho

Projetos de Intervenção - a importância de sua incorporação no trabalho profissional

Mercado de trabalho e assalariamento: cenário brasileiro da superexploração da força de trabalho

A inserção dos/as egressos da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho: algumas reflexões preliminares

A instrumentalidade do Serviço Social como requisito à identidade profissional

Entre naturalização e crítica: o trabalho do/a Assistente Social no modelo gerencial

O exercício profissional dos Assistentes Sociais nos centros de atendimento socioeducativo de Mato Grosso: a dimensão técnico-operativa em questão

Trabalho das/os Assistentes Sociais no SUS e a gestão terceirizada nos Hospitais Universitários: apontamentos acerca das relações e condições de trabalho

O trabalho do/a Assistente Social frente ao atendimento das vítimas do fenômeno da Exploração Sexual

Neoliberalismo, contrarreformas na Previdência Social no Brasil e Estratégias de lutas e resistências dos Assistentes Sociais do INSS/Gex-Bel

Seguridade social e o trabalho da/do Assistente Social em tempos de desmonte de direitos

Eixo 2 – Formação Profissional

Rebatimentos do neoconservadorismo no Projeto ético-político dos Assistentes Sociais: reflexões pautadas nas regiões Norte e Nordeste Fluminense/RJ

Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: possibilidades e limites da sua afirmação frente ao avanço das tendências teóricas pós-modernas

Contradição na formação sócio-histórica do Brasil - experiências didáticas e articulação ensino-pesquisa-extensão em Fundamentos Históricos e Metodológicos do Serviço Social

APRESENTAÇÃO

O Colóquio sobre o trabalho do/a assistente social atende, sobretudo, à necessidade de levar aos participantes o conhecimento sobre a produção acerca do tema, em nível nacional e internacional. Espera-se que as discussões tragam à tona questões relacionadas às demandas postas para o Serviço Social no campo das políticas sociais, bem como sobre a relação entre formação e trabalho profissional, como indica o tema central - *Desafios contemporâneos do trabalho e da formação profissional do/a assistente social*. Sendo um evento também internacional, possibilitará a troca de conhecimentos sobre o trabalho do assistente social no Brasil e em outros países. O evento potencializa a pesquisa na área de Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação, podendo expandir seus efeitos para que a sociedade conheça mais o trabalho do assistente social, assim como para que esse profissional possa se apropriar dos resultados da pesquisa em seu cotidiano nas instituições, especialmente aquelas que ofertam estágio aos estudantes. O tema **Desafios contemporâneos do trabalho e da formação profissional do/a assistente social** permitirá que o evento contribua para o incremento das pesquisas que se vinculam ao Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social fundamentos, formação e trabalho profissional, organizado pela ABEPSS para a área de Serviço Social; também favorecerá a articulação de grupos de pesquisa da Rede de Pesquisa sobre Trabalho do assistente social (RETAS) e com a Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social.

PROJETOS DE INTERVENÇÃO – A IMPORTÂNCIA DA SUA INCORPORAÇÃO NO TRABALHO PROFISSIONAL

Maria Elizabeth Freire Salvador

RESUMO

A não utilização do projeto de intervenção na prática cotidiana dos profissionais da categoria, constitui-se preocupação antiga para a formação profissional e para os órgãos de fiscalização. Este é um debate urgente, pois os tempos de incerteza, de redução de recursos e de precarização do trabalho impõem aos assistentes sociais a elaboração de projetos que assegurem as vias de materialização do trabalho, com possibilidades, limites, estratégias e resultados, sob a ótica dos compromissos profissionais e propósitos institucionais e também para o conhecimento das equipes e dos gestores sobre a especificidade da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Sistematização. Intervenção.

LOS PROYECTOS DE INTERVENCIÓN-LA IMPORTANCIADA SU INCORPORACIÓN TRAJO PROFESIONAL

RESUMEN

La no utilización del proyecto de intervención en la práctica cotidiana de los profesionales de la categoría, se constituye en preocupación antigua para la formación profesional y para los órganos de fiscalización. Este es un debate urgente, pues los tiempos de incertidumbre, de reducción de recursos y de precarización del trabajo imponen a los asistentes sociales la elaboración de proyectos que aseguren las vías de materialización del trabajo, con posibilidades, límites, estrategias y resultados, bajo la óptica de los compromisos profesionales y propósitos institucionales y también para el conocimiento de los equipos y de los gestores sobre la especificidad de la profesión.

PALABRAS CLAVES: Planificación. Sistematización. Intervención.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social, é uma profissão que ocupa espaço privilegiado nos equipamentos que planejam, executam e avaliam políticas sociais. Por ser uma profissão de caráter interventivo, tem o seu trabalho materializado nas diferentes instituições contratantes por ações que

garantam o acesso a bens e serviços por elas prestados, os quais responderiam às necessidades da população que os demanda.

Uma das expressões dessa sistematização é o projeto, entendido como “a menor unidade do processo de planejamento”, por meio do qual o profissional torna visível os seus objetivos profissionais, consagrados no Código de Ética e no Projeto Ético-Político Profissional e também os objetivos e finalidades, pelas ações ali desenhadas, das instituições contratantes.

O amadurecimento ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social faz com que seja reconhecido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais: público, privado; ONGs, como um protagonista importante nas diferentes ações empreendidas nesses espaços. Mesmo assim trava uma luta de qual é o seu espaço de trabalho, pois mesmo que, os profissionais o identifiquem, a instituição contratante utiliza-se de estratégias que reforçam objetivos institucionais, o que: “contribui para a desqualificação profissional, ou seja, aquela em que os assistentes sociais reproduzem o projeto institucional como seu projeto” (Couto, 2009, p.653).

A atualidade das produções acadêmicas do Serviço Social, mostra que a discussão sobre o instrumental interventivo, em especial, a elaboração de projetos, ainda é tímida, pela exígua oferta de títulos sobre o assunto. Autores consagrados na profissão já alertaram sobre a reduzida atenção à dimensão operativa da profissão nos textos publicados, se comparados ao volume de publicações que trata das dimensões ético-política e teórico-metodológica. .

Outro aspecto que aponta para um tratamento privilegiado ao tema foi reproduzido no Jornal Praxis – publicação do CRESS-RJ- nº50 de agosto/setembro de 2009, na página intitulada ESPAÇO COFI. Os agentes fiscais do conselho, signatários da matéria apontaram o seguinte:

[...] tem-se constatado um quadro preocupante ao identificarmos nas visitas realizadas que uma determinada parcela da categoria não tem um projeto de intervenção sistematizado; não utiliza qualquer instrumento para conhecer o perfil dos usuários que atende, não tem hábito de sistematizar e refletir em equipe sobre sua intervenção, desenvolvendo seu trabalho de forma isolada e fragmentada...”

Mais adiante, os profissionais da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social(COFI/CRESS-RJ) ressaltam que:

[...] a discussão do projeto de intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais ancora-se em dois fatores: a possibilidade de qualificar e dar visibilidade ao trabalho profissional, pois no seu processo construtivo materializa respostas do processo

interventivo: o que, por que, para que, como, com que meios, em que tempo e os resultados da intervenção.”

As constatações feitas pela comissão, reforçam que a incorporação do projeto de intervenção na prática cotidiana contribui diretamente na dimensão qualitativa do trabalho, rompendo com a visão burocrática, repetitiva e reiterativa da qual se revestem muitas das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Realizar uma discussão sobre a construção de projetos de intervenção e debatê-la em seminários e encontros profissionais coloca-se como urgente, pois na formação dos assistentes sociais este assunto está consignado nas diretrizes curriculares - disciplinas do núcleo de fundamentos do trabalho profissional, como também expresso na Lei 8662/93, no artigo 4º inciso VI e X e 5º, incisos I e II.

Na experiência docente, tenho feito registros a partir dos depoimentos dos alunos sobre o constatado pelos agentes fiscais do CRESS-RJ: o reduzido número de documentos nos arquivos de diferentes instituições com propostas de trabalho, descrevendo a ação cotidiana, o que propiciaria aos alunos uma leitura crítica do que compete ao Serviço Social e a identificação do trabalho do assistente social naquele determinado espaço. Tanto a verificação dos profissionais do CRESS - RJ como a indagação dos alunos e os dados da pesquisa, realizada em 2017 na UFJF(Faculdade de serviço social-GEPEPSS,) , reforçam que a utilização desse instrumental confere ao trabalho cotidiano a possibilidade de construir respostas às demandas institucionais, não restrita à expectativa de como o assistente social contribuiria para os propósitos da instituição, mas deixaria visível o projeto da profissão nas suas ações e estratégias para responder aos interesses da população.

Como afirma Yamamoto (2007):

[...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (p.421)

Os limites impostos pela condição de assalariamento dos profissionais nos diferentes espaços institucionais não devem ser inibidores de uma prática comprometida com os interesses do usuário e com os princípios que orientam e norteiam o projeto profissional construído pela categoria. Mesmo reconhecendo que o trabalho profissional se realiza “nos

parâmetros do capitalismo” ele pode se materializar, contrariando a lógica que muito pode ter influenciado para a contratação de determinado profissional que, para Couto (2009), é o de “corroborar para o status quo” e no contraponto garantir a defesa do projeto profissional (p.652-653).

A elaboração de projetos tem, portanto, uma dimensão ético-política, o que quer dizer, considerarmos o projeto não como um instrumento “asséptico”, neutro e sim carregado de intenções, no qual está reproduzida a visão de mundo dos sujeitos que os constroem. Sob o ponto de vista da sua construção, a sua inclusão no exercício do trabalho reforça dois aspectos.

O primeiro, de que os atuais modelos gerenciais não admitem a improvisação diante da exigência de altos níveis de eficiência, eficácia e efetividade das ações. O segundo aspecto é entendido a partir da afirmação de Couto (2009): ”ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha”, indicando aquilo o que é da sua área de saber, ou como afirma Yamamoto (2007), “a natureza qualitativa da atividade profissional”, o conhecimento sobre a realidade institucional, seus limites e possibilidades; as demandas dos usuários e a forma viável de atendê-las (p.417).

Assim a utilização desse instrumental no dia a dia faz com que trabalho profissional se qualifique permanentemente, pois favorece o acompanhamento das ações; sua avaliação, não só do ponto de vista dos resultados institucionais esperados, mas dos compromissos profissionais construídos. A reflexão de Yamamoto (2007), revela que, mesmo sob o peso do poder institucional, a relativa autonomia, atribuída pela competência teórico-metodológica e pelas prerrogativas legais da profissão, possibilita que o assistente social redirecione o seu trabalho para rumos sociais distintos dos esperados pelos empregadores (p.422).

As argumentações tecidas até aqui constituem o solo da discussão sobre a importância da elaboração de projetos pelo Serviço Social e sua necessária e permanente discussão.

2. DISCUSSÃO CONCEITUAL

O projeto de intervenção como instrumental do Serviço Social não pode ser pensado sem o resgate da discussão sobre Planejamento e sua importância na contemporaneidade. Para uma aproximação, tomo como referência o conceito trabalhado pela professora Miriam Veras Baptista(2000):

[...] refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos e técnicos (p.13).

No conceito podem ser destacados os aspectos ligados à racionalidade, contexto e decisão.

O planejamento reproduz a capacidade humana de responder às questões que se colocam como desafios; e o homem planeja a todo tempo, mesmo sem perceber, objetivando pela sua inteligência respostas às suas diferentes necessidades. Para Baptista (2000) foi a sistematização dessa racionalidade ao longo dos tempos que provocou os primeiros contornos sobre a necessidade de substituir reparações ou consertos institucionais de caráter imediatista, por uma ação fundada no conhecimento produzido por diferentes áreas para o desenvolvimento de ações, que enfrentassem a complexidade dos problemas.

O planejamento constituiu-se como questão fundamental da área da Administração no século XX, ocupando espaços importantes nas matrizes teóricas da área: Taylorismo, Teoria clássica de Fayol e Teoria das Relações Humanas de Elton Mayo. Foi largamente utilizado nas esferas pública e privada na primeira metade do século XX como instrumento para o desenvolvimento econômico e reduto de “tecnocratas e políticos dentro da primazia dos problemas econômicos em relação aos sociais” (FRITSCH,1999, p.29).

Acreditava-se que o crescimento econômico resolveria todos os problemas da sociedade.

Essa visão unilateral foi substituída em razão da importância alcançada pelos aspectos sociais resultantes do aprofundamento da concentração do capital e do agravamento das condições de vida das populações.

A contribuição de estudos das diferentes disciplinas das ciências sociais ampliou a concepção do planejamento, admitindo uma integração dos aspectos econômico, social, cultural e político para a sua concepção. Para Fritsch (1999) são visões e tendências consideradas primordiais para o desenvolvimento de um planejamento integrado. Assim ganha lugar de destaque na esfera do Estado nos exemplos da Rússia nos anos 20 e posteriormente nos países centrais em razão “da inserção mais incisiva do Estado no fomento da economia e nas ações sociais compensatórias através de políticas sociais (fordismo/keneysonianismo), como afirmado por Barbosa (1999) . No Brasil, foi colocado

como propulsor do desenvolvimento econômico expressado no governo Juscelino Kubitschek (Plano de Metas - anos 50), nos governos militares (1964-1985), através dos Planos de Desenvolvimento Econômico - PND e mais recentemente no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (TEIXEIRA, 2009, p.556).

O planejamento é apresentado em duas grandes linhas: normativo e estratégico. O planejamento normativo corresponde ao planejamento tradicional, assentado nos aspectos técnico-operativos; na leitura da realidade objetiva, reproduzindo o “mito” de ser um instrumento neutro, com possibilidades de prever o futuro e com um caráter tecnocrático, em que a “cabeça coroada” do planejador formularia propostas para solução de problemas **de ênfase** - a estratégia se configura como pensamento e decisão criativa para realizar uma atividade levando em conta condições realistas, sendo adversas ou não; **de flexibilidade da proposta**- capacidade de alterar rapidamente o rumo das ações, em decorrência de ameaças internas e externas e a capacidade de retornar ao proposto para determinar novas alternativas. Tal aspecto exige, além de uma contínua análise e reflexão, o acompanhamento de tudo que é novo e pode ser incorporado ao novo processo de planejar a realidade” (p.25).

Esta nova forma de pensar e agir rompe com o “engessamento” do planejamento normativo, pois redimensiona a abrangência das propostas, vistas agora como postas numa realidade multifacetada; incorpora o “diverso” em razão dos diferentes sujeitos presentes e dos seus interesses também diferenciados. Esses elementos garantem uma inovação na forma de agir, pois comportam uma relação dialetizada.

O processo de planejamento, independente da linha adotada, se expressa em documentos, reproduzindo as decisões tomadas, a sistematização das atividades e as informações referentes aos procedimentos; prazos e recursos. Esses documentos são denominados plano; programa e projeto. Cada um deles marca os níveis de decisão e indica a maior ou menor proximidade da ação.

3. O PROJETO COMO INSTRUMENTO DO TRABALHO COLETIVO

No atual contexto institucional, novas responsabilidades são atribuídas aos assistentes sociais, como produto da maturidade alcançada sob o ponto de vista teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. A nova visão da profissão nos diferentes espaços onde

hoje tem presença marcante, como é o caso da gestão e execução das diferentes políticas nas diferentes instâncias de governo, traz o ônus (ou o bônus!) de novas exigências de mais largo espectro. Demonstra que esses espaços esperam que o assistente social decifre “os enigmas do seu trabalho e do seu tempo” e forneça respostas ágeis, criativas e competentes para a multiplicidade em qualidade e quantidade das demandas que aparecem no cotidiano (TEIXEIRA, 2009, p554; IAMAMOTO, 1998). Para tal, como acentua Fritsch (2009): “precisamos agilizar nossas respostas interventivas” (p.44).

O projeto, como instrumento do trabalho coletivo, indica o que compete ao Serviço Social e onde a sua intervenção se fará, demonstrando o reconhecimento do assistente social de que esse é um espaço ocupado por diferentes áreas de saber, cuja ação dos diferentes profissionais articuladas produz respostas para instituição e seus usuários. Para Couto (2009): “é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais” (p.652).

Outros fatores devem ser considerados entre os quais o de ressaltar a importância de fornecer “visibilidade” à profissão, desatando-a dos chamados “grilhões” institucionais, quando internaliza os objetivos dos contratantes, com graves prejuízos à identidade da profissão, pois a mesma se confunde e é confundida com o que é institucional. Esse aspecto é contemplado na reflexão de Couto (2009):

É certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer. Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição; satisfazer resguardando-se as características da sua natureza pública ou privada, mas mantendo-se o compromisso com estratégias que traduzam o trabalho do assistente social como espaço coletivo e democrático (p.654).

Assim, reconhecendo que o assistente social tem como ferramentas do seu trabalho a fala e a escrita, deve avançar na utilização da ferramenta escrita por ela ser um instrumento de argumentação, de exposição e negociação do seu trabalho nesses espaços. São aspectos que contribuem para “escrever sua história na instituição”, garantindo através da “memória” das ações profissionais o registro das respostas às necessidades apresentadas pelos usuários. Desta forma favorece uma análise do trabalho e dos resultados, numa perspectiva não exclusivamente quantitativa (expressada nas estatísticas da área), mas sim do processo, sob o

ponto de vista qualitativo e crítico, quanto aos objetivos desenhados e alcançados; os procedimentos; os recursos propostos e utilizados e os resultados para a instituição e para os usuários. Nesse importante aspecto, reproduzimos o afirmado por Couto (2009):

[...] responde diretamente a um preceito do Código de ética que, no artigo 5º, indica como deveres do assistente social na relação com os usuários, dentre outros: “ contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” e “[...]democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional , como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários (p.654).

A utilização desse instrumental no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais é uma via de expressão do compromisso com a população, já consignado no estatuto profissional.

4. DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO

A construção do projeto de intervenção como componente básico para o exercício profissional está fundada em dois elementos essenciais: o conhecimento da realidade com seus limites e possibilidades e a identificação dos aspectos que conferem essência à profissão. Assim, o projeto reflete o conhecimento teórico-crítico; o exercício profissional comprometido. Importantes aspectos são exigidos para que esse patamar seja alcançado: o conhecimento do código de ética, das legislações específicas dos campos de trabalho onde a intervenção se realiza e a leitura das produções que tratam de questões que se colocam nos espaços de trabalho.

Dessa forma, a elaboração de projetos, como uma manifestação do potencial humano, faz com que o assistente social associe à criatividade da imaginação a força da racionalidade. Melhor dizendo, ele nos “puxa” da idealização e nos obriga a refletir sobre os aspectos concretos da realidade com suas potencialidades e riscos e, com essa análise, fazemos a escolha da alternativa possível de ser transformada em ação, naquele espaço e naquele tempo.

Na dinâmica de elaboração de projetos, o seu processo aporta os seguintes conteúdos: lógico, comunicativo, de articulação e cooperação e pedagógico e de articulação e parceria. Como processo lógico, deve estabelecer uma relação entre os diferentes elementos com conteúdos e passos precisos. Como processo comunicativo, é o documento representativo de uma construção coletiva, que expressa, internamente, o consenso dos diferentes atores com ele envolvido, quanto aos objetivos e resultados e no aspecto externo deve, além de informar e

convencer, converter adeptos para a proposta e demonstrar a competência para sua implementação. Garantir esse consenso implica em conhecer os atores envolvidos, seus pontos de vista, interesses e como cada um explica determinada realidade. Trata-se, portanto, de identificar os aliados e os oponentes, estabelecendo uma correlação de forças para viabilizar propostas. Como processo de articulação e cooperação, baseia-se no diálogo entre os diferentes sujeitos, na negociação e nas parcerias. Como processo pedagógico, a elaboração de projetos estimula o aprendizado permanente, encadeia pensamentos, descreve e analisa a complexidade dos fatos, resume informações, capacitando para a operacionalidade (CURY,1999, p.35).

O projeto de intervenção sintetizando conhecimento e ação, deve ser precedido de um diagnóstico, considerado como o momento em que se realiza uma apreciação crítica das condições favoráveis e desfavoráveis para solucionar o problema e para identificar se a solução considerada materializável numa proposta, atenderá aos anseios da população a ser beneficiada. Para tal, são necessários dados e informações que devem ser obtidos a partir do conteúdo investigativo exigido no exercício profissional.

O projeto é um documento escrito que expressa uma resposta para problemas concretos identificados por pessoas que se incomodam com eles; que querem minimizá-lo ou eliminá-los. No projeto, são colocadas ideias que se transformam em ações e essas são possibilidades de resolver problema(s) identificado(s). Logo estão presentes no projeto de intervenção: problemas, ideias e ações carregados de intencionalidade. A construção do projeto de intervenção deve ser precedida de perguntas básicas para sua elaboração: O quê? Por quê? Para quê? Para quem? Como? Com que meios? Em que tempo?

A avaliação pelo assistente social do seu trabalho deve ser permanente. No caso específico de uma profissão que se propõe contribuir para alteração da ordem societária é de utilizá-la não só para mensurar padrões de eficiência, eficácia e efetividade atingidos, mas de verificar em que medida a intervenção realizada garantiu acesso da população aos serviços, como aponta Boschetti (2009), quando discute criticamente os métodos de avaliação de políticas sociais:

[...] a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir desigualdade social e propiciar equidade (p.578).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de intervenção, é um instrumental central para materialização do trabalho dos assistentes sociais, garantindo visibilidade ao exercício profissional nos diferentes espaços, além de contribuir para a permanente leitura dos profissionais sobre o produto do seu trabalho, não só como resposta ao que os contratantes esperam dele, mas o que a ação cotidiana contribui para a efetivação do projeto político profissional. Os tempos recentes, que trouxeram novas formas de gerenciamento, apontam que formular projetos não é tarefa de “iluminados”, como se pensou no século anterior, ele é um instrumento exigido em ambientes de incerteza e de novas exigências, próprios dos diferentes espaços institucionais na atualidade. Elaborar projetos traduz a capacidade de utilizar o raciocínio, propondo alternativas de ação viáveis para responder a questões a serem enfrentadas e respondidas. Não é demais apontar que num matiz ideológico, ele expressa ideias que por natureza não são neutras, logo deve ser visto como carregado de ideologia.

A sua importância para o profissional, instituição e usuários é que de forma descritiva ele aponta o que se quer fazer, aonde se quer chegar, como vai chegar, quanto vai custar e ainda garante transparência na utilização dos recursos e comprometimento entre os envolvidos pela sua essência participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rosangela N. C. Introdução ao Estudo da Administração e Planejamento aplicados ao Trabalho do Assistente Social in: **Em Pauta**. RJ: UERJ, nº14, p.29-42,1999.

BAPTISTA, Mirian V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação, SP: Veras, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais in: **Serviço Social**: direitos sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.576-591.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO (CFESS). **Resolução CFESS n. 273/1993**, de 13 de março de 1993. Coletânea de Leis e Resoluções, RJ: CRESS 7ª, 2008

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. A Importância do Projeto de Intervenção do Serviço Social nos Espaços Sócio-Ocupacionais, **PRAXIS nº50** (Espaço COFI). CRESS/RJ 2009.

COUTO, Berenice R. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional in: **Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 652-663.

CURY, Thereza C.H. Elaboração de Projetos Sociais in: **Coleção Gestores Sociais**, SP: AAPCS, 1999, p.33-55.

FRITSCH, Rosangela. **Planejamento: Fundamentos Histórico–Teórico-Metodológicos** in: Capacitação Profissional em Serviço Social, Porto Alegre: Cress-10ª R, 1999, p. 25-46.

_____. **Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social** in: Serviço Social e Sociedade, nº 52, SP:Cortez, 1999, p.127-145.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, SP: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, SP:Cortez, 1998.

NOGUEIRA, Vera M.R. Planejamento de políticas Sociais: Planos/Programas/Projetos. In : **Cadernos de Textos nº4**.Florianópolis: SC. CRESS-12ªR, 1998.

PAIVA, Beatriz A. Reflexões sobre Pesquisa e Processos de Formulação e Gestão, in: **Capacitação em Serviço Social. Módulo4**, Brasília: UNB, 2000.

SILVA, Ademir A. **A gestão da Política Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**, SP: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Josefina B. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas, in: **Serviço Social –direitos sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p553-573.

PAULA, Luciana G.Pereira de, SILVA, Laira L. dos Santos, SILVA,Nicole Cristina Oliveira. Serviço Social e Planejamento; Reflexões sobre o exercício profissional do/a Assisntente Social.In: (org)GUERRA Y, LEITE Janete L, ORTIZ Fátima G.**Temas contemporâneos em Serviço Social-uma análise de seus fundamentos**. Campinas: Papel Social,2019

MERCADO DE TRABALHO E ASSALARIAMENTO: CENÁRIO BRASILEIRO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Jaqueline Lima da Silva¹

Resumo: Este artigo trata sobre o mercado de trabalho e o assalariamento, considerando seus determinantes históricos e sociais, gestados a partir da sociedade capitalista. Analisa o processo de exploração da força de trabalho com a introdução do trabalho assalariado e sua relação com o capital, a partir da concepção de superexploração da força de trabalho, fundada na teoria marxista da dependência. Considera como a condição assalariada se impõe no mercado de trabalho em uma economia dependente como o Brasil, estabelecendo uma comparação entre salário-mínimo nominal e salário-mínimo necessário, a fim de compreender o significado desse conceito de superexploração da força de trabalho. Conclui que a força de trabalho no Brasil é remunerada abaixo do seu valor, pois o salário é incapaz de satisfazer as necessidades vitais do trabalhador.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Superexploração da Força de Trabalho. Salário-Mínimo Nominal. Salário-Mínimo Necessário.

MERCADO DE TRABAJO Y ASALARIAMIENTO: ESCENARIO BRASILEÑO DE SUPEREXPLORACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO

RESUMEN: Este artículo trata sobre el mercado de trabajo y el asalariamiento, considerando sus determinantes históricos y sociales, gestados a partir de la sociedad capitalista. Analiza el proceso de explotación de la fuerza de trabajo con la introducción del trabajo asalariado y su relación con el capital, a partir de la concepción de superexplotación de la fuerza de trabajo, fundada en la teoría marxista de la dependencia. Considera cómo la condición asalariada se impone en el mercado de trabajo en una economía dependiente como Brasil, estableciendo una comparación entre salario mínimo nominal y salario mínimo necesario, con el fin de comprender el significado de este concepto de superexplotación de la fuerza de trabajo. Concluye que la fuerza de trabajo en Brasil es remunerada por debajo de su valor, pues el salario es incapaz de satisfacer las necesidades vitales del trabajador.

Palabras Clave: Mercado de trabajo. Superexplotación de la fuerza de trabajo. Salario mínimo nominal. Salario mínimo necesario.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de análise o mercado de trabalho e o assalariamento, a partir do conceito de superexploração da força de trabalho, fundamentado na obra de Marini (1973). Parte-se do pressuposto de que, sendo o Brasil uma economia de capitalismo dependente, suas relações de assalariamento se consubstanciam na superexploração, entendida

¹ Assistente Social, no Instituto Federal de Alagoas, doutoranda do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Ufal. E-mail: jaque.lima.as@gmail.com.

como “determinação negativa do valor da força de trabalho contida na lei do valor” (LUCE, 2018).

Inicialmente, iremos compreender o surgimento do mercado e da força de trabalho como mercadoria, a relação que se estabelece entre capital e trabalho assalariado, o processo de geração de mais-valia, assim como esta se processa nas suas formas absoluta e relativa, a relação entre as economias de capitalismo central e dependente e o conceito de superexploração da força de trabalho. Em seguida, analisaremos como se institucionaliza o salário-mínimo no Brasil, considerando que, “apesar do Brasil ser um dos primeiros países subdesenvolvidos a dispor de uma legislação para determinar uma remuneração mínima”, sua trajetória é de significativas perdas reais, tanto após a implementação do golpe de 1964 – que implementou uma política de acentuada compressão do salário-mínimo –, quanto com a instituição da Nova República, que aprofundou as perdas do poder de compra do salário-mínimo (MATTOSO, 1988). Apresentaremos dados comparativos entre o salário-mínimo nominal e o salário-mínimo necessário a partir da conjuntura política e econômica que se processa após 1988, considerando a crise econômica internacional e seus reflexos.

2 MERCADO DE TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Segundo Netto e Braz (2011, p. 90-91, grifos dos autores), o mercado surge, pela primeira vez, com a constituição de algumas relações mercantis ainda no modo de produção escravista, e, posteriormente, se expande em larga medida no modo de produção feudal. Entretanto, essas relações mercantis só poderão ser consideradas rigorosamente como modo de produção de mercadorias a partir do Capitalismo, porque “[...] **a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção** – sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil [...]”. Portanto, alcançadas essas duas condições, tudo passa a ser considerado como mercadoria, em especial a força de trabalho que, no Capitalismo, se caracteriza pela compra e venda enquanto uma mercadoria como outra qualquer.² Sendo uma mercadoria como outra qualquer, possui valor de uso e valor de troca,

²Como bem ressalta Sweezy (1976, p. 85-86, grifo do autor), “na produção de mercadorias simples, [...], cada produtor possui e opera seus próprios meios de produção; no capitalismo, a propriedade desses meios está nas mãos de um grupo de pessoas, ao passo que o trabalho é executado por outras. Tanto os meios de produção como a capacidade de trabalho são, além do mais, mercadorias – ou seja, são ambos objetos de troca e portanto portadores de valor de troca. Segue-se que não somente as relações entre proprietários, mas também as relações

pois, para que esse valor de troca se realize, é preciso que a mercadoria tenha utilidade, ou seja, que satisfaça necessidades humanas.³

Nesse contexto, com base no pensamento marxiano, salienta Luce (2018, p. 86):

O capitalismo consolidou-se como modo de produção ao levar, paulatinamente, os núcleos das coletividades humanas a se relacionarem entre si como uma imensa coleção de mercadorias. Ao compasso da expansão das relações mercantis o produtor independente foi sendo convertido em trabalhador assalariado despojado dos meios de produção, enquanto os meios de produção e de consumo foram convertidos em capital. Foi assim, historicamente, que as relações sociais passaram a ser regidas pela lógica da valorização do valor.⁴

Desse modo, a produção mercantil no capitalismo se fundamenta na exploração da força de trabalho, que se constitui em mercadoria e passa a ser comprada generalizadamente por meio de um salário, criando-se uma relação indissociável entre capital e trabalho assalariado. Logo, o trabalho adquire a forma específica de trabalho abstrato⁵ e o trabalhador é livre para vender a única mercadoria que possui – a força de trabalho⁶ – livre dos meios de produção e de subsistência.

Dessa forma, o trabalhador vai ao mercado para oferecer a sua mercadoria, força de trabalho, que assim como as demais mercadorias, ela possui um valor que é determinado pela

entre estes e os não-proprietários têm o caráter de relações de troca. As primeiras são características da produção de mercadorias em geral; as últimas, apenas do capitalismo. Podemos dizer, portanto, que a compra e a venda da capacidade de trabalho é a *diferença específica* do capitalismo.”

³ Segundo Marx (1996, p.165): “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. Cada coisa útil, como ferro, papel, etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade.”

⁴ Ainda de acordo com Luce (2018, p. 87): “Dois processos estiveram na raiz dessa mudança: a acumulação primitiva do capital e a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. Além do papel que cumpriram na gênese do novo modo de poder que se impôs no mundo, numa grande torrente, ambos os processos outro aspecto em comum. Trata-se da importância que as periferias, no que se inclui a América Latina, exerceram para que o mundo hoje dominante viesse a assumir a posição que assumiu; e para que a própria América Latina, por sua vez, a se configurar através de características que carrega até os dias atuais.”

⁵ “[...], isto é, desconsideram-se todas as qualidades dos produtos do trabalho e a única coisa que conta é o seu valor, aqui o trabalhador perde o domínio sobre o seu produto, este não mais lhe pertence, o capitalista torna-se seu dono, como também as diferentes formas concretas de trabalho tornam-se indiferentes, pouca importa a forma como o trabalho foi despendido, pois a única coisa que interessa é que com esse trabalho humano foi possível gerar um valor excedente – mais-valia – que é apropriado pelo capitalista.” (SILVA, 2011, p. 55).

⁶ “O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende os seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: ao contrário, é o proprietário da terra quem recebe dele um tributo.” (MARX, 2006, p.37).

quantidade de trabalho necessário para sua produção. (MARX, 1996, p.99). Em princípio: “[...], as mesmas leis gerais que regulam o preço das mercadorias em geral, também regulam naturalmente o salário, o preço do trabalho”. (MARX, 2006, p. 44). Contudo, ressaltam Netto e Braz (2007, p. 100, grifo dos autores): “[...] a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** – *ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa.*”. Por isso, não basta produzir valor de uso. Isso é necessário mas não é suficiente, o primordial é produzir valor de troca, é gerar valor excedente.

De acordo com Sweezy (1976, p. 89), ocorre da seguinte forma:

O capitalista entra no mercado com o dinheiro e compra maquinaria, material e capacidade de trabalho. Combina-os num processo de produção que resulta em certa massa de mercadorias que são novamente lançadas ao mercado. Marx supõe que o capitalista faz suas aquisições pelos valores de equilíbrio e realiza suas vendas pelo valor de equilíbrio do produto que vende. E não obstante, no final das contas, tem mais dinheiro do que no início. Nalgum ponto do processo, maior valor – ou mais-valia – se criou. [...].

Então, nesse processo de criação da mais-valia, o capitalista faz com que o operário trabalhe mais do que o necessário para a composição do seu salário. Isso porque, se considerarmos como exemplo a jornada de 8 horas diárias, temos que: sendo necessárias 4 horas de trabalho para constituir o valor da força de trabalho e o capitalista faz com que haja 4 horas a mais de trabalho, significa que o operário não recebe todo o valor que foi capaz de produzir durante essas 8 horas de trabalho, pois a metade dessas horas já pagou o valor da sua força de trabalho e a outra metade, que é o excedente produzido pelo trabalhador, é imediatamente apropriado pelo capitalista que o contratou. Portanto, é nesse processo da produção capitalista que se funda a relação de exploração.

Ao passo que a relação entre capital e trabalho divide-se essencialmente entre o salário do operário e o lucro do capitalista, o salário e o lucro determinam-se mutuamente.⁷ Isto é: “Estão na razão inversa um do outro. A cota-parte do capital, o lucro, sobe na mesma

⁷“Num dia de trabalho o operário produz mais do que o necessário para um dia de subsistência. Conseqüentemente, a jornada pode ser dividida em duas partes, trabalho necessário e trabalho excedente. Nas condições da produção capitalista, o produto do trabalho necessário retorna ao trabalhador na forma de salários, ao passo que o produto do trabalho excedente fica em poder do capitalista, na forma de mais-valia. [...]. O que é específico ao capitalismo é, portanto, não o *fato* da exploração de uma parte da população pela outra, mas a *forma* que essa exploração assume, ou seja, a produção da mais-valia.” (SWEEZY, 1976, p.90-91, grifos do autor).

proporção em que a cota-parte do trabalho, o salário, cai, e inversamente. O lucro sobe na medida em que o salário cai, e cai na medida em que o salário sobe”. (MARX, 2006, p. 56).

Nessa relação, o objetivo do capitalista é obter o máximo de lucro possível, para tanto, ele pode aumentar a mais-valia tanto de forma absoluta quanto de forma relativa.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1996, p.431-432).

Na sua forma absoluta, ocorre que a jornada de trabalho pode ser ampliada sem alterar o valor do salário e assim garantir o aumento do trabalho excedente, como também, pode manter a jornada de trabalho e a mesma base técnica e intensificar o ritmo de trabalho, o que se reflete na diminuição do tempo de trabalho necessário. Já na sua forma relativa, o capitalista mantém a mesma jornada de trabalho, mas altera a composição orgânica do capital a partir do auxílio de inovações tecnológicas que passa a incrementar o processo de produção. Desse modo, ele consegue extrair mais-valia do trabalhador sem estender a jornada de trabalho e dinamizar o processo por meio das tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho.

Portanto, os capitalistas utilizam as mais diversas formas para aumentar a proporção da sua mais-valia, em termos absolutos e relativos, e podem elevar a exploração dos trabalhadores a limites inimagináveis. Para tanto, uma das estratégias empregadas nessa tarefa de superação dos limites dessa exploração tem relação com os papéis que vão sendo determinados no mercado mundial entre as diferentes formações econômico-sociais dos países capitalistas centrais e dependentes⁸, no contexto da divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o papel atribuído aos países latino-americanos no processo de acumulação do capital diz muito sobre as características que sua economia possui na atualidade. Conforme salienta Marini (1973, s/p.):

⁸ A conceituação de dependência é “[...], entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, 1973, s/p.).

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latinoamericanos. (MARINI, 1973, s/p).⁹

Ainda de acordo com Marini (1973, s/p):

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

Por isso, as economias exportadoras, como são o caso do Brasil e dos demais países da América Latina, servem para atender às necessidades dos países dominantes, caracterizados como economias de capitalismo central, fornecendo-lhes matérias-primas e alimentos baratos.

Desse modo, as economias dependentes se constituem a partir de processos de formação econômico-sociais que as subordinam permanentemente ao subdesenvolvimento e, nesse contexto:

O fato de a realização das mercadorias se dar sobretudo no mercado externo foi um incentivo ao regime da superexploração, que entrou em marcha também como mecanismo de compensação frente às desvantagens em que os capitalistas locais se encontravam em relação ao controle do comércio mundial e das tecnologias e das finanças por capitalistas de outros lugares – aqueles do capitalismo central. (LUCE, 2018, p. 95).

⁹ “O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.” (MARINI, 1973, s/p.).

No que se refere ao conceito de superexploração da força de trabalho, segundo Luce (2018, p. 155):

Entendemos a superexploração como determinação negativa do valor da força de trabalho, contida no âmbito da lei do valor. A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e o pagamento abaixo de seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno do seu valor, quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor.

Dessa forma, esse desgaste prematuro da força de trabalho está diretamente relacionado às condições de trabalho e ao nível de satisfação de suas necessidades vitais enquanto trabalhador. Para recompor a sua força de trabalho, o trabalhador precisaria ter acesso por meio do seu salário aos meios de subsistência em quantidade e qualidade adequadas a sua conservação, porque:

Como substância do valor, a força de trabalho possui um valor de uso, com um tempo de vida útil e cuja reprodução, materializando objetivações desse tempo de vida útil, pode se desdobrar de distintas maneiras. Estas variam conforme ocorra o consumo da força de trabalho no processo de trabalho (seu desgaste) e a reposição ou não desse mesmo desgaste. O consumo individual do trabalhador na satisfação de necessidades mediante o acesso a valores de uso necessários, bem como o seu repouso, cumprem uma função direta para a restauração de suas energias físico-psíquicas. (LUCE, 2018, p. 158).

Com isso, o assalariamento nas economias dependentes possui características singulares nesse processo de exploração capitalista, porque sua condição expressa como a forma de trabalho interfere no tempo de vida útil do trabalhador.

Portanto, partindo dessas premissas, analisaremos, a seguir, como a condição assalariada se impõe no mercado de trabalho em uma economia dependente como o Brasil, estabelecendo uma comparação entre salário-mínimo nominal e salário-mínimo necessário, a fim de compreender o significado desse conceito de superexploração da força de trabalho.

3 A CONDIÇÃO ASSALARIADA NO BRASIL: O abismo entre o salário-mínimo nominal e o salário-mínimo necessário

O salário-mínimo foi instituído no Brasil no governo de Getúlio Vargas, quando, em 14 de janeiro de 1936, por meio da Lei nº 185, foram criadas as Comissões de Salário-

Mínimo com participação paritária de patrões e empregados; e regulamentado pelo Decreto-Lei Nº 399, de 30 de abril de 1938¹⁰. Essas Comissões estabeleceram: a “Ração Essencial Mínima” (em 1938) e definiram o valor do salário-mínimo (em 1940). (MATTOSO, 1988, p. 27). Desse modo, o salário-mínimo foi constitucionalmente garantido a partir de 1º de maio de 1940, por meio do Decreto-Lei Nº 2.162, cujo valor era diferente para cada região do país e estava estabelecido que tais valores só pudessem ser revistos a cada três anos. (BRASIL, 1940, s/p.).¹¹

Nota-se que, desde o princípio, a condição assalariada do trabalhador brasileiro carrega essa característica peculiar do critério alimentar, como se a única necessidade social de reprodução da força de trabalho fosse a sua subsistência biológica, como um animal qualquer que só precisa se alimentar para sobreviver. Nesse sentido, a antiga Lei de Acidentes do Trabalho, estabelecida pelo Decreto nº 24.637 de 1934,

[...] definia o salário, como sendo **“a remuneração do trabalho, percebida pelo empregado em dinheiro ou em utilidades”**. A Constituição de 1937, em seu artigo 136, dava ao salário um caráter eminentemente **alimentar**, expressando a proteção do Estado ao trabalho **“como meio de subsistência do indivíduo”**. A carta de 1946 exime-se de defini-lo, a todos os cidadãos **“trabalho que possibilite existência digna”**. A Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/69, foi mais explícita, estabelecendo em 20 itens (art.165) os direitos assegurados aos trabalhadores – sem contudo abordar o salário como instituição, isoladamente, apesar de, no item I, possibilitar o entendimento de que o salário pago ao trabalhador, satisfaria suas **“necessidades normais” e de “sua família”**. (NETO, 1979, p. 28-29, grifos do autor).

Mas o que se entende por “necessidades normais” de um trabalhador? Conforme Neto (1979, p.31, grifo do autor), “necessidades normais” é o que define a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – ao tratar sobre o conceito de salário-mínimo, no seu artigo 76:

¹⁰ “A Austrália e a Nova Zelândia foram os primeiros países a instituir pisos salariais, logo no final do século XIX. O primeiro país europeu a legislar sobre o Salário Mínimo foi a Inglaterra, em 1909. Em 1912, foi a vez dos Estados Unidos. Todas essas experiências possuíam um traço em comum: tinham o Salário Mínimo limitado, inicialmente, a alguns setores, embora se estendesse paulatinamente ao conjunto da economia. A experiência da Argentina, em 1918, foi semelhante.” (MATTOSO, 1988, p.26).

¹¹ “De fato, estes foram revistos em 1943, mas depois deste ano seus reajustes deixaram de obedecer a periodicidade prevista, obedecendo mais aos interesses imediatistas das eventuais políticas econômicas das autoridades federais do que ao desejo de garantir, no mínimo, a preservação de seus valores reais.” (MATTOSO, 1988, p. 27).

[...] “Salário mínimo é contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador, a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Os dispêndios com educação e saúde, excetuaram-se das “necessidades normais” do trabalhador. A pressuposição, segundo entendem alguns estudiosos, é a de que esses encargos seriam assumidos pelo Estado e redistribuídos à população trabalhadora, sob a forma de produto social.¹²

Dessa forma, a CLT restringe o salário-mínimo ao atendimento de apenas cinco necessidades básicas de sobrevivência, consideradas como “necessidades normais”, sendo que não há garantia de que essas necessidades serão plenamente satisfeitas com este salário-mínimo e ainda com o agravante de não incluir as necessidades da família do trabalhador. Além disso, não se considera que haja outras necessidades sociais as quais seriam vitais para o desenvolvimento pleno deste ser humano e de sua família. Conforme podemos constatar, a CLT estabelece no art. 81 que: “O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que "a", "b", "c", "d" e "e" representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto. (BRASIL, 1943, s/p.). Isto posto, não há nessa definição de cálculo a consideração de que o trabalhador, em geral, tem família para sustentar e outras necessidades a serem atendidas por ele e por sua família. Como também constata Neto (1979, p. 32):

Apesar do fundamento conceitual do salário mínimo se apoiar na satisfação das “necessidades normais” do trabalhador e de sua família, nenhum dos requisitos é suprido integralmente, na prática. O salário mínimo, tal como vigora, é destinado apenas a necessidade vital e individual do trabalhador, sem amparar seus dependentes – excluindo-se ainda pré-requisitos essenciais à existência do trabalhador como ser humano, integrado no contexto social, tais como a educação e o lazer.¹³

¹²A CLT foi promulgada por meio do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e também previa em seu art. 77 que: “A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado, compete às Comissões de Salário Mínimo, na forma que este Capítulo dispõe.” (BRASIL, 1943, s/p.), mas, esse artigo foi revogado pela Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, a mesma lei também revogou todas as definições expostas nos artigos 87 até o 116 que tratavam da constituição e das atribuições das comissões de salário-mínimo, bem como dos termos da fixação do salário-mínimo.

¹³ “O lazer é complemento indissociável da própria existência do trabalho. O conceito hoje reivindicado pelas escolas humanistas – e pelas escolas do bem-estar social aplicado às doutrinas econômicas – é o de que o homem deve **existir** e não apenas **viver**. É existir que diferencia a vida da espécie humana das outras espécies de vida. Cumprir apenas o ciclo biológico – essa seria a noção substrata do **viver** – não mais satisfaz ao homem contemporâneo. Ele anseia por existir, ser, ter existência real ao invés de apenas ter vida, de cumprir seu ritual cotidiano de prover a própria subsistência – sem nenhuma compensação, além de manter-se vivo, para dar razão à morte.” (NETO, 1979, p. 33, grifos do autor).

Atualmente, contrariando a lógica restritiva dessas definições, temos como principal referência o que ficou estabelecido na Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu inciso IV, artigo 7º, que são direitos dos trabalhadores:

[...] **salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, **capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social**, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, [...]. (BRASIL, 1988, s/p, grifo nosso).

Essa definição constitucional carrega em si a defesa da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, mas, na prática, não expressa a satisfação real dessas necessidades. O que se tem evidenciado, na realidade, é que os trabalhadores brasileiros que conseguem lugar no mercado de trabalho em troca de um salário-mínimo não conseguem atender sequer às suas necessidades vitais básicas individuais, tampouco são capazes de atender às necessidades de sua família, conforme estabelece a referida Constituição.

Segundo aponta Luce (2018, p. 180):

No Brasil, um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o salário mínimo necessário (SMN). Calculado a partir de 1970 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em séries históricas retroativas a 1940, o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para “cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Ou seja, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições *normais*, chegando assim a “uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender à determinação constitucional”.

Com base nesses dados do Dieese, podemos perceber que a realidade do trabalhador brasileiro que recebe um salário-mínimo denuncia que sua força de trabalho é sempre remunerada abaixo do seu valor, caracterizando uma condição de superexploração, conforme defende o autor supracitado. Assim, observando os dados a partir de julho de 1994, período em que se inicia o acompanhamento mensal do salário-mínimo nominal e do salário-mínimo

necessário, com base na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)¹⁴, veremos que, na comparação entre o salário-mínimo nominal e o salário-mínimo necessário, existe uma enorme distância que se consubstancia na incapacidade de satisfação das necessidades vitais do trabalhador.¹⁵ Também, a título de comparação, a exposição dos dados será analisada a partir das conjunturas governamentais que se estabelecem no cenário brasileiro, desde a democratização inaugurada de fato com a Constituição de 1988. Mas, como já anunciamos, iremos considerar a conjuntura que se desenvolve a partir de 1994¹⁶. É importante considerar que, nessa conjuntura política e econômica:

O neoliberalismo surgido na Inglaterra, que em seguida se instala nos EUA no início dos anos 80, chega aos países subdesenvolvidos e no antigo bloco do socialismo real no início dos anos 90. Tal investida imperialista teve como fio condutor as entidades multilaterais como Banco Mundial e FMI que impulsionaram mudanças nas políticas públicas desses países, que passavam por uma crise econômica na década de 80, resultando num processo de expansão inflacionária e desvalorização de suas respectivas moedas. A exaustão desse modelo começa em 1995 com a crise mexicana, a crise asiática em 1997, a crise russa em 1998. Dessa forma as contradições capitalistas mostram seus efeitos na chamada periferia. Ou seja, a tentativa de saída da crise chamada de neoliberalismo dá seus sinais de esgotamento. (GOMES, 2012, p. 90).

Dessa maneira, imerso nesse contexto, o Brasil buscava com a implantação do Plano Real, uma forma de superar a crise inflacionária e a recessão econômica vivida naquele

¹⁴ “A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) é um levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais. A PNCBA foi implantada em São Paulo em 1959, a partir dos preços coletados para o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV), e ao longo dos anos, foi ampliada para 18 capitais. Os itens básicos pesquisados foram definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil e está vigente até os dias atuais. O Decreto determinou que a cesta de alimentos fosse composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Os bens e quantidades estipuladas foram diferenciados por região, de acordo com os hábitos alimentares locais. A partir de contrato firmado com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 2016, o DIEESE ampliou a abrangência da pesquisa para todas as capitais do Brasil, o que tornou o levantamento a única coleta de preços feita em todas as 27 Unidades da Federação, permitindo a comparação de custos dos principais alimentos básicos consumidos pelos brasileiros. O banco de dados da PNCBA apresenta os preços médios, o valor do conjunto dos produtos e a jornada de trabalho que um trabalhador precisa cumprir, em todas as capitais, para adquirir a cesta. Os dados permitem a todos os segmentos da sociedade conhecer, estudar e refletir sobre o valor da alimentação básica no país.” (DEPARTAMENTO..., 2018, s/p).

¹⁵ Os dados comparativos entre salário-mínimo nominal e salário-mínimo necessário, a seguir, são percentuais gerados a partir da pesquisa do Dieese, disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2018>.

¹⁶ A primeira eleição após a Constituição de 1988 ocorreu em 1989, a qual elegeu Fernando Collor de Mello, como Presidente da República, e Itamar Franco, como Vice-presidente, os quais deveriam governar o Brasil de 1990-1995, mas, em 1992 o presidente renunciou antes da efetivação de um pedido de *impeachment*, mas, o Senado confirmou a cassação do seu mandato e determinou perda dos direitos políticos de Collor por oito anos.

período. Entretanto, essa e outras respostas dadas pelo neoliberalismo não lograram êxito, pois o que virá pela frente é o aprofundamento da crise capitalista.

Nesse cenário, vejamos como se manifestam na prática os desdobramentos do processo de superexploração do trabalhador. Em julho de 1994, o salário-mínimo nominal era R\$ 64,79, enquanto o salário-mínimo necessário era R\$ 590,33, ou seja, o salário-mínimo nominal correspondia cerca de apenas 10% do necessário. No final do governo Itamar Franco (1992-1995), o salário-mínimo nominal correspondia apenas a 9,67% (janeiro de 1995) do salário-mínimo necessário calculado para o período. A partir daí, conforme se processa certa estabilidade econômica, ocorre uma pequena elevação no poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que termina seu período mandatário com o percentual de 14,43% (janeiro de 2003), na comparação do salário-mínimo nominal com o salário-mínimo necessário. Esse poder aquisitivo se elevou um pouco mais no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), havendo um acréscimo de 11,23% em comparação ao período anterior, passando para 25,66% (janeiro de 2011) ao final dos dois mandatos do referido presidente¹⁷.

Contudo, ainda que reconheçamos que o poder de compra do salário mínimo real no sentido hegemônico (o salário nominal mais reajustes em relação à inflação do período) tenha apresentado melhora relativa nos anos de 2003 a 2008, na comparação com os anos 1990, a discussão não pode restringir-se ao terreno superficial da comparação salário mínimo oficial e inflação. Se formos mais a fundo e entendermos, conforme a TMD [Teoria Marxista da Dependência], que o salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho, veremos como o propalado aumento recorde do salário mínimo esteve longe de recuperar as perdas anteriores, como se vê ao confrontarmos os índices do reajuste do salário mínimo legal com a série histórica do salário mínimo do Dieese (salário mínimo necessário). Ainda é raro encontrarmos análises que desvelem esse fundamento. (LUCÉ, 2018, p. 182).

Seguindo nosso itinerário do salário-mínimo, chegamos ao período em que os impactos da crise capitalista mundial de 2008¹⁸ atingem o Brasil com força total. O governo

¹⁷ “O uso de políticas de renda, como a elevação do salário mínimo e a expansão de programas sociais; o estímulo à aquisição de produtos, via redução de juros dos bancos públicos, ampliação de crédito consignado e desoneração de determinados bens com a redução do Imposto sobre Produtos Industriais - IPI, especialmente para automóveis, foram exemplos de medidas que estimularam o consumo neste período.” (INSTITUTO..., 2017, s/p).

¹⁸ De acordo com Gomes (2012, p. 94): “A crise capitalista mundial de 2008 e suas gigantescas perdas nas bolsas de valores foram acompanhadas por uma intervenção conjunto dos Estados capitalistas que se aproximou dos US\$ 14 trilhões. O resultado disso se manifesta numa ainda maior etapa de endividamento público. O Banco Central dos Estados Unidos passou a ser o grande comprador dos títulos públicos daquele país. O Banco Central dos

de Dilma Rousseff (2011-2016) não foi capaz de estabelecer uma progressão desse aumento do salário-mínimo nominal em relação ao necessário, só conseguiu manter esse percentual nos 25% até janeiro de 2015 e encerrando seu governo em 22,40%, em agosto de 2016, após sofrer um processo de *impeachment*,

Portanto, para melhor compreender esses dados, é preciso considerar não só a crise política e econômica interna do Brasil, bem como a crise econômica internacional e seus reflexos a partir de 2008. Segundo o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Na última década, o mercado de trabalho brasileiro presenciou transformações significativas, alternando um período de dinamismo, com efeitos positivos sobre as condições de vida da população, com uma fase de estagnação e crise, marcada pelo aumento da desocupação e deterioração das condições do mercado de trabalho. Nos anos seguintes à crise econômica internacional de 2008 e até 2014, as políticas públicas voltadas para a expansão da demanda contribuíram para o aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, com crescimento do emprego e da renda do trabalho. Entretanto, em 2015 e 2016, observou-se forte reversão do ciclo econômico com queda do PIB, do consumo das famílias e do emprego, sobretudo o formalizado.” (INSTITUTO..., 2017, s/p.).

Atualmente, tendo como referência os dados apresentados para julho de 2018, após 24 anos de acompanhamento pelo DIEESE, pode-se constatar que o salário-mínimo nominal no valor de R\$ 954,00, vigente nesse período, em comparação com o salário-mínimo necessário no valor de R\$ 3.674,77, não é capaz de satisfazer nem de longe as necessidades vitais básicas do trabalhador brasileiro. Voltamos ao percentual em torno dos 25% alcançados no Governo Lula, para ser mais preciso 25,96%, num período marcado por diversas oscilações provocadas pela instabilidade do governo de Michel Temer, no poder desde 1º de setembro de 2016.

Há, portanto, uma tendência de que esse quadro se agrave ao passo que vá ocorrendo a implantação das mudanças impostas pela reforma trabalhista, aprovada por meio da Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que altera diversos artigos da CLT. Entre as principais mudanças, destaca-se a regulamentação do trabalho intermitente, disposta no artigo 452-A:

O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados

EUA – FED cortou as taxas de juros para quase zero, em dezembro de 2008 e já comprou cerca de US\$ 2,3 trilhões em dívidas do governo dos EUA e bônus atrelados a hipotecas sem, contudo, contornar os efeitos da crise.

do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

§ 1º **O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.**

§ 2º Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.

§ 3º A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

§ 4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

§ 5º **O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.**

[...]. (BRASIL, 2017, s/p., grifo nosso).

Essa mudança atinge diretamente a garantia do salário-mínimo nominal estabelecido pela Constituição de 1988 e cria ainda mais obstáculos para se alcançar o salário-mínimo necessário, pois o trabalhador perde a garantia de receber o salário integral tendo em vista que a sua jornada de trabalho se torna flexível. Até para conseguir um salário-mínimo o trabalhador corre o risco de ter que vender sua força de trabalho a diferentes empregadores. Com isso, haverá uma diminuição, ainda mais acentuada, no nível de satisfação das necessidades vitais do trabalhador e uma aceleração do seu desgaste prematuro, aumentando, conseqüentemente, o grau de sua superexploração.

Conforme conclui Luce (2018, p. 182):

Se o salário não alcança, de modo recorrente, a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor. [...]. O fato de hoje, em muitas famílias da classe trabalhadora brasileira, nem o salário do marido e da esposa somados alcançarem o patamar considerado como remuneração normal evidencia o quanto a tendência observada expressa uma violação do valor da força de trabalho.

Portanto, é assim que o trabalhador comparece no cenário brasileiro, desvalorizado no mercado de trabalho, sem direito mesmo a um salário que seja capaz de recompor a sua força de trabalho e garanta a sua sobrevivência e de sua família, pois, nesta situação, não se garante ao menos que ele esteja em condições compatíveis para a sua exploração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as relações que se estabelecem no mercado de trabalho do Brasil, constatamos que a força de trabalho recebe um pagamento abaixo do seu valor, se configurando, sobretudo, como uma expressão real da superexploração. A trajetória de evolução do salário-mínimo no Brasil também nos mostrou que o valor da força de trabalho sempre se mantém, desde a sua implantação, muito abaixo do seu valor. Sendo assim, essa “violação” ou “transgressão” da lei do valor, conforme expressa Luce (2018), conforma um processo que é particularmente vivenciado pelos países dependentes.

Diante do exposto, observamos que o valor da força de trabalho expresso na forma de salário revela que uma economia dependente possui traços marcantes do quanto essa exploração pode alcançar graus inimagináveis. Isso porque, na tentativa de conter suas crises, o capital avança o quanto possível sobre o trabalho e torna a vida do trabalhador cada vez mais degradante, esgota suas forças físicas e psíquicas, retira seu prazer, seu lazer, sua saúde, a convivência com a família, enfim, escraviza o trabalhador das formas mais sutis e mais aviltantes.

Por fim, para superar suas próprias contradições, o capital avança sobre o trabalho e torna a vida do trabalhador cada vez mais degradada. E, nesse sentido, será necessário compreender os dilemas dessa “mercadoria peculiar que só existe na carne e no sangue do homem”, parafraseando Marx (2006). Isto é, irá desvelar o seu processo de exploração, ou melhor, nos termos aqui defendidos, de superexploração. Nesse contexto, cada vez mais inconciliável para a vida do trabalhador, só resta uma alternativa viável, rebelar-se contra essa condição assalariada que o aprisiona e romper definitivamente com esse processo de exploração engendrado pelo sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 399, de 30 de Abril de 1938**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 set. 2018.

_____. **Decreto-Lei Nº 2.162, de 1º de Maio de 1940**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 set. 2018.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm Acesso em: 29 out. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 3 set. 2018.

_____. **Lei Nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm Acesso em: 05 nov. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201807.html> Acesso em: 29 out. 2018.

GOMES, José Menezes. Entre Marx e Keynes: nem restauração capitalista, nem endividamento público – por uma saída anticapitalista. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. especial, p. 87-98. Out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> Acesso em: 29 out. 2018

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf Acesso em: 02 out. 2018.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. O mínimo salário mínimo. **Revista São Paulo em Perspectiva**. p. 26-32. Jul/Set.1988. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n03/v02n03_05.pdf Acesso em: 3 set. 2018.

NETO, Pedro Simões. **Salário e bem estar social**. Natal, 1979.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jaqueline Lima da. **O Assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços**: fundamentos para compreender a condição de assalariamento. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: Princípios de Economia Política Marxista. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

A INSERÇÃO DOS/AS EGRESSOS/AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES PRELIMINARES

Moema Amélia Serpa Lopes de Souza¹
Mônica Barros da Nóbrega²
Heloísa da Silva Barbosa³
Wagner Araujo⁴

Resumo: Este artigo apresenta a discussão temática sobre o mercado de trabalho profissional e a inserção dos/as egressos/as da Pós-Graduação em Serviço Social. Resulta da síntese dos resultados de uma pesquisa acadêmica que objetivou analisar a dinâmica de inserção dos/as egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UEPB no mercado de trabalho do estado da Paraíba. Constitui-se num estudo bibliográfico e documental que analisou os dados disponíveis na Plataforma Sucupira/CAPEs, Plataforma Lattes/CNPq e da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/UEPB. A síntese dessas informações identificou que a expansão do Ensino Superior privado e a inserção temporária no mercado de trabalho no âmbito das políticas sociais tem representado a atual configuração do mercado de trabalho que incorpora os/as egressos/as.

Palavras-chave: Contrarreforma Trabalhista. Mercado de Trabalho. Serviço Social. Egressos/as da Pós-Graduação.

THE INSERTION OF GRADUATE GRADUATES IN SOCIAL SERVICE IN THE LABOR MARKET: SOME PRELIMINARY REFLECTIONS

Abstract: This article presents the thematic discussion on the professional job market and the insertion of the graduates of Social Work Post-Graduation. It results from the synthesis of the results of an academic research that aimed to analyze the dynamics of insertion of the graduates of the Graduate Program in Social Work of UEPB in the labor market in the state of Paraíba. It consists of a bibliographic and documentary study that analyzed the data available on the Sucupira Platform / CAPEs, Lattes / CNPq Platform and the Secretariat of Graduate Studies in Social Service-PPGSS / UEPB. The synthesis of this information identified that the expansion of private higher education and the temporary insertion in the labor market

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social /UEPB, E-mail: serpamoema@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social /UEPB, E-mail: monicabnobreaga@yahoo.com.br

³ Graduanda em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: heloisaa.b@hotmail.com

⁴ Pós-graduando em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: wagnerse-so@gmail.com

within the scope of social policies has represented the current configuration of the labor market that incorporates graduates.

Keywords: Work Counter Reform. Work market. Social Service. Graduate students.

1 INTRODUÇÃO

É consensual entre os autores que discutem o mercado de trabalho numa perspectiva crítica, que a desregulamentação e flexibilização da legislação que ampara os/as trabalhadores/as é um fenômeno que tem atingido todas as profissões, neste sentido as reflexões apresentadas a seguir tem a intenção de colocar em discussão o processo regressivo do direito ao trabalho que tem afetado sobremaneira o mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

O presente artigo sistematiza os resultados da pesquisa “Mercado de Trabalho Profissional: a inserção dos assistentes sociais egressos da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB”, desenvolvida junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ PIBIC/UEPB/CNPq - cota 2018/2019, como parte das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS.

A preocupação central desta pesquisa foi analisar a dinâmica de inserção dos/as assistentes sociais egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UEPB no mercado de trabalho do estado da Paraíba, frente ao processo de contrarreforma das relações de trabalho no Brasil. Metodologicamente constituiu-se como um estudo de caráter documental e bibliográfico, privilegiando como fonte de dados o arcabouço jurídico que ordena as relações de trabalho, bem como os dados da Plataforma Sucupira/CAPES, Plataforma Lattes/CNPq e da Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UEPB. O lapso temporal do estudo compreendeu o período do último quadriênio 2015-2018, considerando que a primeira turma do Programa ingressou em 2013, tendo finalizado o curso no ano de 2015, só sendo possível identificar egressos/as a partir deste ano.

Destacamos a relevância desse estudo, na medida em que este visa adensar conhecimento crítico a área do serviço social sobre as particularidades da profissão, notadamente na realidade paraibana, buscando o aprofundamento teórico das tendências que assumem o trabalho no contexto atual e o processo de inserção

dos/as assistentes sociais egressos/as da pós-graduação neste mercado de trabalho, trazendo para o debate a particularidade de uma demanda de profissionais qualificados/as e sua incorporação numa realidade de avanço e agravamento da precarização, com fortes implicações para a vida desses/as trabalhadores/as.

Enfim, as reflexões aqui apresentadas intencionam fomentar as pesquisas sobre mercado de trabalho dos/as assistentes sociais que vêm se constituindo como um significativo campo de investigação em nossa área, sendo necessário ampliarmos as pesquisas na direção também do fortalecimento da Rede de Estudos sobre o Trabalho do Assistente Social – RETAS que vem articulando e apoiando os estudos sobre o trabalho profissional, produzidos nas últimas décadas.

2 A CONTRARREFORMA TRABALHISTA E SUAS EXPRESSÕES NO MERCADO DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

O capitalismo contemporâneo tem determinado profundas transformações na organização, gestão e regulação do mundo do trabalho, que vem se expressando através da agudização da precarização do trabalho e no processo de flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas.

Segundo Antunes (2010), a crise capitalista mundial vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, e, conseqüentemente, tem colaborado para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, que repercute também na esfera das profissões, expressando-se através da ampliação de contratos temporários e da subcontratação, do pluriemprego, da polivalência, da desespecialização, da informalidade etc.

A atual tendência da desregulamentação do trabalho representa um processo de desagregação da proteção social que se expressa nas relações, nos processos e na organização do trabalho. Concretiza-se, não só pelas modificações nas ações normativas, legais e jurídicas, mas pelas imposições de uma lógica mercantil e produtiva que desvaloriza o trabalho, pela via da intensificação do uso da força de trabalho, pela captura de sua subjetividade e pela ameaça frequente do desemprego e da desproteção social.

No caso brasileiro, a partir de 2017, a concretização das modificações na

legislação trabalhista agudiza a tendência contrarreformista na medida em que anula, restringe, flexibiliza o acesso à proteção ao trabalho. A proposição da nova legislação⁵ carrega uma lógica eivada de modernização do mundo do trabalho que desonera o capital dos custos com o trabalho e remete ao/a trabalhador/a uma suposta liberdade de empregabilidade e empreendedorismo, mas que não o desvincula do trabalho assalariado, produtor de mais valor, só que agora desprovido da proteção social.

Nesta direção, a configuração do mercado de trabalho dos/das assistentes sociais tem como elemento determinante as tendências atuais de gestão da força de trabalho, seja no âmbito público ou privado. As exigências de racionalização da força de trabalho para atender aos interesses do atual modelo da produção capitalista vêm produzindo uma flexibilização predatória do mercado de trabalho, que se reflete também no âmbito da profissão. Simultaneamente ocorrem importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as através da terceirização de serviços públicos por meio da subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras. Isso se reflete no âmbito da profissão através da ampliação do exercício profissional privado autônomo, temporário e fragmentado em projetos e tarefas, como também das parcerias público-privadas em diversas modalidades e áreas das políticas sociais (RAICHELIS, 2018).

Neste sentido, a atual configuração do mercado de trabalho dos/das assistentes sociais precisa ser refletida considerando dois aspectos: o mercado de trabalho de uma forma geral e as mudanças ocorridas no mercado de trabalho profissional, que corresponde ao que Raichelis (2018) aponta como a nova morfologia do trabalho dos/as assistentes sociais nos serviços públicos.

A inserção atual da profissão no mercado de trabalho pode ser acompanhada por alguns estudos, a exemplo da pesquisa do CFESS⁶ de 2005 e outra, mais atual, do DIEESE⁷ de 2013. Segundo os estudos do DIEESE (2013), que acompanhou a

⁵ No início do ano de 2017 foi sancionada a Lei nº 13.429 que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado, alterando dispositivos da Lei nº 6.019/1974, que regulamentava o trabalho temporário nas empresas urbanas. A continuidade do projeto de desestruturação do trabalho cristaliza-se através da aprovação da Lei nº 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista, que altera a CLT, modificando cerca de 200 dispositivos e passando a rever pontos específicos de outras legislações que continham interpretações favoráveis aos/as trabalhadores/as.

⁶ Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. / CFESS, 2005.

⁷ Quem são os assistentes sociais no Brasil. /DIEESE, 2013

evolução do mercado formal de trabalho, o número de assistentes sociais inseridos/as no mercado profissional apresentou um crescimento significativo, passando de 96.535 no ano de 2004, para 204.747 em 2013, demonstrando que num intervalo de 10 anos o número de profissionais duplicou, “muito acima do crescimento verificado no mercado de trabalho como um todo” (DIEESE, 2013, p. 4). O movimento de expansão das políticas públicas, bem como do terceiro setor, na primeira década dos anos 2000, impactou o mercado de trabalho profissional. Ocorreu também um expressivo crescimento dos níveis de ocupação da profissão na região Nordeste, que passou de 17,4% em 2004 para 29,4% em 2013, apontando uma desconcentração deste mercado que em 2004 apontava a região Sudeste com 48,8% dos/as assistentes sociais ocupados no país (DIEESE, 2013).

Alguns dados sinalizam que, até o início dos anos 2000, a inserção da categoria profissional neste mercado não requisita maiores níveis de qualificação e aperfeiçoamento. Os dados do CFESS (2005) demonstram que o mercado de trabalho incorpora, majoritariamente, profissionais que possuem apenas a graduação representando, em 2005, 55,34%. A especialização *latu senso* comparece com 36,26% de profissionais e com índices pouco expressivos aparecem os/as mestres/as com 6,49%, doutores/as representando 1,24% e pós-doutores/as com 0,67%. No Nordeste os/as especialistas representam 40,64% dos/as profissionais inseridos no mercado. Na disputa pela ocupação de postos de trabalho a qualificação via especialização aparece de forma significativa, inclusive para fazer frente a concorrência que vem privilegiando, mesmo no serviço público, análise de currículos como forma de ingresso em detrimento de concursos públicos.

Em que pese um movimento que sinaliza uma expansão no mercado de trabalho profissional o que se atesta é uma tendência que expõe os/as assistentes sociais ao desemprego em larga escala, a redução de postos formais de trabalho, a polivalência e multifuncionalidade no trabalho, ao aumento da terceirização e do empreendedorismo, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e de valorização do capital, em detrimento dos direitos trabalhistas.

Impõe-se uma nova morfologia do trabalho nos serviços públicos (RAICHELIS, 2018), fundamentada por uma nova legislação que oferece contratos de trabalho temporário com vínculos vulneráveis. Logo, impõe uma inserção precária no mercado por meio da expansão dos contratos flexíveis e a restrição dos direitos

trabalhistas como férias, licenças remuneradas e 13º salário, bem como a extensão da jornada de trabalho, a rotatividade e uma maior requisição de seletividade e imediatividade das ações profissionais.

Portanto, o mercado de trabalho profissional vem sendo marcado pela ausência de garantias do trabalho protegido, com graves repercussões sobre as ações profissionais e, como destaca Raichelis (2010, p. 759), “[...] as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários”. Essa instabilidade, por exemplo, é indutora da fragmentação e desmobilização dos/as trabalhadores/as, fragilizando também os vínculos com as organizações sindicais (DAVI *et al*, 2012).

Nessa mesma direção, Guerra (2010b) enfatiza que vem se configurado um mercado profissional, que requisita exigências de qualificação profissional, apresentando uma tendência de expansão que conjuga flexibilização e precarização que se expressam, dentre outros aspectos, nas “[...] mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários” (GUERRA, 2010a, p. 719).

A presença de um baixo padrão salarial tem sido outra marca nesse mercado, que ao incorporar profissionais os remete a buscar formas de complementação salarial, demonstrando, pois, o sobretrabalho dos/as profissionais que estão inseridos/as em mais de um espaço sócio ocupacional constituindo, portanto, uma ampliação do mercado de trabalho profissional determinado por uma expansão precarizada.

Cabe destacar que a expansão da terceirização, que também afeta este mercado de trabalho, dá-se transvestida de assessoria, em que profissionais se reúnem em cooperativas multiprofissionais para prestarem serviços, assim como atuarem através de empresas prestadoras de serviços que mantêm vínculos precários com as instituições públicas e/ou privadas. Embora as taxas de formalização do mercado de trabalho profissional sejam altas, passando de 66,0% em 2004 para 70,2% em 2013, considerando que o maior empregador da categoria seja o setor público (DIEESE, 2013), a expansão precarizada deste mercado já se

configura como um dado de realidade, inclusive na atividade da docência em função dos contratos de professor/a substituto/a.

Assim, podemos dizer que o mercado profissional enfrenta as tendências da nova gestão do trabalho, marcada pela precarização do trabalho e retirada de direitos, no qual também evidencia-se a descontinuidade do trabalho profissional e sua fragmentação, afetando a objetividade da sua atuação no âmbito das políticas sociais, bem como compromete a autonomia profissional, ainda que esta seja relativa, como afirma Iamamoto (1982). Essa tendência implica para os/as profissionais uma dimensão da precarização relacionada às condições de realização do trabalho, principalmente no que se refere ao cumprimento do sigilo profissional, condição indispensável para a não violação dos direitos dos/as usuários/as e do Código de Ética Profissional de 1993 e da resolução CFESS n. 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

Emergem como formas de violação do trabalho profissional e simbolizando o assédio moral que acaba permitindo,

[...] a quebra do sigilo ou à execução de tarefas de responsabilidade da justiça, como oferecer provas à justiça por meio de depoimentos e práticas de mediação; entregar prontuários à justiça, denunciar ou elaborar relatórios sobre usuários, fornecendo detalhes a respeito de sua vida pessoal que podem ser usados para diversas formas de punição: desde a criminalização até a descriminalização alimentada por preconceitos (BARROCO, 2015, p. 633).

Comparecem novas requisições que contrariam o Código de Ética Profissional de 1993 e as atribuições e competências legais da profissão, fomentando ações de caráter moral e punitivo que reatualiza um perfil profissional não sintonizado com o atual projeto ético político da profissão e com as Diretrizes Curriculares de 1996. Outro elemento cada vez mais presente na profissão é o processo de informatização, que ao invés de facilitar dinâmicas e processos de atendimento às reais necessidades dos/as usuários/as, contribuem para o controle excessivo do/a profissional e dos/as usuários/as por meio de uma racionalidade burocrática disciplinadora e unificadora dos processos que ficam cada vez mais burocráticos (SANTOS, 2010).

Essas reflexões apresentadas até o momento permitem identificar que o movimento de contrarreforma, ao tempo que investe contra o trabalho socialmente

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

protegido, também direciona sua ofensiva para as políticas sociais brasileiras, campo majoritário de inserção profissional. É neste contexto que precisamos situar a inserção dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social no mercado de trabalho e neste sentido, problematizar alguns aspectos da particularidade da política educacional, em especial o ensino superior brasileiro.

A formação de nível superior no Brasil, a partir dos anos 1990, tem sido marcada pela mercadorização evidente nas propostas de parcerias público-privadas regidas pelas orientações das demandas do mercado de trabalho e dos organismos internacionais do capital, a exemplo do Banco Mundial, seguindo a tendência das privatizações⁸, corporificando a trajetória declinante da universidade pública de qualidade. A crescente expansão do setor privado na educação superior, que atinge os níveis de graduação e pós-graduação, se consolida com o aumento quantitativo das instituições de ensino privadas, em que uma parcela significativa destas oferece modalidades de ensino à distância e semipresencial, que não priorizam o tripé ensino, pesquisa e extensão, princípios fundamentais da universidade pública, mas que estão fora dos interesses do mercado.

É importante destacar que o curso de Serviço Social tem sido um grande “filão” deste mercado representando um dos mais ofertados pelas instituições privadas de ensino e a ampliação dessas vagas se dá principalmente nas modalidades à distância, posto que o curso é de relativo baixo custo, o que beneficia o setor empresarial nacional e estrangeiro.

A contrarreforma na educação superior avança pela imposição da lógica gerencial e moldando as instituições para o firme propósito da privatização que vem se concretizando por meio

[...] da diminuição dos recursos destinados à universidade, do que resulta um sucateamento geral; pela introdução progressiva de cursos pagos; pela crescente parceria entre universidades e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento; pela instituição de formas de salário baseadas em gratificações, o que o torna precário e instável; pela introdução da GED, um claro instrumento da lógica empresarial, incompatível com a autonomia da universidade pública; pela “flexibilização” das

⁸ Um exemplo bem emblemático é o atual projeto do governo federal para as universidades públicas, o denominado “FUTURE-SE” minuta do projeto: <http://estaticog1.globo.com/2019/07/19/programa_futurese_consultapublica.pdf>

relações de trabalho, através da alteração do RJU, maior garantia de autonomia, substituindo-o pelo regime de “emprego público”, muito mais próximo das leis que regem o setor privado; pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do ‘professor substituto’, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho; e, enfim, pelo aviltamento salarial, com o claro objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior (TONET, 2012, p.85).

A introdução da lógica empresarial no ensino superior acompanha um cenário de competitividade e individualismo exacerbado para os/as docentes e discentes afetando a qualidade dos serviços prestados e promovendo um maior desgaste físico e mental. Essa lógica também converte as instituições de ensino superior em fábricas de diplomas, através do aligeiramento do processo de ensino em que o conhecimento é transmitido de forma mais rápida e simplificada possível tendo em vista o cumprimento da formação, independentemente da qualidade desta formação.

Dentro desta lógica, verifica-se o rebaixamento da concepção da educação superior como um direito social para a condição de mercadoria, assim “[...] temos visto no meio profissional que a corrida dos assistentes sociais para a sua qualificação os leva, em alguns casos, a participar de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio instrumental” (GUERRA, 2010).

Por fim, na formação no âmbito da pós-graduação a lógica mercantil tem supervalorizado a produção bibliográfica dos/as docentes e discentes e o encolhimento do tempo médio para a titulação de mestres/as e doutores/as, utilizando como parâmetro qualitativo a quantidade de produções acadêmicas, desse modo o acúmulo de certificados e declarações tornam-se mais importantes que a formação de novos/as pesquisadores/as e profissionais, rebaixando assim a qualidade da formação.

Contudo, não podemos desconsiderar que as entidades representativas da categoria profissional, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviços Social/ABEPSS e o CFESS, têm implementado estratégias de resistência na defesa de uma formação profissional alinhada ao projeto ético-político profissional, colocando-se contra, principalmente, ao ensino a distância, a implementação do mestrado profissional, dentre outras.

3 A INSERÇÃO DOS/AS EGRESSOS/AS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO

A realidade brasileira vem, desde os anos 1990, impondo novos desafios ao Serviço Social, especialmente no que diz respeito à formação e ao trabalho profissional, suscitando um permanente debate frente ao desmonte dos direitos sociais, da precarização do trabalho e do avanço do conservadorismo.

Produzir reflexões para apreender a dinâmica de inserção no mercado de trabalho de assistentes sociais egressos/as da pós-graduação em Serviço Social/UEPB, exige a problematização de dois eixos temáticos de análise: a formação profissional e o mercado de trabalho do/a assistente social, os quais mantêm uma vinculação por estarem vivenciando um movimento de expansão precarizada. O que se atesta é que tanto o ensino superior em serviço social, bem como seu mercado de trabalho, vem sofrendo as inflexões do processo de expansão e precarização capitaneado pela lógica do mercado. Sem sombra de dúvida, esse movimento tem repercussões significativas para a formação e para o exercício profissional constituindo-se em novos desafios à profissão.

Na realidade paraibana, universo de preocupação desta síntese, acreditamos que esse movimento se faz presente principalmente quando nos aproximamos de dados que revelam as particularidades da formação pós-graduada em Serviço Social em uma universidade estadual, no nosso caso a UEPB, e apreendendo as formas de inserção de seus/suas egressos/as no mercado de trabalho.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UEPB, iniciado em 2013, emergiu num contexto de expansão do ensino superior brasileiro, fortemente marcado por um processo de flexibilização e aligeiramento da formação profissional que atinge a graduação e a pós-graduação no Brasil, resultado do projeto em curso da contrarreforma do Estado. Numa defesa da mercantilização e gestão empresarial a educação superior brasileira “se põe em andamento uma política de pós-graduação adequada e atrelada aos interesses mercantis” (DAVI etll, 2014, p. 144). É neste contexto que se dá a expansão das pós-graduações em Serviço Social e registrando-se que “[...] na década entre 1996 e 2016, o crescimento percentual dos Programas de Pós-graduações nessa área foi próximo a 280% (passando de 12 para 34)” (CAPES, 2019, p. 5). Atualmente existem 36 cursos de pós-graduação na

área 32, como é denominada a área de Serviço Social, com 36 em nível de mestrado e 20 em nível de doutorado⁹.

Acompanhando esta expansão o PPGSS/UEPB assume o desafio da formação de novos/as pesquisadores/as e docentes no Nordeste, capacitados a desvendar a realidade social e nela intervir com qualidade, assim como o fortalecimento da formação profissional e do Serviço Social enquanto área do conhecimento, formando especialistas em Serviço Social qualificados a contribuírem na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas sociais em órgãos públicos e privados (DAVI *et. al*, 2014). Sua proposta pedagógica está alicerçada nas orientações da ABEPSS que carrega uma trajetória histórica de lutas, resistências, desafios e conquistas frente a essa proposta de educação mercantilizada através da reafirmação de uma direção para a formação profissional que se opõe ao direcionamento assumido pela política educacional brasileira.

O Programa vem fortalecendo a interiorização do ensino da pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste, particularmente na Paraíba, evidenciado pela presença sistemática de inscrições de candidatos/as provenientes de diversas cidades do interior da Paraíba, como também de residentes nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros. Esta demanda confirma a visibilidade do Programa na região, incorporando discentes provenientes das instituições de ensino públicas e privadas das cidades do interior do estado e do Nordeste (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

Em 2018, o PPGSS completou 06 (seis) anos de implantação, sendo submetido à primeira Avaliação Quadrienal – CAPES/2013-2016, mantendo-se com o mesmo conceito 3 (três), tendo a primeira turma concluinte em 2015, momento em que demandou refletir e propor mecanismos de acompanhamento dos/as egressos/as. As estratégias de acompanhamento tiveram como eixo norteador

[...] um perfil do egresso capaz de decifrar as expressões da questão social, tendo como referência a perspectiva da teoria social crítica. Isso pressupõe a apreensão da centralidade da categoria trabalho para decifrar a realidade social e a práxis humana e da categoria da totalidade para uma análise coerente da profissão, da diversidade humana e das relações sociais onde ela se insere

⁹ “Em síntese, a área de Serviço Social, em 2018, contabilizou 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos.” (CAPES, 2019, p. 7)

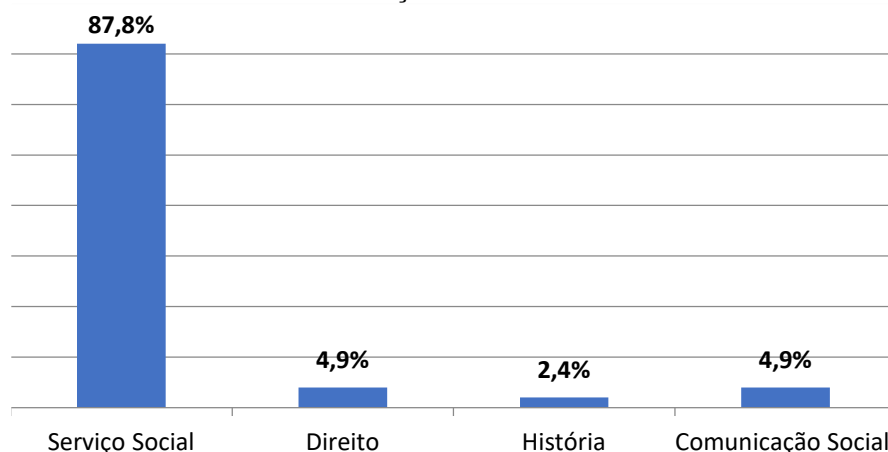
(CAPES/SUCUPIRA, 2018, p. 9).

Nesta perspectiva assume como proposta uma formação qualificada de docentes e pesquisadores/as na área capazes de problematizar e qualificar o debate, bem como fomentar propostas de enfrentamento da realidade socioeconômica e cultural do Brasil, em especial do Nordeste e da Paraíba.

Conforme os dados do Relatório Sucupira - CAPES de 2018, o PPGSS acompanhou 35 egressos/as que se titularam entre os anos de 2015 e 2018, desta forma incorporando o lapso temporal do último quadriênio. Este acompanhamento inclui o envio de formulário específico preenchido pelo/as egressos/as e o monitoramento do currículo *lattes* o que tem possibilitado um canal de comunicação com esse segmento.

As informações coletadas a partir desse acompanhamento permitiram identificar algumas particularidades da demanda para PPGSS. O primeiro destaque é relativo a formação profissional desses/as egressos/as que tem sido majoritariamente de assistentes sociais, considerando que do total de 35 egressos/as, 87,8% são provenientes da graduação em Serviço Social. O Gráfico 1 é ilustrativo da composição de assistentes sociais no Programa.

Gráfico 1 – Formação acadêmica dos/as egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

A área de Serviço Social, no sentido de campo da produção do conhecimento científico, vem incorporando profissionais das áreas afins e que, no PPGSS, vem persistindo graduandos/as das áreas do Direito, Comunicação Social e História,

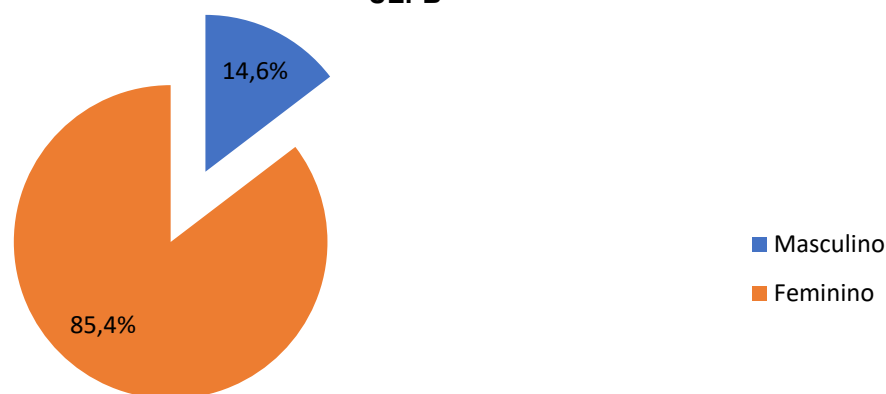
Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

muito embora não ultrapassem ainda 10% do total da demanda. É importante destacar que todas as propostas de estudo estão em sintonia com a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa, contribuindo para o fortalecimento e a consolidação da agenda de pesquisa no Serviço Social (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

Acompanhando o forte traço de gênero presente no Serviço Social identificamos a prevalência do sexo feminino, tendência que vem sendo apontada historicamente no processo de formação profissional. O número de mulheres representa 85,4%, enquanto o de homens apenas 14,6%, expresso no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Sexo dos/as egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

Essa tendência também é confirmada pelos dados da pesquisa realizada ABEPSS - gestão 2017-2018, que teve como objetivo traçar o Perfil dos/as discentes da pós-graduação em Serviço Social no país. Segundo dados desta pesquisa, 83% deste universo é composto por mulheres e apenas 17% pelo sexo masculino (ABEPSS, 2018).

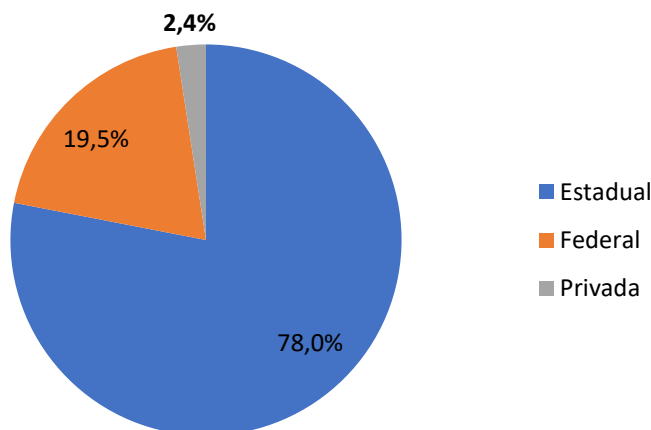
Seguindo ainda uma tendência nacional, o perfil dos/as egressos/as revela também um universo de discentes provenientes do ensino público. No Nordeste, em especial na Paraíba, a formação em Serviço Social pública e presencial tem constituído um caminho para o ingresso no ensino de pós-graduação. Os dados revelam que 78% dos/as egressos/as se formaram em instituição pública estadual, 19,5% pública federal e 2,4% instituição privada. Entretanto, a soma total dos

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

egressos advindos das universidades públicas em porcentagem seria de 97,5% e das privadas 2,4%. O gráfico 3, ilustra as informações a este respeito.

Gráfico 3 – Caráter das instituições em que os/as egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB se graduaram



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

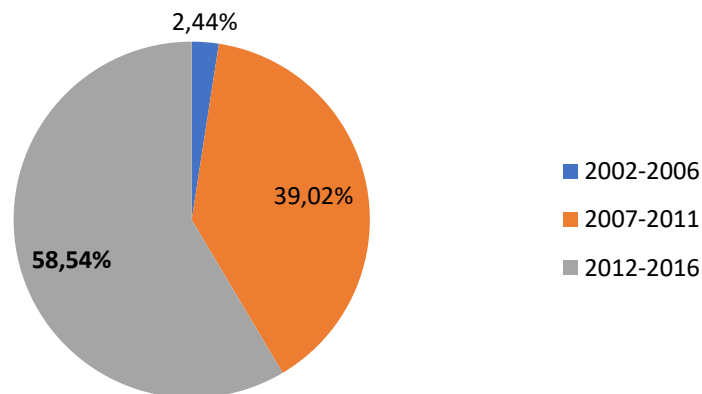
Neste universo de instituições públicas identificamos que o Programa vem incorporando um significativo percentual de discentes oriundos da UEPB, ainda que nem todos sejam provenientes da graduação em Serviço Social.

É relevante, a partir dos dados coletados, identificar a interface deste perfil de egressos com as requisições do mercado de trabalho, merecendo destaque o intervalo entre o ano de conclusão da graduação desses/as egressos/as e o seu ingresso na pós-graduação. É perceptível que o tempo médio, ou intervalo, entre a conclusão da graduação e a titulação de mestre revele uma busca de inserção no mercado de trabalho com uma melhor qualificação profissional. O Gráfico 4, a seguir, auxilia nesta reflexão.

Gráfico 4 – Ano de conclusão do curso de graduação dos/as egressos/as do PPGSS/UEPB

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

Diante dessas informações podemos considerar, embora numa avaliação preliminar, que os/as profissionais procuram cada vez mais cedo uma qualificação profissional pois 58,54% concluíram a graduação entre os anos de 2012 à 2016. Considerando que a primeira turma concluinte do PPGSS foi em 2015, é possível indicar que estamos incorporando um significativo contingente de profissionais recentemente saídos da graduação, ou com no máximo 3 anos de formado/a. Essa busca por qualificação pode estar relacionada a possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho pois também é relevante o percentual de profissionais que concluíram a graduação entre 2007 -2011, que representa 39,2%.

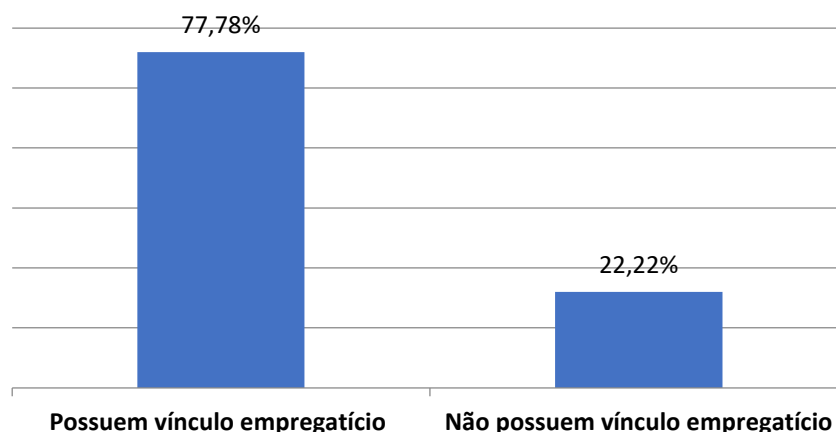
Na verdade, o mercado de trabalho tem impulsionado de forma significativa a procura por uma formação pós-graduada e mas nem sempre significa uma inserção direcionada para a docência. Entretanto, o perfil dos/as egressos/as do PPGSS vem revelando o papel significativo que o programa tem na formação de novos/as docentes na região.

Em relação à inserção dos/as egressos/as assistentes sociais no mercado de trabalho, 77,78% possuem vínculo empregatício e 22,22% não possuem nenhum tipo de vínculo, o que demonstra, em princípio, uma relevante incorporação pelo mercado de trabalho de profissionais pós-graduados. O gráfico 5 a seguir auxilia nas reflexões sobre as particularidades dessa inserção.

Gráfico 5 – Inserção dos/as egressos/as assistentes sociais do PPGSS/UEPB no mercado de trabalho profissional

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Fonte: SERPA *et.all*, 2019

Os dados do acompanhamento dos/as egressos/as realizado pelo PPGSS, expressam que as inserções profissionais têm a seguinte configuração: Do total de egressos/as acompanhados, 16 estão exercendo a docência em nível superior em cursos de graduação em Serviço Social, em instituições públicas e privadas, na modalidade presencial. Identificamos que desses/as profissionais, além da docência, 06 (seis) estão atuando também no exercício profissional no serviço público. Nesses casos, realizando uma jornada de trabalho intensificada pelo duplo vínculo e realização de atividades diferenciadas, a docência e o trabalho direcionado para as políticas sociais. Também identificamos que 16 egressos/as estão inseridos/as em instituições públicas exercendo, majoritariamente, a função de assistente social, trabalhando junto às políticas sociais, nas áreas de assistência social, saúde, habitação, criança e adolescente, previdência social e recursos humanos, desenvolvendo ações no âmbito de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Registra-se também a inserção de egresso/a em instituição privada e ONGS, embora de forma pontual (CAPES/SUCUPIRA, 2018).

A incorporação dos/as egressos/as pelo mercado de trabalho tem significativa participação na atividade da docência, em especial nas instituições privadas, que apesar de representar um mercado de trabalho em expansão, tem como característica

“[...] os contratos temporário, a insegurança, a instabilidade, a rotatividade, o assédio moral por parte de patrões e até de alunos, a redução de encargos trabalhistas, a desresponsabilização dos empregadores com o pagamento dos direitos trabalhistas, a exemplo do fundo de garantia pelo tempo de serviço (FGTS), ausência da contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias. Ainda mais,

de um modo geral, o valor da remuneração do trabalho pago aos professores não leva em conta as titulações acadêmicas, nivelando-os por baixo, tudo com amparo legal” (GUERRA, 2010b, p.97).

Os dados indicam uma inserção precária no mercado de trabalho da docência, pois também possuem outro vínculo empregatício, o que caracteriza o pluriemprego que segundo Guerra (2010b), é marcado pela inserção sócio profissional em duas ou mais políticas sociais, ou em duas ou mais atividades, vivenciando a rotatividade no emprego, instabilidade e insegurança, a jornada de trabalho extensa e os baixos salários.

As primeiras aproximações analíticas nos direcionam a apontar que a forte tendência contrarreformista que atinge a política educacional e a proteção ao trabalho, com a Reforma Trabalhista de 2017, já são bem visíveis e presentes no mercado de trabalho profissional, inclusive atingindo profissionais com formação pós-graduada. A expansão do ensino superior privado e a inserção temporária no mercado de trabalho no âmbito das políticas sociais, também precarizadas, tem representado a atual configuração do mercado de trabalho que incorpora os/as egressos/as dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Nordeste, em especial na Paraíba.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto, o processo de contrarreforma no país tende a acentuar-se em todas as esferas, em virtude da expansão de políticas neoliberais que tem promovido o desmonte das políticas sociais e dos direitos sociais principalmente por meio de cortes nos investimentos nessas áreas para assegurar os interesses do capital. Nesse sentido lutar pelas políticas sociais é uma forma de resistência aos retrocessos dos direitos da classe trabalhadora.

O material analisado permite identificar a relação existente entre a mercantilização da educação e a contrarreforma trabalhista como parte de uma mesma racionalidade correspondente às requisições capitalistas, que exigem a formação de um novo perfil profissional individualista, competitivo, desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional capaz de se adaptar prontamente a

constante flexibilização e desregulamentação do mundo do trabalho. Além disso, o setor educacional tem sido alvo de organismos internacionais e de grupos empresariais e financeiros como uma fonte de rentabilidade rápida aos investimentos do capital.

Dentro de suas possibilidades e limites as análises apresentadas indicam um perfil geral dos/as egressos/as da pós-graduação em Serviço Social e sua inserção no mercado de trabalho profissional. Podemos constatar que o PPGSS /UEPB vem atendendo aos requisitos de formar recursos humanos qualificados para o exercício da docência e do exercício profissional nas diversas políticas sociais, entretanto a inserção no mercado de trabalho corresponde a uma lógica que submete trabalhadores/as, ainda que sejam qualificados/as, aos interesses da supressão de direitos e desvalorização da força de trabalho. Neste sentido, os investimentos em qualificação profissional não distanciam a força de trabalho das ofensivas precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo. Cortez, 2010.

BARROCO. Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 124, São Paulo: Cortez, 2015, p. 623-636.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área do Serviço Social**. São Paulo, 2019.

CAPES/SUCUPIRA. **Relatório Sucupira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. Brasília, 2018.

DAVI, Jordeana. *et al.* **As Configurações do Trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos municípios de Campina Grande e João Pessoa- PB**. Relatório Final (PIBIC) - CNPQ. Campina Grande, UEPB. 2012.

DAVI, Jordeana. *et al.* A Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e os desafios de sua implantação no contexto de mercantilização do Ensino Superior. IN: FERRIZ, Adriana et al. **O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórica-metodológica**.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

EDUEPB, 2014.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Quem são os assistentes sociais no Brasil. São Paulo, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.104, p. 715-736, 2010a.

_____. Serviço Social: Dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. *In: COSTA, G. M. et al (Orgs.). Crise contemporânea e Serviço Social*. Maceió: Edufal, 2010b, p, 85-110.

IAMAMOTO, M V; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *In: Serviço Social e Sociedade*. n 104, São Paulo: Cortez, 2010, p, 750- 772.

_____. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In: A nova morfologia do trabalho no Serviço Social/organização*: Raquel Raichelis, Damares Vicente, Valéria Albuquerque. – São Paulo: Cortez, 2018.p 25 -65.

SANTOS, S.M.M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p. 695-714.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL COMO REQUISITO À IDENTIDADE PROFISSIONAL

Mônica R. N. dos Santos¹

Resumo: trata-se de um estudo, à luz da ontologia, sobre a instrumentalidade do Serviço Social, marcadamente, sua dimensão técnico-operativa, a fim de saber se ela atua como camisa de força, engessando a potencialidade do exercício profissional nos desafios cotidianos ou, se constitui como requisito fundamental para o estabelecimento da identidade profissional, ou ainda, ambas as possibilidades jogando peso, em proporções diferenciadas, para a composição da carreira do assistente social. Trabalho realizado a partir da análise das obras de autores como Netto (1996), Guerra (1999 e 2012), Trindade (2001 e 2012), entre outros, buscando contribuir com o debate e a reflexão sobre o tema.

Palavras-chave. Serviço Social; Instrumentalidade; Dimensão Técnico-operativa; Identidade Profissional.

INSTRUMENTALITY OF SOCIAL SERVICE AS A REQUIREMENT FOR PROFESSIONAL IDENTITY

Abstract: this is a study, in the light of ontology, about the instrumentality of Social Work, notably, its technical-operative dimension, in order to know if it acts as a straitjacket, plastering the potentiality of professional practice in daily challenges. or, if it is a fundamental requirement for the establishment of professional identity, or both possibilities, throwing weight, in different proportions, to the career composition of the social worker. Work carried out from the analysis of the works of authors such as Netto (1996), Guerra (1999 and 2012), Trindade (2001 and 2012), among others, seeking to contribute to the debate and reflection on the subject.

Key words. Social Service; Instrumentality; Technical-operative Dimension; Professional Identity.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que integra o rol das profissões sociais. Nos antecedentes do Serviço Social no Brasil verifica-se que, enquanto protoforma², ele

¹ Mônica Regina Nascimento dos Santos. Profa. Me. da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão. Aluna do Programa de Pós-graduação em nível de Doutorado da Faculdade de Serviço Social da UFAL, monica.santos@delmiro.ufal.br.

² “poderíamos denominar prefigurações ou protoformas” (MARINQUE CASTRO, 2000, p. 29).

emerge em um contexto de ebulição, representado pelos conflitos travados entre o operariado – na luta por melhores condições de trabalho – e a classe dominante – em sua ânsia pelo aumento da produção e dos lucros –, no processo brasileiro de industrialização.

Intervindo sobre esta ebulição e na tentativa de mantê-la sob controle, instituições ligadas aos grupos dominantes – notadamente de natureza religiosa, a exemplo da igreja católica –, inicia um conjunto de ações sociais caritativas de amparo ao trabalhador e suas famílias. O que marca tenazmente o surgimento das atividades de assistência social como ação à serviço da classe dominante, no trato da questão social³, uma intervenção social caritativa para a reprodução da classe trabalhadora enquanto tal. A I Conferência de Ação Católica em 1922, pode ser considerada um exemplo enquanto grande expressão desse momento.

O processo de profissionalização, por sua vez, para alguns autores, se inicia com a criação da primeira Escola de Serviço Social em 1936 pela Pontifícia Universidade Católica. No entanto, segundo Marinque Castro (2000), a criação de um curso⁴, por si só, não é suficiente para a configuração do início de uma profissão. Ela advém de um chão social sólido, aquele que a demanda, uma vez que: “na emergência profissional do Serviço Social não é este que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é *a existência deste espaço que leva à constituição profissional*” (NETTO, 1996, p. 69).

A profissão surge ancorada nas lutas sociais⁵, não como evolução das formas de caridade, a exemplo do damismo⁶, mas, como produto histórico, de acordo com Montaño, o profissional é antes de tudo um trabalhador assalariado, e assim sendo, possui uma ocupação e funcionalidade específica na divisão sócio técnica do

³ Marilda Vilella Iamamoto define a questão social como “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista ‘madura’ e tem uma raiz comum: o fato de a produção social ser cada vez mais coletiva, tornando o trabalho amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por partes da sociedade” (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

⁴ “A criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão. A fundação das primeiras escolas – 1925, Chile; 1936, Brasil; 1937 Peru – apenas revela momentos específicos de um processo de manutenção que atinge um ponto qualitativamente novo quando a profissão começa a se colocar sua reprodução de modo mais sistemático” (MARINQUE CASTRO, 2000, p. 35).

⁵ “não é a *continuidade* evolutiva da protoformas ao serviço social que esclarece a sua profissionalização, e sim a *ruptura* com elas concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, *independentemente das protoformas*, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho” (NETTO, 1996, p. 69).

⁶ Ação caritativa realizada pelas damas engajadas nas igrejas, também podem ser as ações caritativas realizadas por Primeiras-damas.

trabalho, bem como, possui uma legalidade própria de sua função, sob cuja, contribui no processo de orientação da classe trabalhadora em seus enfrentamentos cotidianos.

Por essa perspectiva, os enfrentamentos da ação cotidiana, geralmente, impõem, ao mesmo tempo, uma dupla natureza: interventiva e controladora, atuando tanto na manutenção e aperfeiçoamento das funções do sistema, quanto na instrumentalização e revitalização da classe trabalhadora em seus embates no interior da luta de classes.

Por sua natureza, essa atuação dual lança questionamentos ao papel do assistente social no exercício profissional, desse modo, esse artigo apresenta um estudo de caráter preliminar⁷, sobre a instrumentalidade do serviço social, com foco para a singularidade de sua dimensão técnico-operativa. A “singularidade ‘é rica de determinações quando ela é o anel conclusivo da universalidade concreta à singularidade como fim do processo do pensamento” (LUKÁCS, apud GUERRA, 1999, p. 15).

Pressupondo o importante papel que a intencionalidade das ações humanas representa para o constructo social, busca entender a funcionalidade da instrumentalidade do serviço social no desenvolvimento da carreira do assistente social em uma sociedade pautada no trabalho alienado, assentada sob a luta de classes.

Obviamente, a instrumentalidade é uma singularidade do serviço social que merece ter analisada com rigor metodológico, toda a sua idiosincrasia, aqui, optou-se por estudá-la à luz da ontologia do ser social, que fundado pelo trabalho, é a síntese de múltiplas “*determinações materiais e ideais, as quais incorporam não apenas o fazer, mas o porquê, o para que e o quando fazer, ou seja, a intencionalidade das ações humanas*” (GUERRA, 1999, p. 14).

A dimensão técnico-operativa não representa apenas o conjunto de instrumentos a ser utilizado pelo sujeito no exercício de sua função, tem uma particular importância no desenvolvimento sócio-ocupacional da profissão, bem

⁷ Trata-se de minhas primeiras incursões nesta área, pela mediação da disciplina Estudos Avançados em Serviço Social².

como, sofre as intervenções do tempo histórico⁸. Em sua atuação, quando interpelado pelas requisições inerentes ao exercício profissional, o assistente social mobiliza uma série de saberes e procedimentos a partir de escolhas políticas mediadas, ao mesmo tempo, por sua formação e experiência acumulada em sua prática cotidiana. O quão funcionais para o capital suas escolhas podem ser? O quão limitadoras e/ou propulsoras de sua intervenção essas escolhas podem ser? O instrumental que mobiliza, a partir de suas escolhas, lhe confere um know-how capaz de sedimentar sua identidade profissional, ou, apenas contribui para engessar sua atuação, limitando sua intervenção aos elementos técnico-operativos previamente constituídos? Há espaço para alguma ressignificação? São muitas as questões que podem ser lançadas ao processamento da instrumentalidade, neste texto, porém, serão destacadas minimamente aquelas pertinentes à composição de uma identidade profissional.

2 A INSTRUMENTALIDADE E SUA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA PRÁTICA COTIDIANA

De acordo com Costa (2008), a década de 1990 concentra as principais produções sobre o tema da instrumentalidade do Serviço Social, ainda assim, para Guerra (1999), a revisão da literatura demonstra “ausências e insuficiências na abordagem sistemática das questões que permeiam a intervenção profissional do assistente social [...] o tratamento dessa questão ainda encontra-se muito aquém das necessidades que se projetam nesse âmbito” (P. 21).

O processo de reconceituação vivenciado no Brasil, na década de 60⁹ e

⁸ Uma professora do Serviço Social, certa vez afirmou: “no meu tempo chamávamos instrumentos da profissão apenas” (referindo-se aos relatórios próprios da função), e “agora chamam de instrumentalidade, e dimensão técnico-operativa mas não sabem preencher devidamente os tais relatórios”. A fala desta professora serviu de mote para esta investigação.

⁹ “Assim, os ‘modos de aparecer’ do Serviço Social, manifestados no ‘fazer’ dos profissionais, são definidos ao longo do processo histórico da profissão, processo este complexo e contraditório, gestado no confronto das classes sociais que a intervenção profissional polariza. É isto que, no nosso entendimento, atribui a dimensão do ‘novo’ à intervenção profissional: o processo de renovação vivenciado pelo Serviço Social, a partir da década de 60, caracterizado pela presença de novas forças no seu interior como determinação particular de um processo amplo [...] Esse processo – cujo marco, no Brasil, é conhecido como movimento de reconceituação [...] convoca os profissionais a refletirem sobre os fundamentos teóricos, princípios e postulados do Serviço Social” (GUERRA, 1999, p. 22).

configurado pela presença e confluência de novas forças políticas e sociais, instaurou, no interior da profissão, um conjunto de reflexões – de diferentes matizes teóricas – sobre os fundamentos teóricos e postulados do Serviço Social, tornando, de certa forma, periféricas as discussões e reflexões sobre técnicas e instrumentos do fazer profissional. Desde então, o Serviço Social tem incorporado uma “modalidade de razão, a qual tem conferido um patamar diferenciado ao projeto profissional” (COSTA, 2008, p.10). Tem vivenciado o predomínio da razão abstrata e dicotomias onde teoria e prática têm percorrido caminhos bifurcados, em certos contextos bastante perigosos – como se fosse possível separar teoria e prática – caminhos quase opostos. Como se a teoria tivesse como função engessar a prática e vice-versa.

O redirecionamento teórico no interior da profissão acabou por tensionar o pêndulo da balança para os aspectos teóricos em detrimento dos elementos práticos¹⁰, o que gerou segundo Guerra (1999, p. 25), no interior da categoria, três tendências que se manifestam de forma híbrida: a) a “prática como o fundamento de determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas”; b) “as construções teóricas são determinantes da prática” e, c) “as teorias como processo de reconstrução da realidade”. Esta última, dimensiona acertadamente a relação teoria prática, mas, ainda “reclama a ausência de indicativos teórico-práticos que possibilitem romper com o ranço conservador que acompanha a trajetória da profissão” (Idem, p. 26).

Nos três casos, os instrumentos ou as teorias, acabam por ocupar a centralidade das preocupações, deste modo, fazendo permanecer o hiato entre a relação teoria e prática. Há que se questionar então, sobre o lugar da instrumentalidade no corpus de saberes que constitui a profissão.

De acordo com Trindade (2012, p. 98), o “instrumental coloca-se como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de demandas sociais relacionadas a necessidades reais, permeadas pelas relações sociais. Não

¹⁰ “Há quase um consenso estabelecido na categoria de que a ‘evolução’ da profissão pós-reconceituação fecundou num único sentido: o do aprofundamento teórico-metodológico em detrimento da prática profissional, o que sugere haver uma dicotomia entre teoria e prática, originada pelos ‘acertos teóricos’ (?) em detrimento das reflexões sobre a prática profissional e, o que é ainda mais grave, pressupõe que a retomada da questão deva assumir a direção inversa: da prática à teoria” (GUERRA, 1999, p. 24).

se constituindo, portanto, em um acervo neutro e meramente técnico”, quer se tenha consciência ou não disto. São antes de tudo instrumentos sociais com impacto na coletividade, mesmo quando utilizados isoladamente.

A instrumentalidade, enquanto tal, é fundada por três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa –, que se complementam. As dimensões que “conformam a profissão não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interagentes, ainda que possa haver, em situações determinadas, [...] o predomínio de uma sobre a outra” (GUERRA, 2012, p. 39).

Costa (2008, p. 43) na esteira de Yolanda Guerra, afirma que a instrumentalidade do Serviço Social pode ser compreendida como a capacidade que o profissional possui de “mobilização e articulação dos instrumentos necessários à consecução das respostas às demandas postas pela sociedade” para tanto, ele precisa lançar mão de um “conjunto de referências teóricas e metodológicas”, o que implica acionar – a partir de julgamentos prévios – “valores e princípios, instrumentos, técnicas e estratégias que deem conta da totalidade da profissão e da realidade social”.

A dimensão técnico-operativa integra uma tríade, cujos elementos estão intrinsecamente articulados, e compõem o que se pode chamar de dimensões prático-formativas. Este instrumental técnico-operativo é “parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais”, portanto, não podem ser vistos “como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada” (TRINDADE, 2012, p. 71).

A ação do Serviço Social possui um sentido que lhe é conferido pela *práxis social*, este sentido materializa uma natureza ao mesmo tempo formativa, interventiva e investigativa, elementos fundamentais que estão na base de suas dimensões. A natureza do Serviço Social se expressa por meio de suas dimensões, cada uma delas e suas respectivas naturezas sociais, não podem ser vistas em separado, isto é feito aqui apenas em termos didáticos.

É preciso, pois, pensá-las “de modo articulado e orgânico”, mas, ao mesmo tempo, “reconhecendo a particularidade de cada uma”, o que “permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade”. Em síntese, significa utilizar uma modalidade de razão que permita

pensar a “relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para a finalidade ideal, (para que) através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva” (SANTOS; FILHO; BACKX, 2012, p. 18, grifo nosso).

A realidade concreta, com todas as expressões da questão social e as interpelações subjetivas nos fornece os elementos chave para o entendimento dessa relação, bem como, a compreensão da função dos instrumentos e da importância em se utilizar os melhores meios ao alcance dos objetivos cuja escolha não é eminentemente teleológica.

Na prática cotidiana, para o exercício de sua função, o profissional se depara com um conjunto de ações para as quais precisa elaborar as melhores respostas. A ação cotidiana do assistente social foi assim categorizada¹¹ por Trindade (2012, p. 71): a) de *caráter individual* para o atendimento direto os usuários dos serviços sociais; b) de *caráter coletivo* para o atendimento aos usuários dos serviços sociais; c) de *caráter administrativo organizacional*, utilizados na articulação inter e intra-institucional e na gestão dos serviços sociais; d) de caráter formativo expresso na *formação profissional, de capacitação e de pesquisa*.

O uso e desenvolvimento de cada uma delas envolve uma legalidade própria que está na essência da natureza de suas atribuições, isto lhe assegura um perfil profissional, mas, para além disso, incorpora e é constituinte das relações que são travadas no interior da luta de classes. Nas palavras de Guerra (1999).

A instrumentalidade posta na relação dos homens com o objeto do trabalho, no ato da produção, é transportada para a relação com outros homens e ‘cria o domínio daquele que não produz sobre a produção e o respectivo produto. Assim como aliena a própria atividade, da mesma maneira outorga a um estranho a atividade que não lhe pertence’ (MARX, 1975: 168). Esta apropriação de uns pelo trabalho de outros, que se realiza na vida prática dos homens, tem na propriedade privada o seu resultado e meio de realização (GUERRA, 1999, p. 104).

Os instrumentais lançam luzes sobre a compreensão da atividade laboral que se executa, ajudando a compor um perfil técnico. Embora, o assistente social – do ponto de vista ontológico – não realize trabalho, haja vista que não transforma a

¹¹ “Na consecução dessas ações os profissionais utilizam instrumentos e procedimentos interventivos, materializando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre as ações e os instrumentos” (TRINDADE, 2012, p. 70). As escolhas são mediadas, no interior da profissão, pelo projeto ético-político do serviço social.

natureza para a produção de bens materiais, não deixa de ser uma atividade laboral remunerada, consubstanciada como profissão funcional ao capital, logicamente inserida “na teia de relações capitalistas” (Idem). A instrumentalidade mobilizada pela força de trabalho – salvaguardando todas as mediações entre os diversos complexos sociais acionados – joga peso na participação, direta ou indireta, na produção de bens de troca que é a base desta sociedade.

Desta feita, não há neutralidade possível no uso – consciente ou não – deste ou daquele instrumento pelo profissional. Para além das escolhas feitas pelos profissionais nos atendimentos, mesmo que em espaço reservado, sua atuação é sempre social. As requisições a que atende, fazem parte de uma engrenagem que ultrapassa os limites do mero preenchimento de relatórios ou execução de anamnese do grupo atendido.

A dimensão técnico-operativa é uma ação, que mesmo quando exercida isoladamente pelo assistente social, diz respeito, por seu caráter interventivo, à divisão sócio técnica do trabalho. Em uma sociedade à base do trabalho alienado, os sentidos essenciais da atividade que o profissional do serviço social executa, geralmente lhe escapam. O projeto ético-político¹² da profissão, em seu compromisso com o combate às desigualdades, acaba por ser um grande mediador, lançando luzes ao fazer técnico-operativo, quando contribui para (re)pensar os sentidos da intervenção.

De acordo com Iamamoto a plena afirmação do projeto ético-político no exercício da função, requer determinadas posturas éticas – comprometimento político de uma atividade, antes de tudo social – por parte dos profissionais, segundo as quais, é preciso remar contra a maré, nesse sentido, é fundamental seguir defendendo “a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas”. (IAMAMOTO, 2000, p. 140). O que acrescenta diversos desafios ao conjunto dos profissionais e uma série de desdobramentos ideo-políticos considerando as idiossincrasias do caráter interventivo da profissão.

¹² O projeto ético-político está materializado no código de ética de 1993, que rege a profissão, acostado na legislação regulamentadora da atividade profissional, na lei nº 8. 662/1993 e nas diretrizes curriculares que embasa o curso de Serviço Social, Resolução nº 15 de 2002.

3 IDENTIDADE PROFISSIONAL: PARTICULARIDADES DA PROFISSÃO

Tendo o projeto ético-político a força de mediar a ação profissional, deste modo, o que confere identidade ao profissional, é o projeto ético-político ou o instrumental que mobilizado, instaura o *modus operandi*¹³ nos espaços interventivos? Ou seria falsa essa questão? Sendo falsa essa questão, o caráter da profissão, incluído aí o seu perfil não estaria dado pela própria sociedade, quando põe em marcha a divisão social do trabalho? Ou pela reprodução social de relações alienantes em uma sociedade alienada, onde as condições materiais acabariam por pré-determinar o conjunto destas relações e funções laborais nela presentes?

Esses meios de trabalho ou condições materiais, medeiam a relação entre a força ou capacidade de trabalho e o objeto sobre o qual incide sua ação, mediante um projeto ou finalidade. O que cabe aqui sinalizar é que os meios de trabalho incorporam, não apenas os instrumentos necessários à transformação do objeto, mas também *todas as condições materiais* sob as quais o trabalho se realiza (cf. Marx, 1985: 151). Os meios de trabalho são para Marx, os indicadores do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das condições sociais em que o trabalho se processa (GUERRA, 1999, p. 102).

Obviamente, o Serviço Social é uma ação que não se insere na produção de bens materiais, mas como parte do complexo social, não é arbitrária, como ação social é determinada historicamente, joga peso, por sua natureza interventiva, na reprodução e controle da força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas em geral, corrobora para o desenvolvimento da instrumentalidade do serviço social, que por sua vez, expande proporcionalmente os desafios da profissão e as contradições inseridas na relação capital/trabalho. Tanto mais desenvolvida a profissão, mais joga peso – mas não só isso – na conformação da classe trabalhadora, por um lado, e por outro, a educa em sua jornada na busca por emancipação.

Mas ora, não é isso que ocorre – em menor ou maior grau – em todas as

¹³ O material técnico com o qual o assistente social desenvolve a sua função diz respeito a: fichas de admissão, cadastros de usuários, mapas estatísticos, relatórios administrativos, documentação oficial, pareceres, declarações, fichas sociais, prontuários entre outros. Todos mobilizam um conjunto próprio de saberes. (TRINDADE, 2012, p. 83-85).

profissões? Então, quais especificidades¹⁴ contribuem para diferenciar o Serviço Social das demais atividades que compõe, de uma forma ou de outra, a força de trabalho?

A profissão surgiu eminentemente feminina, grupo constituído majoritariamente por mulheres solteiras da classe média, possuidoras de um capital cultural, desempenhando papel educativo com forte apelo moral. De lá para cá muita coisa mudou¹⁵, é fato, mas ainda assim, convém considerar o que afirma Verdès-Leroux.

Se as características objetivas dos diferentes grupos profissionais (e os traços que os diferenciam entre si) correspondem, globalmente à função ideológica que estão chamados a desempenhar (e às suas diferenciações), elas devem, igualmente, ser relacionadas às estratégias próprias dos segmentos de classes em que esses profissionais são, em sua maioria, recrutados. Em outras palavras: as características dos grupos adquirem suas significações na escala das relações de dominação a que servem como instrumento e, ao mesmo tempo, na escala das estratégias de reconversão específicas de seus grupos. (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 46).

A identidade profissional materializa um perfil com significações próprias, articuladas à classe a que pertence e aos grupos a que representa e, sobretudo, obedecendo ao perfil do mercado profissional¹⁶, neste sentido, as mudanças no mercado de trabalho, seu desenvolvimento tecnológico, tende a influenciar o perfil profissional. A identidade profissional, de um modo ou de outro, acaba sendo impactada pelas requisições e demandas do mercado de trabalho, posto que, “à medida que se altera o perfil do mercado profissional de trabalho, as demandas se

¹⁴ E se formos pensar em nível de América Latina outras questões podem ser acrescidas, por exemplo, existe um serviço de “signo popular ou de caráter proletário”, entre outras questões (MARINQUE CASTRO, 2000, p. 28).

¹⁵ O método figurou entre as principais mudanças ocorridas. “Em relação aos “métodos profissionais” de *Caso, Grupo e Comunidade*, pode-se afirmar que sua disseminação trouxe um embasamento técnico mais consistente para a ação profissional, com a conseqüente utilização de um instrumental mais elaborado. No entanto, neles prevalece a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir um instrumental-técnico, com maior precisão e controle. Aqui está presente uma concepção de método limitada a um conjunto de procedimentos predeterminados, com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas, que por sua vez são abordados apenas como atitudes e habilidades”. (TRINDADE, 2001, p. 14).

¹⁶ “partimos da premissa de que a configuração das relações sócio-políticas desenvolvidas na base sócio-ocupacional do Serviço Social rebate no perfil dos instrumentos mobilizados pelos profissionais. Isto porque, à medida que se altera o perfil do mercado profissional de trabalho, as demandas se colocam sobre novas condições, modificando as requisições profissionais. Conseqüentemente como instrumental técnico-operativo é acionado para potencializar as ações profissionais – voltadas ao entendimento dessas demandas e requisições – ele assume configurações diferenciadas à medida em que muda a base sócio-ocupacional do Serviço social” (TRINDADE, 1999, p. 14).

colocam sobre novas condições, modificando as requisições profissionais” (TRINDADE, 1999, p. 14). Depreende-se dessa afirmação que o próprio assistente social é um instrumento – enquanto força de trabalho – que, historicamente, ganha significado nas relações de dominação, a serviço dos interesses de classe. Contudo, segundo Netto (1996, p. 48), a história não é “um puro desenrolar de requisições econômico-sociais que convocam respostas automaticamente necessárias”. Está sendo “construída por protagonistas histórico-sociais”.

Como instrumento a serviço de um projeto, a ação do assistente social participa tanto na construção de posturas conservadoras quanto críticas. Para onde o pêndulo irá pender não depende apenas da subjetividade, pois que a realidade não é regida apenas pela teleologia, mas sim pela relação intrínseca entre teleologia e causalidade, sob regência da objetividade.

É possível apreender, pelo exposto até agora, pelo menos três esferas de significações para a constituição da identidade profissional: a) social regida pelas relações sociais e suas conseqüentes requisições econômico-sociais; b) política determinada pelo projeto ético-político e, c) prática, presente na dimensão técnica-operativa no processo de escolha do profissional pelo melhor aporte técnico para o exercício de suas atividades. Juntas conformam a cultura do Serviço Social.

São três esferas que dão significado ao exercício da função e precisam ser compreendidos como uma totalidade, pois é esta totalidade que atribui identidade ao profissional. Apenas como totalidade é possível verificar uma identidade plena de sentido. Deste modo o perfil profissional não pode ficar refém da instrumentalidade¹⁷, em que “conhecimentos e valores acabam subsumidos ao fazer imediato do assistente social, o que os torna reféns da razão instrumental” (GUERRA, 2012, p. 62). Por outro lado, também não pode ser engessado por uma determinada visão abstrata de mundo. “as necessidades de legitimação da ordem burguesa levam à persistência de um pensamento que nega a constituição ontológica do real como totalidade, referendando uma racionalidade que não

¹⁷ “É evidente que há várias concepções de Serviço Social em disputa no interior da categoria, as quais se articulam com projetos profissionais e de sociedade. Da forma de conceber a profissão infer-se suas funções sociais, o seu *que fazer*. Neste âmbito, podemos perceber que na imagem social da profissão, bem como na sua autoimagem, há uma clara incorporação da noção (equivocada) de Serviço Social como Técnica Social ou Tecnologia (conjunto de técnicas) destinada a solucionar problemas imediatos no sentido de administrar conflitos, adaptar indivíduos ao meio e construir a sociabilidade adequada às necessidades e interesses da ordem burguesa” (GUERRA, 2012, p. 62).

considera as determinações referentes à ruptura entre ser natural e ser social¹⁸ (TRINDADE, 2001, p. 04). Em Marx, ao contrário, natureza e sociedade compõem uma totalidade.

Entretanto, há em Marx uma distinção entre o modo de ser, de se constituir dos objetos e o método utilizado no conhecimento desses objetos. Ao atribuir a primazia do primeiro sobre o segundo, concebe que é o objeto que prescreve o caminho que conduz ao seu conhecimento: é singularidade que determina o encaminhamento metodológico, do mesmo modo que a escolha do método não se reduz ao arbítrio do sujeito, mas constitui-se na angulação mais adequada à apreensão da estrutura do objeto pelo sujeito. Se a sociedade possui estrutura, natureza e dinâmica específicas, o estatuto teórico da análise da sociedade não pode ser o mesmo que o da natureza. Estabelece, deste modo, a distinção entre os métodos de conhecimento aplicados à natureza e à sociedade (GUERRA, 1999, p. 82).

A natureza do trabalho do assistente social é dada socialmente – embora a natureza nunca possa ser eliminada – não podendo ser regida pelas leis naturais simplesmente. O Serviço Social precisa construir – em articulação direta com os outros complexos sociais – uma “teoria social que extraia do movimento do ser social na sociedade burguesa as suas determinações concretas (isto é, que reproduza e re-construa a sua ontologia), e que, portanto, não tenha um valor puramente instrumental” (NETTO, 1996, p. 138).

Chegamos então ao ponto chave de toda a reflexão: a reprodução social e o papel do ser social nesta reprodução. Fundado pelo trabalho, o ser social é síntese de múltiplas determinações, sua identidade é uma construção social determinada historicamente. O perfil e a identidade profissional do assistente social, só podem ser apreendidos, como totalidade, no movimento concreto destas determinações, o qual envolve a relação que se estabelece com o trabalho em uma dada sociedade. É necessário apreender, no plano ontológico, a legalidade do serviço social na relação homem e natureza e todas as suas consequências, para além de, apenas, decifrar suas especificidades.

No interior da sociedade burguesa, fundada pelo trabalho assalariado, o assistente social é, antes de tudo um trabalhador assalariado, que incorpora todas as contradições do meio social ao qual está inserido.

¹⁸ “Se, no plano ontológico, o distanciamento entre natureza e sociedade se constitui, é constituído e constituinte do processo histórico, este mesmo processo expressa a unidade entre homem e natureza. Deste modo, Marx concebe uma *única ciência*, que abarca ao mesmo tempo natureza e sociedade: a *ciência da história*. (GUERRA, 1999, p. 82).

Seu perfil profissional, deste modo, corresponde à síntese das relações alienadas mediadas – em graus diferenciados – por seu projeto ético-político, formação teórico-metodológica e instrumentos e técnicas adotadas. Todos estes elementos juntos conformam um *corpus* de especificidades capaz de conferir identidade profissional historicamente datada¹⁹. Não podendo, desse modo, ser definido por uma única dimensão ou, um único elemento.

Na configuração de um perfil enquanto função comprometida com um projeto societário pautado na luta contra as desigualdades, é “necessário que a assistência seja o suporte de uma atuação voltada ao enquadramento das populações pobres e dos trabalhadores, aos ditames econômico-ideológicos da burguesia, que ora consolida sua condição de classe dominante, no Brasil” (TRINDADE, 2001, p. 09).

Dimensionar a identidade profissional meramente a partir do instrumental, significa reconhecer que qualquer pessoa de qualquer área que consiga se apropriar e manusear, com certo domínio, os instrumentos e técnicas do Serviço Social, possa ser identificado como profissional da área, o que é um equívoco.

A profissão e os procedimentos que lhe são inerentes, estão cercados por um conjunto de domínios teórico-práticos para além de sua operacionalização técnica. Domínios estes que acionam um campo de saberes articulados às requisições do mercado profissional. Por sua importância, estes domínios implicam acionamentos de princípios e valores, hábitos e atitudes, o que não se alcança por meio de qualquer curso de natureza meramente técnica e/ou extensionista, requerem sistematização de concepções para além do puramente técnico, afinal, o todo é mais que a soma de suas partes.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, regulamentadas na Resolução número 15 de 2002, o perfil profissional está diretamente vinculado à questão social e diz respeito ao profissional que “atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno

¹⁹ “A forma de operacionalizar as tarefas específicas até podem ser as mesmas, no entanto o contexto histórico das relações sociais em que elas estão inseridas é diferenciado”. Na sociedade burguesa, diz respeito a “uma forma de intervenção ideológica que se insere em novas correlações de forças entre as classes, especialmente devido ao crescimento numérico e organizativo do proletariado. Para conter a exacerbação das contradições, geradas nesse novo contexto sócio-político, a intervenção nas manifestações da questão social exige práticas mais eficientes do que as dispersivas iniciativas benevolentes” (TRINDADE, 2001, p. 09).

da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social”. Embora não seja o foco deste artigo, é importante destacar que o perfil delineado nas diretrizes, apresenta um caráter de aperfeiçoamento do Estado pela inserção dos usuários no mercado de trabalho e exercício da plena cidadania. Segundo Costa, trata-se de um perfil generalista.

O “perfil de assistente social” não pode ser o de “técnico adestrado que se limita à racionalidade do capitalismo e à aplicação acrítica de técnicas e instrumentos sem a clareza dos fins a que sua intervenção visa, menos ainda do projeto profissional que implementa” (GUERRA, 2012, p. 65). A clareza dos fins e dos meios é fundamental para a consolidação da formação e para uma boa atuação profissional.

Iamamoto (2000, p. 49), chama a atenção para a necessidade de se construir “um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’” a fim de que possa nela “atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história”. A autora enfatiza a necessidade de pensar a profissão na contemporaneidade, a partir das exigências do tempo presente e os desafios que lhe são inerentes.

São importantes reflexões quando se pensa a relação entre a legalidade da condição de classe do espaço de atuação e as possibilidades que se apresentam – enquanto fomentadoras – às subjetividades. Não há receitas prontas para o equacionamento desta problemática, mas é possível extrair algumas pistas, diante de tudo o que foi exposto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que se trata de um estudo preliminar, portanto, não tem a pretensão de esgotar o debate, mas sim, de estabelecer as primeiras aproximações ao objeto analisado. A análise desse tema, mais do que responder os objetivos postos, instigou novas interpelações e acabou levando à inferências acerca, de um lado, do fetiche da técnica enquanto modelo de mensuração dos atributos profissionais, o que Guerra (1999, p.168) chama de tendência de atribuir

“aos instrumentos, um *status* superior àquele que é dado aos demais componentes da prática profissional”, o que diz respeito ao *fetichismo* presente nas relações sociais.

De outro às ações irrefletidas de aperfeiçoamento da máquina estatal sem uma reflexão crítica sobre a função social do Estado e o papel que desempenha na sociedade burguesa, e, em contrapartida, a insistência – de alguns teóricos – na defesa uma noção de cidadania como sinônimo de emancipação.

Infelizmente não há espaço para desenvolver estas linhas de reflexões, ambas requerem um estudo mais aprofundado sobre a categoria da alienação e o peso que a mesma joga sobre a profissão, mas com base no exposto até aqui, o que ficou muito claro, foi perceber, o quão é importante verificar que o Serviço Social tem ainda muito o que refletir sobre sua instrumentalidade, posto que, há muitas indagações ainda sem respostas, buscando apreender suas determinações.

Sobre o alcance social da ação dos assistentes sociais, na esteira de Guerra (2012, p.66), penso ser importante investir em “táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos”. O que implica no reconhecimento da função educativa – que não se confunde com pedagógica – da profissão e tentar dar a ela um papel mais consistente.

Os instrumentos têm um lugar específico que não pode ser desconsiderado, segundo Guerra (1999, p. 161) na “teoria social de Marx, toda forma de objetivação humana carece de meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar. O primeiro ato histórico reside na atividade dos homens direcionada a construção dos meios capazes” de satisfazer suas necessidades biológicas. No caso da instrumentalidade do Serviço Social, os instrumentos não atendem a satisfação de necessidade de ordem biológica, mas, cumprem uma função social fundamental no trato da questão social para a reprodução da sociedade burguesa.

Após esta análise, chega-se à conclusão – é preciso reconhecer, dada a limitação de espaço de um artigo – de que ainda não foram apresentados os elementos suficientes para responder com maior profundidade as interpelações feitas no início deste artigo, mas, por enquanto, é possível afirmar que a composição da carreira do assistente social não pode ficar refém de sua instrumentalidade, assim como também não pode jamais prescindir de seu instrumental, posto que

representa um importante elemento – não exclusivo – da constituição de uma identidade profissional enquanto síntese mediadora da relação sujeito – homem – e objeto – natureza, tendo a primazia da objetividade. A carreira profissional se constitui como constructo mediado por todos os seus elementos constitutivos em relação direta com as demandas sociais subjacentes: específicas e universais, para além da simples soma de suas partes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social**, Resolução 15/2002.

CASTRO, M. M. **História do Serviço social na América Latina**. NETTO, José Paulo; BALKYS, Villalobos. 5ed revisada. São Paulo, Cortez, 2000.

COSTA, F. S. de M. **Instrumentalidade do serviço social**: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional, dissertação de mestrado, Natal, 2008.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional (*In*) SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2012.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social**. 2ed. Revista, São Paulo, Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1996.

SANTOS, C. M. dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão (*In*) SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2012.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais (*In*) SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2012.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

_____, Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis** nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin.

_____, **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social**. Orientadora: Nobuco Kameyma. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999. Tese de Doutorado.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador Social**: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. René de Carvalho (Tradutor). São Paulo, Cortez, 1986.

ENTRE NATURALIZAÇÃO E CRÍTICA: O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO MODELO GERENCIAL

Suzérica Helena de Moura Mafra¹

Eliana Andrade da Silva²

RESUMO

O presente estudo objetiva problematizar elementos elucidados por Assistentes Sociais acerca do seu trabalho no âmbito dos Hospitais Universitários, após a implementação do modelo de gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), considerando as alterações ocorridas, advindas das concepções gerencialistas e produtivistas que orientam a Empresa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, realizada com Assistentes Sociais de um Hospital Universitário em Natal/RN. Os resultados apontam que os encadeamentos da efetivação desse modelo gerencial para o trabalho dos(as) assistentes sociais incide: nas relações profissionais e político-organizativas dos trabalhadores; na subordinação dos processos de trabalho coletivo em saúde à lógica gerencial/empresarial; na fragilização dos vínculos trabalhistas; na sobrecarga de trabalho; além do perfil profissional estimulado nesse formato empresarial, de um(a) assistente social burocrata, imediatista, fiscalizador(a) e moralizador(a), remontando o passado conservador da profissão.

Palavras-chave: Modelo de gestão. Hospitais Universitários. Trabalho. Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to problematize elements elucidated by Social Workers about their work in the scope of University Hospitals, after the implementation of the management model of the Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), considering the changes that have occurred, arising from the managerialist and productivist conceptions that guide the company. It is a qualitative research, developed through bibliographic review, document analysis and field research, carried out with Social Workers from a University Hospital in Natal/RN. The results show that the chains of the implementation of this managerial model for the work of social workers affect: the professional and political-organizational relationships of workers; the subordination of collective health work processes to the managerial business logic; in weakening labor ties; work overload; in addition to the professional profile stimulated in this business format, of a bureaucratic, immediate, supervisory and moralizing social worker, going back to the profession's conservative past.

Keywords: Management model. University Hospitals. Job. Social work.

¹ Especialista em Saúde da Criança; Mestranda em Serviço Social, UFRN - suzerica.h@gmail.com

² Doutora em Serviço Social; Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRN – andradelili@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O atual estágio da crise do capital, potencializado pelas determinações macroeconômicas do projeto neoliberal, tem suas repercussões em diferentes dimensões da vida social, sobretudo no agravamento da pauperização das condições de vida das classes subalternas, que tem suas formas de resistência cotidianas cada vez mais fragilizadas nessa conjuntura.

Diante deste cenário, o reordenamento no papel do Estado na provisão das políticas e serviços sociais, articulado ao atual estágio de financeirização do capital e ajuste fiscal, tem engendrado o desmonte das políticas sociais, as quais passam a ser mercantilizadas, seletivas, focalistas e residuais, como resultantes de processos de privatização e mercantilização que avançam na esfera pública. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). A combinação destes processos tem provocado alterações nas modalidades de intervenção social no âmbito dos serviços de saúde, onde se insere a experiência profissional do Assistente Social. Estas alterações dizem respeito/ se expressam nas distintas formas de precarização do trabalho, bem como na difusão de uma ideologia gerencialista que visa adequar a atuação dos profissionais a este modelo de gestão.

É nesse cenário que nos propomos a analisar aqui o processo de criação e implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH (2011) – no quadro de avanço de novas estratégias de gestão dos serviços e da força de trabalho no atual contexto. Um aspecto a considerar é a difusão das concepções gerencialistas da Empresa no âmbito da política de saúde, através da implementação da EBSEH nos Hospitais Universitários, e nessa conjuntura, buscamos analisar as implicações deste processo para o trabalho dos(as) assistentes sociais.

Dessa forma, este estudo se insere no conjunto das análises que buscam estabelecer mediações entre os processos macrossocietários e a realidade do cotidiano que se apresenta aos profissionais em seus espaços socio-ocupacionais. Para o trabalho dos(as) Assistentes Sociais, acreditamos que estes processos repercutem diretamente tanto na complexidade das demandas que os(as) usuários(as) levam aos profissionais, quanto nos processos de trabalho em que se inserem os(as) assistentes sociais enquanto trabalhadores(as) assalariados(as), ou

pela própria natureza do seu trabalho, cuja intervenção se volta para as respostas às necessidades sociais e orienta-se para compreensão dos determinantes sociais.

Em termos metodológicos, o estudo foi realizado à luz do método materialista histórico-dialético. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada através de análise bibliográfica e documental em livros, dissertações, artigos de periódicos e legislações que versam sobre o tema. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com questões semiabertas aplicadas no período de agosto a novembro de 2018.

O conjunto de reflexões trazidas nesse estudo são provenientes de uma pesquisa realizada com 7 dos(as) 8 assistentes sociais que trabalharam no setor de pediatria de um Hospital Universitário em Natal/RN, entre os anos de 2012 a 2017 (período de implementação da EBSEH na instituição).

Este trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada entre os meses de maio a novembro de 2018, e apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em atenção à saúde da criança, no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da UFRN. A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes – CEP/HUOL, através do parecer nº 2.631.059 – CAAE: 87442618.0.0000.5292.

3 A RACIONALIDADE GERENCIAL/EMPRESARIAL NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Discorrer sobre a inserção da EBSEH na gestão de 40 dos 50 Hospitais Universitários do Brasil³ em uma perspectiva de totalidade, pressupõe resgatar os determinantes e os fundamentos sociohistóricos deste processo, os quais vêm se desenvolvendo, sobretudo nesta etapa da crise do capital que experimentamos, a qual se articula aos processos de contrarreforma do Estado orientados pela programática neoliberal.

Aqui, nos deteremos a analisar, ainda que em termos breves, como as determinações macroeconômicas e societárias do neoliberalismo tem incidido no Brasil nas últimas décadas, destacando o redirecionamento do papel do Estado brasileiro no que se refere à garantia e provisão das Políticas Sociais. Assim, o momento de expansão e legitimação do modelo de

³ Os dados referentes ao quantitativos de Hospitais Universitários e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que tem, atualmente, contrato com a EBSEH, estão disponíveis no portal virtual da própria empresa: <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/filiais-ebserh>.

Estado neoliberal se dá entre as décadas de 1980 e 1990, o qual se engendra mundialmente pelo Consenso de Washington (1989), o qual trazia orientações específicas para os países da América Latina, a fim de que estes pudessem adequar suas economias ao projeto neoliberal que se expandia.

É neste contexto que o projeto neoliberal ganha base social para se desenvolver também no Brasil, sobretudo após a promulgação da Carta Constituinte em 1988. Um dos marcos desse processo no País se deu com a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Este plano, ao justificar seus objetivos, aponta que “é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça **seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais**” (BRASIL, 1995, p. 55-56, grifo nosso).

Ao propor o Estado como complementar ao Mercado, o referido Plano reitera o pressuposto neoliberal de Estado Mínimo, sobretudo no que diz respeito à garantia dos direitos sociais, os quais tendem a ser privatizados, mercantilizados, seletivos, focalistas, ou até mesmo providos por meio da solidariedade da sociedade civil. Bresser Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, propunha ainda com esse plano “tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: ‘as organizações sociais’.” (BRASIL, 1995, p. 56).

Fica em relevo, portanto, o interesse dos setores dirigentes em minimizar o papel do Estado no âmbito da garantia de direitos, deslocando suas responsabilidades legais para a sociedade civil – incluindo nela um apelo ao mercado – através da criação das Organizações Sociais (OS) para condução dos serviços sociais. A partir deste período, observa-se, portanto, um crescimento destas instituições, estabelecendo parcerias com o Estado para o desenvolvimento das atribuições finalísticas deste, principalmente no que diz respeito aos serviços sociais.

Para Granemann (2011) “ao subverter a forma institucional do Estado o mito Fundação Estatal absorve a ‘ossatura’ material dos interesses do mercado (...). O gerencialismo reivindicado amputa e despolitiza as relações de classe presentes nas políticas sociais” (GRANEMANN, 2011, p. 51). Assim, a inserção da lógica gerencial de mercado no âmbito das políticas e serviços sociais, é funcional aos interesses do grande capital de tornar o Estado mínimo e favorecer os processos de privatização e mercantilização dos direitos sociais.

Com isso, consideramos que a criação em 2011 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para gestão dos Hospitais Universitários Federais no Brasil⁴, tem como fundamento os pressupostos da (contra)Reforma do Estado, que se desenha até os dias atuais por diferentes caminhos (privatização, terceirização e entre outros mecanismos), ganhando força e sustentação com o aprofundamento do projeto neoliberal.

Apesar de compreender que as Empresas Públicas se diferem das OS, visto que as primeiras pertencem à Administração Pública indireta e, portanto, são entidades estatais – diferindo-se das Organizações Sociais, que são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que celebram contratos de gestão com o poder público, mas não compõem organicamente a Administração Pública – se coloca em questão nesse estudo, as determinações que levam a implementação do modelo gerencial que orienta a EBSEH, que, ao ser inserido no âmbito dos Hospitais Universitários (HUs), ajusta a execução desta parcela de serviços da Política de Saúde aos moldes do mercado. Correia e Santos (2015) defendem que a criação da EBSEH, bem como de outras Organizações Sociais para a gestão dos serviços públicos de saúde,

trata-se da privatização e da terceirização dos serviços públicos, na medida em que o Estado abdica de ser o executor direto desses serviços, mediante repasse de recursos, de equipamento e instalações públicas e de pessoal para entidades de direito privado, permitindo fazer tudo o que o setor privado faz no espaço estatal e quebrando as amarras impostas pelo direito público. (CORREIA; SANTOS, 2015, p. 36)

Em perspectiva distinta, Sodré *et al* (2013) apreendem o processo de criação e instauração da EBSEH nos HUs não como uma privatização direta da Política de Saúde, dado o fato de que a Empresa não desconstrói a essência das instituições enquanto prestadoras de serviço de público de saúde, além de serem mantidas as vinculações com o poder público. Entretanto, o autor defende que, “o modelo EBSEH, quando comparado aos modelos estatais clássicos de prestação de serviços públicos de saúde (autarquias e fundações públicas), implica uma escolha legislativa pela relativização das normas de direito público, flexibilizando-as.” (SODRÉ *et al*, 2013, p. 374)

Dessa forma, defendemos aqui que a implementação da EBSEH se configura como uma privatização não clássica, que ocorre no emaranhado dos mecanismos que compõem o contraditório tecido neoliberal, não pelas formas legais/jurídicas ou diretas já conhecidas, mas

⁴ A EBSEH é criada em 2011 pela Lei nº 12.550/90. Todavia, sua elaboração começa a ser pensada ainda em 2010, como parte do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF (2010).

indiretamente, pela abertura à uma lógica mercadológica de prestação de serviços de uma política pública. Nesse modelo, a orientação do serviço é por metas, e não mais diretamente pela concepção de saúde como direito, mas como atividade econômica.

Podemos assinalar que, ao se implementar um modelo empresarial/gerencial nos serviços de saúde, a racionalidade do mercado se impõe sobre a orientação preconizada pelo Sistema Único de Saúde e pelo Movimento da Reforma Sanitária, que concebe a saúde como um conjunto de determinantes socioeconômicos, biológicos, ambientais, culturais e políticos que determinam a condição de vida da população, diretamente oposta à concepção de saúde pautada pelo modelo médico assistencial privatista, ao defender um modelo biomédico-curativo, também denominado como *procedimento-centrado*, em que a assistência à saúde é voltada à produção de procedimentos, e “(...) a assistência à saúde se confunde, portanto, com a extraordinária produção de consultas e exames, associados à crescente medicamentação da sociedade.” (FRANCO; MEHRY, 2007, p. 73)

Desse modo, a entrada da EBSEH nos serviços do SUS acirra a disputa entre o projeto da Reforma Sanitária e o projeto privatista, o qual que tem ganhado espaço e legitimidade a partir da década de 1990, e avança com a consolidação do projeto neoliberal em curso.

Por estes aspectos, consideramos que a adesão dos Hospitais Federais à EBSEH provocou significativas alterações na gestão dos serviços de saúde dos HUs. Os rebatimentos desse processo incidem diretamente nos processos de trabalho coletivo em saúde, nos quais o(a) assistente social se insere, permeando-os de contradições e desafios no que concerne a fragilização das relações contratuais de trabalho, a submissão das determinações institucionais à lógica gerencialista, a racionalidade empresarial que passa a orientar a oferta e execução dos serviços de saúde e entre outros. Para Souza Filho (2011, p.178) “a principal determinação do gerencialismo é a identificação da administração pública com a administração privada”.

Observa-se, pois, a tendência apontada por Antunes (2009) para o mundo do trabalho, da crescente submissão do setor de serviços à racionalidade do capital, intensificada pelos processos de privatização dos serviços públicos. Dessa forma, os processos de trabalho no setor de serviços são cada vez mais precarizados, quando subvertidos à lógica gerencial e empresarial.

Esse processo de assimilação do modelo gerencial tem um resultado central que é a criação de categorias profissionais com vínculos precários e com uma débil organização política e sindical, que fragiliza sua condição de trabalhador. Além disso, este modelo cria um

ambiente de trabalho onde a cultura do produtivismo e das metas é a principal motivação. Neste ambiente, se desenvolve as ideologias de meritocracia e da ascensão social e da competitividade como é comum na iniciativa privada.

Assim, os trabalhadores tendem a se ver como “colaboradores” de uma empresa e não como servidores públicos. Cria-se a figura do “empregado público”, desorganizado politicamente e alimentado pela cultura do mérito, em detrimento da imagem de uma categoria de trabalhadores assalariados que defende seus direitos sociais através da organização política e que busca garantir um serviço de saúde de qualidade nos moldes do que preconiza a Reforma Sanitária e as diretrizes do SUS.

É incontestável que o processo de implementação da EBSEH foi controverso em todo país e para todos os segmentos de trabalhadores dos Hospitais Universitários, como observado nas constantes mobilizações da Frente Nacional Contra a Privatização e de diferentes conselhos representativos de profissões, reafirmando os mecanismos de resistência dos trabalhadores diante desse contexto.

O serviço social se insere neste cenário como trabalhador assalariado e sente os resultados dessas mudanças por meio de alterações na condição de assalariamento, que na realidade estudada, se expressa sob a forma de contrato que torna as Assistentes Sociais vinculadas à EBSEH “empregadas públicas”⁵, as quais não possuem o direito à estabilidade no emprego como se verifica no vínculo estatutário. Além deste aspecto, a nova condição de trabalho vem acompanhada de uma frágil organização sindical, aspecto que constitui esse novo ethos do trabalho sob a lógica gerencial, diminuindo a resistência política dos trabalhadores a estas mudanças. Outro vetor através do qual são sentidas as alterações é na relação entre requisições e respostas profissionais, bem como na autonomia profissional – tensionada em face da lógica gerencial. Nesse sentido, para os(as) assistentes sociais participantes desse estudo, a transição da gestão hospitalar para a EBSEH:

Foi na verdade foi uma mudança de modelo de gestão. (...) você vem dentro de um modelo público do qual você traz uma perspectiva de atendimento do usuário em termos de uma saúde mais abrangente e de considerar os direitos *né?* Então quando você chega *num* modelo que faz as restrições, esse modelo traz impacto sim, não só pra vida do profissional, mas também pro usuário.
(AS 03)

Foi um processo muito estressante e de muitos questionamentos. (...) Houve uma escassez de recursos. Vários profissionais fizeram mobilizações contra

⁵ O universo da pesquisa foi composto por duas categorias de servidores(as): estatutários(as), regidos(as) pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90); e empregados(as) públicos(as), orientados(as) pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

a empresa, em nome da gestão pública e contra a inserção da lógica empresarial na saúde. Tudo ficou mais burocrático do que já era, sobretudo a questão da resolução de demandas dos usuários. (...) essa questão da gestão foi bem problemática. (...) Em suma, não houve diálogo com os profissionais da saúde. Foi uma coisa meio de cima para baixo. Eu sempre via todos os profissionais estressados e apreensivos com tudo isso. (AS 01)

Desse modo, para os(as) profissionais que experienciaram tais mudanças no momento em que ocorreram, os(as) quais em sua maior parcela eram servidores públicos estatutários, as alterações se deram fortemente no âmbito da gestão administrativa e nos processos de trabalho: maior burocratização, reforço da hierarquia, escassez e racionalização de recursos, que passam a ser potencializados pela concepção de saúde assistencial privatista, que é reforçada nesse modelo gerencial da política de saúde, repercutindo na garantia de direitos e nas condições de trabalho para os(as) assistentes sociais, bem como, para o conjunto dos trabalhadores.

Para alguns(as) assistentes sociais, esse processo trouxe pontos positivos e negativos no que se refere à mudança de gestão para EBSERH, como se observa: “foi positivo para receber verbas do REHUF, tiveram que aceitar a gestão da EBSERH; e negativo pela contratação de pessoal pela CLT” (AS 05). Já outros(as) profissionais apontaram que nesse processo, “independente de vínculo empregatício, se é RJU ou EBSERH o Assistente Social, houve uma certa fragmentação dessas relações de trabalho.” (AS 04).

A partir das falas dos(as) assistentes sociais 04 e 05 é possível compreender que este processo de mudança de gestão hospitalar teve implicações para a instituição hospitalar e seu conjunto de trabalhadores. Para os(as) assistentes sociais, foram apontados nos relatos os seguintes rebatimentos: a ausência de diálogo com os servidores sobre as mudanças que ocorreriam com a implementação da EBSERH; a expansão do serviço com a incorporação da organização por unidades de atenção; a ampliação do quantitativo profissional; uma relativa perda de autonomia do funcionamento da instituição, passando a ser mais burocrática em suas relações; a subordinação aos modelos gerenciais produtivistas e empresariais com vistas ao recebimento de mais recursos; a fragmentação política dos trabalhadores e os conflitos gerados entre estes; a contratação de profissionais via CLT, perdendo a estabilidade do vínculo, entre outros.

Ao considerar os relatos dos(as) profissionais e as reflexões teóricas estabelecidas, é possível também analisar o quanto o processo de criação e implantação da EBSERH, para além da precarização do trabalho, atinge também os princípios do SUS enquanto componente

do sistema público. Para Oliveira (2014, p. 139) a entrada da EBSEH “fere praticamente todos os princípios que norteiam o SUS e isso a aproxima da lógica de Estado Capitalista e Ultraliberal que retira dos serviços públicos a característica de direito e os repassa para o mercado para que sejam objetos de mercancia”.

Ao analisar os princípios que norteiam a ação da EBSEH, foi possível identificar as seguintes características: “(a) orientação por metas; (b) busca por lucro e (c) a não previsão do controle social.” (op. cit., p. 144). Assim, compreendemos que a assistência à saúde no SUS, pautada sob a ótica da humanização, se encontra atualmente ameaçada, visto que o gerencialismo que embasa as condutas da empresa suprime os direcionamentos da política de saúde, especificamente no que se refere ao atendimento humanizado, à concepção de saúde, ao controle social entre outros.

Não obstante, a implantação de uma lógica empresarial para gerenciamento dos HUs enquanto instituições de ensino universitário, rompe com a autonomia das universidades e ameaça a produção de conhecimento nestes espaços “haja vista o papel crucial desses hospitais na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão como ferramentas da materialização da assistência à saúde, da formação profissional e da inovação técnico-científica” (CFESS, 2017, p. 20).

A partir dos elementos mencionados, foi possível estabelecer mediações teóricas com os dados da realidade apresentada, principalmente ao compreender que os impactos deste processo afetam diretamente, entre outros aspectos: a concepção ampliada de saúde, a compreensão do serviço de saúde oferecido (de direito à serviço), a fragilização das relações trabalhistas e a débil organização política, além de sindicatos fracos, com pouca capacidade de resistência e posturas patronais.

Neste sentido as refrações deste processo no cotidiano, evidenciadas nos relatos profissionais, refletem as determinações macroestruturais que incidem sobre as políticas sociais, a garantia de direitos e o mundo do trabalho. Na sessão seguinte, serão abordadas de forma mais específica as implicações dessa transição da gestão hospitalar para o Serviço Social enquanto profissão inserida nos processos coletivos de trabalho em saúde.

4 REQUISIÇÕES AOS(AS) PROFISSIONAIS APÓS A IMPLANTAÇÃO DA EBSERH: A CONSTRUÇÃO DO PERFIL GERENCIAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

Ao considerar o Serviço Social como “especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 84), se faz necessário analisar as determinações macrosociais e suas influências nas particularidades da profissão, afim de compreender, numa perspectiva de totalidade, como esta se insere no cotidiano, considerando o atributo de ser uma profissão assalariada.

Para Iamamoto, tais análises são necessárias ao exercício profissional, que, por sua vez convive com as complexas correlações entre o estatuto de assalariado e o projeto ético-político profissional, onde “a mercantilização da força de trabalho do assistente social, [...], subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho”. (IAMAMOTO, 2011, p. 416) Dessa forma, compreendemos que a profissão de Serviço Social está sujeita às determinações externas, as quais são confrontadas com suas particularidades em um movimento dinâmico, que incide sobre as dimensões que conformam a sua instrumentalidade na divisão social do trabalho e são dinamizadas pela realidade social.

Em períodos históricos passados o trabalho do(a) assistente social se configurava como curativista e hospitalar, baseado em ações que visavam interferir de forma “normativa no modo de vida da ‘clientela’, com relação aos hábitos de higiene e saúde.” (BRAVO; MATOS, 2009, p. 199). Portanto, no início, o Serviço Social era denominado Serviço Social Médico e atuava prioritariamente com o Serviço Social de Casos e o trabalho dos(as) profissionais na saúde durante muito tempo esteve subordinado ao fazer profissional dos médicos.

Com o passar dos anos, as requisições postas aos(as) assistentes sociais têm sido modificadas, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, que engendraram intensas transformações, tanto na realidade social quanto no interior da profissão. Entretanto, as relações construídas no processo de inserção do Serviço Social na saúde, apesar de também se reconfigurarem com o tempo, carregam as marcas históricas que permeiam o exercício profissional dos(as) assistentes sociais até os dias atuais. Nesse sentido, a implantação do modelo gerencial apesar de ser um processo contemporâneo recupera elementos deste passado profissional é uma forma atual de reconfiguração tradicional do

trabalho profissional, dado que se traduz, por um lado em novas requisições profissionais sobretudo no que concerne ao uso de novas Tecnologias de Informação, mas por outro, reforça traços conservadores como a burocratização, o aligeiramento que torna o trabalho imediatista, entre outros aspectos.

Em termos gerais e na particularidade por nós analisada, os nexos entre mudanças macrosociedade, particularidades da Questão Social e modalidades de resposta institucional de caráter gerencial, tem constituído uma síntese de elementos que conformam o trabalho profissional na particularidade de nossas reflexões.

Se historicamente as ações, procedimentos e instrumentos apontados pelas(os) assistentes sociais participantes da pesquisa, tem sido: reuniões multiprofissionais; atendimentos individuais e familiares; relatórios e pareceres sociais; entrevista social; orientações acerca de benefícios previdenciários e socioassistenciais; articulação com a rede intersetorial de proteção à mulher, à criança e ao adolescente, ao idoso e entre outras; orientações sobre os direitos dos usuários (tanto institucionais hospitalares, quanto de forma geral), dentre outras, observa-se com a implantação do modelo gerencial alterações não apenas de caráter técnico operativo, mas em termos de concepções, de princípios e também de direção conferida ao trabalho dos profissionais.

A chegada da EBSERH traz para o trabalho dos(as) assistentes sociais algumas modificações nos meios de trabalho, apontadas pela direção do hospital e também pelos profissionais, como positivas, a exemplo da informatização de recursos técnicos da intervenção cotidiana dos(as) profissionais, como o prontuário dos usuários e o formulário da entrevista social dos(as) profissionais: “agora, com relação à entrevista social eletrônica, foi um avanço.” (AS 01). Entretanto, ao analisarem se houve alteração nas condições estruturais de trabalho com a chegada da EBSERH, os relatos daqueles(as) que vivenciaram de maneira mais próxima esta transição apontaram:

Nessa questão do quantitativo que, a priori, né? Ficou bem reduzido e houve uma sobrecarga de trabalho, porque durante um tempo, inclusive, não foi só o assumir o internamento que antes eram duas pessoas, e ficou só com uma. Aí veio, acrescentou a UTI pediátrica também. Depois isso acabou se organizando (...) então, nesse período, com relação às condições de trabalho, foi bem desgastante. Pegou pelo número de demandas, né? que surgiam de todos os lados... (AS 07).

Os discursos evidenciam que a transição do modelo de gestão hospitalar inicialmente se deu como processo complexo, pois, com a incorporação de novos serviços nas unidades de atenção, a rotina do setor de Serviço Social foi alterada e o quantitativo de profissionais

precisou ser reordenado, que apesar de ter aumentado com a chegada da Empresa, não correspondeu quantitativamente ao aumento dos serviços oferecidos.

A partir dos relatos, é possível inferir que as refrações deste processo sobre as condições de trabalho, significaram uma face do processo de precarização do trabalho profissional, o que perpassa as determinações macroestruturais que incidem sobre as políticas sociais e o mundo do trabalho. Precarização essa que se revela de forma “maquiada” na realidade estudada, velada por uma retórica institucional de “assistência hospitalar de excelência”.

Com relação às demandas que chegam ao serviço social, por parte dos(as) usuários(as), foi questionado junto aos(as) profissionais, se diante do processo de transição haveria alguma alteração nestas requisições para a profissão. Não foram mencionadas pelos(as) assistentes sociais alterações nessas com a chegada da Empresa. Acerca dessa questão, os relatos suscitaram indagações para além das intervenções cotidianas do profissional como escolhas éticas e técnicas de instrumentos afim de viabilizar respostas, quando mediadas com as questões que se relacionam com o trabalho nas equipes multiprofissionais nesse contexto:

[...] porque tem as demandas que de fato chegam pro serviço social e que são demandas que a gente, dentro do nosso, das nossas visitas, dos nossos acompanhamentos, dos nossos estudos a gente vislumbra. Tem aquelas demandas, como eu te disse, que são impostas pela equipe porque encaram a vulnerabilidade, muitas vezes, como uma negligência e quer impor pro assistente social uma conduta que ele é, acredita ser a ideal, né? e... como te disse, essa que é muito particular. (AS 06)

Compreendemos, portanto, que novas exigências são direcionadas pela instituição e pelos demais profissionais: trata-se de uma tensão entre a lógica gerencial (disseminada pela empresa e pela maioria dos profissionais) e a lógica da Reforma Sanitária, que se expressam nas distintas formas de compreender as demandas sociais e profissionais. Expressam-se as tensões entre assistentes sociais e equipe profissional – uma das origens desta tensão é a distinta formação profissional do assistente social quando comparado com outros profissionais de saúde – ou seja, conforme o depoimento em questão, questões socioeconômicas da vida dos usuários são interpretadas como questões morais, cuja solução (nesta ótica) seria o ajustamento e a punição.

Na análise do trabalho do assistente social no contexto do modelo gerencial junto à equipe multiprofissional, os relatos trouxeram para o centro do debate a questão do reconhecimento da profissão junto à equipe e as diferentes concepções acerca condições de

existência dos(as) usuários. Foi possível observar que há entre os(as) participantes da pesquisa, uma divergência no que diz respeito às relações de subalternidade que marcam historicamente a inserção dos(as) assistentes sociais nos processos de trabalho em saúde e na relação destas com a implementação da racionalidade gerencial da EBSEH:

[...] eles têm uma visão, vamos dizer, muito imediatista e pontual da situação. Isso pra mim é um fator que dificulta mais a relação com a equipe multi. Eu acho que a EBSEH não tenha relação com isso não, isso é uma relação que os Assistentes Sociais talvez vão encontrar em outro hospital, sendo universitário ou não. [...] E a gente via muito a questão da hegemonia das categorias [...] (AS 04).

Então essa equipe... só compreende a pressão, a necessidade, a presença do assistente social em casos específicos quase sempre ligados à violação de direitos. Então... o assistente social quase sempre é chamado quando aquilo foge do procedimento, certo? [...] Então ainda há uma lógica muito procedimento centrado (...) e... muito também é instigado por esse modelo gerencial EBSEH. Então tem uma, a EBSEH tem parcela de culpa, o processo de formação em saúde também tem sua parcela de culpa, né? (AS 07).

Os relatos dos(as) profissionais acerca da atuação em equipe multiprofissional apontam para questões do cotidiano, no que diz respeito à falta de clareza acerca do trabalho do(a) assistente social por parte da equipe, ou seja, pela visão imediatista e pontual de algumas categorias profissionais, o que difere do Serviço Social e impacta nas relações profissionais cotidianas, assim como a problemática da autonomia da profissão, o que resgata a discussão sobre a “subalternidade” histórica do serviço social na área da saúde, entre outros elementos. Embora a implantação do modelo gerencial não seja o centro gerador desta subalternidade, acaba por reacender esta velha marca histórica.

Pôde-se observar ainda na pesquisa, que alguns relatos trouxeram elementos para reflexão sobre um perfil “emergente” de assistente social que vem sendo requisitado nessa conjuntura gerencial/empresarial, qual seja, um técnico, um meio de atingir as metas:

Com relação a mudança desse modelo de atenção, que eu percebia na enfermagem, modelo de atenção hospitalocêntrico, clínico, medicamentoso, pontual, onde pra ver o todo e o contexto do daquele usuário, da família era como se fosse opção apenas do Assistente Social (...) eu vejo muito isso no hospital, que era uma pressa gigantesca pra uma alta (...) Eu acredito que esse pensamento é mais de dar números, as metas programáticas, vamos dizer assim, da gestão do hospital. Eu acho que é isso, é um aumento no número de internações, é um aceleração nos processos de trabalho que acaba nos sufocando, nós Assistentes Sociais no nosso cotidiano profissional né? A gente acaba atendendo um usuário, no outro dia a gente vai conversar de novo pra explicar, orientar sobre determinado serviço, dar uma orientação social, esse usuário já num tá mais internado, foi pra casa e a gente fica sem saber como é que ele foi e é um processo meio que bem dinâmico sabe? A

EBSERH tá administrando o hospital de forma bem dinâmica, eu não sei se era assim no passado, mas eu vejo hoje, eles trabalham os números de atendimentos, e eu digo o número de atendimento, digo nem, isso rebate nos Assistentes Sociais. (AS 04)

Acreditamos que este modelo gerencial da empresa se relaciona diretamente com as constituição de um perfil de trabalhador produtivista, condizente com o modelo em curso, por considerar que ele reforça o modelo assistencial biomédico e imediatista na saúde, além de verticalizar e burocratizar as profissões e os processos de trabalho, exigindo um(a) assistente social que corresponda à essas determinações. Esse modelo gerencial, que se orienta por metas e acelera os processos de assistência e cuidado à saúde, reforçam as históricas relações de poder que permeiam o ambiente hospitalar, bem como, exige dos(as) assistentes sociais que suas práticas sejam adequadas à racionalização empresarial da EBSERH, como práticas imediatistas, aligeiradas e pontuais.

Embora os(as) entrevistados(as) não expressem com clareza essas determinações, compreendemos que estas não aparecem com facilidade no cotidiano, permanecendo veladas sob o discurso da eficiência, governança e racionalização do serviço público, o que impede muitas vezes que as mediações sobre a totalidade dos processos ultrapassem a esfera imediata do cotidiano e dificultem a apreensão destes processos. Portanto, uma conjunção de elementos que se traduzem em condições de trabalho, qualidade das respostas profissionais, na concepção de serviço prestado, bem como na concepção de serviço social no cenário do modelo gerencial e figuram como desafio e obstáculos profissionais.

Na ocasião dessa pesquisa, foram apontados ainda pelos(as) profissionais, alguns desafios à sua atuação, quais sejam:

Tem os desafios materializados é... na dificuldade de espaço de inserção de reconhecimento da profissão, né? e até de... desmistificar o papel que é imposto, né? que é uma imagem do assistente social, como a gente comentou antes, né? que é cobrado pela equipe, que é o polialesco, fiscalizatório, moralista, né? Que o assistente social vem pra penalizar... [...] é algo que a profissão enfrenta, historicamente, dentro dos espaços ocupacionais (AS 06).

Um dos desafios, eu acho que tem um desafio interno, né? É... da equipe, de reconhecimento mesmo, né? do papel de cada profissional, inclusive do Assistente Social, né? que muitas vezes, muitas vezes é confundido e acaba sendo demandado... questões que... extrapolam mesmo, assim..., não são nem atribuições, nem competências do Assistente Social, né? Tudo aquilo que ninguém sabe resolver, acaba chegando. Eu acho que isso é um, né? fortalecer o papel do Assistente Social, dentro da equipe [...] (AS 07).

Na análise dos elementos suscitados, identificamos que nessa estrutura as instituições buscam um determinado perfil para o(a) assistente social, concebendo-o(a) como burocrata, fiscalizador(a) e moralizador(a), o que remonta ao passado conservador da profissão e confronta o perfil profissional que deve estar articulado aos pressupostos da Reforma Sanitária ao Projeto Ético-Político da profissão.

Neste sentido, acreditamos que além do modelo gerencial em curso, o modelo de formação da maior parte das profissões da área da saúde, e as concepções que historicamente as orientam, têm um peso singular na complexidade das relações de trabalho do(a) assistente social nas equipes multiprofissionais. Todavia, concordamos com o fato de que a lógica gerencial empreendida pela EBSEH, que se sustenta nos princípios de eficiência e eficácia, fomenta e legitima as posturas imediatistas e procedimento-centradas, que na busca de resultados e metas, acelera e desumaniza processos que exigiriam um cuidado assistencial maior e mais humanizado com os usuários. Ainda assim, tais ponderações não anulam os esforços das equipes, para construção de uma prática coletiva no o cuidado integral da saúde, reconhecendo-os como avanços, que, se por um lado se expressa na vida dos usuários positivamente, os quais tem suas necessidades de saúde atendidas, por outro lado, na ótica da instituição e das “vozes” defensoras do modelo gerencial, pode transparecer como desperdício de recursos materiais e humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, que o processo de criação e implementação da EBSEH para gestão dos Hospitais Universitários corresponde ao projeto de empresariamento da saúde, o qual tem ameaçado a política de saúde, implicando diretamente na oferta de serviços, na autonomia das Universidades, na organização dos trabalhadores inseridos nesse contexto e entre outros.

A partir dos relatos obtidos por meio das entrevistas, foi possível observar que dentre os elementos elencados como constituintes dos processos de trabalho do(a) assistente social, foi identificado pelos profissionais que alguns sofreram alterações decorrentes da transição do modelo de gestão, a exemplo da infraestrutura, da informatização dos recursos técnicos utilizados, do aumento do quantitativo dos profissionais, que apesar de ser considerado avanço, não atendeu o crescimento das demandas advindas com a incorporação de alguns

serviços durante os anos iniciais da transição, o que significou, para além da quantidade, uma complexificação das requisições para os(as) assistentes sociais.

Já os elementos que balizam a relação dos(as) assistentes sociais com a equipe multiprofissional foi relacionada em poucos aspectos à inserção da EBSERH, tendo sido caracterizada com mais frequência por meio das falas, como problemática histórica e processual enfrentada pela profissão, que se dinamiza diante desse processo. Entretanto, compreendemos que há uma relação direta entre a lógica gerencial instalada nos serviços de saúde – baseada em pressupostos administrativos que caminham, muitas vezes, na contramão do cuidado humanizado – e as questões desafiadoras elencadas pelos(as) profissionais, sobretudo nas exigências postas à estes, que se traduzem na tentativa de criação de um “novo” perfil de assistente social: burocrata, fiscalizador e imediatista.

Embora não tenham sido identificadas nos relatos dos profissionais críticas diretas à EBSERH, reiteramos que o modelo gerencial implantado se constitui como uma determinação relevante para o trabalho do AS, tendo em vista que este cenário molda as formas de atuação dos profissionais, suas relações intracategoria, seus meios e instrumentos de atuação, e neste ambiente se difunde a ideologia institucional da lógica gerencial, os quais tensionam a cultura profissional esboçada pela categoria ao longo de quatro décadas.

Nas unidades hospitalares, os desafios se manifestam nas requisições postas aos(as) assistentes sociais, por uma prática imediatista, pontual, burocrática e fiscalizadora, que reforçadas pela lógica gerencial e empresarial da EBSERH, remontam um perfil conservador da profissão, o qual tem sido fortemente refutado pelo conjunto da categoria profissional.

Reafirmamos ainda nesse contexto, que os(as) profissionais participantes da pesquisa, tem buscado diferentes estratégias de resistência às requisições impostas pelo gerencialismo empresarial da EBSERH, por meio das reuniões de planejamento, questionamentos e entre outros. Ademais, reiteramos a importância dos esforços empreendidos pelo conjunto CFESS-CRESS para direcionar e consolidar um perfil profissional de assistentes sociais alinhados ao Projeto Ético-Político, por meio da sistematização dos parâmetros e subsídios para atuação dos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços socio-ocupacionais no âmbito das políticas públicas e sociais.

Por fim, ao considerar a conjuntura de ofensiva neoliberal em curso, bem como os desafios ao trabalho profissional mencionados pelos(as) participantes da pesquisa, ressalta-se aqui a importância de resgatar e afirmar a cultura profissional do Projeto Ético-Político do Serviço Social neste processo como direção, a fim de trazê-lo como norte cotidiano à atuação

profissional e para os encontros necessários postos nesta conjuntura, sobretudo em um contexto que exige um perfil profissional burocrata, fiscalizador, moralista e imediatista nas instituições, o qual se contrapõe à direção social da profissão.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995.]

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In.: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional** / 4. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Min. Da Saúde, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão. In.: **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília: CFESS, 2017.

CORREIA, Maria Valéria; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Privatização da saúde via novos modelos de gestão: as Organizações Sociais em questão. In.: **A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro** / Organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Maria de Fátima Siliansky Andreazzi, Juliana Souza Bravo de Menezes, Joseane Barbosa de Lima, Rodriane de Oliveira Souza. – 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. 120 p.

FRANCO, Tulio Batista; MERHY, Emerson Elias. PSF: contradições de um programa destinado à mudança do modelo tecnoassistencial. In.: **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In.: **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade** / Organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes. – 1.ed. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. 76 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Gabriela de Abreu de. **A Compatibilidade dos princípios e modelo de Estado que subjazem ao SUS e a EBSEH (Empresa Brasileira De Serviços Hospitalares)**. 2014. 153 fls. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /

ON-LINE 9, 10 & 11 DE DEZEMBRO 2020

II COLÓQUIO INTERNACIONAL V COLÓQUIO NACIONAL
SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Faculdade de Filosofia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2014.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Pública e democracia: a burocracia em questão.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE MATO GROSSO: A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA EM QUESTÃO

Vanessa Martins Galhardo Lopes¹
Izabel Cristina Dias Lira²

Resumo: O estudo apresenta uma análise de como a dimensão técnico-operativa se materializa no exercício profissional do Assistente Social nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASEs – de Mato Grosso, que partiu de um mergulho na própria realidade, nas fontes bibliográficas, de caráter qualitativo, e pelas entrevistas semi estruturadas que foram realizadas com sete Assistentes Sociais que atuam nos CASEs de Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Barra do Garças. O interesse por este tema advém da vivência enquanto Assistente Social atuando no Sistema Socioeducativo há quase dez anos e, desses, sete foram no acompanhamento da Medida Privativa de Liberdade no CASE de Internação Provisória Masculina, no Município de Cuiabá.

Palavras-chave: Exercício profissional. Dimensão técnico-operativa. Atendimento Socioeducativo.

THE PROFESSIONAL EXERCISE OF SOCIAL WORK AT SOCIOEDUCATIONAL SERVICE CENTERS: THE TECHNICAL-OPERATIVE DIMENSION IN QUESTION

Abstract: The study presents an analysis of how the technical-operative dimension materializes in the professional practice of the Social Worker in the Socio-Educational Service Centers - CASEs - in Mato Grosso, which started from a dive into reality, in the bibliographic sources, of a qualitative character, and for the semi-structured interviews that were carried out with seven Social Assistants who work at CASEs in Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis and Barra do Garças. The interest in this theme comes from living as a Social Worker working in the Socio-Educational System for almost ten years and, of these, seven were in the monitoring of the Private Measure of Freedom in the CASE of Provisional Internment for Men, in the Municipality of Cuiabá.

Keywords: Professional Exercise. Technical-operative dimension. Socioeducational service.

1 INTRODUÇÃO

O estudo apresenta a análise de como a dimensão técnico-operativa se materializa no exercício profissional do Assistente Social nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASEs - de Mato Grosso, a partir da compreensão de que esta dimensão, conforme considera Santos (2013), é a que mais se aproxima da prática profissional e, por essa razão, explicita a

¹ Assistente Social, Mestra em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social/Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. E-mail: vanessalopes@sesp.mt.gov.br galhardovanessa@hotmail.com

² Assistente Social, Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Política Social/Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. E-mail: icdlira@gmail.com

totalidade das dimensões que constituem o exercício profissional, emanando o modo de ser da profissão e representando a imagem e a função social do Serviço Social.

A dimensão técnico-operativa além de acompanhar as alterações históricas da base sócio-organizacional do Serviço Social, é marcada pela dinâmica de cada movimento histórico da sociedade burguesa. Dessa forma, compreender as questões que atravessam o atual cenário e os impactos no desenvolvimento do exercício profissional, à luz do entendimento das atribuições e competências e do debate sobre estratégias, técnicas e instrumentos utilizados durante as ações profissionais, nos leva a compreensão do significado social do Serviço Social, da cultura e do *ethos profissional*, e nos possibilita desvendar os impasses e superar os desafios que são postos à profissão neste atual contexto carregado de céleres e complexas transformações (GUERRA, 2017).

Escolher analisar a dimensão técnico-operativa no exercício profissional dos Assistentes Sociais foi desafiador, pois esse é um tema que ainda necessita ser muito mais aprofundado “pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria”, considerando as lacunas e complexidades que o envolve quando pensado na realização do exercício tendo como direcionamento o Projeto ético-político, dada a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho e a sua “funcionalidade na sociedade burguesa” (GUERRA, 2017, p.50).

O interesse por este tema advém da vivência enquanto Assistente Social atuando no Sistema Socioeducativo há quase dez anos e, desses, sete foram no acompanhamento da Medida Privativa de Liberdade no CASE de Internação Provisória Masculina, no Município de Cuiabá, que permitiu conhecer as complexidades que atravessam o cotidiano e que desafiam a reafirmar as atribuições privativas, as ações profissionais, bem como, a proposta teleológica do Projeto Ético Político Profissional nesse espaço sócio ocupacional.

Para estabelecer relação com o objeto de estudo foi necessário, além de um mergulho na própria realidade, debruçar nas fontes bibliográficas, de caráter qualitativo, e desenvolver entrevistas semi estruturadas com sete Assistentes Sociais que atuam nos CASEs de Cuiabá, Cáceres, Sinop, Rondonópolis e Barra do Garças. Nesse caso foi utilizada amostra intencional para indicações das participantes da pesquisa, cujos critérios foram tempo de formação e tempo de trabalho nos CASEs. As entrevistas foram realizadas posterior ao registro e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa/Humanidades da Universidade Federal de Mato Grosso, sob número 01890918.3.0000.5690.

Cumprе ressaltar que é imprescindível investir em pesquisas que envolvam os profissionais, a fim de enriquecer o debate acerca do fazer profissional, construir um exercício profissional crítico e coerente com a direção social estabelecida para a profissão e enfrentar os desafios de toda uma categoria de profissionais, uma vez que, conforme considera Torres (2006), a maioria das pesquisas que discute ou analisa o exercício profissional são realizadas por meio de investigações bibliográficas e documentais.

Outrossim, ensejamos contribuir igualmente para a intervenção dos profissionais do Serviço Social no âmbito da Medida Socioeducativa de internação, visto que atuar na perspectiva dos direitos, especialmente nessa conjuntura que os limita e criminaliza a pobreza, requer construção de fazeres, sustentada por saberes. No entanto, sabemos da responsabilidade, dos desafios e da complexidade que envolvem essa temática, bem como dos riscos teóricos e metodológicos que perpassam essa reflexão, mas os objetivos e a problematização da pesquisa foram estruturados, e adiantamos que a análise ora proposta não se esgota nas páginas que seguem nesse estudo, pois o debate necessita e deve continuar.

2 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A Política de Atendimento Socioeducativa foi implementada por meio da Resolução nº. 119 de 11 de dezembro de 2006, a qual delineou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento das Medidas Socioeducativas, que foram regulamentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 8.069/1990, inaugurando, com isso, o devido processo legal para adolescentes que cometem atos infracionais. Desde então, diversas ações, encontros, audiências e documentos foram realizados e escritos a fim de complementar o que já preconizava o estatuto, bem como regulamentar como Política Pública o SINASE. Porém, somente em 2012 foi sancionada a Lei 12.594, Lei do SINASE, que o regulamenta com as devidas complementações dessa Resolução para implementação como Política de Socioeducação, que ao assumir os desafios de um Sistema Nacional tornou-se uma Política Pública articulada e com características específicas evidenciando novo status para a política de atenção ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa.

As Medidas Socioeducativas, que requerem programas para serem desenvolvidas, são executadas no âmbito municipal (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) e

estadual (semiliberdade e internação). A medida de internação está dividida em dois tipos de programas: Internação Provisória e Internação. Na internação provisória, o adolescente pode permanecer privado de liberdade por no máximo quarenta e cinco dias, em Unidades específicas de Internação Provisória, enquanto apura-se o ato infracional.

Para Freitas (2011), o programa de internação pode ser determinado tanto para proteger o adolescente, quando se tratar de ato que mobilize a opinião pública, quanto para garantir que o mesmo permaneça à disposição da autoridade judiciária. Tendo sido comprovada a materialidade e a gravidade do ato infracional o adolescente é encaminhado ao programa de Internação, na qual é acolhido pela equipe de referência que fará acompanhamento e realizará avaliação que não poderá ultrapassar 3 anos, devendo ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses, sendo o adolescente liberado compulsoriamente aos 21 anos.

A medida de *internação* pode ser considerada a mais restritiva, visto que é a de privação completa de liberdade, ficando o adolescente afastado do convívio diário com sua família e a comunidade. De acordo com o ECA, na internação são obrigatórias as atividades pedagógicas, e a manutenção da medida deverá ser reavaliada no máximo a cada seis meses. Além disso, são garantidos ao adolescente que está cumprindo medida de internação direitos como: ser informado de sua situação processual, receber visitas, corresponder-se com familiares e amigos, ser tratado com respeito e dignidade, ter alojamento com condições adequadas de higiene e salubridade, entre outros (FREITAS, 2011, p. 35)

Durante o cumprimento da Medida de Internação, o adolescente será privado exclusivamente de sua liberdade, embora possa desenvolver atividades externas, desde que acompanhado pelos profissionais da comunidade socioeducativa. Deve ser operacionalizada em ambiente educacional específico para adolescentes, garantindo-lhes atendimento integral, leia-se: atendimento à alimentação, à saúde, educação, profissionalização, esportes, cultura e lazer, entre outros (BRASIL, 1990).

Para Tejedadas (2016, p. 9), as Medidas Socioeducativas se estruturam em campo de permanente contradição, “a iniciar pela sua almejada face responsabilizadora e socioeducativa, que se efetivam em um contexto de imposição ao jovem. Com muita facilidade, pode-se percorrer caminhos muito diversos: a exacerbação do viés punitivo ou a pretensão tutelar”. Tanto é assim que a autora também destaca as pressões sociais acerca da redução da maioria penal com a justificativa de que o Estatuto e as medidas em si não são capazes de responsabilizar o adolescente como deveria, fortalecendo assim a perspectiva penal de todo processo. Nessa contramão de informações, a própria formulação das diretrizes

do SINASE, por meio da Resolução 119 de 11/12/2006 e posterior a sua regulamentação pela Lei 12.594/2012, foram alvos de críticas e de tentativas de alteração.

O SINASE, embora tenha nascido imbricado no contexto de um Estado Penal, é uma Lei garantista que carrega princípios que regulamenta desde a implementação até a execução das Medidas Socioeducativas, bem como fortalece a proposta de superar as práticas históricas de repreensão, autoritarismo e violação de direitos (BRASIL, 2006).

A garantia das diretrizes elencadas no Estatuto, especificamente no que concerne a execução dessas Medidas, requer um trabalho constante do Assistente Social que tem como princípio fundamental, entre outros, “a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2005, p. 16).

Considerando esses princípios, insta ressaltar que nesses espaços sócio ocupacionais de atuação da Política de Atendimento Socioeducativo da Medida Privativa de liberdade, o Assistente Social, referenciado pelo Código de Ética Profissional, o qual pressupõe, entre outros princípios fundamentais, o reconhecimento da liberdade como valor ético central e a defesa intransigente dos direitos humanos, os quais darão direcionamento ao profissional que, ao entender que a aplicação da medida de internação está relacionada principalmente à privação da liberdade de ir e vir e jamais privar o adolescente do direito de escolha, de comunicação, entre outros, vai trabalhar em equipe, desenvolvendo ações junto a outros profissionais das áreas da saúde, Psicologia, Educação, Direito e Segurança, estabelecendo cotidianamente, articulações com os auxiliares da educação, diretorias, administrativos e demais profissionais que compõem a comunidade socioeducativa com vistas a garantir que essa privação de liberdade não seja também privação dos direitos inalienáveis.

Ainda que o exercício profissional do Assistente Social seja desenvolvido em equipe, o CFESS estabeleceu na Resolução nº. 557/2009, no Artigo 4º, que o “Assistente Social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação” e para tanto, se faz necessário e importante ter clareza do objeto de intervenção, para que essa seja realizada de maneira qualificada (CFESS, 2009, p.2).

Nesse sentido, a operacionalização do exercício profissional do Serviço Social, conforme considera FÁVERO, “direciona-se ao estudo da realidade social, política, econômica e cultural, de maneira a pôr em prática os fundamentos e a base teórica e contribuir na construção de ações que possam vir a garantir e efetivar os direitos” (FÁVERO, 2007, p. 13).

Essa exigência, de mergulhar na realidade, transmite ao profissional a responsabilidade de, antes de tudo, saber qual é a função social do Serviço Social nessas instituições, qual é a direção social do seu trabalho, a direção teleológica do exercício profissional, bem como conhecer e acompanhar não somente os dados gerais sobre a condição de vida dos adolescentes que estão em cumprimento de Medida de Internação, como a própria Política Social na qual está inserido, neste caso a de atendimento socioeducativo.

As atribuições específicas para os Assistentes Sociais que estão previstas na Metodologia de Atendimento Socioeducativo de Internação, na Resolução do SINASE, são: atendimento individual ao adolescente e à família, atendimentos em grupo aos adolescentes e as famílias, visitas domiciliares, articulação com a rede de atendimento ao adolescente estabelecida no Sistema de Garantia de Direitos, visitas institucionais, encaminhamentos para confecção de documentos pessoais, encaminhamentos para atendimentos básicos e específicos de saúde, encaminhamentos das famílias à rede de atendimento, confecção de estudos e relatórios sociais, além das orientações gerais sobre o andamento e acompanhamento da medida socioeducativa e a busca pela garantia do atendimento integral (BRASIL, 2006).

O atendimento realizado com adolescentes e famílias pelo profissional do Serviço Social é chamado de atendimento social e que, concordando com Arruda e Pinto (2016), tem como foco principal compreender a trajetória sócio histórica da família e do adolescente, conhecendo e analisando as demandas por eles apresentadas, bem como identificando demandas que não foram faladas a fim de, sob posse desse conhecimento, elaborar as estratégias e escolher as técnicas de intervenção profissional.

Os objetivos a serem alcançados ao longo do desenvolvimento da Medida Socioeducativa precisam ser definidos logo no primeiro atendimento, na acolhida realizada ao adolescente, pois isso permitirá a intervenção pautada na perspectiva de direitos, levando-se o adolescente e sua família à percepção de que eles são sujeitos ativos no processo socioeducativo e a internação é mais uma etapa desse processo para o adolescente que cometeu ato infracional, e não o fim de perspectivas de socialização, escolarização e profissionalização.

Para o Serviço Social esse atendimento inicial é importante porque se constitui no momento da acolhida do adolescente na Unidade de Internação. É nesse momento que o profissional irá fazer o primeiro esclarecimento ao adolescente quanto a seus direitos e deveres, orientando-o acerca do dia a dia na unidade e buscando informações (uso de substâncias psicoativas, problemas de relacionamento, familiares que realizarão visitas) que auxiliarão na melhor inserção do adolescente na medida de internação (FREITAS, 2011, p. 40)

O Assistente Social também fará o primeiro contato com a família do adolescente. No geral, quando a família não acompanha a transferência desse adolescente da Delegacia Especializada do Adolescente, posterior a audiência admonitória, esse contato ocorre via telefone. É informado sobre a chegada do adolescente na instituição, sobre as regras, normas e horários de visitas que foram definidos pela Instituição. Nesse momento, é primordial que o Assistente Social compreenda os mais variados moldes e referências de família na contemporaneidade, apreendendo os vínculos entre estes e o adolescente.

Nos primeiros atendimentos dessa família no âmbito da instituição, são realizados os cadastros com os nomes dos familiares que irão realizar as visitas ao adolescente e acompanhar esse processo de Medida Socioeducativa. Esses cadastros não estão prontos, dada a necessidade de alterá-los quando necessário. A visita dos familiares acontecem semanalmente em dias e horários específicos que geralmente são estabelecidos pelas Instituições. Também é realizada pelo profissional do Serviço Social, durante o atendimento à família, toda orientação quanto ao desenvolvimento da Medida, informando sobre a rotina, sobre a importância da participação da família na construção e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento – PIA, nos eventos, nas reuniões familiares e nos encaminhamentos pertinentes feitos às famílias e aos adolescentes.

Outra ação importante durante o desenvolvimento da Medida Socioeducativa de Internação é a visita domiciliar. As visitas têm o objetivo de conhecer a dinâmica, organização e relações familiares e serão definidas durante a construção do PIA e previamente agendadas com a família. Na ocasião, cabe ao profissional realizar mapeamento da rede existente na comunidade, estabelecer contato com as instituições para realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários. Esse momento de contato mais próximo da família além de garantir o direito do adolescente, possibilita um espaço de escuta e intervenção qualificada da equipe que acompanha o adolescente em prol da superação das vulnerabilidades vividas e apresentadas pelo grupo familiar (ARRUDA E PINTO, 2016).

Assim sendo, a intervenção profissional do Assistente Social, em conjunto com outros profissionais, deve ser construída e desenvolvida considerando o adolescente e a família desde as singularidades e particularidades até a dimensão de totalidade e, com isso, compreender as diferentes expressões da Questão Social que os envolve, bem como as suas dinâmicas e dimensões, pois, a partir daí, o Assistente Social consegue elaborar as mediações necessárias que servirão de apoio para a prática profissional.

Neste sentido, é possível afirmar que a atuação do Assistente Social junto ao adolescente denominado autor de ato infracional, contemporaneamente, supera o histórico processo de classificação, tratamento e regeneração, a partir da culpabilização individual destes e de suas famílias. A atuação profissional neste contexto consiste em decifrar as mediações entre a relação adolescente/ato infracional, que supere tanto os discursos morais e patológicos acerca da delinquência, quanto a perspectiva regenerativa, que ao imputar aos adolescentes pobres a culpa individual pelos atos tipificados como infrações análogas a crimes, investia num tratamento efetivado prioritariamente pela institucionalização (CELESTINO, 2016, p. 203-4).

Isso implica considerar que as abordagens junto aos adolescentes e as famílias, ainda que sejam desenvolvidas por meio de atendimentos e entrevistas individuais, estudos sociais, relatórios e pareceres sociais, estão alinhadas aos princípios de defesa e garantias de direitos que, apropriados pela profissão, estão inscritos no projeto Ético-Político profissional e, hoje, esses instrumentos, são desenvolvidos considerando a realidade familiar, social, cultural, política e econômica na qual o adolescente está inserido e não mais referenciando e/ou apurando disfunções, desajustes e patologias sociais como outrora era feito, mas apresentando as estratégias de sobrevivências e as formas de enfrentamento das expressões da questão social que envolvem os usuários em questão e, com isso, subsidiando a reavaliação da Medida de Internação pela autoridade judiciária.

Dessa forma, faz-se necessário, na maioria das vezes, que o Assistente Social construa espaços para discutir a realidade institucional e avaliar as estratégias, técnicas e ações do Serviço Social no âmbito do atendimento oferecido ao adolescente e família. Sendo assim, ainda que a realidade tenha aspecto sancionatório e que recorra ao Serviço Social como cumprimento de metas e rotinas, produzir conhecimento acerca desse espaço de trabalho pode contribuir para que a categoria ultrapasse a perspectiva punitiva e burocrática e desenvolva um trabalho profissional fundamentado nos princípios do Projeto Ético-Político.

Considerando essa premissa, a análise sobre como a dimensão técnico-operativa se materializa no exercício profissional dos Assistentes Sociais que trabalham nos CASEs possibilita qualificar o debate e entender como o ethos profissional vem sendo desenvolvido mesmo diante de tantos desafios que estão postos na atual configuração da Política Social.

3 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE MATO GROSSO

Analisar como é materializada a dimensão técnico-operativa no exercício profissional nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Mato Grosso – CASEs, a partir da

compreensão sobre o Serviço Social como uma profissão cuja competência teórico-prática enseja para construção de relações sociais na sociedade, possibilita desenvolver reflexões e contribuir para a construção de caminhos que poderão ser utilizados como ferramentas, para a leitura da realidade e para pensar sobre o trabalho profissional de forma integrada na execução da Medida Socioeducativa privativa de liberdade, bem como sobre todas as complexidades que as Assistentes Sociais encontram para efetivação dos princípios que norteiam a direção social da Profissão nessa Política.

Outrossim, a análise possibilita uma aproximação à compreensão sobre o significado e a direção dados pelos profissionais ao exercício profissional, compreensão essa que reflete muito a visão de homem e mundo do sujeito, modo de pensar, de se expressar, de analisar e de entender o seu fazer profissional.

Nesse sentido, com relação a compreensão das Assistentes Sociais referente ao modo de ser, fazer e aparecer da profissão, sobre a dimensão técnico-operativa no exercício profissional e os elementos que a constituem, a qual expressa o modo como entendem, reconhecem e se identificam com o exercício profissional que desenvolve, as falas indicam que as profissionais apresentam definições diferentes sobre a dimensão técnico-operativa, algumas apontam os elementos que constituem a dimensão e outras se referem como o instrumental técnico-operativo.

Nas falas das Assistentes Sociais é possível perceber que o conhecimento que verbalizam ter acerca da dimensão técnico-operativa e do desenvolvimento do exercício profissional tem relação com uma perspectiva técnico-instrumental, funcional à política, pois há em algumas falas a inclusão dos objetivos e das ações institucionais como especificidade da intervenção profissional.

Embora tenham demonstrado compreensão acerca dos elementos que constituem a dimensão técnico-operativa, a entendendo, inclusive, como a que mais se aproxima da prática profissional e que carrega consigo as demais dimensões, no entanto, como razão de ser da profissão, entender e desenvolver a Dimensão técnico-operativa requer capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois a materialização da dimensão técnico-operativa não se deriva automaticamente da compreensão teórica, ou do fato de simplesmente dizer que ela expressa as bases teóricas, éticas, políticas e técnicas do Serviço Social, é preciso desvelar as mediações intrínsecas à passagem da teórica à prática.

Nesse sentido, conforme considera Guerra (2017), a articulação das dimensões que constituem o exercício profissional possibilita o desenvolvimento das concepções teórico-

metodológica e ético-política em ações profissionais que exigem escolhas, que estejam fundamentadas por uma perspectiva crítica dos sujeitos envolvidos, e que estejam conectados aos princípios que norteiam o projeto profissional do Serviço Social. Isso requer considerar que não se deve entender a dimensão técnico-operativa como um fim em si mesma.

Também foi identificada certa fragilidade no conhecimento com relação as atribuições privativas e competências profissionais, e dificuldade em diferenciar as atribuições profissionais, das demandas institucionais e também das demandas dos usuários. A maioria trata demandas institucionais como atribuições e as estabelecem como sendo do Serviço Social, além da ênfase no instrumental técnico, essas questões têm relação com as crescentes alterações no âmbito do Estado, provocadas pelas reformas gerenciais, que alteram as bases de sustentação funcional e ocupacional das Políticas Sociais e logo impactam na formação do perfil profissional que se espera e redireciona os pressupostos da execução dos serviços, o que consequentemente influencia no desenvolvimento do exercício profissional do Assistente Social, conforme consideram Guerra et. al. (2016, p. 4):

As atribuições, demandas e requisições da profissão indicam a sua natureza, seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, sua funcionalidade ao Estado e suas estratégias de responder à crise do capital. Indicam, ainda, a configuração do mercado de trabalho profissional, a peculiar maneira de inserção da profissão nos serviços, o perfil esperado, conhecimentos, habilidades, valores que estão sendo requeridos a estes profissionais. Para responder as demandas que chegam é necessário que o profissional corresponda a um determinado perfil. Tal perfil é formado e forjado tanto na formação profissional quanto no e pelo mercado de trabalho. Esse perfil recebe os influxos das transformações societárias, oriundas da reestruturação produtiva, do tipo de Estado e de suas formas de intervenção para o enfrentamento da chamada “questão social”, da sociabilidade que se conforme no espírito desse tempo histórico.

O modelo e a gestão das Políticas Sociais na atual conjuntura não apenas criam as demandas, como formatam respostas, delimitam procedimentos, padronizam normas operacionais e orientam as respostas profissionais. O fato do exercício profissional ser permeado por relações e ações que estão intimamente associados a realidade sócio institucional, acaba tendo rebatimentos na questão da identidade do Serviço Social em relação as outras áreas, naquela ideia de que tudo que não é de ninguém fica para o Assistente Social.

Nesse sentido, há extrema preocupação e compromisso das profissionais, em tese, de atender as demandas que lhe são postas e que, em sua maioria, são imediatas. E ainda que os atendimentos, por elas descritos, ofereçam respaldo ao adolescente e a família, e que estabeleça um clima de integração entre o usuário e contexto sócio institucional, se ocorrerem de modo fragmentado e com um fim em si mesmo, conforme fica implícito nas falas, podem

inviabilizar espaços de reflexões entre os profissionais, espaços de mobilização e organização da categoria para avançar no entendimento da realidade social e ampliar o olhar sobre os meios necessários para construir as mediações entre as demandas institucionais e as respostas profissionais condizentes com o que preconiza a direção social do Serviço Social.

A realização das atividades imediatas reduz “o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental e torna o Serviço Social um meio para o alcance de quaisquer finalidades”, além do mais limita o desenvolvimento de ações criativas e propositivas, pois a profissional continua sendo requisitada a responder às demandas institucionais e emergenciais, o que acaba sobrecarregando a Assistente Social que, muitas das vezes, deixa de atender e refletir sobre suas atribuições, planejar e sistematizar suas ações para dispender atenção aos procedimentos que não são específicos, mas que demandam respostas (GUERRA, 2017, p. 51).

Essa questão também faz relação com a própria nomenclatura que ainda resiste com o nome generalista, seja como Técnico seja como Analista do Sistema Socioeducativo, o qual é influenciado pela perspectiva da polivalência, da flexibilização e da desprofissionalização que advém com as transformações no mundo do trabalho, do atual modelo produtivo que “busca diluir as particulares inserções profissionais em um conjunto de atividades comuns, requisições as quais todos os profissionais devem responder” (GUERRA ET. AL., 2016, p.3).

Nesse contexto, as respostas profissionais são orientadas por uma racionalidade formal-abstrata e conectadas com o que é estabelecido institucionalmente, com isso os profissionais acabam subsumindo os princípios e valores da profissão aos das instituições, e isso gera certo desconhecimento e desqualificação pelas instituições sobre a função social do Serviço Social. Considerando isso, é imprescindível compreender as atribuições e competências profissionais a partir da leitura da realidade social, vislumbrando a qualificação do seu exercício diferenciando as demandas institucionais, as dos usuários e as específicas da profissão.

Para Guerra (2017, p. 52) são nas respostas às necessidades sociais que o Serviço Social encontra sua legitimidade social, sua razão de ser. Se ao atender as necessidades sociais, reproduzindo as atividades do fazer profissional e resolvendo, ainda que momentaneamente, de maneira imediata, a dimensão técnico-operativa mobilizada será também imediata e a instrumentalidade da profissão estará nessa resolutividade, como se o exercício profissional tivesse um fim em si mesmo. Faz-se necessário romper com a reprodução de ações rotineiras, burocráticas e de respostas imediatas e construir “um “fazer”

que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura”.

E é nos modos de ser dessa cultura que a dimensão técnico-operativa é desenvolvida, e isso requer pensar sobre as condições nas quais o exercício se realiza em determinados contextos, através de determinadas racionalidades, pensar nos objetivos, nos valores, nos instrumentos, no conjunto de conhecimentos e teorias, entender “para além de definições operacionais (o que fazer, como fazer), compreender para quem, onde e quando fazer, e analisar quais as consequências que o nível “imediato” das ações profissionais produzem” (GUERRA, 2007, p. 30).

A materialização da dimensão técnico-operativa no exercício profissional não deve ser considerada de maneira isolada, e para dar concretude as ações desenvolvidas o profissional utiliza dos conhecimentos, das informações, e das habilidades que deverão lhe conferir a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a interpretação das necessidades sociais que geram determinadas demandas institucionais, a aptidão no trato com as relações humanas, na convivência em equipe, na compreensão sobre como às necessidades do tempo histórico atual podem ser respondidas, no conhecimento dos instrumentais e das técnicas, definindo os específicos do Serviço Social, que irão conduzir as competências delineadas pela profissão e que estão elencadas nos marcos normativos do Serviço Social.

Implica, portanto, considerar que a atuação profissional depende de um conjunto de condições e relações sociais por meio das quais se realiza. Nesse sentido, as entrevistadas, ao serem questionadas sobre como as condições e relações de trabalho influenciam no desenvolvimento de seu exercício, consideraram que a dinâmica que reflete nos espaços sócio ocupacionais e as precárias condições de trabalho por elas relatadas tendem a dificultar o processo de sistematização e análise, do ponto de vista teórico – metodológico e ético - político do exercício profissional.

As condições de trabalho também interferem na identificação das demandas de trabalho uma vez que é exigido a construção de respostas imediatas para as demandas imediatas. Isso faz com que as atividades determinadas pela instituição sejam reproduzidas sem questionamentos, e mesmo conduzidas e entendidas como competências profissionais, sem que sejam pensadas com vistas à construção de respostas que tenham perspectiva crítica e criativa, e, mais importante, que estejam em consonância com o projeto ético-político e com as condições objetivas de vida do usuário, sujeito desse processo (GUERRA, 2009).

Considerando essas condições, nas quais o exercício profissional se realiza, as Assistentes Sociais têm o desafio de conhecer e interpretar algumas das questões inerentes ao capitalismo contemporâneo, especialmente no que se refere às mudanças no mundo do trabalho e o processo de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral.

Se por um lado as condições e relações de trabalho nas quais se desenvolvem a intervenção dos Assistentes Sociais são conflituosas, permeadas pela lógica do capital, indissociáveis do conjunto de acontecimentos que redimensionaram e redimensionam as relações entre o Estado e a sociedade, por outro lado, é preciso ter consciência que o exercício profissional deve ultrapassar a mera administração pública tradicional, centralizada e burocrática, tem que ir além da repetição e mimetismo que configuram a vida cotidiana. Nos dizeres de Yamamoto (2004, p. 21) é preciso:

Ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. [...] as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Para compreender que as possibilidades de transformação não estão na profissão, mas na realidade na qual o exercício profissional é desenvolvido, é fundamental que haja uma intervenção que seja constituída de saberes, conhecimentos, habilidades, valores e posturas e que se estabeleçam as devidas mediações entre interesses dos usuários e da classe dominante, racionalizando o fazer burocrático e pontual, vislumbrando alternativas de ação coletivas para o cotidiano da instituição.

Nesse sentido, há que se reconhecer a possibilidade de intervenções pedagógicas emancipadoras neste espaço sócio ocupacional, para isso é preciso ter clareza dos objetivos da profissão para fazer a crítica ontológica do cotidiano, das contradições que atravessam a Política de Socioeducação e dos fundamentos conservadores que persistem na profissão, para lidar com as contradições do presente apresentadas pela ordem neoliberal e pelo neoconservadorismo, ocupar os espaços, avançar no debate e qualificar as ações. Ou nas palavras de Guerra (2018, p. 41-2) é fundamental:

Enfrentar o conhecimento sobre o significado social do Serviço Social na atualidade, o que faz o(a) Assistente Social, como enfrenta a relação causalidade versus teleologia no seu cotidiano, se possui o domínio do conhecimento sobre as

instituições empregadoras, suas requisições sócio-profissionais e políticas, os fundamentos da política social e as condições que medeiam a inserção de Assistentes Sociais no mercado de trabalho, não apenas no que se refere às condições de trabalho, mas como Assistentes Sociais vêm respondendo na direção do projeto profissional crítico, trazendo à tona as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho no complexo contexto da crise atual.

Ou seja, é preciso desenvolver uma prática competente, não só para atender os adolescentes e suas famílias em suas especificidades, mas também problematizar a ação, conhecendo todos os elementos que atravessam as condições e relações de trabalho para desenvolver reflexões a respeito desse exercício, participar das comissões do conjunto CFESS/CRESS, articular com outras forças sociopolíticas e organizações da sociedade civil a fim de defender intransigentemente os Direitos, ampliar a cidadania, criar ações inovadoras, de compromisso com usuário e do rompimento com as rotinas e burocracias institucionais mesmo levando em conta alguns de seus limites.

Sendo assim, a compreensão das dimensões constitutivas do exercício profissional possibilita a ultrapassar essas experiências repetitivas, construir e ou ampliar a consciência sob uma nova práxis, repensar sobre o processo interventivo diante dos requisitos postos pelo projeto ético político da profissão, e a pensar em diferentes formas e objetivos de lutas, mobilizações e organizações coletivas que continuem produzindo impacto político, a fim de não sermos aprisionados pela contradição ora estabelecida, ou mesmo de negar “a possibilidade de escapar do círculo vicioso das determinações particulares” (MÉSZÁROS, 2008, p. 166).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações, que foram construídas por meio da realização da pesquisa, do registro e da sistematização dos dados, podem suscitar diálogos e propostas de intervenções que venham a contribuir com o aprofundamento da compreensão sobre a dimensão técnico-operativa, bem como com a construção da práxis profissional, mesmo dentro de uma Política Social que, historicamente, incorporou práticas meramente assistencialistas, conservadoras e punitivas.

Sabe-se que pelo fato da profissão participar do processo de reprodução das relações sociais e sua intervenção estar voltada a regulação dessas relações, o exercício profissional do Assistente Social, que está mediado por dimensões que se relacionam entre si, recebe

influências sociais, históricas, estruturais e conjunturais da sociedade e das políticas sociais de modo geral.

Nesse sentido, diante do reordenamento do Estado, das mudanças nas estruturas políticas e econômicas, das estratégias desencadeadas no mundo pelos organismos internacionais, vivenciam-se diversas alterações na gestão do trabalho e das Políticas Sociais, além do agravamento das expressões da Questão Social. Essas transformações vêm trazendo implicações para o exercício profissional, rebatendo nas condições objetivas e subjetivas de trabalho, nas atribuições e competências profissionais.

No âmbito da Política de atendimento das Medidas Socioeducativas essas questões delimitam desafios ainda maiores à categoria profissional, uma vez que as legislações que regulamentam a implementação e efetivação da Socioeducação são novas, a Lei do SINASE, Lei 12.594, que estabelece todas as diretrizes para o atendimento socioeducativo foi publicada/regulamentada no ano de 2012, isso implica considerar que além dos entraves da agenda política e econômica neoliberal e todas as suas flexibilizações nas condições e relações de trabalho dos profissionais que lá atuam, ainda há que se considerar o caráter contraditório, as diversas mudanças, tensões e contradições que atravessaram a trajetória histórica da constituição dessa Política.

Em decorrência da imposição das demandas institucionais e ainda do debate limitado nas produções do Serviço Social e também nas diretrizes para atuação no Sistema Socioeducativo, especialmente na medida privativa de liberdade, é possível considerar que a questão da dimensão técnico-operativa ainda anseia por aprofundamento, uma vez que há fragilidades em reconhecer e legitimar as atribuições e prerrogativas profissionais nos CASEs, o que tem gerado certa indefinição quanto ao “modo de ser” da profissão também por parte de outros profissionais que atuam na comunidade socioeducativa.

Dessa forma, a compreensão e a discussão sobre a materialização da dimensão técnico-operativa pelas Assistentes Sociais dos CASEs requer problematização já que, por vezes, ficou reduzida à aplicação de instrumentos e técnicas, e esse fato pode ter relação com a racionalidade instrumental que permeia o atual contexto e que tem requisitado do profissional ações imediatas, pontuais e fragmentadas, submetendo o exercício profissional ao tecnicismo e condicionando a realização, ou melhor, a reprodução de práticas conservadoras e imediatas.

Nesse sentido, ficou claro que há a necessidade de pensar tanto no âmbito do Estado, quanto no campo das instituições da profissão a formação continuada das Assistentes Sociais,

a qualificação do debate acerca do exercício profissional, dos instrumentos, das estratégias e técnicas que podem ser construídas com objetivo de avançar nas ações e na compreensão sobre a dimensão técnico-operativa, sobre a articulação das dimensões que constituem o exercício profissional, repensar acerca dos elementos que compõem as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

É preciso pensar que, embora as condições estruturais e institucionais limitem a práxis profissional e tencionem a autonomia, não devem inviabilizar o direito do profissional de exercer a sua atividade, nem mesmo de compreender que as contradições podem ser vistas e trabalhadas como possibilidades de intervenções que vão para além das ações conservadoras.

Assim, entende-se que desenvolver articulações das forças políticas, potencializar a dimensão investigativa, a pesquisa e a formação continuada, faz com que o profissional se fortaleça e desenvolva cada vez mais a perspectiva crítica, tendo clareza na análise das condições objetivas do movimento das classes sociais, compreendendo cada vez mais as atribuições profissionais, as competências, os determinantes e os elementos constitutivos do exercício profissional para formular, criar, avaliar e estudar propostas que remetem a progressiva democratização e a efetivação dos próprios direitos, enquanto classe trabalhadora, e também dos usuários da referida política, de modo a tornar real o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano de trabalho (FÁVERO, 2016).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Daniel Péricles; PINTO, Patrícia da Silva. O trabalho do Assistente Social na Medida Socioeducativa de internação: práticas e desafios. In: **III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social**. Minas Gerais: CRESS, 6ª Região, 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos: 2006.

CELESTINO, Sabrina. Adolescente e ato infracional: considerações sobre a atuação do assistente social. In: **O social em questão – Ano XIX – n.º. 35**, p. 193-210. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2016. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.pucRio.br/media/OSQ_35_9_Celestino.pdf Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS N.º. 557/2009**. Brasília, CFESS: 2009. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf Acesso: 2 de Abril de 2019.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Desafios e perspectivas do exercício profissional do Assistente Social na efetivação dos direitos**: Reflexões a partir do cotidiano do trabalho no judiciário. Disponível em: www.assistentesocial.com.br/f%clvero.doc Acesso em: 18 de agosto de 2017.

FREITAS, Tais Pereira de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.º. 105. São Paulo: Cortez, 2011, p. 30-49. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100003 Acesso em: 23 de Março de 2019.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. CRESS: Minas Gerais, 2007.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico? Estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º. 91. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda; et. al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: **XV ENPESS** – Encontro Nacional De Pesquisadores Do Serviço Social – Formação E Trabalho Profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outras-201804131237474299190.pdf> Acesso em 2 de abril de 2019

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda; SANTOS, Claudia Monica dos (org.). **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda et. al. (org.) **Serviço Social E Seus Fundamentos**: Conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo**: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social. 2006, 467 F. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade de São Paulo - PUC. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17783/1/Tese%20Mabel%20Mascarenhas%20Torres.pdf> Acesso em: 25 de Novembro de 2018.

**TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUS E A GESTÃO
TERCEIRIZADA NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: APONTAMENTOS
ACERCA DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO.**

**Jefferson Franco Rodrigues¹
Vera Lucia Batista Gomes²**

Resumo: O artigo apresenta uma análise das transformações no mundo do trabalho e as relações/condições de trabalho dos/das assistentes sociais que atuam em um hospital universitário em Belém/PA. Para compreender o objeto de estudo, utilizou-se o método materialismo histórico-dialético, com abordagens quantitativa e qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A realização deste artigo possibilitou identificar e analisar que os/as profissionais estão submetidos/as ao trabalho precário, terceirizado, flexível, polivalente, rotineiro e intensificado. Dessa forma, constatou-se que trabalho e vida estão imbricados e que as relações e condições de trabalho implicam, também, na saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho do/da Assistente Social. Saúde Pública. Gestão Terceirizada.

**WORK OF SOCIAL ASSISTANTS IN SUS AND THIRD PARTY MANAGEMENT IN
UNIVERSITY HOSPITALS: NOTES ABOUT RELATIONS AND WORKING
CONDITIONS**

Abstract: The article presents an analysis of the changes in the world of work and the relations / working conditions of / of social workers who work in a university hospital in Belém / PA. To understand the object of study, the historical-dialectical materialism method was used, with quantitative and qualitative approaches, based on a bibliographic, documentary and field research. The completion of this article made it possible to identify and analyze which professionals are subjected to precarious, outsourced, flexible, multipurpose, routine and intensified work. Thus, it was found that work and life are intertwined and that working relationships and conditions also imply workers' health.

Keywords: Work of the Social Worker. Public health. Outsourced Management.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: jefferson.franco@hotmail.com

² Docente do curso de Serviço Social (graduação e Pós-Graduação) da Universidade Federal do Pará; doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Vernes - Amiens, France(2005). Email: veragomesbellem@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar as transformações do mundo do trabalho que vêm ocorrendo nos últimos anos e as suas inflexões nas relações e condições de trabalho dos/das assistentes sociais que atuam em um hospital universitário, localizado no município de Belém/PA. As mudanças nas relações do trabalho assalariado, em particular, do/a assistente social, sobretudo, a partir da instituição das políticas neoliberais vigentes, no Brasil, cuja tendência foi a redução dos gastos com os serviços públicos e, conseqüentemente, a privatização dos serviços de saúde, passando a serem considerados mercadorias. Esse quadro, sem dúvidas, interfere na qualidade do trabalho desse profissional e no acesso dos usuários aos serviços de saúde, à medida o PIB brasileiro é destinado ao pagamento da dívida pública para os banqueiros internacionais.

Nesta perspectiva, a análise do objeto de estudo ora proposto se deu através da teoria social crítica e do método materialismo histórico-dialético. Sob este entendimento, o método histórico-dialético foi utilizado para compreender a realidade estudada, pois, este permitiu analisar e dar ênfase as contradições da realidade, possibilitando a compreensão da realidade socioeconômica, na perspectiva da totalidade social. Assim, este trabalho tem por base os dados obtidos em uma pesquisa empírica com abordagens quantitativa e qualitativa. Tendo em vista aprofundar a análise do objeto de estudo, paralelamente, com a pesquisa empírica, também, foi realizado a revisão da literatura e pesquisa documental. Registra-se que a pesquisa documental e de campo foram realizadas após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética do órgão pesquisado, conforme determinado na resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa de campo, cujos dados subsidiaram a elaboração deste artigo, teve como sujeitos 16 (dezesesseis) dentre os 21 (vinte e um) assistentes sociais que trabalham em um hospital. Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação, o diário de campo e o questionário. A seleção da amostra foi intencional, pois consistiu em selecionar um subgrupo do universo, levando em consideração os seguintes critérios de inclusão: ser assistente social inscrito/a no CRESS/1ª.Região e se disponibilizar em participar como sujeito da pesquisa; como critério de exclusão foi utilizado: não aceitar assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com o propósito de assegurar a privacidade dos sujeitos da referida pesquisa, utilizou-se para identificação: A1 até o A16.

O/a assistente social é um trabalhador/a assalariado que vende a sua força de trabalho, mediante a um salário para empresas e aos órgãos públicos e privados. Na condição de

assalariado, o trabalho desenvolvido por esse profissional sofre as inflexões das transformações que veem ocorrendo no mundo do trabalho, no cenário mundial. Há neste sentido, a necessidade de aprofundar os debates a respeito desta temática, ao considerar a sua relevância tanto para a academia quanto para a sociedade. No âmbito da formação profissional em Serviço Social, entende-se que este trabalho poderá contribuir para a discussão significativa que está presente nas pautas de reflexão, intervenção e luta do/a assistente social na defesa do trabalho.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O Capitalismo trouxe consigo mudanças radicais na forma de organização do trabalho livre, na divisão e no usufruto dos bens produzidos coletivamente. A compreensão da gênese das desigualdades sociais que consiste na relação de exploração do capital x trabalho fundada no trabalho coletivo, contraposto a apropriação privada da riqueza, socialmente, produzida, tendo como resultado a segregação, a expropriação e o acirramento da luta de classes, como destaca Marx.

Contudo, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o processo de produção capitalista tem passado por profundas transformações que têm repercutido no mundo do trabalho. Com efeito, a sociedade contemporânea vem passando por profundas mudanças no âmbito econômico, social, político e cultural, o repercute nas condições de vida e no trabalho dos/das trabalhadores/as, ou seja, nas esferas materiais e subjetivas das relações de ser e existir da sociabilidade humana.

A partir da década de 70 do século XX, o padrão de acumulação de capital fordista-keynesiano entra em crise, após um longo período de crescimento econômico. Este modelo de produção que até então regulava, não somente, o processo produtivo, mais, também, a vida na sociedade, passou a dar os primeiros sinais de um quadro crítico no seu processo de acumulação, cujo principal traço dessa crise pode ser expressa pela queda da taxa de lucros, o que dificultou a ampliação da acumulação e dos processos de produção. (HARVEY, 2008)

Assim, como estratégia para a retomada da acumulação do capital, no mundo, guardada as devidas particularidades de cada país, foi utilizado o processo de reestruturação do capital que estabeleceu dois tipos de ajuste estrutural distintos, mas em consonância: o primeiro no plano da esfera da produção - reestruturação produtiva (base material da

sociedade) e o segundo na esfera política do Estado referenciado ao neoliberalismo (HARVEY, 2008).

na produção flexível, bem como na planificação da produção e das vendas de mercadorias. A reorganização produtiva provocou mudanças no mundo do trabalho com inserção de novas tecnologias, nas novas formas de relações e contratos de trabalhos (terceirização dos serviços), ocasionando em processos de desregulamentação dos direitos trabalhistas, assim como, nas privatizações, na polarização social e nos desmontes dos serviços públicos (TEIXEIRA, 1996; PINTO, 2007).

Observa-se que o trabalho passou a ser fortemente controlado, ocorrendo a ampliação da exploração da força de trabalho - mais-valia relativa (inovação tecnológica) e pela mais-valia absoluta (ampliação do ritmo de trabalho). Bem como, há o intenso processo de precarização e dos níveis de desemprego estrutural, o prolongamento da jornada de trabalho, adoecimentos e acidentes de/no trabalho, sindicalismo cooptado e manipulado, etc. (ANTUNES, 2006). O autor destaca que as características da organização e relação do trabalho, são estas: o Just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, polivalência do trabalhador, eficiência e agilidade (controle da qualidade).

No que se refere às privatizações, torna-se fundamental se referir a introdução das ideias neoliberais no mundo, em particular, na América Latina e no Brasil. O neoliberalismo surgiu nos países capitalistas maduros, a partir da Segunda Guerra Mundial, sendo uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção ao Estado intervencionista, de bem-estar social - Welfare State, e se constituiu em uma crítica a qualquer mecanismo de intervenção no mercado por parte do Estado, ou seja, é retornar a teses clássicas de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar puramente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza econômica ou política. (ANDERSON, 1995, TEIXEIRA, 1996).

Nesse contexto, o Estado adotou medidas privatistas, sobretudo, no que se refere ao intenso desmonte e privatização do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas (HARVEY, 2008). As consequências para o mundo do trabalho e para a classe-que-vive-do-trabalho podem constatar-se pelo aumento do desemprego estrutural, pela precarização do trabalho e pela degradação da natureza e do meio ambiente, favorecendo, assim, a acelerada produção de mercadorias na perspectiva da expansão e da valorização do capital (ANTUNES, 2006, 2009).

Nos países da América Latina, em particular, no Brasil, o projeto neoliberal e o processo de reestruturação produtiva tiveram início nos governos dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, na década de 90, sob a orientação das medidas de ajuste estrutural preconizadas no Consenso de Washington, dentre as quais: a redução do Estado e a abertura economia ao mercado internacional. Desta forma, para enfrentar a crise do capital, estes governos desmantelaram o aparato burocrático do Estado, através da desverticalização produtiva, da flexibilização do mercado de trabalho, da desregulação da economia e da reformulação da Constituição Federal de 1988, para flexibilizar as relações entre estado e sociedade (TEIXEIRA, 1996).

É com a instituição do governo do presidente FHC (1995-2002) que o projeto neoliberal ganha maior sustentação, no País. Assim, as recomendações do mencionado Consenso de Washington passaram a incidir, diretamente, na reformatação do Estado brasileiro, período em que, contraditoriamente, o País passa a seguir uma clara inserção de seus diversos setores à lógica do capital. Tem-se um retrocesso das políticas sociais públicas com as inúmeras medidas de privatização, aliada a uma nova arquitetura institucional que regulamenta um termo de parceria com o terceiro setor para execução de políticas públicas (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Com efeito, o Estado passou a reduzir a sua responsabilidade social pública, frente às demandas sociais da população, na diminuição do acesso aos direitos sociais, à medida que houve a redução dos gastos públicos para o financiamento das políticas sociais públicas conquistadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Bering (2003), o Estado passou a ser dividido em quatro setores: núcleo estratégico; atividades exclusivas; serviços não exclusivos e o setor produção de bens e serviços para o mercado.

Sob essa ótica, as políticas sociais não são de responsabilidade exclusiva do Estado, o qual passou a dividir a sua atuação com outras organizações públicas “não estatais” e privadas. Desta forma, o Estado, na sociedade capitalista, representa multiplicidade de funções, tais como a preservação e operacionalização para proporcionar os conjuntos de condições necessárias para a produção e acumulação ampliada capitalista e intervenção da conservação e reprodução da força de trabalho, ocupada ou excedente.

Essas transformações no mundo do trabalho com a mercantilização e a desvalorização da utilização da força de trabalho trazem consigo impactos na vida social, familiar e na saúde dos/as trabalhadores/as. O modo de produção capitalista, em sua fase monopolista, expressa na exclusão dos trabalhadores, o exército de reserva, aqueles que não têm acesso ao trabalho,

considerados “descartáveis” ao sistema. Além disso, esta situação impacta, também, no processo de organização dos trabalhadores enquanto classe social, gerando, desta forma, a fragmentação das lutas na defesa da manutenção e ampliação dos direitos sociais. (WÜNSCH E MENDES, 2011)

A precarização e a precariedade intensificam a ampliação da exploração e apropriação do trabalho, segundo Wunsch e Mendes (2011) há dois fenômenos na atualidade: crescimento das doenças do trabalho e a intensificação do trabalho o que leva ao adoecimento físico e psicossocial. Assim, as transformações no mundo trabalho incidem, diretamente, nos trabalhadores – intensificação, controle do trabalho; introdução de tecnologias; exigências de comportamentos; mudanças na forma de contrato, organização e condições de trabalho; flexibilização, polivalência e a instabilidade são constantes; etc.

Há um intenso processo de precarização com o prolongamento da jornada de trabalho, adoecimentos e acidentes de/no trabalho, sindicalismo cooptado e manipulado, etc. Aliado a essas situações, há que se acrescentar as novas formas de organização e de relações do trabalho: Just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, polivalência do trabalhador, eficiência e agilidade (controle da qualidade). O processo de privatização supõe a intensificação do controle e exploração do trabalho o que implica na descontinuidade do trabalho, alta rotatividade, comprometendo a qualidade dos serviços. (ANTUNES, 2006, 2009).

É nesse processo de precarização das relações de trabalho que estão submetidos os/as assistentes sociais que trabalham no hospital, haja vista que são trabalhadores assalariados, portanto, não estão imunes às transformações societárias e as do mundo do trabalho em curso. Assim, esses profissionais vivenciam tensões a medida em que o seu trabalho profissional se pauta na defesa dos direitos que são materializados via políticas sociais e se defrontam com a intensificação da privatização e da mercantilização dos direitos sociais, onde esse profissional “vê-se tolhido em suas ações que dependem de recursos cada vez mais escassos para operacionalizar as políticas sociais” (grifo nosso). Com efeito, a profissão sofre os rebatimentos nas condições e relações de trabalho impostas pela sociabilidade burguesa expressa, no contexto atual, pela financeirização do capital (IAMAMOTO, 2007, p.149).

3 ANÁLISE DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES ÉTICAS E TÉCNICAS DO TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE.

Com a finalidade de compreender relações e condições de trabalho dos/as assistentes que atuam em um hospital universitário, conduziu elaborar o perfil dos assistentes sociais com o objetivo de conhecer os sujeitos concretos, ou seja, que realizam o trabalho profissional, analisando algumas das expressões da identidade profissional. Identificou-se que 87,5% do sexo feminino, 93,75% heterossexual, 87,75% são jovens, 62,50% são pardos/as, 31,25% negro/a e 6,25% branco/a.

No que tange as relações de trabalho da/o assistente social, observou-se que o tempo de trabalho dos/as pesquisados/as no hospital variam ente menos de 01 ano e 16 anos ou mais. A admissão no trabalho ocorreu por via processo seletivo 62, 5% e apenas 37,5% por meio de concurso público, e com relação ao contrato de trabalho se deu por prestação de trabalho temporário (75%), CLT por tempo indeterminado (25%) e estatutário (25%). Registra-se que o contrato de trabalho por processos seletivos, em geral, tende a descaracterizar o vínculo empregatício, isto é, o órgão que os/as contratou passa a não arcar com todos os encargos sociais que teriam se contratassem os profissionais sob o regime CLT e/ou Estatuto dos Servidores da União, por exemplo. A maioria, ou seja, 68,75% não possuem 5 anos de trabalho. Este fato pode ter relação com o processo de contratação recente de profissionais, por meio da contratação de trabalhadores/as temporário.

Assim, segundo Assunção (2011) “pode-se dizer que a expansão do emprego em saúde se dá na ausência de um contrato de trabalho padrão”, ou seja, há um aumento do contrato não regulamentado, para a autora tem-se “até contratos verbais estabelecidos entre prefeituras” (p. 457) e determinados profissionais da saúde. Destaca-se, ainda que a flexibilização das relações de trabalho nos setores públicos no país, vem ocasionando a diminuição na realização de concursos públicos, a perda da estabilidade dos/das servidores, bem como no baixo salário.

No que tange ao salário, importa mencionar que os/as assistentes sociais, no Brasil, têm como uma das bandeiras de luta o estabelecimento do piso salarial garantido em lei. O salário é um debate que está na agenda de pautas do conjunto CFESS-CRESS, em decorrência dos salários baixos recebidos pelos profissionais nos últimos anos. Os/as pesquisados/as situam-se nessa condição, visto que 62,5% recebe entre 3 a 4 salários mínimos, seguido de 18,5% recebe de 5 a 6 e 18,5% recebe de 7 ou mais salários mínimos. A propósito, o projeto de Lei 4022/2008, visa fixar o piso salarial do/da assistente social em R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte Reais) para uma jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais.

Com relação à carga horária semanal os/as assistentes sociais a partir da implementação da Lei 12.317/10, que altera o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993), define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial. Contudo, no hospital foi possível identificar que apenas 37,5% dos profissionais trabalham 30 horas semanas e 62,5% mais de 30 horas. Nota-se que estes últimos, ainda, não tiveram seus direitos efetivados, conforme prevê a Lei nº. 12.317/10 que prevê 30h semanais para o/a assistente social. Como destaca Boschetti (2011), a redução da jornada de “ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do(a) trabalhador(a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital.”

No hospital há 21 assistentes sociais, com relação a esse número, segundo os/as profissionais ocorreu o “enxugamento” do quadro de assistentes sociais, após a gestão de uma empresa. Em decorrência do reduzido número de profissionais para atender a demanda do hospital, há um rebatimento no atendimento do usuário nos serviços, pois, as clínicas e os ambulatórios ficaram descobertos por esses profissionais. Além disso, houve um aumento das demandas a esses/as profissionais oriundas dos setores descobertos, ocasionando, assim, a intensificação do trabalho, conforme pode ser constatado pelos relatos abaixo:

[...] a pressão do dia-a-dia e a falta de profissionais que passa atender a demanda diária [...] o excesso de trabalho e a impotência diante da qualidade do trabalho, questões que não dependem de você no dia-a-dia. (A 14)

O número reduzido de profissionais e o excesso de trabalho que nos impossibilita de parar pra fazer pesquisa, atividades, etc. (A 13)

A ausência de profissionais de Serviço Social para atender as demandas dos diversos espaços sócio ocupacionais. (A 8).

Embora seja factível a redução do quadro de profissionais para atender as demandas, somente, no ano de 2018 foi empossou 03(três) assistentes sociais, após a realização de um concurso que ofertou 04 (quatro) vagas para a área de Serviço Social, mas segundo o/a entrevistado/a “[...] somente após muitas negociações conseguimos mais profissionais para o serviço” (A12), ou seja, através da organização e mobilização dos/das profissionais que os gestores da empresa contrataram mais profissionais. Entretanto, esse número não é suficiente, como pode ser constatado no Relatório encaminhado a chefia da Unidade de Atenção Psicossocial do referido hospital, no ano de 2018:

Inúmeros setores do hospital que não tem a cobertura de técnicos de psicologia e serviço social, e para que isso aconteça foi encaminhado para a chefia da Unidade de Atenção Psicossocial dimensionamento atualizado onde fica clara a necessidade de contratação mínima de 09 (nove) psicólogos e 18 (dezoito) assistentes sociais [...]. (RELATÓRIO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, 2018)

Com relação as condições éticas e técnicas de trabalho, verificou-se que a infraestrutura do local de trabalho, tendo como base a Resolução do CFESS 493/2006 que preconiza que o local de atendimento profissional aos usuários deverá acontecer em um espaço adequado, isto é: iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno; recursos que garantam a privacidade do usuário; ventilação adequada aos atendimentos, bem como as portas fechadas; e espaço adequado para colocação de arquivos de forma que seja reservado aos/as assistentes sociais.

Foi analisado e identificado que apenas 03(três) profissionais possuem sala para realizar os atendimentos aos usuários e que possibilita assegurar a privacidade dos mesmos. Com efeito, a maioria desses/as profissionais não consegue garantir o sigilo profissional, isto é, 13 (treze) assistentes sociais que representa 81,25% dentre os/as pesquisados/as não possuem sala individual, com privacidade e, portanto, não conseguem o direito de garantir o sigilo no atendimento com o usuário devido à falta de espaço físico, de infraestrutura e de equipamentos adequados.

Os atendimentos sociais dos usuários e/ou acompanhantes são realizados durante as visitas nas enfermarias e nos leitos. Contudo, segundo Vasconcelos (2007), a abordagem nas enfermarias não garante o sigilo do trabalho profissional e nem a privacidade dos usuários. No hospital, em cada enfermaria há 04 (quatro) leitos com os seus respectivos acompanhantes, assim como, há intensa circulação dos/das profissionais da área da saúde nesse local, indicando que as condições de trabalho são precárias, pois:

A falta de espaço adequado para o funcionamento do serviço, o que permite que o sigilo fique prejudicado pelas condições do espaço de atendimento (A 13)

[...] Por não haver uma sala específica para cada assistente social realizar atividades sigilosas (A5)

Falta de sala de atendimento individualizada (A 16)

Os depoimentos acima revelam que os espaços físicos utilizados por esses profissionais para a realização do trabalho que exercem no hospital, não assegurarem, minimamente, o sigilo profissional. Desta forma, as instalações físicas do hospital foram alvo de críticas dos/as pesquisados devido, sobretudo aos seguintes aspectos: - ausência de infraestrutura para garantir o conforto aos usuários e acompanhantes; - o reconhecimento que o ambiente de atendimento - enfermarias e leitos, não apresentam ventilação e luz adequadas; - ausência de salas para os atendimentos dos usuários e fragilidade na garantia do sigilo profissional. Para os/as assistentes sociais pesquisados, o local de trabalho, bem como, a instituição hospitalar não garante as condições técnicas e éticas para a realização do trabalho profissional das mesmas, conforme evidenciam os relatos abaixo:

Condições relacionadas ao ambiente físico; trabalhar em pé nas enfermarias, sem ar condicionado, muito quente, falta de espaço nas clínicas para o atendimento privativo (A10)

[...] outro aspecto é a falta de estrutura do hospital, extremamente precária. Não oferece condições dignas para os profissionais, usuários e seus acompanhantes (A 9)

Instalação física inadequada para o atendimento aos usuários com privacidade e recursos humanos insuficientes. (A7)

[...] falta de refrigeração nas enfermarias e a falta de privacidade na enfermaria (A 1)

Os depoimentos dos/as pesquisadas evidenciam que as condições de trabalho não proporcionam o atendimento aos usuários que deve ser efetuado com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo nos espaços sócio ocupacionais, conforme preconiza a Resolução N° 493/2006/CFESS. A propósito, importa registrar que segundo a mencionada Resolução, cabe ao assistente social informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, a saber: condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para a melhoria dos serviços prestados. Caso não seja solucionado o/a assistente social deverá informar, por escrito, ao CRESS local, para intervir na situação e tomar as devidas providências. Contudo, a que se interrogar sobre as condições políticas postas nesse espaço profissional para tomar essas medidas, haja vista, a correlação de forças se apresentar desfavorável a esses trabalhadores.

Além das precárias condições de trabalho apontadas pelos/as pesquisadas, outro ponto destacado pelos/as sujeitos da pesquisa foi relacionado aos recursos materiais para desenvolver o seu trabalho, tais como: falta de linha e aparelho telefônico; falta de computadores; falta de impressoras; falta de recursos materiais (papel A4, tinta de impressora, material áudio visual – som e Tv); falta recursos financeiros para aquisição de lanches para trabalho com grupos; e falta de transportes para a efetivação da visita domiciliar. Segundo 93,75% dos/as pesquisadas, faltam recursos sempre ou às vezes para realização do trabalho, conforme revelam os relatos abaixo:

Falta de estrutura, de pessoal, de insumos, de objetos para o trabalho, como exemplo, papel e outros, além de muitos pacientes para poucos profissionais (A4)

Não tem materiais básicos como papel, grampo, internet, computador funcionando; o prédio é insalubre, o refeitório idem, não existe uma sala que preserve o sigilo profissional (A 9)

A falta de determinados insumos e procedimentos dentro do hospital atinge direta e indiretamente toda a equipe de saúde (A12).

Falta de carro para fazer as visitas domiciliares (A 2).

Em decorrência da falta de materiais básicos para a realização do trabalho dos/as profissionais pesquisados, estes são levados a comprarem com o seu dinheiro próprio, o que compromete o atendimento ao usuário com qualidade. O Relatório da Unidade de Atenção Psicossocial (2018) menciona que há a “inconstância no fornecimento de material de consumo” pela gestão. O desenvolvimento do trabalho dos/das assistentes sociais, bem como, de trabalhadores/as, em geral, necessita de recursos para a sua realização, caso contrário, a carência deles, interfere na qualidade da viabilização dos direitos sociais.

Além disso, segundo o Relatório supracitado, não há os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que são meios ou dispositivos destinados a serem utilizados por uma pessoa contra possíveis riscos que ameaçam a sua saúde ou a segurança dos/as trabalhadores/as durante o exercício de uma determinada atividade. Assim, a falta ou a baixa cobertura desses equipamentos de uso coletivo e individual provocam “diversas dificuldades com os técnicos da unidade, colocando, inclusive, sua saúde em risco”. O hospital, precisa garantir aos profissionais um ambiente adequado de trabalho e com as proteções necessárias à

sua saúde, como pontua a Norma Regulamentadora 6 (NR 6) é de responsabilidade da instituição e/ou da empresa fornecer, gratuitamente, os EPI's aos seus empregados/as.

Constata-se, então, que os/as pesquisados/as não dispõem de condições adequadas e sem privacidade para o seu fazer profissional, pois, os materiais são sucateados e mesmo, não dispõem de materiais básicos (computadores, papel, etc.) para tal; excesso da carga horária de trabalho; ausência de apoio da gestão nas atividades. Observa-se, então, que essas condições de trabalho estão em consonância com as tendências de desregulamentação do trabalho vigentes no mundo.

Sob este entendimento, 92% dos/das pesquisadas reconheceu que as condições de trabalho são precárias. Ao considerar o trabalho profissional do/da assistente social remete a desafios para o enfrentamento dessas relações e condições de trabalho, sobretudo, frente a atual conjuntura de desmonte dos direitos mais essenciais e das conquistas sociais tão recentes são submetidas aos interesses da acumulação e atingidas pelo “rolo compressor” da ambição do grande capital. Em consequência, têm-se, então, processos de adoecimentos e acidentes provocados pelo trabalho que passam a fazer parte do cotidiano do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo possibilitou identificar e analisar as relações e as condições de trabalho as quais os/as assistentes sociais estão submetidos/as são determinadas pelas medidas de ajustes neoliberais e pela reestruturação produtiva, enquanto estratégia de recuperação das taxas de lucro do grande capital, sob a hegemonia do capital financeiro tem conduzido ao aumento do trabalho precário, terceirizado, flexível, polivalente, rotineiro e intensificado. O/A assistente social enquanto trabalhador assalariado sofre os rebatimentos das referidas condições de trabalho. Dessa forma, constatou-se que trabalho e vida estão imbricados e que as relações e condições de trabalho implicam, também, na saúde do trabalhador.

Os depoimentos dos/as pesquisados/as revelaram que a intensificação do trabalho é uma realidade no cotidiano de trabalho dos mesmos e está relacionada ao aumento da demanda por serviços sociais e/ou ao reduzido número de profissionais nas instituições. Neste sentido, a exploração do trabalho mediante sobrecarga e o aumento da jornada de trabalho. As novas formas de gestão do trabalho resultam em processos de dominação que combinam insegurança, incerteza, sujeição, competição, individualismo, etc.

Os/as trabalhadores/as estão submetidos ao processo de exploração e para sobreviver se submetem aos constrangimentos da sociedade que degrada a força de trabalho em suas dimensões objetiva e subjetiva. Outro aspecto relevante destacado neste artigo se refere aos relatos precarização laboral, provocados pelas relações e condições de trabalho nas adversas situações que os profissionais enfrentam em seu cotidiano de trabalho, pois como pode ser constatado, ao longo do texto.

As análises aqui efetuadas permitem afirmar que é um desafio e há a necessidade de problematizar o trabalho do/da assistente social na sociedade contemporânea, compreendendo que este profissional é um trabalhador assalariado e, nessa condição sofre os dilemas dos processos de alienação presentes na sociedade capitalista. Com efeito, a reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e a saúde do trabalhador/a é, cada vez mais, relevante e requer maior aprofundamento nas reflexões acadêmicas, em particular sobre as relações de trabalho nas quais estão envolvidos/as o/a assistente social, posto que, ainda, são reduzidos os estudos que tratam de objeto com este.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. katálysis** [online]. 2009, vol.12, n.2, pp.161-169.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de Sociologia do Trabalho**. 1ª ed. Baruru/SP: Praxis, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9 – 22.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSUNÇÃO, Ávila Ada. Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde. In: GOMEZ, CM; MACHADO, JMH; PENA, PGL. **Saúde do Trabalhador na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social e Sociedade**. nº 107, São Paulo, 2011.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; PINHEIRO, W. N. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**., Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em Debate. In: TEIXEIRA, F. S. J.; OLIVEIRA, M. A. de (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

VASCONCELOS, A. M de. **A prática do Serviço Social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. Cortez: 2007.

WÜNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa. Saúde do trabalhador e proteção social: as repercussões da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Estudos do Trabalho**, v. 5, n. 9, p. 163-175, 2011

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DO FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Fernanda Ferreira da Silva¹

RESUMO

O artigo apresentado analisa a problemática da exploração sexual e a intervenção do profissional de serviço social. Busca-se problematizar a categoria teórica exploração sexual versus prostituição. A exploração sexual de criança e adolescentes - ESCA emerge nas sociedades de classe, e é, portanto, no capitalismo que ela se torna uma expressão da violência que configura a “questão social”, adquirindo destaque mundial em momento de crise estrutural do capital, a qual requer a intervenção do Estado para controlar sua gravidade e expansão. Frente a essa situação, o serviço social tem atuado no sentido de enfrentamento da problemática, assim como no atendimento direto as vítimas. Por fim, apreende-se que a exploração sexual de crianças e adolescentes se aprofunda com a mercantilização de seus corpos e vidas no capitalismo monopolista em períodos de crise, demonstrando sua maior incidência nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, aviltada pela violência que essa problemática impacta na reprodução social de suas vidas.

Palavras-chave: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Prostituição. Atendimento psicossocial.

ABSTRACT

The article presented analyzes the issue of sexual exploitation and the intervention of the social service professional. It seeks to problematize the theoretical category sexual exploitation versus prostitution. The sexual exploitation of children and adolescents - ESCA emerges in class societies, and it is, therefore, in capitalism that it becomes an expression of the violence that configures the “social issue”, acquiring worldwide prominence in a moment of structural crisis of capital, the which requires state intervention to control its severity and expansion. Faced with this situation, social work has acted in order to face the problem, as well as in direct assistance to victims. Finally, it is learned that the sexual exploitation of children and adolescents deepens with the commercialization of their bodies and lives under monopoly capitalism in times of crisis, demonstrating its greater incidence in the most impoverished segments of the working class, demeaned by the violence that this problem impacts the social reproduction of their lives.

Keywords: Sexual Exploitation of Children and Adolescents. Prostitution. Psychosocial care.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-graduanda em gênero e diversidade na escola-UFAL. Mestra em Serviço Social –UFAL. Técnica Social do Programa de Realocação da BRASKEM/Maceió. Docente do curso de Serviço Social do CESMAC

1 INTRODUÇÃO

A exploração sexual de crianças e adolescentes expressa uma das formas de violência, nesse caso, a violência sexual, que se configura como uma “questão social”². As primeiras formas de violência praticadas entre os homens/mulheres nas sociedades de classes pré-capitalistas resultam das relações desiguais de produção da riqueza, e as formas de violências que expressam a “questão social” são traços indissociáveis do modo de produção capitalista. O/A leitor/a atento/a precisa considerar as diferentes análises sobre a relação entre exploração sexual e “questão social”, pois, se a ESCA é uma das expressões da violência que configura a “questão social” por que a exploração sexual emerge nas sociedades de classes precedentes ao capitalismo? A ESCA, mesmo sendo uma das expressões da violência que constitui a “questão social”, nas sociedades de classes precedentes já havia evidências da exploração dos corpos femininos de crianças e adolescentes. Entretanto, é somente com a generalização da mercantilização da força de trabalho e da venda dos corpos com o desenvolvimento do capitalismo, que se agudizam as contradições sociais, tornando a exploração sexual de criança e adolescente uma grave problemática.

A análise que faremos sobre a atuação do/a assistente social no atendimento ao fenômeno da exploração sexual de criança e adolescente, originou-se da necessidade de aprofundar a pesquisa sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, realizada durante a atuação profissional da pesquisadora, com vítimas de exploração sexual entre os anos de 2011 a 2015, no Serviço Social da Indústria (SESI/AL), particularmente no Programa ViraVida, quando desenvolveu a função de coordenação operacional das atividades. A ação como assistente social no Programa foi orientada para atender às crianças e aos/às adolescentes vítimas da violência sexual, particularmente da exploração sexual. A (ausência) de estudos que relacione a diferença entre exploração sexual e prostituição e a predominância de estudos que priorizam reflexões que enfatizam aspectos culturais, morais, os quais culpabilizam as

² Para interpretar a categoria teórica “questão social” comungamos do pensamento de Netto (2011, p. 17) “por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão “social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21), ou, nas palavras de um profissional do Serviço Social: “A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 17 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77). Utilizaremos ao longo dessa produção aspas na expressão “questão social”, em virtude de ser uma discussão que não é homogênea.

famílias pela condição de exploração sexual, sem considerar as suas condições econômicas fomentou também o desejo de pesquisar e apreender os determinantes históricos sociais que produzem a exploração sexual. Nesse intervalo, por intermédio do Centro Universitário (CESMAC), foi implantado, no ano de 2014, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Exploração Sexual (NEPES) em formato de projeto de extensão.

O NEPES tinha como objetivos: consolidar a pesquisa sobre exploração sexual de crianças e adolescentes em Maceió, de maneira a promover a reflexão coletiva das ações desenvolvidas, com vistas à interdisciplinaridade, analisando a efetividade e continuidade das estratégias de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes na busca de soluções teórico-práticas para os beneficiários do Projeto ViraVida. Buscava-se imprimir uma determinada direção social crítica para atender aos interesses coletivos, pela melhoria no atendimento integral e pelo fortalecimento de uma perspectiva de garantia de direitos. Nesse ínterim, esta pesquisadora realizava um curso, na modalidade *lato sensu*, sobre gênero e diversidade na escola, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2015, com o intuito de entender o processo de exploração sexual na reprodução do sistema capitalista.

Como reflexo da continuidade das atividades como assistente social, algumas questões despontaram e exigiram reflexões teóricas no desempenho dessas práticas, tais como: qual concepção de exploração sexual, referente à proteção integral à criança e ao adolescente, que é assumida e defendida pelos profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente? Qual o papel do Estado em face da problemática da ESCA? Há possibilidade de erradicar a ESCA? Em decorrência dessa problemática, esta pesquisadora elegeu a investigação científica como resposta às questões elencadas e participou da seleção do Mestrado, em 2017, para aprofundar teoricamente os conhecimentos adquiridos no exercício profissional.

Decerto que a perspectiva da defesa da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento é recente, e a luta mundial contra a exploração sexual comercial data de 1996. O enfrentamento da problemática da ESCA aflora no debate mundial em função das lutas de movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) em prol do direito sexual e reprodutivo da criança e do adolescente. No Brasil, esse processo resultou no advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, internacionalmente, no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Criança e Adolescente, no dia 24 de agosto de 1996, em Estocolmo, na Suécia. Esse Congresso trouxe reflexões importantes para pensar a condição da criança e do adolescente no contexto do tipo de violência em destaque. Com

efeito, foram construídos acordos internacionais de enfrentamento dessa problemática, desdobrando-se nacionalmente na construção de planos e/ou programas para atendimento de legislações que protegem crianças e adolescentes.

Destarte, o presente artigo foi estruturado em dois tópicos para melhor compreensão da sistematização do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil. O primeiro tópico faz uma análise conceitual das categorias teóricas, exploração sexual versus prostituição, explicitando que uma parcela significativa dos profissionais que trabalham no campo do enfrentamento desse fenômeno, tem dúvidas de qual metodologia deve ser aplicada, por não compreender que a exploração sexual, difere da prostituição.

O segundo tópico estabelece algumas balizas que incidem no processo de reprodução das relações sociais infanto-juvenil, dentro da órbita do capital – fetichismo da mercadoria – e como se dá o desenvolvimento das ações profissionais com as vítimas de exploração sexual.

Portanto, o artigo **O trabalho do/a assistente social frente ao atendimento das vítimas do fenômeno da Exploração Sexual**, revela-se como contribuição para a efetivação de políticas públicas para o atendimento as vítimas de exploração sexual, assim como a explanação sobre a realidade do trabalho em equipe interdisciplinar, e para projetar ações direcionadas ao atendimento das vítimas de exploração sexual. Trata-se de uma publicação de relevância para o conjunto de profissionais que atuam no campo social, visto que da visibilidade às competências privativas de cada profissional envolvido, na perspectiva de consolidar e materializar os respectivos projetos profissionais.

2 REPENSAR A CATEGORIA TEÓRICA EXPLORAÇÃO SEXUAL

A exploração sexual constitui um fenômeno social que data da origem das sociedades de classes, produzindo um mercado, um comércio do sexo que gera lucro. Ela se mantém historicamente e se amplia com a complexidade do desenvolvimento capitalista contemporâneo em tempos de crise. Nessa perspectiva, convém salientar o pressuposto de que o fenômeno da exploração sexual e a questão econômica se articulam, constituindo um processo de mercantilização e de fetichização implicando num mercado e num processo de relações econômico/social/sexual.

Outro elemento que demonstra a importância do estudo acerca da referida problemática, está em refletir a afirmação de que há distinção entre exploração sexual e prostituição. No meio acadêmico, desenvolvem-se debates sobre o significado do termo

“exploração sexual”. O correto seria denominar “prostituição infantil” ou “exploração sexual”? As palavras escondem significados históricos, pois, ao fazer uma leitura rápida, elas escapam à percepção de quem as lê ou escreve. “Prostituição” é uma atividade sexual que surge nas sociedades antigas e pressupõe autonomia, maturidade biológica, psicológica e capacidade jurídica (SOARES DO BEM, 2005). Numa perspectiva acrítica, a categoria “prostituição” atribuída à criança e ao adolescente favorece a manutenção de tabus, de concepções moralizantes sobre a prostituição e a precarização do trabalho das profissionais do sexo. A associação da problemática vivida por crianças e adolescentes com a prostituição não é pertinente, haja vista serem pessoas em desenvolvimento, que não têm autonomia sobre si e nem capacidade de ofertar serviços sexuais.

Segundo Soares do Bem (2005), a exploração sexual de crianças e adolescentes – cuja sigla é ESCA –, do ponto de vista jurídico, é uma violação da norma classificada como violência sexual, e, do ponto de vista psicológico, é uma situação de coação psicológica e física. Assim, a análise da problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, fundada numa perspectiva histórico-crítica, é coerente com a categoria “exploração sexual”, pois é um produto histórico datado das sociedades de classes, da herança patriarcal, que impõe a esses indivíduos uma condição de sujeição, de violência.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a exploração sexual um trabalho forçado em que o agressor utiliza da violência, física ou psíquica, para forçar alguém a realizar o ato sexual, constituindo, deste modo, uma grave violação aos direitos humanos. Segundo os termos da Convenção n. 29 da OIT (1930), o trabalho forçado é todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção, para o qual ela não se ofereceu espontaneamente para executar. O trabalho livre, no capitalismo, impõe as condições necessárias da venda da força de trabalho para garantir sua sobrevivência e atender às requisições do processo de acumulação, condicionando a vida desses indivíduos ao fetichismo da mercadoria. O comércio sexual, de modo similar, possibilita a satisfação dos meios de vida, perpassando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores.

Historicamente, essa exploração sexual se mantém e se amplia com a complexidade do desenvolvimento capitalista em tempos de crise. Nessa perspectiva, convém salientar o pressuposto de que a problemática da exploração sexual e a questão econômica se articulam, constituindo um processo de mercantilização e de fetichização que envolve os aspectos econômico, social e sexual.

Existem duas teses explicativas sobre a problemática da exploração sexual: 1) Tese da criança/adolescente prostituída; 2) Tese da criança/adolescente explorada sexualmente, em que se inscrevem estudos de autores diversos. Na primeira tese, encontram-se os estudos de Heleieth Iara Bonglovani Saffioti (1987; 2004), Vicente de Paula Faleiros (2004) e o Código Processual Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). De forma geral, predomina a apreensão da prostituição infantil como uma forma de subordinação, discriminação e rebaixamento da criança e do adolescente a uma coisa, a um objeto. A prostituição infantil implica a produção de lucro, do interesse econômico a partir da venda do corpo da criança e do adolescente. Esta tese centra a análise no adultocentrismo nas relações entre adultos e crianças.

O Ministério dos Direitos Humanos procura contextualizar a exploração sexual partir da tese da criança/adolescente prostituída, como:

Exploração sexual no contexto da prostituição: É o contexto mais comercial da exploração sexual, normalmente envolvendo rede de aliciadores, agenciadores, facilitadores e demais pessoas que se beneficiam financeiramente da exploração sexual. Mas esse tipo de exploração sexual também pode ocorrer sem intermediários (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 42).

Essa primeira tese explica como o controle de um adulto, e/ou rede de prostituição sobre a exploração sexual – bordel, aliciadores, bares – pode envolver intermediário ou não. A prostituição infantil envolve a relação com adultos que exercem um poder sobre a criança e o adolescente, o qual será responsável pela exploração e se beneficiará diretamente com a venda do corpo da criança e ou adolescente ou também poderá ser o cliente.

Na segunda tese, os/as pesquisadores/as Maria Lúcia Pinto Leal (2011), Renata Maria Coimbra Libório (2004), Eva T. Silveira Faleiros (2004) e Arim Soares do Bem (2005) consideram a exploração sexual comercial de criança e adolescente como uma violência historicamente construída, uma violação dos direitos humanos, das normas jurídicas e uma situação de coerção psicológica e física. A exploração sexual compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ou por escambo. Nessa tese, a nomenclatura da exploração sexual infanto-juvenil está associada às diretrizes do ECA, especificamente ao Art. 5º, e engloba ainda, o tráfico e a venda de pessoas, redes de prostituição, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais, o turismo sexual e a pornografia infantil.

Observando a diferenciação entre a condição da criança/adolescente prostituída e

aquela explorada sexualmente apresentadas acima, aparenta estar bem delimitada a diferença de situações. Entretanto, ao se deparar com o problema na realidade, as metodologias utilizadas para capturar e explicar a exploração sexual demonstram fragilidades, uma vez que é uma problemática complexa e as teorias conseguem apenas se aproximar. A dificuldade em delimitar conceitualmente a categoria exploração sexual indica não só uma divergência semântica, como também teórica para explicitá-la.

Diante do exposto, entende-se que o fenômeno da exploração sexual é multifacetário e que sua apreensão não se captura pela reflexão de um ou dois elementos que o constitui, requer desvendar as múltiplas determinações das suas expressões. Em consonância com os argumentos de Francischini e Mello (2010), apreende-se a categoria exploração sexual de crianças e adolescentes a partir da definição proposta por Leal e Leal (2002) como “uma relação mercantilizada (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores)” (LEAL; LEAL, 2002, p. 157). Organizado em redes de comercialização local e mundial (mercado), ou por pais ou responsáveis legais, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). Reafirma-se a exploração sexual de crianças e adolescentes enquanto uma das fontes de prazer e lucro por parte de adultos. Sendo o corpo considerado uma mercadoria e a moeda de troca não é apenas monetária, mas também o escambo. Meninas e meninos são oprimidos, persuadidos e/ou coagidos a trocarem sexo por valores ínfimos para receberem em troca abrigo, alimentação e roupas. Algumas vezes, até mesmo um intermediário (aliciador) lucra com esse comércio.

É no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo que se agravam as contradições do sistema do capital, o qual produziu uma crise estrutural em 1970, que se arrasta até os dias atuais, atingindo as esferas econômica, social e política. As respostas do capital a sua crise manifestas na reestruturação capitalista dos anos de 1980, incide sobre a vida de trabalhadores/as resultando no agravamento de desigualdades sociais, na configuração do desemprego estrutural, na precarização das condições e relações de trabalho provocadas pela produção flexível, na destituição de direitos sociais, na degradação da natureza e da vida humana em geral. Esse processo atinge, sobretudo, a classe trabalhadora, não só a masculina, mas envolve o segmento feminino, refletindo na vida familiar e, conseqüentemente, nas relações sociais que envolvem crianças e adolescentes, em particular, ampliando os processos de exploração sexual em função da necessidade de garantia de sobrevivência.

A ESCA ocorre há séculos, mas foi no século XIX que ela se tornou uma instituição social gigantesca. O desenvolvimento da indústria, com vasta massa populacional no mercado

competitivo, o crescimento e o congestionamento das grandes cidades, a insegurança e incerteza do emprego, todos esses fatores deram ao mercado do sexo um impulso nunca antes sonhado em nenhum período da história humana. A ESCA é um fenômeno que ocorre nacional e internacionalmente e tem mobilizado diversos sujeitos sociais, no sentido de discutir estratégias para o enfrentamento dessa cruel forma de opressão e exploração contra crianças e adolescentes.

Conforme Soares do Bem (2005), encontra-se, na história das sociedades, formas arcaicas e modernas de organização do “trabalho” dito sexual, que de acordo com a conjuntura adquirem significados e interpretações diferentes. Quantificar esse fenômeno é bastante difícil, pois sua manifestação, não é explícita, muitas vezes, nem realizada publicamente, e sua interface com atividades fora da legalidade dificultam seu dimensionamento na realidade brasileira e regional. Somado a isso, observa-se que ainda há pouco conhecimento sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e seus determinantes, o que resulta numa interpretação simplista da sociedade de que moças, rapazes e crianças que se encontram em tal situação escolheram viver da comercialização de seus corpos.

É a partir da crise estrutural do sistema capital que a análise da exploração sexual comercial de criança e adolescente se situa. Todavia, convém ressaltar que a exploração e opressão não aparecem apenas como desdobramentos das crises, mas, sobretudo, com a constituição das sociedades de classe, com a propriedade privada. As condições econômicas vinculadas à distribuição desigual de riqueza, as relações internacionais que envolvem os centros hegemônicos e os países periféricos com economia dependentes são determinantes estruturais que podem aumentar o índice da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A essa discussão acrescenta-se a importante colaboração do Relatório CECRIA³ (1997), por expor as condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, que possibilitam explicar a exploração sexual de modo mais abrangente. E, também, quando salienta a desigualdade social no que se refere à pobreza, aos aspectos étnico-raciais/de gênero e à violência. Esses aspectos favorecem, de forma direta e indireta, o ingresso de crianças e adolescentes no processo de exploração sexual. No entanto, são as condições de pobreza que tanto favorece a expansão do turismo sexual, quanto a exploração por agenciadores/redes, a

³ Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). Este relatório é resultado de pesquisa e estudo realizados pelo CECRIA, com o apoio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente/Ministério da Justiça do Brasil.

gerar a prostituição e a situação de rua. Outros problemas como o alcoolismo, o machismo, também contribuem para produzir os maus-tratos e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Sobre os condicionantes estruturais, o relatório apoia-se na obra de Vicente Faleiros (2004) quando se dedica a problematizar as condições de vida da população, especificamente, de crianças e adolescentes, para pensar e delimitar estratégias que venham coibir o fenômeno da ESCA. Nesse contexto, CECRIA aponta (1997) que,

[...] é fundamental considerar as condições de vida da população em geral, e mais concretamente, da população infanto-juvenil. Esses condicionantes estruturais colocam ou aumentam o risco da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes. A melhoria da situação socioeconômica das famílias, e a garantia de políticas e serviços sociais, são mediações para diminuir o risco da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes (CECRRIA, 1997, p. 5).

É necessário sublinhar com essa afirmação que a problemática da ESCA é multifacetária, envolve questões estruturais que agravam os determinantes históricos da exploração sexual. A reflexão apresentada pelos seus formuladores no relatório demonstra que as mediações necessárias para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes se dá com a implementação de políticas sociais⁴, as quais devem considerar os aspectos socioeconômicos e os serviços sociais. Todavia, é preciso salientar que, com o agravamento da crise econômica e avanço das políticas neoliberais, em 1980, no Brasil, as políticas sociais públicas são impactadas e reduzidas, produzindo a retração do Estado na esfera social. Com efeito, as famílias sofrem com esse impacto, ampliando sua condição de pauperização em face do avanço do desemprego, subemprego e das diversas expressões da violência. Aumenta e agrava o índice de famílias que não dispõem de meio para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde, dentre outras.

A exploração sexual comercial de criança e adolescente, conforme explorado nesta seção, é uma problemática social, uma relação de poder e de mercantilização do sexo que visa à obtenção de vantagens de um adulto sobre uma criança e/ou adolescente, implicando num envolvimento de forma coercitiva e persuasiva. Ademais, outro fator primordial é a adoção de uma prática de atendimento articulada e integrada com outros profissionais da equipe e com outros serviços. Ou seja, é necessário ter uma ação pautada por uma perspectiva interdisciplinar, no sentido de que se realizem encaminhamentos que auxiliam no atendimento

⁴ Na próxima sessão, far-se-á uma incursão sobre as políticas sociais e setoriais que foram implantadas a partir dos anos 90 do século XX, para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

as vítimas de exploração sexual.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO AS VÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Para situar o trabalho com as vítimas, e no enfrentamento da exploração sexual no processo da reprodução das relações sociais, faz-se necessário uma reflexão acerca do movimento o qual se engendram e se renovam as relações sociais que particularizam a formação social capitalista. Buscar apreender no processo da vida social sua realidade substancial.

“Toda a alienação é uma relação social e, por isso, implica a alienação dos dois lados da relação” (Lessa, p. 31 2012). Partido dessa premissa, as relações sociais surgem mistificadas, como uma relação de mercadoria, esvaziada de sua historicidade, e transformando a relação de produção em dinheiro.

Para Marx (1985) apud Iamamoto (2012, p.60),

O modo de produção capitalista aparece com um mundo encantado, distorcido, e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas.

Assim, no capitalismo, a mercadoria satisfaz uma necessidade humana, seja ela material ou espiritual, sendo um objeto que tem duplo valor: o valor de uso é o valor de troca. O valor de uso da mercadoria se baseia na sua qualidade, utilidade e suas propriedades. Portanto, essa qualidade é para satisfazer uma determinada necessidade. Para tanto, o valor de uso dispõe da faculdade de ser trocada ou vendida, atribuindo-lhe o valor de troca. Destarte, a mercadoria é uma unidade que sintetiza o valor de uso e o valor de troca.

A alusão a essa relação é de suma importância, pois, ao desconsiderá-la, desfigura-se a discussão acerca da exploração do homem pelo homem e a reprodução das relações sociais na sociedade de classe (capitalista). E dentro dessa perspectiva, a exploração do trabalho é viável devido à propriedade peculiar da mercadoria vendida pelo trabalhador, à fonte de valor e de mais-valia. E é na produção que a força de trabalho é posta em movimento. Sendo este fetichismo da mercadoria que nos subsidia a análise da exploração sexual, ampliando o debate de como esta é reproduzida ideologicamente.

Conforme Leacock apud Lessa (2012, p. 31), a relação sexual passou a ocorrer entre

maridos e esposas ou entre senhores e prostitutas.

No primeiro caso, a finalidade é um herdeiro que possa perpetuar a acumulação de riqueza da família. Esta, por sua vez, tem seu *status* na sociedade a partir da propriedade que possui. [...] a experiência sexual a ser adquirida entre as prostitutas resulta ao rebaixamento do padrão afetivo a um nível “animal”.

Analisando o fragmento acima, sob o prisma do capital, a relação entre marido e esposa baseia-se na reprodução das relações de produção, interferindo diretamente na forma de consciência social. No segundo caso - a relação entre senhores e prostitutas - produz a banalização do humano e potencializa a desigualdade inerente a essa relação social. Com efeito, amplia-se as lacunas e contradições entre as classes e a disparidade entre gênero, etnia, dentre outros, impondo novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. Em suma, a reprodução das relações sociais e a reprodução da totalidade do processo social incidem diretamente no cotidiano da vida em sociedade.

Para Mészáros (2002), apud Lessa (2012, p. 92),

O sistema do capital irá sempre impor sobre “as pessoas envolvidas” os seus “ditamos socioeconômicos”, fazendo com que os “microcosmos” das “relações interpessoais” tenham de se moldar à propriedade privada – com o que, qualquer “autonomia” que seja expressão da particularidade social dos indivíduos tem de submeter às necessidades do próprio capital. A auto-realização dos indivíduos nessas circunstâncias não existe sequer como possibilidade, apenas como necessidade.

Partindo da premissa da autorrealização dos indivíduos e na interpretação aqui assumida, a exploração sexual⁵ é mais aguçada na sociabilidade capitalista. E dentro desta órbita, o trabalho livre impôs as condições necessárias de realização, da venda da força de trabalho como meio de satisfação das necessidades vitais, condicionando a vida dos indivíduos sociais ao fetichismo da mercadoria.

A exploração sexual se edifica nas desigualdades no campo econômico, político e cultural das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. O comércio sexual possibilita a satisfação dos meios de vida, perpassando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. E na lógica do capital, no mercado do sexo o que se troca

⁵ Neste artigo a definição de exploração sexual infanto-juvenil se caracteriza pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a interação de lucro, seja financeiro, ou de qualquer outra espécie.

são os serviços sexuais que tem um valor de uso baseado na qualidade própria (Leal, 2011). Ressalta-se que não queremos caracterizar a exploração sexual de criança e adolescente pela via do trabalho, visto que, há uma tensão de fundo ao tratar dessa temática, a nossa pretensão é explicitar o que está como pano de fundo na ordem do capital.

Contudo, o que se põe em discussão é a precarização das relações sociais infanto-juvenil, tensionada pelo mercado do sexo. A qual requerem ações pautadas no desenvolvimento humano e no trabalho em rede sócio assistencial. De maneira a romper com a forma de exploração do homem pelo homem que mistifica as relações sociais.

Nesse sentido, é necessário compreender quem são esses jovens que tiveram os seus direitos violados, e encontra-se no patamar de vítima do sistema capitalista. Destarte, visando proporcionar um melhor entendimento a cerca da importância, far-se-á uma breve análise empírica do perfil dos adolescentes e jovens que foram caracterizados como vítimas de exploração sexual, a partir das ações desenvolvidas pelo Projeto ViraVida⁶ de Alagoas. O recorte se dá com o atendimento da primeira turma no ano de 2012 e do desenvolvimento das ações da segunda turma 2013.

O ponto de partida é analisar a exploração sexual e seus impactos nas relações sociais dos adolescentes e jovens que vivenciaram a exploração sexual e outras formas de violação de direitos. E, por conseguinte, como vem sendo desenvolvidas as ações profissionais com as vítimas de exploração sexual.

Para Mendonça (2002) apud Felizardo (2013),

La población joven presenta una situación de gran vulnerabilidad, a causa de su posición en la estructura social, reforzada por el acceso diferenciado a bienes y servicios públicos. Tal como explica el Plano de Acción 2004-2007 Presidente Amigo del Niño y del Adolescente (2003), muchos niños y adolescentes no tienen acceso a servicios públicos de calidad en las áreas de educación, salud, deporte, ocio y formación profesional. Como agravante, la garantía de una vida saludable se ve perjudicada por la baja cobertura de los servicios de agua potable y saneamiento, estimándose que aproximadamente el 19,1% de las familias brasileñas no se benefician de la red de abastecimiento público de agua y que el 36% no tienen saneamiento público. Algunos indicadores sociales expresan las consecuencias de este cuadro de

⁶ O Projeto ViraVida é uma iniciativa do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, que teve seu início no ano de 2008 em Fortaleza, e desse período até os dias atuais vem sendo desenvolvido em 20 Estados da Federação. O público a que se destina o Projeto ViraVida é constituído por adolescentes e jovens de ambos os sexos, entre 16 e 21 anos de idade, que se encontram ou passou por situação de exploração sexual ou de tráfico para fins sexuais. São adolescentes e jovens que apresentam baixa escolaridade, pertencem às classes populares, com baixíssima renda familiar, residem nas periferias e trazem em sua história de vida experiências relacionadas com trabalho doméstico, abuso sexual, gravidez precoce e dependência química. Atualmente em Maceió estamos assistindo, em horário integral, 148 adolescentes e jovens

precariedad: los elevados índices de mortalidad de neonatos, de alrededor del 74,5 por cada cien mil; las expresivas desigualdades regionales en cuanto a mortalidad infantil, donde sobresale la región Nordeste, con una tasa del 44,2 por mil, mientras en la región Sur es de 19,7 por mil; la inseguridad en la alimentación, que asola a 23 millones de brasileños (14% de la población); la baja calidad de la educación, que hace que el 59% de los niños aun sean analfabetos después de haber cursado, al menos, cuatro años de estudios; y toda clase de malos tratos, abusos y violencia, como la explotación sexual, la desaparición y el abandono, que hacen parte de lo cotidiano de gran parte de los niños y adolescentes brasileños.

Observando a pesquisa apresentada por Felizardo, que expõem os indicadores sociais que contribuem para o fenômeno da Exploração Sexual de Criança e Adolescente – ESCA no Brasil, faz-se necessário ter o cuidado de não cair numa visão simplista de que esse fenômeno reduz-se exclusivamente a pobreza material, mas tal fenômeno é multifacetário e englobam os aspectos culturais, jurídico-normativos, praticas de violência, dentre outros fatores. Destarte, não é de se estranhar que esse rebatimento tenha impactado diretamente nas relações sociais dos adolescentes e jovens assistido pelo ViraVida⁷ e no afunilamento das oportunidades de inclusão em políticas públicas.

A sistematização do cadastro⁸ de entrada dos adolescentes e jovens assistido pelo ViraVida, reforçam os indicadores sociais exposto na pesquisa de Felizardo, obtendo-se os seguintes resultados: 70% são do gênero feminino; 41% dos jovens evadiram da escola, (elencaram os seguintes fatores determinantes para a evasão escolar: gravidez na adolescência, elevado número de falta devido aos “programas” que tinham que realizar, e a falta de recurso financeiro para o deslocamento entre casa e escola); e a faixa etária mais suscetível a vivenciarem a Exploração Sexual são os adolescentes entre 16 a 18 anos, correspondendo 69%, do público atendido pelo ViraVida/AL.

Contudo, para esse grupo específico de jovens observa-se que o seu ingresso no mercado do sexo, está atrelado a fatores socioeconômicos e psicossociais – acesso a bens de consumo como celulares, tabletes, alimentação, vestuário, dentre outros; e a violência intrafamiliar e extrafamiliar em suas diversas formas - abusos sexuais, negligência, maus tratos, e etc. Decorrendo em uma nova forma de relações sociais, culturais, morais e familiar, rebatendo em um novo modelo de vida (Leal, 2011).

⁷ Com a implantação do projeto ViraVida em Alagoas, já foram assistido 167 jovens que foram vítimas de exploração sexual.

⁸ O cadastro dos jovens é realizado pelas instituições parceiras (CREAS, Conselho Tutelar e ONG's) que fazem a busca ativa dos jovens. E por último, é feito uma entrevista individual, para poder traçar o perfil, analisando os aspectos sociais, psicológicos e educativos.

Dentro desta lógica e na perspectiva jurídica de que a exploração sexual de criança e adolescente é crime, e da precária resposta que o Estado vem dando em relação ao atendimento as vítimas de exploração sexual, o terceiro setor tem se mobilizado através de rede sócio assistencial para o enfrentamento e atendimento as vítimas desse fenômeno.

Nesta direção, as ações do projeto ViraVida no atendimento as vítimas de exploração sexual ocorrem de forma interdisciplinar. Para tanto, as ações profissionais dentro de uma perspectiva interdisciplinar desenvolve-se de maneira participativa, numa postura político-ideológica, cuja equipe contribui com o conhecimento técnico-científico da disciplina que particulariza a profissão, com o objetivo de estudar e ultrapassar situações que limitam algumas ações profissionais.

A ação que passa nesta perspectiva interdisciplinar é proporcionar a cada profissional, enquanto pessoa, questionar, opinar, discutir, atuar com relação a determinada ação. Assim o profissional não buscará limitar seu espaço de ação fragmentando a questão, numa atitude de exclusividade, mas o ampliará numa perspectiva conjunta, visualizando a totalidade da questão e, principalmente, à *economia da ação*. *Economia da ação* não significa praticar menos, mas racionalizar e socializar a ação. (MARTINS DE SÁ, p. 68).

Desse modo, a inserção do trabalho interdisciplinar nesses espaços é urgente e necessário, na perspectiva de consolidar as políticas públicas como direito, e assegurar as condições técnicas e éticas requeridas para o exercício do trabalho com qualidade.

Uma vez que, depara-se com um cenário de mínima inclusão de crianças e adolescentes em Políticas Públicas, assim como de baixa permanência das mesmas em programas e ações destinadas ao seu bem estar, decorrendo no aprofundamento da baixa proteção social (Leal, 2011).

No entanto o atendimento as vítimas de exploração sexual infanto-juvenil requer uma interface com as políticas públicas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, segurança, habitação, dentre outras, na perspectiva de viabilizar o acesso aos direitos sociais.

Desse modo, as abordagens das profissões somam-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Orientado por um viés de totalidade, de maneira a situar a criança e o adolescente nas relações sociais que têm papel determinante nas suas

condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica.

Uma das ferramentas de efetivação do atendimento integral a criança e adolescente vítima de exploração sexual é o atendimento psicossocial.

O atendimento psicossocial constitui um instrumento fundamental para a garantia de direitos, tendo como referencial o princípio da prioridade absoluta e a crença de que a crianças e adolescentes são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, que merecem atendimento integral e especializado. (GADELHA, 2009, p. 59)

Destarte, o atendimento psicossocial configura-se como um conjunto integrado de atividades e ações psicossocioeducativas. As ações tem caráter especializado e de cunho social, pedagógico e terapêutico, possibilitando o fortalecimento da identidade dos adolescentes, e dos vínculos familiares e comunitários. Embora o Estado brasileiro tenha avançado em políticas de atendimento, enfrentamento e ter reconhecido a violência sexual como uma problemática social que interfere no desenvolvimento da sexualidade e na dimensão psicossocial da vida da criança e do adolescente, sua permanência causa sérios prejuízos para essas vítimas. Como o fenômeno da exploração sexual é multidimensional e de extrema violação de direitos contra a pessoa humana, o problema persiste e os índices de exploração sexual seguem como um sério desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro e pelos segmentos organizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes (predominância de mulheres), objeto do estudo realizado, constitui uma das formas de opressão, de violência que agride física e socialmente seres humanos em sociedades de classe, em particular na sociabilidade capitalista com a generalização das relações mercantis. Nesse artigo indicamos elementos para análise e aplicação de ações no campo do enfrentamento do fenômeno em questão e no atendimento as vítimas.

Convém registrar que o objeto de estudo foi um desafio acadêmico, haja vista a literatura restrita que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes. Em geral, as pesquisas abordam mais o tema da prostituição, também importante para a reflexão, mas que, no entanto, colabora para invisibilizar a problemática da exploração sexual, pois ao focalizar a prostituição como a principal forma de exploração, desconsidera-se que crianças e

adolescentes, seres em desenvolvimento, não escolheram a condição a que foram submetidos, são abusados, explorados, violentados sexualmente.

Diante do exposto, corre-se o risco de fragmentação das ações dos agentes que trabalham no enfrentamento do fenômeno, em virtude de não ter uma teoria unívoca para nivelar as ações. Decorrendo, em interpretações simplistas e genéricas, impactando na efetivação de políticas públicas, assim como em fatores culturais onde atribuem as vítimas a responsabilidades dos problemas em detrimento da estrutura socioeconômica. Assim, decifrar as raízes desse fenômeno está longe de chegar ao fim, visto que, é um fenômeno multifacetado e supõe entender uma lógica da sociedade em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

O segundo elemento aponta que a exploração sexual é mistificada a partir de uma relação mercadológica, onde o ser social passa a ser coisificado, esvaziado de sua historicidade. Portanto, é necessário compreender a situação da exploração sexual infanto-juvenil como uma das expressões mais cruéis da questão social, em inteira conexão com as determinações estruturais e conjunturais e os demais desafios societários do país, e o papel do conjunto de sujeitos sociais vinculados à luta pela garantia dos seus direitos, e os quais assegura-lhes a centralidade e visibilidade devida.

Concluindo, constata-se que as ações no atendimento as vítimas de exploração sexual remete-se a um trabalho interdisciplinar, de maneira a possibilitar a efetivação dos direitos fundamentais e sociais. Diante de todo o exposto, apreende-se que a vigência de normas jurídicas de proteção à criança e à/ao adolescente, ainda que sejam importantes na sociabilidade burguesa, não garante a superação da problemática da exploração sexual, pois os elementos que se somam a esse fenômeno encontram-se intrinsecamente articulados à estrutura das sociedades de classe, de base patriarcal, que produz e mantém as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília:2005.

BRAZ, Marcelo. NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Maria Dilma Felizardo. La construccion psicossocial de la prostitucion adolescente feminina: el caso de Brasil. Tese (Doutorado em psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Universital de Barcelona, Barcelona, 2013.

GADELHA, Graça. **Disseminação da metodologia do programa de assistência a criança e adolescentes vítimas de trafico para fins sexual**. Fortaleza: Instituto Companheiros das Américas, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital de fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Exploração Sexual infanto-juvenil**. IN: CAPACITAÇÃO DOS GESTORES, TÉCNICOS E DOCENTES DO PROJETO VIRAVIDA EM ALAGOAS, 1, 2012, Maceió. **Anais**. Brasília: CECRIA, 2011. 01 – 22.

_____. **Criança e Adolescente no mercado do sexo: fetichismo & precarização**. IN: CAPACITAÇÃO DOS GESTORES, TÉCNICOS E DOCENTES DO PROJETO VIRAVIDA EM ALAGOAS, 1, 2012, Maceió. **Anais**. Brasília: CECRIA, 2011, p 01-25.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Fernanda Ferreira. **Exploração sexual de criança e adolescente no capitalismo contemporâneo**. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, 2020.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. **Violência sexual contra crianças e adolescentes e eficácia social dos direitos intanto-juvenil: subsídeo à formulação de políticas públicas ao município de Maceió**. Maceió: EDUFAL, 2011.

SOARES DO BEM, Arim. **A dialética do turismo sexual**. São Paulo: Papirus, 2005.

_____. **O fenômeno e o conceito de turismo sexual no Brasil: gênese, institucionalização e dilemas**. IN: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M (orgs) *Produtos Turísticos, Marketing e novos segmentos. Planejamento. Criação e comercialização em turismo*. São Paulo: editora Manoele [PRELO].

VIEIRA, Monique Soares. **Enfrentamento Da Violência Sexual Infanto-Juvenil Em Porto Alegre: contradições e perspectivas**. 2013. 182p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: [HTTP://tede.pucrs.br/tde](http://tede.pucrs.br/tde). Acesso em 16 de junho de 2013, às 14h20.

**NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL
NO BRASIL E ESTRATÉGIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS
ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS/ GEX-BEL**Vera Lúcia Batista Gomes¹Sara Daltro Tavares Paiva²Marinara Melo da Silva³Diego de Almeida Amora⁴**Resumo**

O presente artigo objetiva analisar as estratégias de lutas e resistências às precárias condições de trabalho, as quais os/as assistentes sociais que atuam no INSS/Gex-Bel-Pará/Brasil, estão submetidas. Problematiza as estratégias de ações de resistência que os/as mencionados/as profissionais têm adotado no seu cotidiano de trabalho para o enfrentamento a tais situações. É baseado em resultados de uma pesquisa empírica realizada com assistentes sociais que atuam na previdência social, em particular, no mencionado INSS. Trata-se de uma abordagem quanti- qualitativa, a partir da aplicação de 22 questionários e 9 entrevistas individuais. Assim, à luz da teoria marxista e do método materialismo histórico dialético, os dados obtidos foram analisados, o que permitiu a constatação de que a adoção das medidas neoliberais, no Brasil, sob a orientação do Consenso de Washington, provocou significativa redução das ações do Estado na política de seguridade social, particularmente, na previdência social, culminando em inúmeras contrarreformas na referida política, impactando, negativamente, no acesso aos direitos dos seus segurados, bem como, nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais. Sendo assim, os/as mencionados profissionais têm se mobilizado coletivamente, via sindicato e entidades representativas da categoria em articulação com outros movimentos sociais, em defesa da previdência social pública e de melhores condições de trabalho, em consonância com as diretrizes do código de ética profissional do/a assistente social, no Brasil. Constata-se, então, que as estratégias de lutas para o enfrentamento à tais situações utilizadas pelos/as assistentes sociais expressam o comprometimento com a luta geral dos/das trabalhadores/as, em face do desmonte dos direitos à previdência social pública e da tendência ao aumento dos seguros privados.

¹ Assistente social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PPGSS-Universidade Federal do Pará-UFPA/UFPA, doutora em Sociologia de Trabalho pela Université de Picardie “Jule Vernes”- Amiens/France- Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação da UFPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia’Gep_Tesa” vinculado ao PPGSS-UFPA e inscrito no Diretório do CNPQ.

² Assistente Social, discente do Curso de Mestrado em Serviço Social-PPGSS/UFPA, bolsista da CAPES e membro do Gep_Tesa.

³ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social – UFPA, bolsista de IC – CNPQ e membro do Gep_Tesa, sob a orientação da profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes.

⁴ Discente do Curso de Graduação em Serviço Social – UFPA, bolsista de IC – CNPQ, sob a orientação da profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes. e membro do Gep_Tesa.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Seguridade Social, Previdência Social, Serviço Social, Resistência.

**NEOLIBERALISM, CONTRARREFORMS IN SOCIAL SECURITY IN BRAZIL
AND STRATEGIES OF STRUGGLE AND RESISTANCE OF SOCIAL
ASSISTANTS INSS / GEX-BEL**

Abstract

This article aims to analyze the strategies of struggles and resistance to the precarious working conditions, to which the social workers who work at INSS / Gex-Bel-Pará / Brazil, are submitted. It questions the strategies of resistance actions that the mentioned professionals have adopted in their daily work to face such situations. It is based on the results of an empirical research carried out with social workers who work in social security, in particular, in the aforementioned INSS. This is a quantitative and qualitative approach, based on the application of 22 questionnaires and 9 individual interviews. Thus, in the light of Marxist theory and the dialectical historical materialism method, the data obtained were analyzed, which allowed the observation that the adoption of neoliberal measures in Brazil, under the guidance of the Washington Consensus, caused a significant reduction in the actions of the State in the social security policy, particularly in social security, culminating in numerous counter-reforms in that policy, negatively impacting on the access to the rights of its policyholders, as well as on the working conditions of social workers. Thus, the aforementioned professionals have mobilized collectively, via the union and representative entities of the category in articulation with other social movements, in defense of public social security and better working conditions, in line with the guidelines of the code of professional ethics the social worker in Brazil. It appears, then, that the strategies of struggles to face such situations used by social workers express the commitment to the general struggle of workers, in view of the dismantling of the rights to public social security and the tendency the increase in private insurance.

Keywords: Neoliberalism, Social Security, Social Security, Social Work, Resistance.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX são envoltas em um contexto de profundas transformações provocadas pela crise do capitalismo que se arrasta desde os anos 1970, no mundo. Desta forma, tornou-se imperioso para o capital, a busca de estratégias para o enfrentamento de mais uma de suas crises que se expressa por um período de baixas taxas de

crescimento econômico combinado com altas taxas de inflação e níveis de desemprego, em ascensão, colocando em cheque o padrão de acumulação vigente nos períodos anteriores, que era regulamentado pelo modelo de produção taylorista-fordista, com base no Estado Keynesiano, nos países de capitalismo avançado. (HARVEY, 2008).

Desta maneira, a crise do capital instaurada nos anos 70 provocou profundas mudanças na vida social da classe trabalhadora, com repercussões no papel do Estado e no mundo do trabalho. Uma das explicações encontradas pela burguesia para esta crise foi o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, sob a justificativa de que este gastava demais com o social e intervia menos na economia de mercado; com efeito, o neoliberalismo apresentado como estratégia para o enfrentamento às repercussões da mencionada crise.

O neoliberalismo nasce nos países da Europa e da América do Norte, logo após a Segunda Guerra Mundial, partindo da concepção que a intervenção estatal no mercado é um ameaça à liberdade econômica e política. Para os pensadores neoliberais, a “liberdade dos cidadãos” e a ampla concorrência eram responsáveis pela “prosperidade de todos” e as desigualdades eram positivamente necessárias; estas ideias se apresentaram como reação ao Estado intervencionista de bem-estar social (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2008).

Dessa forma, o novo modelo de Estado orientado pelas ideias neoliberais seria capaz de “superar” a crise instaurada, bem como, deveria ser mais forte para cercear as reivindicações dos trabalhadores, diminuindo o poder dos sindicatos de classe ou cooptá-los, comprometendo-se com restauração de uma “taxa de natural de desemprego”, além de realizar reformas fiscais para incentivar investimentos econômicos, isto é, diminuir os impostos sobre os rendimentos mais altos (ANDERSON, 1995).

Paralelamente a isso, na década 1970, começa a ser implantado um novo padrão de produção, baseado na reestruturação da produção e de novas formas de gestão da força de trabalho, caracterizados pela flexibilização da produção e do processo de trabalho que, diferentemente, do modelo anterior (taylorista-fordista), marcado pela rigidez na esteira de produção, passou a exigir que o trabalhador domine o manuseio de novas tecnologias de produção, o que por sua vez requer maior qualificação do trabalhador, atribuindo-lhe, também, a responsabilidade por sua própria vigilância, induzindo-o a polivalência, tendo em vista que foram flexibilizados os produtos e os padrões de consumo visando atender as demandas individuais e específicas dos consumidores (ANTUNES, 2009; ALVES, 2007).

Sendo assim, a combinação neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização do capital repercute, mundialmente, penalizando de forma mais atenuante os/as trabalhadores/as dos países de capitalismo periférico com medidas dos ajustes fiscais que desmontam a proteção social, desregulamenta leis trabalhistas, projeta privatizações para a previdência social, para a saúde pública e algumas instituições.

No que se refere à Previdência Social, as orientações neoliberais têm se reverberado via contrarreformas previdenciárias que afetam não apenas o acesso dos/das usuários/as da mencionada política, mais, também, os/as assistentes sociais que atuam na mesma, tanto em relação a forma, quanto ao conteúdo do trabalho que exercem nesse espaço sócio ocupacional. É com base nessas considerações que neste artigo, procurou-se problematizar as repercussões das medidas neoliberais nas condições de trabalho, assim como, sobre as formas de resistências que veem sendo adotadas pelos/as profissionais de Serviço Social que atuam no INSS/ Gex-Bel, objetivando analisar as estratégias de resistências para enfrentamento as repercussões de tais medidas no trabalho que os/as assistentes sociais que atuam no INSS/Gex-Bel-Pará/Brasil.

Assim, este artigo tem por base a análise de resultados parciais obtidos em uma pesquisa empírica realizada com assistentes sociais que atuam na previdência social, no mencionado INSS, cuja abordagem foi do tipo quanti- qualitativa, a partir da aplicação de 22 questionários e 9 entrevistas individuais que foram realizadas devido, somente os dados obtidos no questionário não ter possibilitado a apreensão de certos aspectos referentes às relações de trabalho dos/as assistentes sociais que atuam na Previdência Social, naquele espaço sócio ocupacional.

À luz da teoria marxista e do método materialismo histórico dialético, os dados obtidos foram analisados, uma vez que a apreensão das categorias totalidade, historicidade e mediação possibilitaram identificar e analisar as determinações sócio históricas imbricadas na relação entre sujeito e objeto, de forma a não dicotomizar o estudo numa relação de causa e efeito. Além disso, para aprofundar a análise aqui do objeto de estudo, ora proposto, valeu-se dos estudos de autores contemporâneos que tratam das contrarreformas do Estado (HARVEY, 2008; ANDERSON, 1995), seguridade social (VIANA 2011; MOTA, 1995) e previdência social (CARTAXO, 2008).

Assim, este artigo foi estruturado em quatro partes, a saber: A primeira versa sobre a introdução que procura situar o interesse e a relevância do tema abordado; a segunda parte

intitulada Contrarreformas na Política de Previdência Social no Brasil, procurou-se compreender o movimento de contrarreforma da Previdência Social que vem se instalando nas últimas décadas, fazendo destaque que as mesmas seguem a mesma lógica neoliberal adotada nos governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, criando formas de legitimação da “[...] extinção e/ou reconfiguração de benefícios, redução de seus valores e tempo de usufruto e ampliação do tempo de contribuição” (SILVA, 2018, p. 137), pois, cada governo, compromete-se mais ou menos com as exigências do capital financeiro internacional. A terceira parte intitulada “Estratégias de lutas e resistências dos/as profissionais de Serviço Social que atuam no INSS-GEX-Belém-Pará/Brasil: limites e possibilidades, evidenciando que a história do Serviço Social na Previdência Social brasileira é permeada de avanços e retrocessos, revelando limites e possibilidades do trabalho profissional do/da assistente social, o qual constrói o legado de legitimação da profissão em um contexto, no qual se apresentam inúmeras tentativas de descaracterização da mesma, violando as atribuições profissionais instituídas ao longo de mais de 70 anos de Serviço Social na previdência. Ao final foram efetuadas as considerações obtidas com a realização deste artigo, evidenciando que a adoção das medidas neoliberais, no Brasil, sob a orientação do Consenso de Washington, provocou significativa redução das ações do Estado na política de seguridade social, particularmente, na previdência social, culminando em inúmeras contrarreformas na referida política, impactando, negativamente, no acesso aos direitos dos seus usuários, bem como, nas condições de trabalho dos/das assistentes sociais, cujas estratégias de enfrentamento dos/as assistentes sociais a essas condições tem sido a mobilização coletivamente, via sindicato e entidades representativas da categoria em articulação com outros movimentos sociais, em defesa da previdência social pública e de melhores condições de trabalho, em consonância com as diretrizes do código de ética profissional do/a assistente social, no Brasil. Constata-se, então, que as estratégias de lutas para realizada em âmbito nacional, a qual trata sobre a relação entre trabalho e saúde dos/das assistentes sociais que atuam nos serviços de seguridade social do Brasil.

2. CONTRARREFORMAS NA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA O DEBATE

A tentativa de analisar as estratégias de resistências para o enfrentamento às repercussões das medidas neoliberais adotadas na política de seguridade social no Brasil, que têm reverberado no trabalho profissional dos/as assistentes sociais que atuam no INSS/Gex-Bel-Pará/Brasil, inicialmente, procurou-se compreender as contrarreformas na política de previdência social, no País. Assim, partiu-se de um breve histórico acerca das principais orientações neoliberais para as políticas públicas, em particular, a previdência social, para, posteriormente, analisar as suas inflexões para o trabalho profissional dos/as assistentes sociais pesquisados/as.

A propósito, há que se registrar, inicialmente que, no Brasil onde não se viveu a experiência do Estado de Bem-estar Social, o projeto neoliberal e o processo de reestruturação produtiva foram consolidados, principalmente, nos governos dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, sob a orientação das medidas de “ajustes estruturais”, recomendadas pelos organismos multilaterais (FMI e Banco Central), preconizadas no Consenso de Washington, substanciando-se na contrarreforma do Estado, segundo o padrão neoliberal de disciplina monetária e comprometimento com a austeridade (SILVA, 2010; MOTA, 1995).

Sendo assim, apesar de a seguridade social estar assegurada como um direito social, na Constituição Federal do Brasil promulgada, em 1988, a sua implementação não foi concretizada de fato, haja vista que nos anos 1990, entra em curso o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, amoldando, administrativamente, o Estado Brasileiro aos padrões neoliberais, inserindo o Brasil na lógica da economia mundial, sob a égide do capital financeiro internacional. Destaca-se que o principal objetivo desta contrarreforma é “limitar a ação do Estado àquelas funções que lhes são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não-estatal” (BRASIL, 1995. p.56).

É nesta perspectiva que a seguridade social, principalmente, a política de previdência social, se aproxima da lógica de seguro privado que preconiza o falacioso discurso de que é melhor ser um “cidadão-cliente” e ser atendido com eficiência e qualidade dos serviços, do que ser um “mero cidadão” que depende dos serviços públicos burocráticos. Assim, se justificaria a privatização das instituições estatais e o incentivo aos planos privados de previdência social.

Com efeito, a Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 inaugura o movimento de contrarreforma da Previdência Social, a qual atingiu, principalmente, o Regime Geral da

Previdência Social (RGPS) que se destina a fração da classe trabalhadora empregada, diretamente, pelo capital, isto é, os contribuintes que trabalham no setor privado. A propósito, Silva (2012) sintetiza as alterações realizadas por esta emenda, da seguinte forma: 1) Introdução da exigência de equilíbrio financeiro e atuarial; 2) Vinculação das contribuições sobre a folha de salários ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RGPS); 3) Transformação da aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria por tempo de contribuição com uma idade mínima para aposentadoria; 4) Prolongamento do tempo de permanência no trabalho, por meio da combinação do tempo de contribuição com uma idade mínima para aposentadoria de servidor público; 5) Limitação do acesso as aposentadorias proporcionais; 6) Exclusão da fórmula de cálculo de benefícios, o que permitiu a criação do fator previdenciário por lei; 7) Eliminação dos garimpeiros, do seio das categorias protegidas pelo parágrafo 8º do art. 1985 entre outras medidas (BRASIL, 1995, p. 284).

Constata-se, pelo exposto que essas mudanças limitam o acesso dos usuários aos direitos previdenciários e se apresentam sob a justificativa de que a contrarreforma da previdência é fundamental para o crescimento econômico e para o enfrentamento à crise política, econômica e econômica vivenciada no País que se agudiza nas últimas décadas. Contudo, há que se registrar que mesmo com a aprovação da referida EC nº 20, acima mencionada, a taxa de desemprego continua se elevando em níveis alarmantes, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro permanece com baixíssimo crescimento (SILVA, 2017).

Deste modo, o governo do presidente Lula da Silva se inicia nessas condições, apesar da grande expectativa popular, o seu governo não fugiu do receituário neoliberal, ainda que de modo menos agressivo. Com efeito, foi dada continuidade a contrarreforma da previdência social, com enfoque em alterações nos RPPS's dos servidores públicos, por meio das EC's nº 41 e 42 de dezembro de 2003 e a EC nº 47 de julho de 2005, cujas principais medidas foram as seguintes: - alteração dos cálculos de benefícios, do salário integral para que fosse calculado segundo a média de suas contribuições; - programou, também, a cobrança de 11% dos vencimentos dos/as aposentados para o financiamento da previdência social, bem como, criou o teto salarial para servidores estaduais e federais (SOUZA, 2017, SILVA, 2017).

Ainda que esse governo tenha conseguido alavancar os indicadores econômicos e de trabalho, no contexto de aprofundamento da crise do capitalismo ocorrida, em 2018, a estratégia adotada para tal, foi assegurar o consumo da população utilizando-se dos benefícios

previdenciários, incentivo ao consumo via empréstimos bancários, gerando endividamento dos trabalhadores, sobretudo, aposentados e pensionistas por meio dos empréstimos consignados em folha, com efeito, favoreceu-se a política de transferência ao capital financeiro (SILVA, 2017, 2018).

No que se refere ao governo da presidente Dilma Rousseff, o cenário, em 2014, era de diminuição do crescimento econômico, com elevada taxa de inflação e baixo desempenho dos índices sociais e de trabalho. Mesmo assim, prosseguiu-se com a contrarreforma da previdência, inclusive, em 2012, foi criado o Fundo de Pensão dos Servidores Públicos da União (FUNPRESP), estabelecendo para os referidos servidores, o mesmo teto de benefício do RGPS.

Além disso, as leis 13.335 e 13.334 de junho de 2015 alteraram, profundamente, os critérios para o acesso aos benefícios: pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, abono salarial e o seguro-desemprego, seguindo a mesma lógica das medidas anteriores - a retirada de direitos da classe trabalho, com redução nos valores dos benefícios e restrição ao acesso por meio da exigência do aumento do tempo de contribuição (SILVA, 2017, 2018; SOUZA, 2017).

Deste modo, Silva (2018) refere-se que a continuação do movimento de contrarreforma da Previdência Social segue a mesma lógica neoliberal adotada nos últimos governos do País, a saber, “a extinção e/ou reconfiguração de benefícios, redução de seus valores e tempo de usufruto e ampliação do tempo de contribuição” (p. 137). Além disso, cabe registrar que a agressividade dessas medidas oscilam conforme os governos, comprometendo-se mais ou menos com as exigências do capital financeiro internacional.

Ademais, após o golpe de 2016, culminando com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em um cenário de crise política, econômica e social do País, o governo ilegítimo e impopular de Michel Temer instaura um processo de expropriação de direitos, ainda, mais perverso (SILVA, 2017), a começar pela aprovação da EC nº 93/2016 que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023 e amplia de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser usadas, livremente, pelo presidente do País, alterando os tributos que podem ser desvinculados, incluindo os fundos constitucionais, taxas e compensações financeiras, acentuando, assim, a usurpação dos recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, utilizando-os para o pagamento dos juros da dívida pública.

Além disso, este mesmo governo aprova Medidas como a Emenda Constitucional n. 95/2016 que estabelece um novo regime fiscal, delimitando um teto para os gastos públicos, congelando-os por até 20 anos, a Lei 13.467/2017, a contrarreforma trabalhista que legaliza desde o aumento da jornada de trabalho, a terceirização total e até o trabalho intermitente. Embora a PEC 287/2017 que trata da contrarreforma da previdência social no País, não tenha sido aprovada “a proposta é uma afronta social e visa sua entrega ao capital financeiro” (SILVA, 2018, p. 146).

Com isso, tem-se intensificado, ainda mais, os prejuízos sociais para os trabalhadores, repercutindo, diretamente, no trabalho de profissionais, como as/os assistentes sociais do INSS. Trata-se de uma realidade que está sendo agravada com a nova proposta de destruição da previdência social pública do governo de Jair Bolsonaro. Desta forma, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 contribui para o avanço do neoliberalismo, ao propor a implementação de regime de capitalização para a previdência social, pois, segundo Granemann apud ANDES (2019) “Capitalização não é previdência. A capitalização é a tentativa de convencer o trabalhador de que a forma de garantir um bom futuro é acabando com a solidariedade”.

Neste regime, o dinheiro é investido em título da dívida pública e/ou em ações da bolsa de valores, ambos os casos, se refletem em prejuízos aos trabalhadores, haja vista que, o primeiro só se converte em lucro mediante a cortes nas políticas sociais, como saúde e educação, e o segundo por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, o que pode ser traduzido em demissões, terceirizações e aumento de adoecimentos e acidentes de trabalho. Com efeito, todo este conjunto de expropriações de direitos enfraquece a capacidade de resistência da classe trabalhadora, contudo, esta, ainda, ocorre em determinados momentos, em algumas cidades e em certos ramos das atividades econômicas e serviços, como é o caso das/os assistentes sociais do INSS que atuam no INSS/Gex-Belém-Pará/Brasil.

3. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS E LUTAS DOS/AS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE ATUAM NO INSS (GEX-BELÉM-PARÁ/BRASIL): LIMITES E POSSIBILIDADES

As condições adversas para a realização do trabalho dos profissionais de Serviço Social que atuam no INSS (GEX-Belém-Pará/Brasil), têm conduzido à criação de estratégias

de resistências e de luta para o enfrentamento de tal situação. Assim, importa mencionar que essas estratégias têm relação direta com as forças políticas e econômicas presentes em cada momento histórico da sociedade brasileira, as quais são carregadas de contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Dessa forma, em mais de 70 anos, os profissionais de Serviço Social na Previdência Social têm vivenciado tensionamentos de ordens diversas, bem como, ações de lutas e resistências que revelam o nível de comprometimento desses profissionais com a luta mais geral dos/as trabalhadores/as. Sendo assim, para compreender as estratégias de resistências e lutas dos/das assistentes sociais que atuam no INSS (GEX-Bel), há que se entender o histórico de defesa da previdência social pública pela categoria no INSS.

O processo de luta e resistência da categoria profissional dos/as assistentes sociais que atuam no referido espaço sócio ocupacional, data da década de 1990, em defesa da Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social (MTMSS), a qual sofreu uma tentativa de desmonte em suas diretrizes, devido às medidas de contrarreformas previdenciárias, a partir da instauração da MP nº 1.729, de 02/12/98, que pretendia extinguir o Serviço Social da Lei 8.213/91. Neste contexto, dentre as estratégias adotadas para o enfrentamento do quadro acima referido, pode-se destacar a articulação dos/das assistentes sociais que trabalham no INSS com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) - órgão máximo, no Brasil, de defesa e fiscalização do exercício profissional dos/as assistentes sociais, bem como, a articulação com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais, objetivando:

- Elaborar abaixo-assinado dos usuários da Previdência Social;
- Apoio manifesto de representantes de cursos, departamentos, escolas e de faculdades de serviço social;
- Apoio manifesto de entidades da sociedade civil e política: da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; da Federação das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas - COBAP; de Câmaras de vereadores e, ainda, de ONGs, associações, sindicatos e movimentos sociais existentes em muitos estados brasileiros (CARTAXO, 2008, p. 163).

Essas estratégias de luta contribuíram para revogar a mencionada MP, garantindo a permanência do Serviço Social na Lei 8.213/91, entretanto, alteraram-se as suas competências, as quais passaram de um dos serviços previdenciários dos usuários para a atividade auxiliar. Tal medida significou a exclusão do Serviço Social da estrutura

organizacional e determinou a reprodução de uma visão psicossocial do PBA/78, considerada ultrapassada pelo conjunto da categoria, uma vez que, as diretrizes previstas na MTMSS apontavam para um novo direcionamento ético-político.

Em vista deste cenário, os/as assistentes sociais tentaram criar novas estratégias para reversão das mencionadas decisões, exigindo a imediata inserção do Serviço Social na estrutura do Instituto. Para tal, deve destacar que a articulação com o CFESS para as mobilizações de outros segmentos de trabalhadores, foi fundamental. Assim, foram realizados inúmeros encontros e reuniões, no intuito de enfrentar essa conjuntura tão adversa para a profissão. Decorridas tais movimentações, o Serviço Social voltou a fazer parte da estrutura regimental do INSS, por meio do Decreto nº 5.580, de 08 de agosto de 2006 (CARTAXO & CABRAL, 2008), revelando a importância da articulação do/as assistentes sociais com as suas entidades representativas (CRESS, CFESS, ABEPSS).

Além da reinserção do Serviço Social na estrutura hierárquica do INSS, outras reivindicações foram efetuadas por meio de um intenso processo de organização, manifestado e de inúmeros documentos: Trata-se da realização de um concurso, em 2009, que possibilitou a admissão de mais de 1.000 (mil) assistentes sociais em todo o Brasil. Entretanto, considera-se importante registrar que nesse concurso, os profissionais foram contratadas para o cargo genérico de “Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social”, cargo este criado para descaracterizar a profissão de Serviço Social no interior do Instituto. Essas medidas parecem acompanhar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, em que uma das principais mudanças no perfil profissional é a polivalência por meio da instituição de cargos genéricos: leia-se: intensificação da força de trabalho e desmobilização política dos trabalhadores.

Sendo assim, a gestão do INSS afirmou não necessitar do registro do Conselho Regional de Serviço Social, no ato da admissão dos concursados, reiterando a premissa de que os/as mencionados/as profissionais seriam admitidas para exercerem o cargo de Analista do Seguro Social e não como assistente social. No entanto, o CFESS, à época posicionou-se, veementemente, contrário a mencionada deliberação e pressionou para que todos/as os/as assistentes sociais admitidos no concurso estivessem, devidamente, inscritos no Conselho.

Esta tentativa de descaracterização da profissão de Serviço Social na Previdência Social brasileira data da década de 1970, quando foi extinta pela primeira vez do, então, INPS; intensificou-se na década de 1990, com a adoção da programática neoliberal pelo

governo brasileiro, perdurando até os anos 2000. Na atualidade vive-se, novamente, a tentativa de retirada da categoria profissional de assistentes sociais da Previdência Social expressa não, apenas, na ideologia e formas sutis de dominação, mas, também, verifica-se uma crescente formalização, mediante memorandos e portarias com o objetivo explícito de descaracterizar o trabalho desses profissionais, reverberando em um constante processo de lutas e resistências dentro e fora das APS's.

Diante de constantes ameaças de extinção do Serviço Social como parte da estrutura de serviços do INSS, a relação entre esses profissionais e outras categorias de trabalhadores/as, sindicatos e movimentos sociais, historicamente, resultou em uma intensa agenda de mobilizações em defesa do Serviço Social na Previdência Social brasileira, enquanto um direito da classe trabalhadora. Assim, o abandono da endogenia dos/das referidos/as profissionais encontra-se no centro da resistência, no qual se vislumbram perspectivas, para além do cotidiano profissional, tornando-se imperioso, sobretudo, num contexto de ataques e tentativas de desmonte do que foi, historicamente, construído pela profissão.

Em 2017, houve mais uma tentativa de extinção da profissão no INSS, onde através de uma minuta expedida, sem número, visava aprovar o novo regimento interno do referido Instituto e, assim, revogar a Portaria MPS nº 296/09, em vigor. A referida minuta substituíra e restringia o Serviço Social, apenas, ao trabalho de “avaliação social”, o qual é um dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais no Instituto.

Sendo assim, percebe-se que esta tentativa de formalizar a retirada dos mencionados profissionais da estrutura do INSS, significaria a restrição dos direitos sociais dos/as usuários/as. Segundo a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Previdência e Assistência Social (FENASPS), esta alteração previa a exclusão do Serviço Social da estrutura do INSS e encaminhava a terceirização deste e do serviço de reabilitação profissional, uma vez que a operacionalização dos mencionados serviços passaria a “executores indiretos”.

A terceirização, também, se constitui uma das formas de economia dos gastos com o trabalho, na medida em que os/as trabalhadores/as terceirizados, em geral, não têm assegurado os seus direitos trabalhistas e previdenciários, além de fragmentar e fragilizar, cada vez mais, a organização política dos trabalhadores para a luta pelos seus direitos e por outras formas de dominação e opressão burguesa.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região
Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Em face desta situação, os/as assistentes sociais do INSS mobilizaram-se, nacionalmente, para reivindicar a permanência do Serviço Social na estrutura do mencionado Instituto, tendo em vista que o mesmo constitui-se um direito dos trabalhadores/as. Assim, buscou-se articular com o coletivo de outras categorias de trabalhadores/as, usuários/as da previdência social, visando a não aprovação da mudança regimental e com este propósito, notas de repúdio contra a decisão autoritária de retirada do serviço social da previdência social, foram lançadas.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (SINTFESP-GO/TO) lançaram notas de repúdio contra a tentativa de exclusão do Serviço Social do INSS, bem como, ressaltaram a importância do trabalho dos/as assistentes sociais que atuam na Previdência Social. Compreendendo esta relevância, o Conjunto CFESS/Conselho Regional de Serviço Social /CRESS, em todo o território nacional, mobilizou-se em luta e defesa da permanência do Serviço Social na previdência social, bem como, para a efetivação e qualidade da mencionada política, com caráter público, universal e de qualidade.

A articulação com os variados segmentos de trabalhadores/as permite vislumbrar que a perspectiva de luta e resistência adotada pela categoria profissional se dá no âmbito da coletividade. Assim, houve, mais um enfrentamento a tentativa de extinção do Serviço Social no INSS, o que, sem dúvida, expressa o desmonte da seguridade social, no Brasil, especialmente, da previdência social. Na particularidade das agências de Belém e RMB, locus deste estudo, os/as assistentes sociais mobilizaram-se na tentativa de articulação com outros movimentos sociais, conselhos e categorias profissionais, tal qual ocorreu, nacionalmente.

O resultado desse processo de mobilização foi favorável ao conjunto da categoria de assistentes sociais que trabalham no INSS, uma vez que a minuta em questão foi revogada. Entretanto, o desgaste mental e físico causado na luta pela permanência do Serviço Social na Previdência Social se expressa enquanto uma tendência da profissão no Instituto, desde a sua criação. Sendo assim, parafraseando uma assistente social pesquisada a luta e resistência dos/as assistentes sociais, ao mesmo tempo em que mobiliza e fortalece, desgasta e adoce!

Dessa forma, a luta coletiva apresenta-se como a estratégia mais viável para a continuidade da defesa por um projeto de sociedade emancipatório, em particular, na previdência social, por um viés de garantia dos direitos sociais dos/das usuários/as que

buscam acessar a mencionada política. Este entendimento encontra-se expresso nos relatos dos profissionais pesquisados, tal qual ilustra-se a seguir:

Eu acho que não existe a saída individual, eu sempre acredito que é no coletivo, por exemplo em relação a nossa instabilidade em relação ao nosso trabalho, a nossa categoria enquanto assistente social no INSS, ela é individual quando a gente se posiciona né, que a gente não vai ceder, mas ela só vai se resolver se o coletivo for pro embate né, sozinho a gente não consegue estabelecer muita coisa. (...) No individual a gente assume a postura de não ceder, porque a gente é assediado o tempo todo, se ceder, já era, mas é no coletivo que a gente se fortalece (Assistente social).

(...) é compreender mesmo que é estrutural, que o que é possível fazer individualmente se faz, eu faço, eu tento fazer e o que não é, é a categoria mesmo. Então, a categoria profissional de assistentes sociais do INSS é uma categoria bem organizada, ela tem uma história de resistência, né (Assistente social).

Os relatos acima indicam que a consciência coletiva dos profissionais é condição primordial para que haja uma efetiva resistência frente aos ataques que o Serviço Social vem sofrendo na previdência social brasileira. Conforme destacado no relato acima, há uma intrínseca relação entre resistência individual e coletiva, na qual a primeira demonstra-se importante, porém, a segunda revela um nível de abrangência maior para o embate contra os intentos do capital.

Assim, a história do Serviço Social na Previdência Social brasileira é permeada de avanços e retrocessos, revelando limites e possibilidades do trabalho profissional do/da assistente social, o qual constrói o legado de legitimação da profissão em um contexto, no qual se apresentam inúmeras tentativas de descaracterização da mesma, violando as atribuições profissionais instituídas ao longo de mais de 70 anos de Serviço Social de Previdência Social (RGPS), administrado nacionalmente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de responsabilidade da União, deixa de prestar o Serviço Social enquanto direito dos segurados e seus dependentes, além dos demais usuários do INSS em todo o território nacional na previdência.

Percebe-se, então, que as diversas tentativas de extinguir o Serviço Social do INSS configuram-se como investidas do capital contra os direitos dos/as trabalhadores/as, visto que, os/as assistentes sociais atuam na perspectiva da defesa e garantia dos direitos sociais e previdenciários dos usuários da política de previdência social, bem como, refletem as contradições e conflitos da relação capital x trabalho. Salienta-se, ainda, que as orientações

neoliberais e as contrarreformas previdenciárias afetam o serviço social sob dois aspectos: tanto no que se refere a descaracterização das dimensões do projeto profissional, quanto incidem nas condições do assistente social como um trabalhador assalariado (BRAGA & CABRAL, 2008).

Atualmente, os/as assistentes sociais que atuam no INSS vivenciam novas ameaças a extinção do Serviço Social no INSS, conforme a Medida Provisória nº 905, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do último dia 11 de novembro, que extingue o Serviço Social no referido Instituto. Na esteira da extinção dos direitos trabalhistas e previdenciários,

a MP prevê – dentre outros prejuízos à população – que o Regime Geral Somente de janeiro a outubro de 2019, o Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atendeu mais de 600 mil usuários em todo país. Um atendimento essencial para garantir os direitos e orientar o/a trabalhador/a, e seus familiares, em relação aos seus benefícios. A MP tem o **nítido objetivo de dificultar o acesso dos cidadãos aos benefícios previdenciários e assistenciais no Brasil** (CRESS-Ceará, 2019).

Estas medidas, de certo, estão imbricadas na lógica da privatização da previdência social, no Brasil, seguindo a tendência dos atuais governos brasileiros em favorecer a obtenção de maiores lucros dos grandes banqueiros internacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo permitiu a constatação de a adoção das medidas neoliberais, no Brasil, sob a orientação do Consenso de Washington, provocou significativa redução das ações do Estado na política de seguridade social, particularmente, na previdência social, culminando em inúmeras contrarreformas na referida política, impactando, negativamente, no acesso aos direitos dos seus usuários, bem como, no profissional dos/das assistentes sociais no INSS, em particular na GEX-Belém/Pará/Brasil. Assim, as estratégias de enfrentamento dos/as assistentes sociais a essas condições tem sido a mobilização coletivamente, via sindicato e entidades representativas da categoria em articulação com outros movimentos sociais, em defesa da previdência social pública e de melhores condições de trabalho, em consonância com as diretrizes do código de ética profissional do/a assistente social, no Brasil.

Constata-se, então, que as estratégias de lutas têm se dado em âmbito nacional, evidenciando que há uma intrínseca relação entre resistência individual e coletiva, na qual a primeira demonstra-se importante, porém, a segunda revela um nível de abrangência maior

para o embate contra os intentos do capital. Assim, a história do Serviço Social na Previdência Social brasileira tem sido permeada de avanços e retrocessos, revelando limites e possibilidades do trabalho profissional do/da assistente social, o qual constrói o legado de legitimação da profissão em um contexto, no qual se apresentam inúmeras tentativas de descaracterização da mesma, violando as atribuições profissionais instituídas ao longo de mais de 70 anos de Serviço Social na previdência.

Deduz-se, então, que as tentativas de extinção do Serviço Social no INSS, sem dúvida, expressam o desmonte da seguridade social, no Brasil, especialmente, da previdência social. Na particularidade das agências de Belém e RMB, locus deste estudo, os/as assistentes sociais mobilizaram-se na tentativa de articulação com outros movimentos sociais, conselhos e categorias profissionais, tal qual ocorreu, nacionalmente, assegurando, até, então, a permanência do Serviço Social no referido espaço sócio ocupacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANDES. “**A capitalização é a razão de ser dessa reforma**”, afirma Sara Granemann. 18 de março de 2019. Disponível em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/a-capitalizacao-e-a-razao-de-ser-dessa-reforma-afirma-sara-graneman0>. Acesso em: 03 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência**: trajetória projetos profissionais e saberes, São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso 15 mar. 2018

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995

CARTAXO, Ana Maria; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência- um registro de resistência e luta das Assistentes Sociais. In. BRAGA, Léa e CABRAL, Maria do Socorro (orgs). **O Serviço Social na Previdência: trajetória projetos profissionais e saberes**, São Paulo: Cortez, 2008.

CRESS-Ceará – 3ª. Região. NOTA CONTRA A EXTINÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSS. IN: <http://cress-ce.org.br/noticias/nota-contr-a-extincao-do-servico-social-no-inss/aceso> em 04 de dezembro de 2019.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do Capital Financeiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Expropriação de Direitos Trabalhistas e Previdenciários em Favor Da Lucratividade Do Capital. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 179-209, 2017.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Previdência Social no Brasil: (de) estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Leidiany Marques de. **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/ INSS-PA: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. 198 F. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pará, 2017.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. **A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Renan/ UCAM/IUPERJ, 2011.

SEGURIDADE SOCIAL E O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE DESMONTE DE DIREITOS

Vera Lúcia Batista Gomes¹
Jefferson Franco Rodrigues²
Marinara Melo da Silva³
Diego de Almeida Amoras⁴

Resumo: O objetivo do presente trabalho é compreender qual a relação entre o trabalho e a saúde dos/as assistentes sociais que atuam na política de seguridade social nos estados do Acre, Amazonas e Pará. A pesquisa é oriunda de dados parciais de uma pesquisa que ocorre em escala nacional, a mesma possui caráter quanti-quali, segue a orientação do materialismo histórico dialético, por entender a necessidade de compreender os processos sócio-históricos do objeto de estudo. Os resultados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e coleta de dados via questionário semiestruturado identificou que o trabalho dos/as assistentes sociais é prejudicado pelo desmonte de direitos que afetam a Seguridade Social, resultando em condições e relações de trabalho precárias, intensificação da demanda, conflitos com a gestão e dificuldade de garantir a sua autonomia profissional, refletindo para o surgimento ou agravamento de sintomas de saúde como ansiedade, cansaço e tensão, já presentes no cotidianos dos/as profissionais.

Palavras-chave: Trabalho. Seguridade Social. Assistente Social.

SOCIAL SECURITY AND THE WORK OF THE SOCIAL WORKER IN TIMES OF REMOVAL OF RIGHTS

Abstract: The aim of this paper is to understand the relationship between work and health of social workers who work in health policy in the northern region, with particularities in the states of Pará, Amazonas, Acre and Amapá. The research, of a quanti-quali character, follows the orientation of dialectical historical materialism, as it understands the need to understand the socio-historical processes of the object of study. The results obtained through bibliographic, documentary research and data collection via semi-structured questionnaire identified that most social workers experience precarious working conditions and relationships, intensified demand, conflicts with management and difficulties in guaranteeing their professional auton-

¹ Docente do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Vernes – Aimens, France (2005). Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail: veragomesbelem@hotmail.com

² Assistente Social. Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará. Email: jefferson.franco@hotmail.com.

³ Discente da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ. E-mail: marin4ara234@gmail.com.

⁴ Discente da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ. E-mail: diegoamoras@yahoo.com.br.

omy, reflecting on the appearance or worsening of health symptoms such as anxiety, sadness, nervousness, stress and also on the loss of interest in work.

Keywords: Work. Social Security. Social Worker.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações e condições de trabalho das/os assistentes sociais que atuam na área da seguridade social nos estados do Acre, Amazonas e Pará e as suas repercussões para a saúde desses/as profissionais na política de Seguridade Social (assistência social, saúde e previdência social). Na atual conjuntura de desmonte das políticas sociais percebe-se a necessidade de realizar um debate sobre o trabalho da/o Assistente Social nos espaços sócio ocupacionais.

No cenário brasileiro, a partir da implementação das políticas neoliberais, representaram uma elevada perda significativa da proteção social, sendo conduzidas por governos e materializada perante as contrarreformas que, no decorrer de mais de duas décadas, alteraram vastamente os regulamentos da carta magna de 1988 referente à seguridade social. A seguridade social, apesar de ter sido estabelecida por intermédio de direções diferentes de suas políticas, tem tido suas bases desmanteladas, a exemplo, a perda do seu financiamento.

Esse processo possui profundos rebatimentos no cotidiano profissional das assistentes sociais, as quais atuam diretamente no desenvolvimento (execução, planejamento e, muitas vezes, formulação) das políticas sociais públicas, pois, se trata de uma profissão que atua direta ou indiretamente na defesa dos direitos sociais, porém, a partir da contrarreforma do Estado dissemina-se o padrão mais seletivo do acesso aos direitos, ao passo, que a profissão nutre-se dos ideais e valores mais amplos de emancipação humana contidos no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Desta forma, com objetivo de analisar o trabalho dos/as assistentes sociais, foram aplicados 36 questionários preenchidos online por Assistentes Sociais, inseridos/as na Seguridade Social, dos estados do Amazonas (15), Pará (11), Acre (06) e Amapá (04), os dados coletados garantiu o sigilo da/os participantes. Neste trabalho apresenta-se os dados qualitativos e quantitativos. Os estados selecionados a priori para pesquisa foram o Amazonas, Acre e Pará, contudo, o Amapá foi inserido devido ao interesse do CRESS/AP, contando com o preenchimento presencial dos questionários por três Assistentes Sociais.

No que se refere ao local de trabalho, nos quais os/as pesquisadas estão inseridos/as, observou-se o seguinte: 14 (catorze) atuam no campo da saúde; 21 (vinte e um) atuam no campo da assistência social; e 4 (quatro) na Previdência Social. Sendo assim, esta pesquisa tem o delineamento metodológico orientado pela teoria social crítica, partindo da natureza exploratória, utilizando materiais quantitativos e qualitativos, com o objetivo de verificar a relação das relações/condições da/o Assistente Social dentro de seus espaços sócio-ocupacionais.

2 DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, ao menos em termos de lei, inferiu no modo de se organizar as políticas sociais, assim, ficou conhecida como Carta Cidadã por resgatar o epicentro do Estado Democrático de Direito e estipular o conceito de Seguridade Social. É importante destacar que os direitos sociais contidos na referida Constituição são constitutivos das lutas sociais que desabrocharam na América Latina demandando a re-democratização do Estado, a ruptura com os regimes militares e a criação de políticas sociais universalizantes e com a participação política dos trabalhadores e representantes da sociedade civil.

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro passou a adotar as medidas neoliberais orientadas pelas agências multilaterais e as corporações transnacionais, na área social, que traz no seu cerne a redução dos gastos com políticas sociais públicas, priorizando os programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado, em detrimento do alcance universal, disseminando o ideário de solidariedade e transferindo responsabilidades da sociedade civil. Com efeito, restringe-se o acesso aos direitos sociais pelo Estado brasileiro e as bases dos sistemas de proteção social vêm sendo desmanteladas.

O Artigo 194 da mencionada Constituição Federal preconiza que “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Entretanto, mesmo sem que pudesse ocorrer a efetivação dos preceitos constitucionais, a Seguridade Social brasileira foi, duramente, criticada pela burguesia nacional, por ser considerada uma das responsáveis pela crise financeira que assola o modelo de Estado.

Na contramão da universalização dos direitos de cidadania, os governos, em nível mundial, e na América Latina passaram, a partir dos anos 1980 e 1990, passaram a ser pautados pela programática neoliberal (economia de mercado), sob a égide do capital financeiro. Assim, foram instituídas as medidas de ajustes econômicos que implicaram na redução do orçamento das políticas sociais, em reformas (previdenciária) na privatização de empresas estatais, conduzindo a transformação de direitos em mercadorias e seguros privados.

Mas, antes mesmo que pudesse ocorrer a efetivação dos preceitos constitucionais, a Seguridade Social brasileira foi duramente questionada e vista como uma das responsáveis pela crise financeira que assola o sistema capitalista e o respectivo modelo de Estado. Numa clara inversão da ordem dessas conquistas, apostou-se no modelo de governo neoliberal, como a fórmula “mágica” para resgatar o desenvolvimento econômico baseado em economia de mercado. Elaboraram-se, entre outros, os ajustes econômicos, os cortes dos benefícios sociais e as reformas das políticas sociais públicas, transformando direitos em ações do mercado e o Estado Social em Estado mínimo, voltado para as necessidades mercantis.

Tem-se, então, um Estado Social em Estado mínimo, devido às imposições dos grandes banqueiros internacionais, via o Consenso de Washington, na perspectiva de gerar superávit primário para fazer face aos pagamentos da dívida pública. Segundo Lourenço (2015) citando Alves (2007), essas medidas foram conjugadas, numa clara relação de interdependência entre o modelo de Estado e o modelo de produção, como se fossem faces de uma mesma moeda: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo.

Em consequência, houve o agravamento das condições de vida da população, devido ao aumento do desemprego, da redução dos postos de trabalho e da criação de novos empregos alinhados ao mercado informal, sem proteção social, ou seja, sem a garantia dos mínimos direitos que, até então, lhes eram reconhecidos por lei. Assim, nas últimas décadas, neste país, o acesso aos direitos sociais instituídos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, torna-se cada vez mais difícil devido as medidas neoliberais que vêm sendo adotadas pelo governo brasileiro.

Segundo Netto (2012), o neoliberalismo compõe uma correspondência ideopolítica que se remete a um novo momento do capitalismo, sinalizando à sua maneira de ser e os planos de gestão do capital, que propõe, uma reavaliação das funções do Estado. Dessa forma, o Estado, enquanto representante rigoroso do Capital se vê na situação confortável de manter uma política econômica e social que atenda, cada vez mais, os interesses privados, sobretudo,

os de âmbito financeiro, que os de ordem coletiva e voltados para a classe trabalhadora (GRANEMANN, 2008; 2013).

É sob esse caminhar socio-histórico permeada pela crise do sistema capitalista, que as políticas sociais, que estão ligadas às lutas da classe trabalhadora e também conectadas às condições de cidadania burguesa, em vista disso condicionadas aos interesses e restrições dessa ordem, são desconfiguradas e acabam por exercer um novo caráter. Desse modo que as políticas sociais encerram um processo de origem da proteção e dos direitos sociais perante as ambiguidades do capitalismo monopolista (NEVES, 2015).

As políticas estabelecidas pelo governo brasileiro a partir dos anos 1990, nos governos de FHC, Lula, Dilma até o governo atual, de acordo com Castilho, Lemos e Gomes (2017), são orientados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), levando a um acirramento da “Questão Social”, impedindo a universalização da Seguridade Social, que começa a apresentar um viés de privatização, ou seja, existe um processo responsabilização do indivíduo para que ele tenha acesso à saúde, previdência e assistência por meios próprios, sendo utilizada a falácia de gastos com a Seguridade Social trás ônus ao orçamento público.

[...] tendência de focalização e desfinanciamento das políticas de Seguridade Social evidenciaram-se com maior intensidade na política de assistência social enquanto objeto de ações e programas de combate à pobreza, à moda dos organismos financeiros internacionais. A centralidade dos programas de transferência de renda, em detrimento da efetivação do SUAS e financiamento de serviços continuados, evidencia a subordinação à lógica econômica (CASTILHO, LEMOS, GOMES, 2017, p. 460)

Os espaços sócio-ocupacionais em que os profissionais estão inseridos são locais de disputas de interesses e poderes. Com isso há uma tentativa de descaracterização de qual é o papel do Serviço Social, seja trabalhando sozinho ou em equipe, haja vista que a/o profissional é reconhecida/o como atuante na garantia de direitos da população usuária, contudo, não devemos esquecer que este profissional também faz parte da classe trabalhadora e é colocado nesses espaços ocupacionais para trabalhar com a manutenção do capital via consenso.

[...] os espaços sócio-ocupacionais do serviço social implica considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas. (RAICHELIS, 2010, p. 752)

Compreendendo esta lógica, infere-se a necessidade de uma formação acadêmica que garanta o embasamento das três dimensões do Serviço Social (teórico-metodológico, ético-

político e técnico-operativo) para que se tenha um profissional que conheça e esteja articulado com o seu Projeto ético-político durante a sua atuação, onde poderá ser possível pelos outros profissionais compreender qual é a necessidade do Serviço Social em determinado espaço, garantindo o reconhecimento enquanto profissional de nível superior que tem atribuições e competências técnicas próprias ao Assistente Social. Deve-se também realizar o debate sobre qual é e se tem alguma forma de controle social que é inserido dentro dos espaços sócio-ocupacionais destes profissionais, limitando-os, por vezes, a realizarem atividades burocráticas, fiscalizadoras, rotineiras, sem o diálogo com a criticidade, apenas para o cumprimento de metas estabelecidas pelas instituições de trabalho, gerando uma redefinição em suas competências e técnicas (RAICHELES, 2013), e essas novas “solicitações” de como atuar postas, refletem em como o Serviço Social é reconhecido nestes espaços.

3 ANÁLISE DAS RELAÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA SEGURIDADE SOCIAL.

Do total de 36 (trinta e seis) questionários preenchidos *online* constatou-se que 15 (quinze) do estado do Amazonas, isto é, 48,4 %; 11 (onze) questionários são oriundos do estado do Pará, ou seja, 35,5 %; 06 (seis) do estado do Acre, com uma porcentagem de 12,9 % e 4 (quatro) do estado do Amapá, isto é, 12,8%. Observou-se também, pela análise dos dados que nem todos os participantes da pesquisa preencheram todos os campos do questionário *online*, de maneira que algumas perguntas do mesmo encontram-se sem as devidas respostas. Em relação a identidade de gênero, do total de 36 (trinta e seis) participantes da pesquisa, 33 (trinta e três) assistentes sociais informaram que pertencem ao sexo feminino, num percentual de 91,7%; e 8,3 % se declaram do sexo masculino, ou seja, 03 (três) participantes. No que se refere a orientação afetivo-sexual, de um total de 29 (vinte e nove) pesquisados/as que preencheram este campo do questionário online; 96,6%, ou seja, 28 (vinte oito) informaram que são heterossexuais; e 3,4%, 01 (um) pesquisado informou ser bissexual.

Quanto a etnia e a cor, a pesquisa adotou o procedimento de autodeclaração no próprio questionário, sendo que somente 33 (trinta e três) dos 36 (trinta e seis) pesquisados/as responderam a esta questão: 55% (18 assistentes sociais) se declaram como pardos/as; 21% (7 assistentes sociais) se declararam como negros/as; 18% (06 assistentes sociais) se declararam como brancos/as; 3% (1 assistente social) se declarou como amarelo; 3% (1 assistente social)

se declarou como indígena. Observa-se, assim, uma diversidade de cor e etnia, porém, não foi registrado, nenhuma forma de discriminação no trabalho em decorrência de etnia e cor.

Em relação a religião, do total de 31 (trinta e um) assistentes sociais 58,1% (18 participantes) afirmaram ser católicos; 12,9% (4 participantes) protestantes/Pentecostal; 3,2% (1 pesquisado) é protestante - Neopentecostal; 6,5% (2 participantes) são protestantes - Tradicional; 3,2% (1 participante) afirmou pertencer a uma religião de origem Africana; 3,2% (1 participante) é Adventista; e 12,9 (4 participantes) afirmaram não ter religião. Observa-se, então, que a maioria pertence a religião católica. Contudo, cabe ressaltar que 05 (cinco) pesquisados não responderam esta questão.

No que se refere a idade, dos 35 (trinta e cinco) assistentes sociais que responderam esta pergunta, 48,6% (17) situam na faixa etária entre 31 e 41 anos; 31,4% (11) entre 42 e 52 anos; 14,3% (5) possuem idades entre 20 e 30 anos; 2,9% (1) possui entre 53 e 63 anos; 2,9% (1) possui idade entre 64 ou mais. Observa-se que a maioria dos pesquisados/as situam-se na faixa etária entre 31 a 41 anos, o que significa dizer que ainda não se encontram na idade de aposentadoria.

Quanto à formação profissional em Serviço Social, dos 36 profissionais que participaram da pesquisa 80,6% (29 assistentes sociais) formou-se em cursos presenciais públicos e privados, com a preponderância destes últimos; 13,9% (5 assistentes sociais) formou-se em curso a distância; e 5,6% (2 assistentes sociais) formou-se em cursos semipresenciais. No que se refere a Pós-Graduação, constatou-se que dos/as 34 (trinta e quatro) profissionais participantes da pesquisa: 79,9% (27 assistentes sociais) participaram de cursos de Especialização; 17,6% (6 assistentes sociais) cursaram Mestrado; e 5,6% (1 assistente social) fez doutorado.

Em relação as atividades exercidas, dos 36 (trinta e seis) pesquisados/as 34 (trinta e quatro) informaram as suas respectivas funções: 88,2 % (30 assistentes sociais) exercem a função de assistente social; 5,9% (2 assistente social) atuam como gerente/gestor; 2,9 (1 assistente social) encontra-se em desvio de função; e 2,9 (1 assistente social) trabalha na previdência social.

Com referência ao nível da gestão dos locais de trabalho que os/as assistentes sociais pesquisados/as estão inseridos/as, dos 36 (trinta e seis) participantes, apenas 29 (vinte e nove) responderam esta questão. Sendo assim, 82,8 % (24) estão na gestão municipal; 17,2% (5) estão na gestão estadual; 6,9% (2) estão na gestão federal e apenas 3,4% (1) no setor privado. Quanto ao tempo de serviço, dos 36 (trinta e seis) pesquisados/as, somente 32 (trinta e dois) opinaram neste quesito.

No que se refere às relações trabalho procurou-se conhecer as formas de ingressos ao trabalho que os/as pesquisadas exercem na área da seguridade social, os contratos de trabalho, a carga horária, o salário e a participação em organização de trabalhadores.

Importa referir que a concepção sobre relações de trabalho tem por base a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, portanto, no entendimento força de trabalho enquanto uma mercadoria que é vendida ao capitalista. Trata-se, então, da concepção do trabalho assalariado, pois sendo o assistente social

um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso em forma monetária (...). Em decorrência o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil assume as necessidades sociais e efetivasse através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas (...); b), mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro, enquanto trabalho abstrato. (IAMAMOTO, 2008, p. 421).

Sob esse entendimento, inicialmente, tentou-se conhecer as formas de ingresso dos/as pesquisadas nos espaços sócio ocupacionais que atuam na área da seguridade social. Sendo assim, constatou-se que de 31 (trinta e um) participantes responderam esta questão, de forma que 64,5% (20 pesquisados) ingressaram por meio de concurso público; 22,6% (7) por Indicação; e 12,9% (4) por processo seletivo. Os/as pesquisados/as foram interrogados/as se possuíam mais de um vínculo empregatício, tendo sido informado que 26 (vinte e seis), ou seja, 69,2% (18) possui somente um vínculo empregatício e 30,8% (8) possuem dois vínculos empregatícios.

No que refere aos tipos de contratos, dos 30 (trinta) assistentes sociais pesquisados/as, 13,3%(4) disseram que possui contrato por CLT por tempo indeterminado; 20% (6) disseram que possui contrato por CLT por tempo determinado; 13,3%(4) disseram que possui contrato por terceirizada/prestadora de serviço; 43,3%(13) disseram que possui contrato como estatutário; 10% (3) disseram que possui cargo comissionado.

No que tange a carga horária de trabalho, dos 35 (trinta e cinco) assistentes sociais pesquisados/as, 5,7% (2) disseram que trabalham 20 horas semanais; 60% (21) disseram que trabalham 30 horas semanais; 25,7% (9) disseram que trabalham 40 horas semanais; 14,4% (5) disseram que trabalham mais de 40 horas e também com variação de vínculo empregatício.

Em relação ao salário, dos 34 (trinta e quatro) assistentes sociais pesquisados/as 23,5% (8) declararam que recebem até dois salários mínimos; 32,4 % (11) recebem entre dois a três salários mínimos; 17,6% (6) recebem de três a quatro salários mínimos; 8,8% (3) recebem de

quatro a cinco salários mínimos; 8,8% (3) recebem de cinco a seis salários mínimos; 8,7% (3) acima de seis salários mínimos. Observa-se, então que a maioria entre dois a quatro salários mínimos, isto é: 57,9%, enquanto que apenas 8,7% ganha acima de seis salários mínimos.

A tentativa de ampliar a compreensão das relações de trabalho, conduziu ao conhecimento sobre a participação dos/as pesquisados/as em sindicatos, associações de trabalhadores e do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. Assim, constatou-se que 26,5 % é sindicalizado e 73,3% não é sindicalizado; 8,6% participa de alguma associação de trabalhadores e 91,4% não participa de nenhuma associação desta natureza. Em contrapartida verificou-se que 69,7% são inscritos em CRESS e/ou participam de suas atividades, apenas 30,3% dos/as pesquisadas não participam das ações do referido Conselho. O fato da maioria dos/as pesquisados/as não serem sindicalizados pode estar relacionada às novas formas de gestão da força de trabalho que passaram a ser adotadas a partir do processo de reestruturação produtiva, o que tem implicado em novas formas de controle dos trabalhadores, assim como, pelo fato de que as formas de contrato da maioria dos/as pesquisados/as, ou seja, aproximadamente 60% possuem contrato de trabalho que não lhes assegura a estabilidade do trabalho, conforme foi mencionado acima.

Além das relações de trabalho, procurou-se, conhecer, também, a infraestrutura que os/as pesquisados/as dispõem para a realização do seu trabalho. Assim, verificou-se que: 74,3% não possuem uma sala individual; 52,8% não possuem privacidade e 68,8% disseram que o local de trabalho apresenta ruídos. 65,7% não possuem sala para as atividades em grupos. Mas, 68,8% possuem computador e 80,6% tem acesso à internet, embora 57,10% afirmem que esse acesso é restrito. As mobílias foram consideradas boas para 71,40% e para 28,60% ruim.

No que se refere aos recursos necessários para desenvolver projetos de ação, 51,4% dos/as pesquisados/as afirmaram que às vezes dispõem de recursos e 37% disseram que nunca dispõem de recursos para tal, enquanto somente 11% disseram dispor desses recursos. Em síntese: 91% afirmaram que sempre faltam recursos para o desenvolvimento de suas ações. Com efeito, 58,8% disseram que no cotidiano de trabalho há planejamento, porém, no que tange a pesquisa, do total de 36 (trinta e seis) pesquisados/as, 69,4 % (25) afirmam que nos seus trabalhos não fazem pesquisas para subsidiar as suas ações profissionais; 25% (9) informaram que fazem, sim, pesquisas e 5,6 % (2) atestam que há em projeto em construção.

58,3% realizam trabalho em equipe e 38,9% afirmaram ter autonomia para criar e desenvolver projetos. No que se refere ao trabalho em equipe, 36 (trinta e seis) profissionais informaram que o trabalho em equipe é desenvolvido com as seguintes profissões, quais

sejam: Enfermagem; Psicologia; Medicina; Terapia Ocupacional; Nutrição; Fisioterapia; e outras.

Os dados relacionados aos recursos indicam, em geral, que os/as pesquisadas não possuem as condições éticas e técnicas previstas na Resolução CFESS 493/2006 em seus artigos 1º prevê que “- É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer e no artigo 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas” (CFESS, 2006).

A propósito do que preconiza a referida resolução, os/as pesquisadas foram interrogadas se conheciam a mesma, tendo obtido como resposta que 91,4% não a conheciam. Embora se entenda que as condições inadequadas para a realização do trabalho dos/as pesquisadas expressem a situação de desmonte dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros, sobretudo, a partir da aprovação PEC/55-2017, o desconhecimento da referida Resolução fragiliza, ainda mais a luta pelas melhorias das condições de trabalho dos/as mesmos/as.

Em relação as relações interpessoais, dos 36 (trinta e seis) assistentes sociais pesquisados/as; 69,4% (25) disseram que as relações interpessoais no seu local de trabalho são boas; 22,2 (8) disseram que são ruins; 2,8% (1) diz ser indiferente; e 5,6% (2) afirmam ser prejudiciais à saúde dos/as mesmos/as. 69,4% (25) informaram que as relações interpessoais interferem no trabalho que desenvolvem e 30,6% (11) são de opinião que tais relações não afetam o trabalho. Importa referir que 52,6% (10) dentre os que são de opinião que as relações interpessoais interferem no trabalho, sobretudo por parte do gestor geral; e 57,9% (11) por parte da gerencia imediata.

Os/as pesquisados/as foram, também, interrogados/as sobre as possibilidades de assegurar os princípios do Projeto Ético Político da profissão no cotidiano profissional, obtendo como respostas, o seguinte: 35 (trinta e cinco) assistentes sociais, ou seja, 71,4% (25) disseram que tem sido possível seguir tais princípios; 25,7% (9) disseram que nem sempre é possível assegurar tais orientações e 2,9% (1) afirmou que está distante do cotidiano da profissão.

Segundo Teixeira (2009), os componentes do Projeto Ético-político do Serviço Social se materializam no processo sócio- histórico da profissão, sendo eles: - princípios e valores ético-políticos; - a matriz teórico-metodológica em que se ancora (crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo

em que exhibe uma produção monumental de riquezas); - se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Ora se se esses são os componentes do Projeto Ético Político do Serviço Social, há que se perguntar sobre quais desses componentes não estão sendo possíveis de cumprir, mas os dados obtidos nesta pesquisa não possibilitaram a desvelar os mesmos.

No que tange à formação continuada no trabalho, dos 36 (trinta e seis) sujeitos da pesquisa, 34 (trinta e quatro) declararam que no seu trabalho existe a possibilidade de realizar alguns cursos de formação continuada; e 13 (treze) disseram que não. Dentre os tipos de cursos oferecidos pelas instituições, foram destacados os seguintes: - política de assistência social, programas, serviços, orçamento, funcionamento; - Capacita SUAS; Capacitação municipal; Oficinas Estadual objetivando o empoderamento dos usuários; UNASUS criada pelo Ministério da Saúde, em 2010, para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde; Cursos na área da saúde; na área da saúde voltadas às áreas nas quais atuam (negros, indígenas, LGBTs e população de rua; trabalho com grávidas; condicionalidades do PBF; Controle Social, entre outros: capacitação abordando temas como plano de ação do Serviço Social e Estágio Supervisionado.

Ainda referente a formação continuada, 40% informou que sempre são liberados para participar de eventos; 45,7% afirmou que às vezes é liberado e 14,3% afirmou nunca ser liberado. No que se refere ao apoio financeiro para participação de eventos, 70,6% informou que nunca recebe esse tipo de apoio; 20,6% disse que às vezes o recebe e 8,8% disse sempre o receber. Constata-se que nesse aspecto, parece haver um tratamento diferenciado entre os que recebem e os que não recebem recursos para participarem de eventos voltados para a formação continuada. Contudo, este fato parece não limitar a participação dos/as pesquisados/as em eventos, haja vista que 22 (vinte e dois), ou seja, de 84,6% disse que há um ano participou de eventos; 11,5% 3 (três) disse há dois anos ter participado de eventos e apenas 1(um) informou que há três ou mais anos participou de eventos.

Dentre os/as pesquisados/as apenas 8.6% disse que o trabalho exercido possibilita a participação nas decisões organizacionais e, igualmente, 86, % afirmou que o trabalho exercido nessa área “facilita que seus méritos sejam reconhecidos”, enquanto que os fatores relacionados ao trabalho que parecem ter maior repercussão na saúde dos/as mesmas são: Não se sentir útil (33,3%); não favorece o crescimento pessoal (22,9%) e não estimular o compromis-

so no trabalho (20%). Deduz-se, então, que os sentimentos que os/as pesquisados/as tem sobre o seu trabalho parece repercutir na saúde deles/as.

Entre os principais sentimentos e sintomas destacados pelos assistentes sociais estão: cansaço (30,6%); tensão (28,6) e ansiedade (27,8%). Entre os sintomas que os mesmos/as disseram sentir “às vezes” destacam-se: nervosismo/irritabilidade (72,2%); cansaço (66,7%) e medo (63,9%); enquanto que os sintomas de doença que nunca sentiram e que aparecem com maior percentual são: alteração de pressão arterial (66,7%); perda do interesse no trabalho (66,7%) e tonturas (60%). Se atentarmos para os sintomas de doenças que aparecem tanto “sempre” quanto “as vezes”, constatar-se-á que o sintoma “cansaço” aparece com maior frequência “as vezes”. Esta situação revela uma contradição entre o que foi apresentado pelos/as pesquisados/as em termos do aumento da jornada de trabalho e da demanda nos espaços sócio ocupacionais na área da seguridade social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implementações de contenção de gastos via privatizações e decisões tomadas com base no ajuste fiscal como mecanismo de desregulação da figura pública do estado brasileiro, inviabilizam o processo de ampliação da universalização da Seguridade Social, conforme a constituição Federal de 1988, haja vista que, apenas as áreas em que o orçamento se dirige aos direitos sociais que passam por este crivo, enquanto, o orçamento previsto para o pagamento da dívida pública não sofre cortes e controle do que é enviado para este setor, para que estes (des)ajustes fiscais sejam implementado, é estabelecido, durante este período pós CF-88 e seguindo até os dias atuais, o mito do déficit previdenciário, como uma das justificativas para o desmonte dos direitos sociais adquiridos (CASTILHO, LEMOS, GOMES, 2017).

O atual desmonte da seguridade social implica no processo de precarização do trabalho profissional do/da assistente social, sendo possível expressar o as consequências dessas ações na Seguridade Social, como foi observado. Os/As assistentes sociais pesquisados/as estão inseridos/as, em sua maioria, na gestão municipal e ingressaram por meio de concurso público, indicação e processo letivo, sendo que estas duas últimas formas implicam na ausência e/ou baixa estabilidade do trabalho e no contrato via estatuto e CLT – indeterminado, determinado e terceirizado/prestador de serviço reflexões da precarização laboral.

No lócus de trabalho, encontram-se com baixa a infraestrutura para a realização do trabalho: sem sala individual e privacidade, com ruídos, com mobílias boa e sem sala para as

atividades em grupos, mas, em contrapartida, possuem computador e acesso à internet, embora afirmem que esse acesso é restrito. Para a realização do trabalho, observou-se que sempre faltam recursos para o desenvolvimento de suas ações, que a planejamento e a maioria não realizam pesquisas para subsidiar as suas ações profissionais. Outro ponto destacado foi com relação a autonomia profissional, pois indicaram que há interferência de terceiros

Os dados relacionados aos recursos indicam, em geral, que os/as pesquisadas não possuem as condições éticas e técnicas previstas na Resolução CFESS 493/2006. Esta situação revela uma contradição entre o que foi apresentado pelos/as pesquisados/as em termos do aumento da jornada de trabalho e da demanda nos espaços sócio ocupacionais na área da seguridade social, ocasionando no processo de adoecimento mental dos/das profissionais pesquisados/as.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal, 1988

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, Dec. 2017

GRANEMANN, S. Previdência Social: Da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. In: NAVARRO, Vera; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 218-235.

LOURENÇO, E. A. de S.. Desemprego, precarização do Trabalho e os reversos para a saúde dos trabalhadores. In: SILVA, Jose Fernando Siqueira; Raquel Santos Sant'Ana e LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p.131-160.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.111 p. 413-429. Jul./set. 2012

NEVES, M. E. R. Crise do capital e os impactos para as políticas de seguridade social. CFESS, Brasília, n. p. 33-48. nov. 2015

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, dez. 2013.

REBATIMENTOS DO NEOCONSERVADORISMO NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DOS ASSISTENTES SOCIAIS: REFLEXÕES PAUTADAS NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE/RJ

Letícia Machado de Araujo¹
Verônica Gonçalves Azeredo²

Resumo: O estudo tem como objetivo discutir o neoconservadorismo e sua incidência no perfil ético-político dos Assistentes Sociais nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. O eixo norteador da análise é a noção de que o ideário neoconservador, que emerge na atual fase do Capitalismo Financeiro e do Estado Neoliberal, ao incidir no Serviço Social, estimula visões despolitizadas e moralizantes acerca das expressões da questão social. Nessa linha de pensamento, dados da pesquisa “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: Determinações Sócio-Políticas e Culturais”, desenvolvida por meio de estudo exploratório de caráter bibliográfico e de amostra probabilística de tipo sistemática, com assistentes sociais das referidas regiões, receberam tratamento. No percurso teórico-metodológico, pode-se observar que enquanto o projeto ético-político do Serviço Social busca a construção de uma nova ordem societária, o neoconservadorismo visa a manutenção da ordem do Capital. Diante de tal contradição, destaca-se o desafio dos profissionais na defesa do projeto profissional em vigor e afirma-se que isso só poderá ser materializado, mediante investimento em capacitação continuada e da reafirmação do compromisso da categoria com a dimensão política do seu trabalho.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Projeto Ético-Político. Serviço Social.

THE INFLUENCE OF NEOCONSERVATISM IN THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF THE SOCIAL WORKERS: REFLECTIONS BASED ON NORTH AND NORTHWEST FLUMINENSE / RJ.

Abstract: The study aims to discuss neoconservatism and its impact on the ethical-political profile of Social Workers in the North and Northwest Fluminense regions. The basis of the analysis is the notion that the neoconservatism idea, which emerges in the current phase of Financial Capitalism and the Neoliberal State, when affects the Social Work, stimulates depoliticized and moralizing

¹ Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social de Campos da UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. E-mail: leticiamaraujo21@gmail.com

² Doutora em Política Social pela UFF/Niterói e Professora Associada II do Curso de Serviço Social de Campos da UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. E-mail: vgazeredo@gmail.com

views about the expressions of the social question. In this line of thought, data from the research “Social Worker Work in the North and Northwest of Rio de Janeiro: Socio-Political and Cultural Determinations”, developed through an exploratory study of a bibliographic character and a systematic probabilistic sample, with social workers from those regions, were analysed. In the theoretical-methodological path, it can be observed that while the Social Work's ethical-political project seeks to build a new societal order, neoconservatism aims at maintaining the order of Capital. Faced with such contradiction, the challenge of professionals in defending the current professional project stands out and it is stated that this can only be materialized through investment in continued training and the reaffirmation of the category's commitment to the political dimension of its work.

Keywords: Neoconservatism. Ethical-Political Project. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Frente aos desafios contemporâneos do Serviço Social e com intuito de somar com estudos e resultado de pesquisa realizada no âmbito regional, sobre formação e trabalho dos/das assistentes sociais, a presente proposta, se sintoniza com o tema deste Colóquio. Vale pontuar, que embora pautada sobre um recorte regional, a relevância social e científica do objeto pesquisado e ora exposto, não se limita a noção de localismos. Contrário a isso, parte do pressuposto levantado por Milton Santos (1997) de que a relação mundo-lugar é recíproca, pois cada lugar contém elementos de uma razão global, que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, contendo também uma razão local com características e movimentos próprios. Desse modo, é no percurso do local ao regional, nacional e internacional que o processo de conhecimento se verifica, constituído pela travessia do particular ao geral e vice-versa.

Os resultados aqui apresentados derivam da pesquisa intitulada “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: Determinação Sócio-Políticas e Culturais”, que se trata de um subprojeto derivado da pesquisa “Mercado de Trabalho e Espaços Socioocupacionais do Serviço Social nas regiões norte e noroeste fluminense³ aprovada em edital da FAPERJ⁴.

³ Realizada em sistema de cooperação entre Núcleos Pesquisas da Universidade Federal Fluminense/ ESR - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, situada em Campos dos Goytacazes, no período entre 2017 e 2018.

⁴ Em conformidade com a chamada pública 15/2016 (EditalDCTR, 2016).

O objetivo, do referido sub-projeto de pesquisa, foi problematizar o ideário neoconservador e as possíveis implicações no perfil ético-político dos Assistentes Sociais, nas regiões Norte e Noroeste fluminense. Para o alcance de tal proposta, foram delineados objetivos específicos, a saber: identificar as principais dimensões do conservadorismo na atualidade; apresentar traços das regiões norte e noroeste fluminense enquanto espaços onde os assistentes sociais foram contextualizados e analisar o perfil ético-político dos Assistentes Sociais, nas regiões em questão.

No percurso dessa problematização buscou-se respostas para as seguintes questões: Em qual contexto histórico o neoconservadorismo emerge? Quais as implicações do neoconservadorismo no âmbito social, cultural e político? Quais repercussões o ideário neoconservador tende a produzir no perfil ético-político dos assistentes sociais, nas regiões Norte e Noroeste Fluminense?

A fim de viabilizar esse trabalho, definiu-se como caminho metodológico a estrutura de dupla dimensão. A primeira, tratou-se da realização de um estudo exploratório de caráter bibliográfico. A segunda, baseou-se em amostra probabilística de tipo sistemática derivada do contato com assistentes sociais cadastrados/as no Conselho Regional de Serviço Social- 7ª Região, onde por meio do Programa “Survio” (ferramenta disponível on-line), questionários de pesquisa, foram acessados e posteriormente analisados.

A pesquisa bibliográfica foi direcionada para o estudo e aprofundamento dos seguintes eixos: reestruturação produtiva; neoliberalismo, reforma do Estado e das políticas sociais; neoconservadorismo; projeto ético-político do Serviço Social; perfil dos assistentes sociais.

Cabe pontuar que a exposição do estudo será desenvolvida a partir dos seguintes eixos analíticos: Primeiro, focado nas repercussões do contexto de emergência do neoconservadorismo e sua ênfase no âmbito cultural e político das sociedades capitalistas. Para tal, a análise inclui apontamentos sobre os aparelhos de hegemonia por onde o neoconservadorismo se dissemina no social e expressa as divergências entre o projeto profissional e o neoconservadorismo, bem como o posicionamento ético-político defendido por esse projeto diante dos desafios presentes na contemporaneidade.

A seguir, traços das regiões Norte e Noroeste Fluminense são expostos, uma vez que nelas os/as assistentes sociais em estudo, exercem suas atividades profissionais, residem e se constituem

enquanto sujeito social. Herdeiros (as) das estruturas de oportunidades dessas regiões, marcadas fortemente pelo conservadorismo no passado e pelo neoconservadorismo: nos tempos atuais, o desafio que se coloca, é como romper com essa mentalidade impregnada nos modos de vida e assumir na perspectiva da materialidade, o projeto ético-político do Serviço Social.

Por fim, dar-se-á a exposição e análise sobre os dados apreendidos na pesquisa “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: Determinação Sócio-Políticas e Culturais”.

2 DESENVOLVIMENTO

Baseada nas transformações ocorridas na atual era do Capitalismo, Iamamoto (2015) aponta, que estas ocorreram a partir da década de 1970 e refletiram nas formas de produção e gestão do trabalho. Tal processo, denominado reestruturação produtiva, implicou na intensificação do trabalho e ampliação da jornada, redução de postos de trabalho através do trabalhador polivalente e, em função, da substituição do trabalho vivo (trabalhador) pelo trabalho morto (composição técnica).

Nesse cenário, vigora um momento histórico que corrobora para a redução dos níveis de emprego, a regressão dos direitos sociais e o agravamento das expressões da questão social. No bojo das transformações ocorridas destaca-se as operadas com vistas ao reforço da intervenção estatal a serviço dos interesses particulares de grupos articulados no bloco do poder (Ibid.).

Conforme Barroco (2015), essa conjuntura possui um forte potencial de acirramento das tensões sociais em decorrência da intensificação da exploração do capital sobre o trabalho, e, por isso, demanda o ideário neoconservador com a função ideológica de defesa da ordem do capital.

Tal defesa, ocorre, pois, o neoconservadorismo colabora para o encobrimento das causalidades presentes na estruturação dos fenômenos sociais. As sensações de medo e insegurança são produzidas pelo precário e difícil acesso ao mercado, pelo encolhimento do estado no provimento das necessidades sociais dos sujeitos e que no pensamento conservador, aparecem como resultado da desagregação da moral.

Nessa perspectiva, Barroco (2015) aponta que a moral é um importante valor do neoconservadorismo, pois ela, é base fundante da sociabilidade e da política, uma vez que as crises

sociais e as expressões da questão social, são entendidas como consequências do processo de desagregação da moral. Nesse fluxo, a visão moralista, sobre tais expressões, contribui para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização (Ibid., p.625).

Barroco (2015) esclarece ainda que o Estado tem reduzido sua função na obtenção do consenso, historicamente exercida através da ínfima redistribuição da riqueza socialmente produzida, onde reforça sua ação repressiva para manutenção da ordem social. Dessa forma, há um investimento na institucionalização da repressão armada. Portanto, observa-se que o neoconservadorismo incorpora princípios neoliberais, em especial, por contribuir para a legitimação social da violência praticada pelo Estado.

No estudo sobre o neoconservadorismo, Pinheiro (2015) argumenta, que seu ideário advém da necessidade de reação do capital às diversas lutas e conquistas que ocorreram no século XX no mundo do trabalho e no tocante às questões de gênero, diversidade sexual, juventude, raça, etnia, geração entre outros. O autor, chama atenção para o fato de que ao se difundir no cotidiano dos indivíduos e incidir nas questões políticas, o neoconservadorismo direciona-se ao ataque e supressão de direitos e torna-se elemento subsidiário à reprodução cultural das desigualdades, que são estruturantes do modo de produção capitalista.

Diante das informações veiculadas, compreende-se que o neoconservadorismo se trata do antigo conservadorismo, agora, metamorfoseado para atender as atuais demandas do processo de acumulação capitalista. Nessa linha de pensamento, Barroco (2011, p. 210) destaca que o neoconservadorismo “[...] motiva atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade”.

Em menção as origens do neoconservadorismo americano, Barroco (2015) pontua que este ocorre no pós-Segunda Guerra Mundial, enquanto reação à contracultura, aos movimentos de defesa de direitos das minorias e se fortaleceu no período de implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan) fundamentado na defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos (Ibid.). Argumenta que esse foi o ponto de partida que colabora para o avanço do neoconservadorismo sobre a hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas em crise, de modo geral.

No contexto brasileiro, o ideário neoconservador ganha expressão na década de 1990, no momento de crise estrutural do capitalismo e da consolidação neoliberal no país. Nesse cenário, as forças comprometidas com o êxito da acumulação capitalista e do neoliberalismo, construíram meios concretos para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores, comportamentos. A referida expressão, torna-se perceptível através do modo como mentalidades e práticas são mantidas por sua elite, estas, podem ser conservadas pelo viés do racismo, preconceito de classe e aversão ao comunismo (BARROCO, 2015).

Esse cenário neoconservador, conta com a colaboração do papel desempenhado pelos programas sensacionalistas, que entraram na televisão na década de 1990 e incentivam medidas repressivas para manutenção da ordem. Através deles, são expostos cotidianamente, crimes e delitos praticados por jovens, negros, pobres com vistas a defesa do armamento, do rebaixamento da maioria penal, na pena de morte, na “militarização da vida cotidiana⁵” (BARROCO, 2015, p.626).

Isso porque, tais programas reproduzem as referidas reportagens de maneira seletiva e sem fazer menção a elementos que colaboram para leitura crítica de suas causalidades. Nesse fluxo, colaboram para a noção de que o crime e brutalidade são inevitáveis.

A essa noção, Barroco (2011) acrescenta, que quando alinhada aos atuais interesses capitalistas, a mídia, através de seus meios de comunicação como o rádio, a televisão, a internet e revistas, tende a contribuir para o falseamento da história, pois “naturaliza a desigualdade, moraliza a ‘questão social’, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, o linchamento, a xenofobia” (p.208).

Quando desempenha esse papel, os meios de comunicação reforçam a cultura marcada pelo medo social e a insegurança e contribui para a legitimação social do neoconservadorismo. Isso porque, seu ideário reivindica o “apelo à ordem” e repressão. Esse cenário, contribui para a noção de que o crime e a brutalidade são inevitáveis e esconde a violência econômica e extra econômica como elementos essenciais para a o aprofundamento da questão social e dos níveis de criminalidade.

⁵ Militarização da vida cotidiana: termo utilizado por Barroco (2015) para designar uma das formas de controle social instituídas pelo Estado para o enfrentamento de tensões sociais.

Em análise a esses aspectos, Chauí (2007), afirma que a insegurança e medo têm reforçado antigas instituições. A família e o clã tornam-se refúgios em um mundo hostil. Imbricado a esse processo, assiste-se ao “retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e à adesão à imagem da autoridade política forte ou despótica” (Ibid., p.325). Como consequência desse processo, têm-se o encolhimento da esfera pública e a ampliação da esfera privada da vida, refletidos no âmbito da ação sociopolítica.

Em estudo sobre o neoconservadorismo, Barroco (2015) destaca, que seu ideário encontra local fértil para se propagar em atividades sociais que dispensa a razão por apoiar-se em crenças e dogmas, a exemplo das religiões. Não à toa, ao questionar-se sobre a maneira como a religião atua na subjetividade dos sujeitos, Souza (2010) revela que, em documentos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), o feminismo é compreendido como filosofia mundana e como um movimento contrário as escrituras.

Nessa perspectiva, o referido autor, aponta para a investida neoconservadora no encolhimento da esfera pública e na ampliação da esfera privada, através da mobilização de discursos religiosos. Isso porque, ao se contrapor ao movimento feminista, aponta para a desmobilização de um importante canal de participação das mulheres no cenário político.

Dessa forma, observa-se que o ideário neoconservador estabelece um embate direto com grupos socialmente oprimidos, na perspectiva, do não reconhecimento dos direitos humanos, civis, políticos e sociais. Tais sujeitos, são mulheres, negros, pobres, moradores da periferia e todos os demais considerados fora da lei, dos costumes, do mercado de trabalho e do consumo (BARROCO, 2015). Pode-se observar que com vistas a manutenção da ordem do capital, o imaginário dominante, aposta no ideário neoconservador, devido a crença de que este corrobora para a permanência das desigualdades de classe, raça, etnia, gênero etc.

Diante o exposto, uma indagação torna-se cara aos assistentes sociais: quais as principais influências do neoconservadorismo no âmbito de sua atuação profissional?

Tal questionamento é fundamental, pois, em contraposição ao neoconservadorismo, o projeto ético-político do Serviço Social, preconiza, a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (BARROCO; TERRA, 2012).

Importa pontuar que para Braz (2007), a legitimidade e operacionalização desse projeto ganham expressão a partir da dimensão de caráter jurídico-político da profissão (composta por leis e resoluções abrangentes, documentos e legislações, legitimadas pela categoria, através do Código de Ética profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão - Lei 8.662/93 - e as Diretrizes Curriculares de 1996, para o curso de Serviço Social). Além desta, conta com a produção de conhecimento no Serviço Social, e por fim, com a dimensão político-organizativa da categoria.

A dimensão de caráter jurídico-político, caracteriza o Código de Ética de 1993 enquanto expressão do dever ético do assistente social quanto a defesa da cidadania de todos sem discriminar por questões relativa à credo, gênero, sexualidade, cultura, opção política ou posição de classe através da ampliação e viabilização de conquistas legais (SOUZA, ALMEIDA e ALENCAR, 2016). E, tais prerrogativas são contrárias as investidas neoconservadoras.

Pinheiro (2015) destaca que o avanço do fundamentalismo religioso e da intolerância, na contemporaneidade, contrasta com o projeto ético-político da profissão que preconiza a eliminação do preconceito e o combate às formas de opressão. Importa expor, que essa afirmativa não significa que os assistentes sociais não possuam o direito de pertença a uma religião, mas questiona, como os profissionais têm conjugado esses elementos na atuação profissional.

A leitura sobre os possíveis impactos do aspecto religioso na profissionalidade do Serviço Social torna-se necessária quando é observável que vertentes religiosas têm empreendido esforços para afirmar a tradicional diferenciação entre homens e mulheres nas relações de gênero. Por meio do contato prolongado com a população de Ibura (bairro da periferia do Recife – PE), Couto (2002) observou que a adesão as religiões evangélicas representam o fortalecimento de valores e normas comportamentais que estão associados à tradicional diferenciação entre homens e mulheres formadora do *ethos* da família brasileira.

Diante de tal abordagem, compreende-se que o enfrentamento ao neoconservadorismo se torna um imperativo àqueles profissionais interessados em fazer a defesa do projeto ético-político vigente. Para negar e agir contra esse ideário, o referido projeto, solicita dos assistentes sociais competência profissional, obtida, através da qualificação e capacitação continuada. Além disso, sugere o envolvimento destes profissionais com as lutas políticas dos trabalhadores, não só como

algo a ser fomentado nos sujeitos atendidos, mas como uma luta pessoal, uma vez que o próprio profissional faz parte do segmento dos trabalhadores.

Como bem destaca Raichelis (2011), a flexibilização e a precarização têm repercussão nos espaços institucionais onde a atuação dos assistentes sociais ocorre. Esses elementos se expressam pela

[...] insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (Ibid., p.422).

No entanto, atender solicitações do projeto ético-político é um desafio aos profissionais que terão a tarefa de superar as heranças interiorizadas ao longo de seu processo de formação enquanto sujeito social. Isso porque, em estudo sobre as regiões Norte e Noroeste Fluminense, constatou-se que embora estejam situadas em uma rica porção do interior do Rio de Janeiro, devido a presença da rentável Bacia de Campos dos Goytacazes/RJ, as riquezas não são socialmente distribuídas, por serem movimentadas, de acordo com os interesses econômicos e políticos das elites que influenciam as regiões (CRUZ, 2003).

Dado do SEBRAE/RJ⁶ (2016a) aponta que em um comparativo com o Estado do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense, detém um Produto Interno Bruto (PIB) per capita superior. No entanto, possui indicadores de pobreza e renda domiciliar per capita piores que o do Estado. No tocante ao Noroeste Fluminense, o SEBRAE/RJ (2016b) apresenta que a região possui o menor Produto interno Bruto (PIB) per capita e se caracteriza pelos piores indicadores socioeconômicos em comparação ao Estado do Rio de Janeiro. Além disso, possui o pior percentual de pobres e menor renda domiciliar per capita.

Ocorre que as regiões são marcadas pela pobreza, baixos índices de desenvolvimento humano, o que tende a impactar no processo educacional. Além disso, figura nesses espaços, um modelo de educação escolar, presente no cenário nacional como um todo, que possui pobre papel político e potencial de gerar cidadania, por ser subordinado a interesses mercadológicos. Reflexo

⁶ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro.

dessa realidade, se traduz, no fato da escolarização exercer um papel de formação de quadros profissionais necessários a economia (SANTANA e MATOS, 2015).

As autoras acrescentam, ainda, que a educação formal, ao se configurar como um sistema excludente, tende a reproduzir as desigualdades de classe, gênero e etnia (Ibid.). Uma vez analisados os traços da realidade das regiões onde os assistentes sociais residem, atuam profissionalmente e se constituem enquanto sujeitos sociais, compreende-se que eles não são favoráveis ao pensamento crítico, ao protagonismo político, ao perfil intelectual solicitado pelo projeto ético-político. Dessa forma, reafirma-se a importância da capacitação/qualificação continuada para que os assistentes sociais revertam as heranças adquiridas ao longo de suas trajetórias.

A fim de refletir sobre como o neoconservadorismo pode incidir no perfil ético-político dos assistentes sociais nas regiões em estudo, serão expostos, a seguir, dados obtidos através da pesquisa “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: determinações sócio-políticas e culturais” (AZEREDO, 2018, s.p).

Na referida pesquisa, dados identificam o perfil dos(as) assistentes sociais nas regiões estudadas. Estes se referem à idade; sexo; orientação sexual; pertença étnico-racial; religião; estado civil; filhos; principal provedor/chefia familiar; maior escolaridade dos pais; formação profissional, lazer mais praticado; tipo de leitura adotada e município de residência atual, entre outros. Importa salientar que a referida pesquisa contou com a participação de 305 profissionais, 122 (40,00%) totalizam os questionários incompletos ou sem resposta.

O primeiro dado que chama atenção, para efeitos desse trabalho, foi a identificação da predominância do sexo feminino na categoria profissional, que se refere a 60,98% dos sujeitos entrevistados, em contraposição aos 2,62% dos sujeitos do sexo masculino. Dos 305 pesquisados, 111 assistentes sociais (26,40%) não responderam à questão (AZEREDO, 2018, s.p.).

Em segundo lugar, cabe pontuar que no tocante a pertença religiosa, constatou-se que, 28,20% da categoria nas regiões em estudo, afirma ser católica, enquanto 16,72% é evangélica, 8,85% é espírita, 0,98% pertencem a religiões afro-brasileira e 7,21% expressam não possuir nenhuma religião (AZEREDO, 2018).

Esses primeiros elementos definidores do perfil profissional contribuem para o pensar sobre os possíveis meios de incidência do neoconservadorismo na profissão. Pois, como argumenta Pinheiro (2015), na atualidade, o neoconservadorismo religioso contribui para a reprodução cultural das desigualdades, por tratar-se de um ideário que produz influência desde o cotidiano dos sujeitos sociais até às questões políticas, que atravessam suas vidas, direcionando-se para a supressão e o ataque à direitos.

Para o autor, a lógica machista, patriarcal e heterossexista do neoconservadorismo é um potencial obstáculo a adesão dos princípios consolidados no Código de Ética profissional (legitimado nos anos 90) e, conseqüentemente, sua efetivação através da atuação profissional e nas instâncias político-organizativas da profissão - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social, centros e diretórios acadêmicos das instituições de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (PINHEIRO, 2015).

Isso porque, através da diferenciação entre a identidade sexual, historicamente, construiu-se a categoria gênero, que distingue os papéis socialmente atribuídos aos homens e as mulheres. Nesse processo, a participação da Igreja se deu no sentido de disseminar, no imaginário social, um modelo de mulher que pouco favorece a aparição do feminino na esfera pública, através da maioria das religiões. Esta realidade, contribui para vigência de uma cultura que tende a obstaculizar o encaminhamento da dimensão política do trabalho do assistente social, solicitada pelo Código de Ética profissional.

Entre as ações políticas expressas no referido Código, consta: articulação dos(as) profissionais com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código de Ética dos assistentes sociais e com a luta geral dos trabalhadores - IX princípio⁷. Assim como, pode ser um obstáculo para o encaminhamento de ações que contribuam para o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, conforme o VIII princípio do Código de Ética⁸.

⁷ CFESS (2012, p.24)

⁸ CFESS (2012, p.24).

Por esse motivo, a relação entre religião, gênero e direitos sociais, torna-se tão cara aos assistentes sociais, na atualidade. Como expresseo, anteriormente, é direito do assistente social a pertença a uma dada religião, no entanto, é imperativo que o profissional estabeleça distinção entre moral religiosa e princípios éticos, de modo que não sejam gerados obstáculos à efetivação do projeto ético-político da profissão.

Feitas tais considerações, cabe listar que quando inquiridos sobre “qual ou quais tipo(s) de leitura que adotam?”, obteve-se que 40,33% se refere a textos/ livros científicos em Serviço Social; 38,69% a jornal impresso ou online; 38,36% dedicam-se a leitura de regulamentos das Políticas Públicas da área/áreas em que atua; 38,03% a leis, códigos e regulamentos da profissão; 28,85% a postagens de redes sociais; 27,21% a textos/livros científicos fora do Serviço Social; 22,30% a livros de literatura (romance, crônicas, contos, poesia); 19,34% a livros religiosos; 13,77% a revistas de opinião (Veja, Isto é, Época); 12,79% a revista (moda, culinária, Beleza, Novela, celebridades); 9,84% a livros de autoajuda; 1,64% não possui hábito de leitura e 29,51% não responderam (AZEREDO, 2018, s.p.).

Cabe salientar, que na atual conjuntura neoconservadora, é “preocupante” o fato de apenas 40,33% dos(as) profissionais adotam como leitura os textos/livros científicos em Serviço Social (AZEREDO, 2018, s.p.). Pois, conforme apontam Barroco e Terra (2012, p.130), o projeto ético-político do Serviço Social requisita, no X princípio do Código de Ética, que os profissionais tenham “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Além disso, importa expor que, ao dissertar sobre a capacitação continuada e permanente, Guerra (2013), argumenta que esta deve aprimorar os conhecimentos do profissional numa dada direção. A autora destaca que não é qualquer capacitação que habilita o profissional a desvendar a realidade, atuar sobre uma direção política crítica e contestatória. Nessa mesma linha de pensamento, Silva (2015), defende a importância do profissional, que se identifica com o projeto ético-político, buscar fontes teóricas que sustentem a crítica ao sistema capitalista e suas expressões na vida social.

A referida autora se refere ao cuidado a ser observado pelos profissionais que adotam como tipo de leitura: jornal impresso ou online, postagens de redes sociais, revistas de opinião (Veja, Isto

é, Época). Pois, conforme exposto anteriormente, os discursos efetuados através de alguns meios de comunicação (rádio, televisão, internet, revistas de grande circulação) podem contribuir para a reprodução do processo de naturalização das desigualdades, moralização da questão social e distorção da realidade (campo de investida do neoconservadorismo).

Nesse sentido, a teoria social crítica converte-se em um suporte para a defesa do projeto ético-político do Serviço Social. Isso porque, através dela, o consumo dos conteúdos veiculados nos meios de comunicação, tenderá a não ocorrer de maneira acrítica, com isso, os profissionais não tenderão a cair nas “armadilhas” do neoconservadorismo.

No que se refere a formação profissional, verificou-se que a maioria dos(as) assistentes sociais derivam da graduação via universidades públicas (AZEREDO, 2018, s.p.).

Quanto a modalidade do ensino, consta que a presencial é majoritária tanto na esfera pública quanto na privada. A referida pesquisa indicou que as referidas graduações ocorreram entre 2001 e 2010 (23,28%); seguido por 1991 e 2000 (16,39 %); a partir de 2011 (14,10%); de 1981 a 1990 (8,52 %) e até 1980 (0,98 %). Nessa questão, 29,51% dos(as) entrevistados(as) não responderam (Ibid.).

No tocante a formação continuada, 142 assistentes sociais (46,56%) possuem Pós-graduação, 47 sujeitos (15,41%) não possuem e 116 profissionais (38,03%) não responderam. Dentre aqueles(as) que possuem curso de Pós-Graduação, 124 profissionais (40,66%) são de caráter *Lato Sensu* – especialização. Com relação aos(as) demais, se distribuem nos cursos *Stricto Sensu*: 21 sujeitos (6,89%) mestrado, 6 assistentes sociais (1,97%) doutorado e 3 profissionais (0,98%) Pós-doutorado. O número dos(as) que não responderam foi de 163 assistentes sociais (53,44%) (AZEREDO, 2018, s.p.).

Com relação a modalidade de ensino daqueles que possuem Pós-Graduação, observou-se um predomínio de cursos em instituições privadas, com percentuais de 23,93%, seguida de 22,62% em instituições públicas. Cabe pontuar o percentual de 53,44% de questões sem resposta. Na referida modalidade, há predomínio de cursos presenciais 39,02%, seguida pela modalidade à distância 7,54%, e 54,44% profissionais não responderam (AZEREDO, 2018, s.p.).

Os cursos de pós em instituições privadas foram relacionados, majoritariamente, àqueles com características *Lato Sensu*. As principais áreas destacadas, foram: de Gestão em Serviço Social

e Políticas Públicas; Serviço social Contemporâneo: questão social, planejamento e gestão em políticas sociais; Gestão Pública em Saúde; Saúde Pública, Gestão Pública Municipal, Assistência Social; Saúde e Assistência Social, Gestão do Suas, Família e Violência, Terapia de Família; Saúde da Família; Serviço Social e Educação, Direitos Sociais e Competência Profissional. No que concerne aos cursos de *Stricto Sensu*, observou-se que são, em maioria, referenciados em instituições públicas, tendo como principais áreas: Políticas Sociais e Serviço Social (Ibid.).

Diante do exposto, compreende-se que há um número significativo de profissionais que possuem pós-graduação, e, tal dado, é positivo para categoria profissional. No entanto, importa expor que a maior parte dos cursos de pós-graduação se deram em instituições de ensino privado e que há um quantitativo de profissionais formados por cursos de modalidade à distância (AZEREDO, 2018, s.p.). Esses dados podem representar certo comprometimento na qualidade da capacitação desses profissionais, pois, como argumenta Guerra (2013) os profissionais devem estar atentos porque,

Há um tipo de formação que deforma: aquela que se limita ao treinamento na utilização de sistemas ou procedimentos, que visa orientar um passo a passo, nos moldes de muitas que se nos colocam na atualidade, que se limitam a ensinar um fazer despojado de significado social, que promove um empobrecimento da razão. O que significa que essa capacitação não vai além dos objetivos de atender às demandas do mercado, às metas de produtividade, à resolutividade imediata e paliativa, à emergencialidade da situação, ao controle da população (Ibid., p.130).

Por fim, cabe pontuar que a capacitação continuada tende a ser um desafio para uma categoria profissional de perfil feminino. Uma vez que, em uma sociedade que se apropria das diferenças para produzir desigualdades, há uma tendência, por parte das assistentes sociais, em terem que conciliar sua profissão com as tarefas socialmente atribuídas a sua condição mulher.

Santana e Matos (2015, p.48), dão destaque ao fato de que, ser mulher, solicita o exercício do ser mãe, cuidadora, esposa, trabalhadora do lar e com isso, as mulheres terminam por abrigar duplas e/ou triplas jornadas de trabalho. Cabe salientar que nesse sentido que a opção por uma nova ordem societária pode ser apreendida como uma luta a ser empreendida na lida com os sujeitos atendidos, mas também na vida pessoal/cotidiana das profissionais.

Perguntados(as) sobre o estado civil, (AZEREDO, 2018, s.p.), identificou-se que a maioria dos(as) assistentes sociais são casados(as) (35,08%); seguido de solteiros(as) (15,08%);

divorciados(as) (5,57%); em união estável (4,26%); viúvos(as) (2,30%), separados(as) (0,98%), enquanto (36,72%) não responderam à questão. Notou-se que 22,30% dos(as) assistentes sociais entrevistados(as) no Norte Fluminense e o Noroeste Fluminense não possuem filhos. Enquanto 126 assistentes sociais expressaram os seguintes percentuais: 18,69% possuem um filho; 17,70% dois filhos e 4,92% três ou mais filhos. O percentual de questões não respondidas totaliza 36,40%.

Quanto ao fato de ser o “principal provedor(a) do lar/chefe de família”, obteve-se que 100 assistentes sociais (32,79%) responderam “*não*”. Enquanto 94 profissionais (30,82%) responderam “*sim*”. Com isso, conclui-se que é expressiva a realidade dos assistentes sociais que chefiam suas famílias e proveem seu lar. Nessa questão 111 (36,40%) entrevistados(as) não responderam (Ibid.).

Com isso, observa-se que ao reforçar valores e costumes tradicionais, o neoconservadorismo contribui para a atribuição de papéis sociais distintos aos homens e mulheres. E, a distribuição desses papéis, tende a reforçar o “lugar” da mulher na esfera privada da vida, assim como tende a sobrecarregar seu tempo com tarefas domiciliares e do cuidado, reduzindo as horas que podem ser investidas no âmbito profissional e até como sujeito político.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido nesse construto, indicou que o ideário neoconservador, contribui para a legitimação social da violência do Estado, através da disseminação de discursos de ódio e medo e dos anseios pela ordem e segurança social; criminaliza a pobreza e os movimentos sociais; reforça as desigualdades de gênero e sexualidade, utiliza as religiões como estratégia política; polariza o debate político numa suposta divisão entre o bem e o mal; relaciona a luta por direitos sociais como estratégia socialista; naturaliza as expressões da questão social. Assim, o neoconservadorismo sustenta uma série de noções que corroboram para a desqualificação da política e estimula o encolhimento da esfera pública como um campo de disputas por direitos.

Diante do exposto, compreende-se que as questões fomentadas nesse trabalho contribuem para a reflexão sobre os desafios que se apresentam a materialização do perfil profissional com características ético-políticas, solicitado pelo Serviço Social. Pois, o neoconservadorismo, tende a

impactar a viabilização desse perfil, ao reforçar o racismo, o individualismo, à práticas discriminatórias e autoritárias, devido ao preconceito de classe e, por questões, de etnia, gênero, religião. Além do estímulo a ampliação da esfera privada em detrimento da pública.

Destaca-se que, o projeto ético-político do Serviço Social requisita uma categoria profissional comprometida com o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; com a defesa dos direitos humanos; a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; com o aprofundamento da democracia; com a eliminação de todas as formas de preconceito; com a articulação com os movimentos sociais que partilhem da luta geral dos trabalhadores e que deve ter como horizonte a construção de uma nova ordem societária.

Nesse fluxo, o estudo sobre as regiões Noroeste e Norte Fluminense, apontam para um forte traço conservador, tanto no que se refere a maneira de fazer política, quanto ao uso de recursos econômicos. Caracterizadas como “regiões-problema” atraíram investimentos estatais, pela via de recursos financeiros, mas não foram capazes de convertê-los em desenvolvimento social local e regional. Especialmente a região Norte fluminense que além desses recursos é privilegiada pela presença da Bacia de Campos em seu território. Como consequência dessa mentalidade conservadora reformada, o Noroeste Fluminense, manteve sua economia estagnada, o que contribuiu para gerar significativos índices de pobreza material e simbólica.

Entretanto, a contribuição desse trabalho não se limita ao conhecimento da realidade regional, mas engloba o conhecimento sobre a categoria profissional através dos dados obtidos pela pesquisa “Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: Determinação Sócio-Políticas e Culturais”. Através da mesma foi possível desenhar um sujeito coletivo que compartilha um projeto de profissão, mas também partilha dos processos de exclusão, empreendidos numa sociedade marcada pela desigualdade social.

Observou-se que nas regiões estudadas tem-se uma categoria profissional composta majoritariamente por mulheres, tal também, é o perfil nacional da categoria, além de traço histórico da profissão. Dada a condição de gênero, estas profissionais são desafiadas a conciliar o papel entre profissional, esposa e mãe. Trata-se de sujeitos oriundos de famílias, cujos pais, possuem baixa escolaridade e caracterizam-se pelo perfil de baixa participação cívico-política. Agregado a isso,

enfrentam a necessidade de obterem mais de um vínculo de trabalho, na busca pela satisfação de suas necessidades. Portanto, a realidade revela que o envolvimento dos/das profissionais com a luta dos trabalhadores não é algo a ser fomentado, apenas, nos sujeitos atendidos, mas trata-se de uma luta pessoal.

4 REFERÊNCIAS

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Trabalho do Assistente Social no Norte e Noroeste Fluminense: determinações Sócio-Políticas e Culturais**, 2018, s.p.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.124, p. 623-636, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000400623&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. (Orgs.) **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque**. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita, Brasília (DF), ano 7, n.10, 2007.

CFESS. **Código de Ética do assistente social - Lei n. 8.662/93**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTO, Márcia Thereza. **Gênero, Família e pertencimento religioso na redefinição de ethos masculinos e femininos**. Antropológicas, Recife, v.13, n.1, p.15-34, 2002.

CRUZ, José Luis Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000**. Rio de Janeiro, 2003. 340 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região
Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

GUERRA, Yolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. *In*: Conselho Regional de Serviço Social/RJ (Org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em Tempo de capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, v.15, n.29, p. 195-220, jan./jun. 2015.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p.420-473, jul./set. 2011.

SANTANA, Anabela Maurício de; MATOS, Cândida Margarida Oliveira. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju, v.4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEBRAE. **Painel Regional Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ 2016a. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Norte-Fluminense.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2019.

SEBRAE. **Painel Regional Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ 2016b. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Noroeste.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate**. Em PAUTA, Rio de Janeiro, v. 13, n.35, p.99-125, 2015.
SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. desenvolvimento. Campos dos Planejamento Regional e Gestão Goytacazes, 2015.

Noroeste Fluminense: arranjos regionais e perspectivas de Goytacazes, 2015, 111 p. Dissertação (Mestrado em de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes.

SOUZA, Karine Fernandes de; ALMEIDA, Guilherme da Silva; ALENCAR, Monica Maria Torres de. Religiosidade, Diversidade sexual e de gênero na formação profissional do/a assistente social: um estudo exploratório com Graduandos/as da FSS/UERJ. **Revista Aproximando**, v.2, n.3, p.1-8, 2016.

ON-LINE 9, 10 & 11 DE DEZEMBRO 2020

II COLÓQUIO INTERNACIONAL V COLÓQUIO NACIONAL
SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

SOUZA, Robson da Costa. **A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010. Disponível: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:
POSSIBILIDADES E LIMITES DA SUA AFIRMAÇÃO FRENTE AO AVANÇO DAS
TENDÊNCIAS TEÓRICAS PÓS-MODERNAS.**

**Islânia Lima da Rocha¹
Laryssa Danielly Silva Fernandes²
Marileia Goin³**

Resumo: Este artigo objetiva apresentar algumas análises sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, desde a sua construção sócio histórica até sua hegemonia, além de correlacionar com os atuais tensionamentos teóricos e políticos enfrentados na profissão, destacando o ponto de vista das autoras sob duas perspectivas. Com uma abordagem histórica, crítica e dialética, ressalta-se que o estudo aqui realizado não esgota todo o debate acerca do PEPP, pois é sabido que há vários projetos em disputa numa mesma sociedade e, conseqüentemente, no interior do Serviço Social, porém ele traz elementos substanciais ao adensamento da discussão sobre a temática.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político. Serviço Social. Pós-modernidade.

**ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF BRAZILIAN SOCIAL WORK:
POSSIBILITIES AND LIMITS OF ITS AFFIRMATION IN FRONT OF THE
ADVANCEMENT OF POST-MODERN THEORETICAL TRENDS.**

Abstract: This article aims to present some analyzes on the Ethical-Political Project of the Brazilian Social Work, from its socio-historical construction to its hegemony, in addition to correlating with the current theoretical and political tensions faced in the profession, highlighting the authors' point of view under two perspectives. With a historical, critical and dialectical approach, it is emphasized that the study carried out here does not exhaust the entire debate about the PEPP, as it is known that there are several projects in dispute in the same society and, consequently, within the Social Work, however it it brings substantial elements to the thickening of the discussion on the theme.

Keywords: Ethical-Political Project. Social Work. Postmodernity.

1 INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social e Mestre em Serviço Social, docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social-UFAL. Membro do grupo de pesquisa sobre Reprodução Social.

² Assistente Social e aluna de mestrado do programa de pós-graduação em política social na Universidade de Brasília – PPGPS/UNB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina – GFAL/UnB.

³ Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Fundamentos do Serviço Social e América Latina – GFAL/UnB.

O estudo desenvolvido neste artigo é resultado das discussões realizadas na disciplina “Fundamentos do Serviço Social: formação e trabalho profissional” do Programa de Pós-Graduação em Política Social, ministrada pela professora Dra. Mariléia Goin – PPGPS/UnB.

Com objetivo de assegurar a cientificidade do trabalho, evitando abordagens unilaterais e a-históricas, opta-se pela perspectiva materialista histórica e dialética, estabelecendo a utilização de autores embasados pela tradição marxista.

O estudo parte dos seguintes questionamentos: quais os caminhos que são delineados pelo PEP, atualmente, e as possibilidades e limites que o impedem de se manter e/ou ser hegemônico? E, quais as possibilidades para a sua defesa diante do avanço das tendências teóricas pós-modernas? Frente a estas questões, o presente artigo apresenta algumas reflexões sobre o processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na atual conjuntura brasileira. A partir dessas considerações, o texto traz uma breve contextualização em relação a sua construção e hegemonia e, num segundo momento, aborda os tensionamentos que se gestaram no âmbito da pós-modernidade. Nas considerações finais expõe os limites e possibilidades do PEP para reafirmar a sua importância no interior da profissão, seguindo a direção social crítica de defesa dos direitos fundamentais e de uma sociedade justa e igualitária, sustentada em valores emancipatórios.

Ressalta-se que a metodologia utilizada na construção desse trabalho sustenta-se em pesquisas bibliográficas e documentais e não esgota a amplitude de sua discussão na contemporaneidade.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA À HEGEMONIA

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está articulado ao processo de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, adquirindo uma conotação de enfrentamento e resistência a esta ofensiva. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre a sua constituição e formas de materialização.

Isto posto, é importante salientar que, desde o final da década de 1970, com o legado do movimento de reconceituação⁴ – o qual foi desencadeado em países latino-americanos –,

⁴ Parafrazeando Iamamoto (2000, p. 205, grifos da autora), o movimento de reconceituação representou “*um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente*”. Por meio

“somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira” que condicionou “o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política [...] com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós” (BRAZ, 2001, p. 3), a profissão vem estruturando um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora e é essa direção social que se estabelece como parâmetro na condução de princípios e ideias presentes no Código de Ética da Profissão e na sua Lei de Regulamentação, ambos de 1993.

Neste mesmo contexto, segundo Braz (2001), os avanços referentes à produção teórica promovem um diferencial na categoria por abordar temas fundamentais para o processo de renovação profissional, elucidado pelo autor como um processo de maturidade profissional que vai desde a produção de conteúdo no âmbito da formação profissional até a participação de assistentes sociais nos fóruns deliberativos e nas entidades representativas da categoria.

O autor indica que a gênese do Projeto Ético-Político do Serviço Social está na segunda metade da década de 1970, ressaltando o seu avanço nos anos 1980 e a sua consolidação em 1990. “[...] o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: ‘uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.’” (NETTO, 1999 apud BRAZ, 2001, p. 5).

Diante desse processo histórico, atrelado a análise crítica a partir da perspectiva de totalidade da conjuntura econômica, política e social, que se constituem como essenciais para a organização de lutas individuais e coletivas, possibilita na década de 1990 a consolidação de um projeto coletivo da profissão, com uma direção social específica.

Ressalta que o projeto profissional:

Trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade (BRAZ, 2001, p.1-2)

Segundo o autor supracitado, “os projetos coletivos se relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais presentes numa determinada sociedade” (BRAZ, 2001, p. 2), por isso é necessário ter clareza que tais projetos estão inseridos na

do questionamento dos fundamentos “ídeo-teóricos” do Serviço Social tradicional, o movimento surge e se gesta no contexto de “efervescência das lutas sociais, demarcadas por um ciclo expansionista do capitalismo no cenário mundial” (IAMAMOTO, 2000, p. 206).

dinâmica da sociedade de classes e que os interesses particulares de determinados grupos não existem de forma seccionada dos interesses mais gerais.

Questões culturais, políticas e, fundamentalmente, econômicas articulam e constituem os projetos coletivos. Eles são impensáveis sem estes pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político (BRAZ, 2001, p. 2).

Dessa forma, o autor afirma que os projetos societários podem ser transformadores: “têm a ver com as formas (as táticas e as estratégias) de transformação social” ou conservadores: “conservação da ordem social”, e desse modo, o projeto da profissão alia-se a um ou outro sem se confundir com ele. Nesse sentido, “não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade”. Ainda segundo o autor, “Esta vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe” (BRAZ, 2001, p. 2-3).

O trabalho profissional, na esteira das contradições expressas da relação entre capital e trabalho e, com isso, em suas desigualdades e resistências, demanda de uma direção social para que as intervenções profissionais, das mais simples as mais complexas, possam favorecer o projeto societário ao qual o projeto profissional do Serviço Social está vinculado.

As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós, encobrem seus reais determinantes e as necessidades sociais que portam. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes e suas necessidades sociais que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (BRAZ, 2001, p. 3).

Seguindo as argumentações do autor, o projeto ético-político deve imprimir uma direção social voltada para uma valoração ética específica:

Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele ‘tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero’ (NETTO, 1999 apud BRAZ, 2001, p. 3).

Nessa via, o projeto constitui os seguintes elementos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas” (NETTO, 1999 apud TEIXEIRA; BRAZ, 2009). De modo

didático, pode-se organizar seus elementos constitutivos em seu processo sócio-histórico da seguinte forma:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7-8).

A partir dessas concepções questiona-se: quais os componentes que viabilizam a consolidação do projeto ético-político da profissão? Esse questionamento é facilmente compreendido quando se associa o PEP aos instrumentos e documentos legais que regem a profissão, bem como os referenciais teóricos, históricos e metodológicos que legitimam as ações profissionais, os destacados abaixo:

O entendimento dos elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão (BRAZ, 2001, p. 5).

Para uma maior compreensão, o autor explicita cada uma dessas dimensões que materializam o PEP. Em relação à produção de conhecimentos na profissão, o autor destaca que é nesta dimensão que ocorre a sistematização da prática profissional, elaborando um arsenal crítico e teórico voltado para os processos reflexivos do fazer profissional. Trata-se da dimensão investigativa do Serviço Social, e nessa lógica o autor destaca: “[...] não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem” (BRAZ, 2001, p. 5).

Na dimensão “político-organizativa da profissão” o autor menciona que é nessa instância que se fundamentam os fóruns de deliberação e entidades representativas da profissão e que são fortemente tensionados pelo conflito entre capital e trabalho, como exemplo:

1. O conjunto dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social – CFESS-CRESS;
2. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS;
3. O movimento estudantil, correspondente a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO;

4. E as demais associações político-profissionais.

“É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios” (BRAZ, 2001, p. 6). Além disso, é nessa projeção de projeto coletivo que se põe em construção um espaço democrático de construção de ideias e proposições, tendo em vista as diferentes concepções críticas no seu interior.

Na dimensão “jurídico-política da profissão”, o autor destaca:

O aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente (BRAZ, 2001, p. 6).

Em relação à primeira esfera, constam os documentos legítimos da categoria: o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996. Na segunda esfera, está a Constituição Federal de 1988 e as demais leis e decretos que são fruto das lutas sociais que orientam e legitimam a viabilização de direitos por meio das políticas sociais, as quais tem a intervenção direta de assistentes sociais e outros profissionais.

Em suma, seus elementos constitutivos articulados com a sua materialidade (elementos expressos na realidade) compõem o PEP em sua totalidade, compreendido como uma construção profissional coletiva e com uma valoração ética específica. Seus fundamentos envolvem compromissos sociais, princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que estão em permanente disputa pelos projetos societários conservadores ou transformadores por estar inserido na dinâmica contraditória da sociedade capitalista. “O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises” (BRAZ, 2001, p. 7).

Diante desse contexto, pode-se afirmar que esse projeto permanece em construção na dinâmica da sociedade de classes e se encontra fortemente tensionado pelas direções sociais conservadoras no interior da profissão, além dos rumos neoliberais, discussão que será desenvolvida no tópico seguinte.

3 TENSIONAMENTOS NO INTERIOR DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: HEGEMONIA EM QUESTÃO

Os tensionamentos que impactam na consolidação do PEP e que colocam sua hegemonia no âmbito da categoria em questão, ou em xeque, configuram-se em duas formas que estão interligadas:

1. Perspectiva macro, em que há uma correlação com os aspectos contrarrevolucionários: conjuntura econômica, política e social no Brasil, em um contexto de ascensão da nova direita⁵ e da pós-modernidade⁶;
2. Perspectiva micro, que está permeada pelas expressões dos movimentos conservadores.

A perspectiva macro baseia-se nos elementos conjunturais da sociedade brasileira marcada pela crise estrutural do capital, globalização, neoliberalismo e a configuração do novo proletariado na era digital. De maneira breve e introdutória cabe ressaltar as particularidades de cada elemento apontado.

A crise estrutural do capital, segundo Mészáros (2009), trata-se de uma crise especulativa, financeira, na qual está implícita o colapso financeiro da economia mundial, cujas raízes se encontram no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, a crise se torna inerente ao sistema capitalista a partir de 1970 com a falência do keynesianismo nos países de capitalismo centrais, quando da queda da taxa de lucro, que se intensifica brutalmente a partir de 1975. Mediante a reestruturação produtiva, há uma sobrevalorização do capital financeiro, e Mészáros (2009) a caracteriza como uma crise sociometabólica do capital: não apenas financeira e econômica, mas com fortes rebatimentos sociais. A financeirização, ou globalização⁷ do capital, condicionam uma crise histórica sem precedentes.

⁵ O conceito de Nova Direita é explicado por Pereira (2016), como um fenômeno em escala global, iniciado na década de 1970, constituído fundamentalmente por uma aliança político-econômica entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que assume características específicas na América Latina, revelando um fortalecimento recente como efeito de oposição aos governos populares. O marco na sociedade brasileira se dá a partir da década de 1990 através da contrarreforma do Estado brasileiro.

⁶ “A pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social (SIMIONATTO, 2009, p.94). Nessa mesma via, Tonet (2006) menciona que no âmbito do caráter fenomênico, a pós-modernidade caracteriza os dados empíricos como os únicos elementos capazes de atribuir respostas para a realidade, seguindo uma concepção fragmentada, subjetiva e singular.

⁷ Ianni (2004) afirma que a globalização está intrínseca ao processo de fabricação de mercadorias comercializadas em escala mundial, além de tecnologias onde prevalece a mídia eletrônica. Há uma reprodução e produção

Aliado a esse processo de crise estrutural, de acordo com Harvey (2008), ganham espaço as práticas neoliberais a partir de 1970, em que a desregulação, a privatização e retirada de direitos são essenciais. O neoliberalismo⁸ marca a liberdade do mercado, livre comércio, investimentos estrangeiros diretos, exploração dos recursos naturais e sólidos direitos à propriedade privada, como uma perspectiva que propõe o bem-estar humano através das potencialidades empreendedoras individuais. As palavras de ordem nesse momento histórico são: privatização, terceirização e flexibilização das relações de trabalho (subempregos e trabalhos informais caracterizam as novas formas de superexploração da força de trabalho).

É nesse contexto que o neoliberalismo se torna uma potência econômica de acumulação flexível, uma política pautada na hegemonia das classes dominantes e culturalmente marcada pelo neoconservadorismo, utilizando-se da coerção social para impedir ameaça à sua hegemonia, cujas implicações são nítidas nos ataques aos sindicatos, desmobilização dos movimentos sociais e da classe trabalhadora.

Antunes (2018, p.43) explica que o resultado mais grave dessa processualidade é o “advento de uma nova era de escravidão digital”, que se combina com a expansão da denominada “indústria 4.0”⁹, o que significa uma “intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda a cadeia geradora de valor”. Ainda, segundo o autor, essa realidade condiciona “a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, *tablets*, *smartphones* e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI” (Idem, p.43).

A introdução do trabalho on-line, que cresce intensamente desde os primórdios da reestruturação produtiva na década de 1970, com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, fez deslanchar essa processualidade, que se tornou incessante, convertendo a reestruturação produtiva em um processo permanente, da qual a denominada indústria 4.0 é a mais nova etapa (ANTUNES, 2018, p.53).

O autor afirma que a instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho, em que “expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização” [pessoa jurídica – apresentado como trabalho autônomo], florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento”

ampliada de capital em escala mundial, focada na interdependência das nações, racionalização do mundo, aldeia global com um consumo generalizado, numa concentração e centralização do capital.

⁸ Nasceram as primeiras experiências neoliberais no Chile, através da ditadura de Pinochet, em 1970.

⁹ Tem sua gênese na Alemanha, em 2011, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, estruturado a partir das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs.

(ANTUNES, 2018 p.29).

Constata-se uma nova “morfologia do trabalho”, por meio de uma precarização estrutural, “Uberização, walmartização, intermitência, pejotização, esse será o léxico dominante no mundo do trabalho se a resistência e a confrontação não forem capazes de obstar o vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 64).

Esses rebatimentos são direcionados em um profundo contexto de desmobilização, ampliação da nova direita, política de conciliação de classes, predominância fascista de grupos que legitimam o golpe militar, além da desconstrução de um período histórico importante para a democracia no país, marcada pela Constituição Federal de 1988, aliado a uma intensa polarização *esquerda x direita*. Esses apontamentos direcionam para a compreensão das particularidades¹⁰ do Brasil que se desdobram a partir de 1990 com a contrarreforma¹¹ do Estado brasileiro em um contexto de ajuste neoliberal no âmbito da ampliação do pensamento pós-moderno.

Além desses aspectos conjunturais econômicos, políticos e sociais, há um elemento de suma importância no âmbito ontológico da sociedade capitalista. Destaca-se a cotidianidade como um solo histórico para o desenvolvimento do pensamento conservador no âmbito da pós-modernidade. Na medida em que a complexidade da sua estrutura, baseada no agir tendencialmente pragmático e imediato, o ser humano, ao se desenvolver nas instâncias econômico-sociais, principalmente, sob o controle da organização própria do capitalismo, desenvolve ideologias e pensamentos considerados conservadores. Esse pensamento conservador é potencializado pela ausência da perspectiva de totalidade. É nesse sentido que o conservadorismo se legitima no cotidiano das relações sociais, de modo heterogêneo, hierárquico, imediato e superficial¹².

No âmbito da pós-modernidade, que se materializa no abandono das categorias da totalidade e na multiplicidade de aspectos, baseado na negação da racionalidade e da história enquanto processo, e na afirmação do sujeito, da humanidade e do progresso. Acerca desta questão, Tonet (2006, p.1) ressalta que: “o pensamento chamado pós-moderno faz questão de frisar todas estas categorias, razão, progresso, emancipação, sujeito, são nada mais que ilusões

¹⁰ No Brasil há uma falta de sincronia entre o tempo histórico brasileiro e os processos internacionais.

¹¹ Behring (2003) afirma que o termo reforma é diferente da ideia reformista, que caracteriza um patrimônio de esquerda. Portanto não se trata de avanços e sim de retrocessos, trata-se de uma contrarreforma como um sentido conservador e regressivo, diante da proposta de reforma do estado brasileiro (plano diretor de reforma do estado – Bresser Pereira aprovado em 1995).

¹² O leitor pode encontrar a explicação sobre cada uma dessas categorias nas obras de: HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970; e NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

dos quais devemos desfazer-nos”.

Sob à luz da razão ontológica, na contramão desse movimento de conservação da ordem da sociedade de classes, é possível visualizar os impactos para o projeto ético-político do Serviço Social, os quais são destacados a seguir.

A perspectiva micro norteia um rebatimento direto na concepção de profissão, além de adotar princípios contra-hegemônicos¹³. Há uma descaracterização do Serviço Social em seu acúmulo teórico-metodológico marxista, a partir da década de 1980. Esses rebatimentos são expressos através dos movimentos conservadores no âmbito da pós-modernidade, com tendências teóricas a exemplo das “23 teses para reforma do Serviço Social”, “Serviço Social libertário”, “Serviço Social conservador” e “Serviço Social cristão”.

Dentro desse contexto, cabe o destaque – destaque meramente atribuído para fins de análise, uma vez que há total discordância das autoras deste artigo com o que o autor em evidência defende – para a produção de Edson Oliveira (2017) com as seguintes teses:

- **8ª tese:** De acordo com Oliveira, é necessário repensar e voltar às determinações iniciais da profissão, marcadas pelo Serviço Social tradicional. Nesse resgate histórico, o autor evidencia que Marx e sua crítica não propõem ações práticas para o cotidiano.

Retomar a **origem do Serviço Social** como profissão e como ciência é resgatar a centralidade de seu objeto, que sempre foi, é, e sempre será o ser humano e sua realização. No cotidiano o que atendemos e pelo que trabalhamos não são as expressões da questão social - que por sinal estão muito longe de nosso alcance factual, talvez próximas do campo do pensamento e dos desejos e na maior parte do tempo de um sentimentalismo romântico tóxico - mas sim os seres humanos, as pessoas, cada qual com seus dramas, angústias e aflições. Assim como nós, profissionais, essas pessoas são afetadas por expressões da questão social e por elementos muito mais sutis e avassaladores na relação subjetiva e simbólica da vida humano do século XXI (OLIVEIRA, 2017, p. 11, grifos do autor).

Ainda nesse raciocínio, o autor complementa que

é nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história [...]. E desta forma, seria possível o cidadão deixar de ser um mero consumidor de serviços e de direitos, para transformar-se em protagonista de direitos e deveres

¹³ Na construção das 23 teses para reformar o Serviço Social há uma idealização de retorno às práticas tecnicistas que conformaram a base da profissão em sua gênese. Além disso, há uma supervalorização do trabalho profissional como um mero atendimento às demandas institucionais – como se houvesse mimetismo entre demanda profissional e demanda institucional. Adota-se também uma perspectiva funcionalista com critérios de ajuste do sujeito na sociedade, além de críticas incessantes às entidades representativas da profissão, o conjunto CFESS/CRESS.

(OLIVEIRA, 2017, p. 11-12).

Nesta lógica, Oliveira (2017) defende que os/as assistentes sociais deixariam de ser “meros repassadores de direitos”, e, portanto, a profissão poderia ser mais valorizada e ganhar mais espaços sócio-ocupacionais, voltados para o “campo social e Serviço Social Clínico”, mostrando ações concretas e que estão para além da retórica revolucionária.

- **15ª tese:** “Não cabe mais defender um projeto ético político profissional” (OLIVEIRA, 2017, p.21). Afirma isto porque considera que há no interior do PEP uma doutrina fundamentalista que não pode ser questionada, atrelado a uma militância autoritária. Por isso, reformar o PEP é necessário, segundo ele, pois a profissão precisa de uma visão mais profissionalizante e plural. Diante disso, o autor destaca que

é preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus clientes e aos valores universais de dignidade e ética humana. A centralidade e o dever do profissional devem buscar articular, estimular e investigar de forma inteligente, crítica, criativa e propositiva, formas éticas, humanas e profissionais de chegar aos seus fins, assim como é feito por outras categorias profissionais. Com isso gerar, junto com os seus clientes, as estratégias mais adequadas e possíveis dentro dos limites reais, concretos e objetivos para a realização de seu bem-estar e, conseqüentemente, ter reconhecimento, respeito e credibilidade para ações profissionais que se propõe a fazer, para se chegar a uma sociedade mais justa e digna para todos (OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Oliveira (2017, p. 21-22) conclui que é urgente fazer o resgate de uma profissão que tenha “um código de ética profissional, que defenda sua identidade profissional” afirmando, inclusive, que “precisamos ser mais profissão e menos militância”. Também problematiza outros aspectos como a identidade da profissão, explicitando que ela deve ser construída sem o caráter militante, além de enfatizar a mudança da atual trajetória profissional com objetivo de ampliar os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social. Nessa esteira, há uma explícita valorização da educação a distância (EaD) e a adoção do termo “profiscídio”, que faz referência a um suicídio profissional em decorrência do maniqueísmo. Além disso, há um entendimento de que “o Serviço Social no Século XXI pode e deve ser uma ciência social aplicada na gestão do design de serviços sociais para o bem-estar e sustentabilidade humana” (OLIVEIRA, 2017, p. 36).

Em relação as teses supracitadas, cabe uma análise crítica dos argumentos utilizados por Oliveira, fazendo-se necessário ressaltar que o Serviço Social exige essencialmente uma

dimensão política na sua intervenção profissional, por estar intrínseco no seu cotidiano a relação contraditória entre capital e trabalho, reforçando que não há neutralidade no trabalho profissional – esse que é um dos legados do Movimento de Reconceituação na América Latina –, buscando atender minimamente os interesses da classe trabalhadora e na luta pela manutenção dos direitos socialmente conquistados na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que garante as condições da manutenção da classe dominante no poder.

Nesse sentido, os rebatimentos desse contexto no Projeto Ético-Político se encontra numa encruzilhada: um caminho baseado nas concepções conservadoras inspirados em tendências pós-modernas, compreendendo o âmbito da formação e do trabalho profissional de forma fragmentada, reduzida às demandas institucionais, com a necessidade da adoção de técnicas para responder as imediatidades e aparência das demandas sociais, cuja compreensão de sua gênese e de seu significado social tornam-se ausentes, longe de uma perspectiva crítica e histórica; e outro, baseado numa perspectiva, ontológica, marxista, compreendendo a profissão em sua totalidade histórica em face dos processos sociais.

Ressalta que:

O fortalecimento de uma ou de outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos para o século XXI (SIMIONATTO, 2009, p.102).

Nessa esteira, embora haja hegemonia do projeto ético-político, não pode-se negar que este “outro caminho” vem ganhando adeptos/as, por razões – obviamente, não ontológicas, que são as quais motivam e subsidiam a defesa do projeto de caráter crítico – que se inserem na lógica e na dinâmica fetichizada, reiterativa, imediatista, fragmentária, efêmera e desproceduralizada da sociedade brasileira e que desafiam, direta e indiretamente, o diálogo da perspectiva crítica com o conjunto da categoria.

Torna-se premente que o diálogo com o projeto ético-político ultrapasse um caráter idealizado e adentre as diferentes esferas, sejam elas acadêmicas – cujo impacto está no entendimento no que consiste este projeto e das suas implicações teóricas e políticas – e profissionais, uma vez que suas implicações concretas e factíveis estão no miúdo do cotidiano, no diálogo com os/as usuários/as das políticas sociais com as quais os/as profissionais trabalham, no enfrentamento aos/as gestores dessas políticas, nas lutas pela ampliação dos benefícios e auxílios sociais, na visibilidade das insuficiências culturais, políticas e econômicas cotidianas,

dentre outros. Nessa ótica, precisa-se ser apreensível que o projeto ético-político tem implicações diárias e cotidianas, desde a forma de abordar os/as usuários/as, até que sociedade se defende.

Entender o projeto profissional, única e exclusivamente, como sinônimo de uma outra sociedade – aqui expressa pela socialista ou comunista – torna o projeto esvaziado de seu caráter sócio-histórico, cujas bases de consolidação se dão no tempo presente e com as condições objetivas dispostas na sociedade de classes. Fora isso, a categoria reproduzirá um projeto distante e até idealizado, que justifica a crítica incompreensiva da parcela profissional pós-moderna que o entende infactível e teoricamente militante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Netto (2007 apud BRAZ, 2017, p.309) em seu texto “O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise” menciona que a atual conjuntura é completamente diferente daquela que se constituiu o PEP. Instaura-se uma nova realidade para o Serviço Social e consequentemente para a legitimação do seu projeto ético-político.

O projeto ético-político do Serviço Social é definido através do processo histórico da sociedade, contemplando a formação da massa crítica de profissionais de Serviço Social, mediante o seu direcionamento social e político, estabelecendo as dimensões investigativas e interventivas como um princípio formativo, priorizando a competência técnica, teórica e o compromisso ético-político.

Diante de um contexto marcado pelo neoliberalismo, a partir da década de 1990 com a reestruturação do Estado brasileiro, inaugura-se uma nova conjuntura tensionada pelo avanço do conservadorismo no âmbito da pós-modernidade. Diante dessa problemática é necessário citar dois aspectos que colocam limites ao PEP: o primeiro faz referência a “ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao *trabalho*”; além disso, a ascensão da ideologia neoliberal e a fragilização dos movimentos sociais configuram um cenário de enfraquecimento das possibilidades de um “*projeto societário alternativo ao do capital*” (Braz, 2007, p. 7). O autor destaca que esse fato desencadeou uma grande crise com rebatimentos no Serviço Social e nas demais categorias profissionais e grupos sociais. “Em poucas palavras: *a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional*” (BRAZ, 2007, p. 7, grifos do autor).

O segundo aspecto refere-se ao enfrentamento acerca do conservadorismo no Serviço Social, o qual se relaciona com os “fatores objetivos que incidem sobre as *bases materiais do projeto profissional*. Referimo-nos às condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil” (BRAZ, 2007, p. 7, grifos do autor).

Nessas expressões, há uma preocupação em relação às condições objetivas com que a profissão se efetiva no cenário neoliberal, dentro de um contexto de flexibilizações de vínculos empregatícios, baixos salários e fragmentação das políticas sociais. Segundo Braz (2007), o projeto ético-político pode ter dificuldades para exercer seus princípios no atendimento das demandas mais imediatas que cercam o fazer profissional. “Aqui o projeto profissional corre sério risco”, pois “outras expressões políticas da profissão – de variados tons neoconservadores – mais ou menos organizadas podem ganhar espaço e terreno em meio à degradação das condições de trabalho profissional” (BRAZ, 2007, p. 8).

Para além dessa preocupação, o autor cita duas alternativas para a defesa do projeto ético-político: uma delas está na defesa dos seus princípios, direcionada para a criação de mecanismos políticos, como por exemplo a organização de classe, conforme os desafios vividos atualmente, além da resistência em relação à política neoliberal que se instaura no país. A outra saída está no comprometimento com as dimensões pratico-formativas da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) e por meio de iniciativas políticas na luta social e na criação de frentes de resistência da categoria, utilizando instrumentos legítimos de luta, como o controle social¹⁴.

Braz (2007) também faz referência à qualificação da formação profissional, de modo que sejam superadas as fragmentações na categoria profissional causadas pela desqualificação do ensino à distância e pela mercantilização do ensino superior. Diante disso, é fundamental que a formação profissional seja fortalecida através da perspectiva marxista, para que o projeto ético-político possa se fortalecer, conforme sua direção social.

Nesse sentido, é indispensável à recorrência a tradição marxista e, logicamente, a Marx como fonte para apreender a dinâmica da sociedade capitalista, visto que é imprescindível

¹⁴ A partir das considerações de Correia (2009): “A temática do controle social tomou vulto no Brasil a partir do processo de democratização na década de 80 e, principalmente, com a institucionalização dos mecanismos de participação nas políticas públicas na Constituição de 1988 e nas leis orgânicas posteriores: os Conselhos e as Conferências. Esta participação foi concebida na perspectiva de controle social exercido pelos setores progressistas da sociedade civil sobre as ações do Estado, no sentido desse, cada vez mais, atender aos interesses da maioria da população” (CORREIA, 2009, p. 1).

vel ir além do que está posto superficialmente na vida social por meio de ações burocratizadas e descontínuas que se impõe ao Serviço Social na cena contemporânea, as quais exigem respostas profissionais ainda mais qualificadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAZ, M. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita**, n. 10. CFESS, 2007. p. 5-10.

_____. Notas sobre o projeto ético político do Serviço Social. In: **Assistente Social**: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções (CRESS 7ª região). Rio de Janeiro, 2001.

_____. (org). **José Paulo Netto**. Ensaios de um marxista sem repouso. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 309 a 313.

BEHRING, E. **Brasil em Contra Reforma**. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: DF, 2012.

CORREIA, M. V. C. Controle Social na saúde. In: **Serviço Social e Saúde**: Formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 111-138.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. I. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização, 2004.

KELLER, S. B. A. **A ofensiva do conservadorismo**: serviço social em tempos de crise. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 188 a 205.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Promoção: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) & Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 16ª Região

Realização: Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

OLIVEIRA, E. M. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/23tesesparareforma/>>.

PEREIRA, C. P. **Proteção Social no Capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, p. 88-106, 2009.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, I. Modernidade, pós-modernidade e razão. **Revista Temporalis**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, n.10, jul/dez, p. 11-28, 2006.

CONTRADIÇÃO NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS E ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO A PARTIR DOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Clarice da Costa Carvalhoⁱ
Luana Silva de Azevedoⁱⁱ
Thamires Costa Meirelles dos Santosⁱⁱⁱ

RESUMO: O artigo aborda as perspectivas pedagógicas para o tratamento dos temas referentes ao componente curricular Fundamentos Históricos e Teóricos-metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) através da disciplina FHTMSS I no curso de Serviço Social no campus interiorizado da Universidade Federal Fluminense (UFF) na cidade de Rio das Ostras/RJ. A construção da ideia “um mergulho na realidade Brasileira” passa pela leitura de Yamamoto (1998, 2007), da incorporação do Projeto de Formação Profissional em Serviço Social expresso nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da ABEPSS e pela concepção e defesa da universidade pública - fortalecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão a partir do desenvolvimento de ações que também possibilitam a formação de novos quadros profissionais para a pesquisa e para a docência através do projeto de monitoria. Colocamos em análise a utilização de referências artísticas na construção de abordagem pedagógicas, incluindo obras fílmicas (de ficção e documentários), artes plásticas, produções musicais e literatura. Destacamos a compreensão da realidade brasileira incluindo a leitura de Carolina Maria de Jesus como intelectual negra e intérprete do Brasil.

Palavras-chave: Formação sócio-histórica do Brasil; Serviço Social; Projeto de Formação Profissional; Carolina Maria de Jesus, Monitoria.

CONTRADICTION IN BRAZILIAN SOCIO-HISTORICAL FORMATION: TEACHING EXPERIENCES AND ARTICULATION AMONG EDUCATION-RESEARCH-EXTENSION BASED ON HISTORICAL AND THEORETICAL-METHODOLOGICAL FUNDAMENTALS OF THE PROFESSION

ABSTRACT: The article approaches the pedagogical perspectives for the treatment of themes related to the curriculum component Historical and Theoretical-methodological Social Work (FHTMSS) through the discipline Historical and Theoretical-Methodological Fundamentals of Social Work I in the Social Work course at the interior campus of the Universidade Federal Fluminense (UFF) in the city of Rio das Ostras / RJ. The construction of the idea “A dive into the Brazilian reality” involves reading Yamamoto (1998, 2007), incorporation of the Social Work’s Professional Training Project, from the ABEPSS Curricular Guidelines for the graduation in Social Work and also, to the conception and defense of the public university - strengthening the education-research-extension tripod, based on the development of actions that also enable the formation of new professional staff for research and teaching through the monitoring project. We analyze the use of artistic references in the construction of pedagogical approaches, including film works (fiction and documentaries), visual arts, musical productions and literature. We highlight the understanding of the Brazilian reality including the reading of Carolina Maria de Jesus as black intellectual and interpreter of Brazil.

Keywords: Socio-historical formation of Brazil; Social Work; Professional Formation Project; Carolina Maria de Jesus, Monitoring.

1 INTRODUÇÃO

A disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I (FHTMSS I), tem por objetivo elucidar as protoformas do Serviço Social no Brasil, partindo da análise da profissão especialmente nos aspectos relacionados às relações Estado e classes sociais nos lastros dos anos de 1930 a 1950, particularizando essa processualidade histórica ao cenário brasileiro da época.

Como é amplamente divulgado na produção bibliográfica do Serviço Social, a profissão possui sua gênese no Brasil, claramente articulada aos projetos conservadores hegemônicos no país. A vinculação com as iniciativas formativas oriundas no bojo das organizações católicas, as primeiras experiências profissionais, o campo de recrutamento, a própria origem de classe das pioneiras do Serviço Social e as influências teóricas dos primórdios da profissão entrelaçam-se às iniciativas estatais e patronais, explicitando o rol de processos e relações que caracterizam a raiz conservadora de nossa profissão.

A estratégia pedagógica que temos construído passa pelo debate sobre de como esta raiz conservadora, que marcou as origens do Serviço Social no Brasil, e, didaticamente, pela contraposição expressa pelas iniciativas de contestação e resistência das classes trabalhadoras, visto que o avanço das opressões características da sociabilidade capitalista impactam diretamente nas condições de vida desta classe, materializando-se como expressões da questão social.

Construímos, assim uma abordagem na qual demos destaque às leituras críticas da desigualdade social e pobreza, utilizando recursos literários, documentais e fílmicos atrelados ao clássico estudo de Iamamoto e Carvalho (2015).

Assim, além de outras referências bibliográficas do campo do Serviço Social selecionamos os livros “Diários de Bitita” e “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus, o samba “Re-censeamento”, Crônicas de Lima Barreto, as pinturas “Abapuru” e “Redenção de Nam”; os documentários de Jean Manzon¹ “As favelas vão acabar” e “Nordeste o problema número um²” e entrevistas com pioneiras do Serviço Social brasileiro³.

¹ Jean Manzon, fotógrafo francês radicado no Brasil com destaque em trabalhos de fotojornalismo e produção cinematográfica.

² Os documentários foram produzidos para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), o estudo de Corrêa analisa que havia uma a partir de uma simbiose entre a produção de Manzon e a perspectiva do IPÊS. “Compreendemos a produção dos documentários ipesianos não a partir de um processo de encomenda/prestação de serviço onde o produtor apenas colabora com a formatação das ideias propostas pelos financiadores. Manzon foi o que poderíamos considerar o “publicitário” das ideias defendidas pelo Instituto.” (CORRÊA, 2005, p. 04).

Ao longo do ano de 2019 a experiência da monitoria destacou a produção de material didático de apoio e atendimento aos estudantes da disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I, estando articulada ao Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Serviço Social, trabalho e processos contemporâneos (GPESSC) o que significa a inserção das estudantes-monitoras em pesquisas e elaboração textual voltadas à sistematização dos temas de estudos específicos da disciplina do curso de graduação em Serviço Social e, também, temas relacionados a fim de dinamizar as aulas e a formação das estudantes-monitoras. Dialogando, ainda, com a perspectiva de formação profissional definida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS tratando das particularidades regionais no trato dos conteúdos da formação profissional.

Com o desenvolvimento dos debates suscitados nas orientações de monitoria e no incremento das aulas de FHTMSS I elaboramos e realizamos ações pedagógicas extraclasse denominada “Projeto de Ensino”, também nos inserimos no Grupo de Estudos “Fundamentos do Serviço Social” e, por fim, a partir das elaborações de um grupo de estudantes e das monitoras de FHTMSS I articulamos a criação de um projeto de pesquisa que possa dar maior aprofundamento e mais articulações críticas e fundamentação acadêmica aos textos produzidos com atividades avaliativas da disciplina no semestre 2019.1. O interesse dos estudantes em assistir filmes, séries e documentários citados nas aulas e no projeto de ensino estimulou a criação do Projeto de extensão com esta abordagem: produção fílmica e questão Social no Brasil.

A diversidade de iniciativas converge no objetivo de fortalecer e dinamizar o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social, bem como, possibilitar um rol mais amplo de experiências formativas, sobretudo, pela perspectiva de debates dialogados e construção coletiva dos espaços de estudos.

2 UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA

Para Corrêa (2005, p. 116): “Estruturalmente o filme pode ser dividido em cinco sequências. A primeira caracteriza os personagens que serão apresentados; a segunda destina-se a apresentação dos problemas enfrentados pela região (miséria, seca, mortalidade infantil, emigração, atraso social, etc); a terceira sequência demonstra ações paliativas de combate aos problemas sociais e econômicos (ações públicas e ações privadas, construção de açudes, canais de irrigação, água, etc.); a quarta sequência demonstra exemplos de ações concretas para a solução dos problemas apresentados (instalações industriais, ações de plantio, construção de indústrias, trabalhadores em atividade); e, por fim, a quinta sequência demonstra a paisagem transformada (instalações industriais, grandes áreas plantadas, campos irrigados etc).”

³ Entrevistas acessadas através do projeto Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas”, desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.

ABEPSS⁴

A centralidade da compreensão dos Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social nesta disciplina e no Projeto de Monitoria é elementar e merece destaque, pois foge do que normalmente é posto: um debate branco e eurocêntrico. A partir da problematização desta disciplina em nossa grade curricular, passamos a debater as alternativas para a materialização dos objetivos do projeto de monitoria com referências em bibliografias e recursos fílmicos que partem de uma narrativa europeia acerca dos primórdios do modo de produção capitalista e sobretudo do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão de caráter interventivo, a escolha desses recursos ocorre na maioria das vezes pela influência Belga e Francesa que norteou os estudos do Serviço Social nos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil.

Entendemos que a compreensão dos processos sócio-históricos brasileiros na relação com os fundamentos da profissão é uma abordagem pedagógica mais adequada, mais complexa e mais rica em elementos formativos para os estudantes e as monitoras da disciplina⁵.

Contudo a autoimagem da profissão na particularidade brasileira, possuiu um conjunto de fatores sociais e econômicos específicos e complexos que quando pensados a partir dos recursos bibliográficos, artísticos e fílmicos construídos por pensadores e artistas brasileiros, possibilitam um entendimento ainda mais abrangente e de caráter histórico extremamente significativo. É necessário ressaltar que a proposta deste relato não se fundamenta em desprezar as contribuições da vertente eurocêntrica para o debate e desenvolvimento do Serviço Social na fase do monopólio, mas sim de construir uma análise crítica a utilização exclusiva deste tipo de recurso teórico-metodológico reconhecendo também as possibilidades

⁴ Compreendemos que tal caminho busca sustentação sobretudo nos princípios 1 e 2 das diretrizes curriculares, conforme a elaboração da ABEPSS de 1996: 1 - O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2 - A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. (ABEPSS, 1996)

⁵ De acordo com Yamamoto (1998), faz-se necessário “[...] dar um “mergulho na realidade social do país” (p. 55). A produção de Yamamoto dialoga diretamente com a contemporaneidade numa perspectiva histórica, esta fonte e as orientações das diretrizes curriculares da ABEPSS nos inspiram na busca e construção da articulação entre a profissão e realidade, tomando este desafio como uma tarefa para várias gerações de assistentes sociais. Nos termos da autora: “Pode-se concluir que articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura — com o foco privilegiado na questão social —, não são apenas o *plano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, *em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional”. (YAMAMOTO, 1998, p. 55 grifos da autora).

e potencialidades existentes de estudar e compreender a história da profissão partindo de narrativas brasileiras que por sua vez também foram vítimas do apagamento histórico que marca o período de escravização no Brasil.

3 UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE BRASILEIRA – INTERLOCUÇÕES ARTÍSTICAS, LITERÁRIAS, FÍLMICAS E MUSICAIS.

Este estudo coloca em voga a situação da classe trabalhadora durante a emergência da industrialização, fazendo um recorte na perspectiva da classe trabalhadora negra cujas particularidades estão expressas com centralidade nas obras de Jesus (2014a, 2014b). Então, a partir do diálogo com a análise crítica da realidade brasileira⁶ elaborada por Carolina Maria de Jesus, especialmente em sua obra “Quarto de Despejo”, O título esse que faz analogia a favela enquanto o quarto de despejo da sociedade, onde nos termos de Carvalho (viviam os indivíduos “desajustados das condições normais sociais” (CARVALHO, 2014, p. 147). Buscamos, ainda articular o debate sobre a emergência da profissão no Brasil, considerando que há muitas especificidades no debate sobre “questão social”, conforme apresenta Carvalho (2014):

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (CARVALHO, 2014, p. 133)

O “não-lugar” dos negros no processo de industrialização e complexificação da economia brasileira também impõe a marca do racismo nas expressões da questão social. Carvalho (2014), o novo elemento em que se constituiu a política social desenvolvida por Getúlio Vargas⁷ esteve vinculada a uma estrutura corporativista, elemento que, supostamente, impediria o conflito de interesses entre os trabalhadores e os patrões. Neste período a

⁶ “Um sapateiro perguntou se meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele me disse que não é aconselhável escrever a realidade.” (Jesus, 2014b, p. 108).

⁷ Alguns autores chamaram este período de Era Vargas, pois este projeto político foi coordenado pelo líder Getúlio Vargas, que foi o presidente da república de 1930 a 1945.

legislação social é revista e ampliada - jornada de trabalho de 8 horas, menores, mulheres, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho, etc. - projetando-se sua aplicação generalizada nos meios urbanos. No projeto político de Vargas aparecerá explicitamente a proteção aos trabalhadores para a obtenção da “harmonia social”, com o intuito de controlar a articulação coletiva dos operários que vinha ganhando força desde o início do século XX, que foi um fator central na politização da classe, para garantir a expansão da acumulação pela intensificação da exploração da força de trabalho.

O perfil da população operária que residia nos centros urbanos era majoritariamente composto por imigrantes, que após o fim do modelo agroexportador, foi a saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava no Brasil⁸, na promessa de uma terra fértil e com terras baratas, camponeses pobres vieram da Europa. O autor Darcy Ribeiro vai pontuar, com base na sua pesquisa histórica apresentada na obra “O povo brasileiro”, indica que o número de migrantes europeus praticamente coincide com o número da última estatística de trabalhadores escravizados.

Os trabalhadores negros escravizados são libertos em 1888, oficialmente, pois anteriormente ao sancionamento da lei áurea muitos negros já se organizavam em quilombos, tinham suas alforrias compradas por movimentos abolicionistas, a lei é um registro normativo da libertação dos escravos, pois era um processo que já vinha ocorrendo. Para Stédile (2015)

Com a libertação dos trabalhadores escravizados – ‘oficializada pela Lei Áurea, de 1888’ – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. E, pela lei de terras, eles foram impedidos de se apossar de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início às favelas. A lei de terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras (p.24).

⁸ A população geral também apresentava um decréscimo contínuo da quantidade de negros: “Pelo censo de 1872, os negros (pretos e mulatos) correspondiam a 37,2% da população da cidade de São Paulo. Já em 1893, o percentual era de 11,1% e, pelas estimativas de 1934, esse percentual declinava para 8,5%. Portanto, o desaparecimento do negro, ou branqueamento da população era um dos fenômenos estatísticos mais evidentes do quadro racial de São Paulo.” (DOMINGUES, 2002, p. 566)

Numa sociedade estruturada pelo colonialismo e pelo racismo, a classe trabalhadora negra não foi englobada aos postos de trabalho nas fábricas industriais como os imigrantes, ficando à margem da sociedade. A autora Carolina Maria de Jesus narra que a população da favela era composta majoritariamente por negros e *nortistas* que vinham da zona rural do país para a cidade de São Paulo, em busca de melhores condições de vida, local onde a reprodução da lógica escravocrata ainda era muito latente e muitos dos migrantes eram trabalhadores braçais nas fazendas, sendo remunerados com moradia e alimentação ou com salários miseráveis.

Por falar em contribuições e apagamento histórico, como uma das proposta bibliográfica do Projeto de Monitoria está a leitura crítica dos livros: “Quarto de despejo” e “Diário de Bitita” da grande escritora negra Carolina Maria de Jesus, duas referências bibliográficas de suma importância para se pensar a questão social e seus rebatimentos no início do século XX. Como dito anteriormente a disciplina de FHTMSS I tem por objetivo o estudo das relações entre o Estado e as classes sociais no contexto e processo histórico no qual se situa o surgimento do Serviço Social pensando a partir da particularidade brasileira e do caminho teórico-metodológico escolhido tratamos das análises de Carolina Maria de Jesus no seu “Diário de Bitita”, obra na qual descreve as condições de vida em que a população negra estava inserida, ainda com fortes resquícios da escravização poucos foram os negros que conseguiram migrar dos interiores para os grandes polos industriais, a autora em diversos trechos conta como o trabalho fabril na então capital Rio de Janeiro e sobretudo na vislumbrada cidade de São Paulo era o sonho de ascensão de muitos negros que ainda viviam em condições muito similares à da escravização no campo.

Alguns trechos contidos em “Diário de Bitita”, elucidam o que representava a possibilidade de estar no cerne da industrialização para a população negra: “*Os patrões decidiram visitar São Paulo [...] Quando regressaram, falavam do progresso da cidade industrial*” (JESUS, 2014a, p.177), entre os diversos capítulos que narram a idealização negra em se tornar parte da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos e as reais condições objetivas que impediam isto, o livro termina com o desejo da autora sendo realizado e o tom da esperança de ascensão em seus escritos:

Até que enfim eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam-se como se fossem para o céu (...) quando cheguei à capital, gostei da cidade, porque São Paulo é o eixo do Brasil. É a espinha dorsal do país. Quantos políticos! Que cidade progressista. São Paulo deve ser o figurino que este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros. Rezava agradecendo a Deus e pedindo-lhe proteção. Quem sabe ia conseguir

meios para comprar uma casinha e viver o resto de meus dias com tranquilidade. (JESUS, 2014b, p. 205-206)

Torna-se evidente que a massa operária usuária do Serviço Social no início do século XX era composta majoritariamente pela mão de obra imigrante, haja vista que muitos dos negros nem sequer podiam frequentar escolas, tão pouco eram considerados dignos para receber salários pelo trabalho braçal que desempenhavam, fazia parte de uma minoria os que conseguiam subsídios para migrar para os polos industriais. Em outros trechos é nítido que os imigrantes de origem europeia, ainda que imigrantes que como sabido também fora uma das mãos de obra mais exploradas no país, possuíam mais oportunidades do que a população negra, oportunidades essas estritamente ligada ao legado deixado pelo período escravocrata com relação aos negros no Brasil⁹

Os recursos artísticos e visuais produzidos por artistas brasileiros na época também retratam o operário ainda no século do XX, o famoso quadro “*Abaporu*”, 1928 de Tarsila do Amaral traduz o trabalhador rural do início do século e como ele era visto pelo sistema que estava se consolidando: com pernas e braços enormes e uma cabeça minúscula, a figura de um homem negro significa a supervalorização da força braçal e o desprezo do intelecto, condição na qual era fadado o trabalhador negro a viver no exílio do campo.

É posto, como possível saída para um destino pré-estabelecido pela escravização (no que se diz respeito a possibilidades de ascensão social), o embranquecimento da população. Processo retratado artisticamente, ainda no século XIX, pelo pintor espanhol Modesto Brocos em 1895, que através da obra nomeada “*A redenção de Cam*” evidenciou no processo de embranquecimento da população negra (alcançado por meio da mistura das raças e etnias) a esperança de mudança do perfil racial no país¹⁰.

⁹ “O Brasil abria imigração para a Itália. Íamos receber seis mil italianos, dois mil iam para São Paulo, dois mil para o Rio Grande do Sul, um mil para o Rio de Janeiro, um mil para o estado de Minas Gerais.” “[...] Os italianos, de colonos, foram transformando-se em fazendeiros, compravam áreas nas grandes cidades. Construíram casas para alugá-las, vilas. E mandavam nas cidades, e viviam com os rendimentos dos aluguéis. Os italianos construíam padarias, lojas e não faltava trabalho.” (JESUS, 2014, p. 44-46)

¹⁰ Este elemento estético também pode ser discutido a partir do documentário “Nordeste problema número um”, segundo Corrêa “O segundo ponto está associado à sua representação estética. Nas seqüências anteriores o porte físico dos personagens que serviam com representantes do nordestino eram sempre associados à paisagem da qual tomavam parte. Filmados sob o sol, acentuavam-se as marcas em seus rostos, ressaltando os contrastes claro-escuro e contribuindo para torná-los ainda mais taciturnos. A partir de sua associação ao elemento de fecundidade água, sua constituição física é diferenciada; evidenciando a marca que o discurso fílmico estabelece entre a situação anterior de miséria e fome e a ação de transformação contida nas propostas do IPÊS para a região. Dessa forma, se nas seqüências anteriores o nordestino era caracterizado segundo a paisagem da qual emergia, a partir deste momento ele é apresentado com outras características: é **branco, robusto e possui um semblante diferenciado**. (2005, p.118-119 *grifos nossos*).

A classe trabalhadora não pode ser representada em hipótese alguma de forma homogênea, ao contrário a heterogeneidade da classe é um fator de suma importância na compreensão das multicausalidades presentes em uma camada tão potente e significativa; entretanto no início do século passado como exemplificado anteriormente, esta classe ainda que diversa possuía em sua maioria a mão de obra do imigrante europeu, esses por sua vez foram os primeiros usuários dos serviços sociais e da intervenção das pioneiras do Serviço Social na época. Entendemos, que, particularizando e utilizando outras narrativas podemos articular de forma mais abrangente e potencializadora determinados eixos sócio-históricos que permearam a institucionalização do Serviço Social no Brasil, de outro modo não haveria como saber que a massa de trabalhadores negros só passa a adensar em maior número no trabalho fabril alguns anos após o capitalismo industrial iniciar de fato seu desenvolvimento.

Em um trecho marcante do livro “Quarto de Despejo”, Carolina conta que foi ao sapateiro pagar um serviço e durante o processo conversou com outro negro que estava lendo um jornal, que relatou sua revolta com um guarda civil branco que espancou um rapaz negro e o amarrou numa árvore. Durante a narrativa, a autora afirma que há certos brancos que transformam negros em *bode expiatório* e indaga, *quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?* (JESUS, 2014b, p.108).

As condições de moradia na Favela do Canindé eram extremamente insalubres, a autora relata que, os locais de moradia eram barracos, cobertos de barro e o ambiente sem saneamento básico acarretava uma maior incidência de diversas doenças infectocontagiosas, como tuberculose ou parasitoses. Carolina Maria de Jesus faz uma analogia ao comparar a vida na favela a um quarto de despejo, não considerando as condições daquele espaço enquanto dignos de moradia para um indivíduo, e a cidade a uma sala de visita, *“com lustres de cristal, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim”* (JESUS, 2014b, p.37).

Durante o diário, a autora narra algumas experiências com uma profissional do Serviço Social, e em uma das menções conta que procurou assistência no ano de 1957, quando ficou doente com o objetivo de solicitar auxílio na alimentação dos seus filhos, foi até o Palácio dos Bandeirantes onde foi encaminhada para a sede que ficava na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, onde novamente foi encaminhada para o Serviço Social da Santa Casa, chegando lá conta que falou com a Dona Maria Aparecida, que ouviu suas demandas, fez algumas colocações, mas não deu nenhuma resposta material.

O autor Raul de Carvalho disserta sobre a prática profissional dos Assistentes Sociais a partir da década de 1930, com o aprofundamento do capitalismo:

Para o Serviço Social, a partir de outro prisma, as demandas da população-cliente também não são vistas como direitos, mas como manifestações de carências. O atendimento, especialmente a distribuição de auxílios materiais, se faz acompanhar de uma pressão moral que tem por horizonte impedir as acomodações e afirmar a ausência de alternativas fora de um comportamento “racional e equilibrado”, integrado à ordem vigente. Partindo da noção de que todos poderiam obter um mínimo de bem-estar que aquela ordem lhes reservaria, as situações de dependência, ao mesmo tempo que alimentadas, são caracterizadas a partir de critérios morais. E às doses homeopáticas de auxílios materiais se acrescenta um volume desproporcional de controle e inculcação ideológica (CARVALHO, 2014, p.319).

Contextualizando que população negra, diferentemente dos imigrantes, são historicamente desumanizados, como a autora descreve em trechos longo da obra¹¹. O dia 13 de maio (dia da abolição da escravatura no Brasil) de 1958, Carolina vai dizer que “*Eu lutava contra a escravatura atual - a fome*” (JESUS, 2014b, p.32).

A obra de Carolina Maria de Jesus ilustra a ausência estatal na Favela do Canindé, onde os políticos só iam em época eleitoral para angariar votos, em contrapartida a Igreja era a única instituição que se inseria neste espaço. Em um dos relatos sobre seu cotidiano Carolina destaca “*Hoje o Frei veio rezar a missa na favela. Ele pois nome na favela de Bairro do Rosário. Vem várias pessoas ouvir a missa. No sermão o padre pede ao povo para não roubar*” (JESUS, 2014b, p.162).” A Igreja cumpria um papel conciliador em busca de obter a harmonia social entre as classes¹².

¹¹ “Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sobre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao proplado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar os olhos dos pobres. Com é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem é saber os nomes e os endereços dos pobres.

Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para sede da Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que é niponico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

– Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida brigadeiro Luís Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções.

– Prende ela!

Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe:

– Eu sou pobre, porisso é que vim aqui.

Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantropico de São Paulo que está fantasiado de são Vicente de Paula. E disse:

– Chama um carro de preso!” (JESUS, 2014b, p. 42)

¹² A moralização do modo de vidas dos pobres e a indicação dos valores religiosos do catolicismo também podem ser identificados nas normas morais criadas pela Fundação Leão XIII para os moradores da Favela do Pinto no Rio de Janeiro: “1) Palavra de homem é uma só; 2) Ajude seu vizinho; 3) Bater em mulher é covardia; 4) Sem exemplo não se educa; 5) Homem que é homem não bebe até perder a cabeça; 6) Jogo, só futebol; 7) Difícil não

Durante a narrativa da autora é possível identificar que pairava uma continuidade da colonização cristã, em um trecho da obra Carolina relata que *“As enfermeiras do Frei Luiz que vem curar as chagas dos favelados estão chegando, e em seguida conta que elas estão ensinando às crianças a rezar (JESUS, 2014b, p.92).”*

Em outro momento, a autora reflete sobre a vida atribulada, pensando nas palavras do Frei Luiz que lhes diz para serem humildes. Refletindo sobre esta fala, Carolina escreve *“se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, ai eu queria ver se o Frei Luiz era humilde. Diz que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. Se o Frei visse os seus filhos comendo gêneros deteriorados, comidos pelos corvos e ratos, havia revoltar-se, porque a revolta surge das agruras (JESUS, 2014b, p.86).”*

No documentário “Nordeste o problema número um” são tratados vários temas pertinentes ao enfrentamento da questão social, particularmente pelo Estado brasileiro e pelas iniciativas patronais. As frentes de trabalho são apresentadas em tom ufanista como grande possibilidade de mudança para a população. Novamente as imagens são impactantes, uma grande quantidade de trabalhadores em filas, aguardando atendimento, trabalhando. A sequência é finalizada com a frase: “Quem dá trabalho ao homem nordestino, ajuda a redimir a região”, contudo não há a perspectiva de *dar* trabalho aos nordestinos, uma vez que o próprio documentário informa que havia isenção de 50% do imposto de renda para as empresas que investissem no nordeste, além das iniciativas de crédito que deveriam atuar na perspectiva de minimizar o sofrimento dos trabalhadoras, mas que, se constituía como investimento para os industriais.

Com intuito de trazer uma imagem brutalizada do sertão, reforçando suas características e livrando-se de discussões de origens, essas sequências buscam representar o que havia de mais brutal na paisagem nordestina: a seca. O superenquadramento da imagem da mulher caminhando, tendo ao fundo uma árvore ressequida, busca nos apresentar uma realidade não construída; uma imagem retirada do real. Ora, se esse plano ratifica a paisagem brutalizada do sertão, o seguinte reforça o argumento de como essa paisagem age sobre sua população. Com a “fome assumindo o comando” esse plano vai se fundir com as imagens do cortejo fúnebre. Apesar de a relação entre seca/fome/morte apresentar um argumento comum, há de se

é m andar nos outros: é mandar na gente; 8) Comunismo não resolve; 9) Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação; 10) **Sem Deus não somos nada.**” (Apud, Simões, 2008, p. 165). Para as mulheres as orientações indicavam: “1) Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita; 2) Quando um não quer, dois não brigam; 3) Anjo da paz e não demônio de intriga; 4) Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo; 5) Se o marido faltar, seja mãe e seja pai; 6) Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada; 7) Seja liga com os educadores de seu filho; 8) Não seja do contra: com jeito se vai à lua; 9) Nada mais triste do que mulher que degenera; 10) **Mulher sem religião é pior que homem ateu.**” (idem, p. 166). E para as crianças, o Código dos pequeninos de São Cosme Damião; “1) Nem covarde, nem comprador de briga; 2) Desgosto aos pais, jamais; 3) Antes só do que mal acompanhado; 4) O que suja mão é pegar no alheio; 5) Menino de bem não diz palavrão; 6) Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem; 7) Não minta nem que o mundo se acabe; 8) Delicadeza cabe em qualquer lugar; 9) Quem não aproveita a escola se arrepende o resto da vida; 10) **Quem não reza é bicho.**” (idem, p. 166).

considerar o intento dessas imagens como vinculadas ao próprio posicionamento político-econômico do IPÊS em relação à sua atuação e/ou posicionamento sobre o Nordeste.

Ora, após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1958, a região se tornou, pelo menos potencialmente, um campo propício para a implementação de novos parques industriais. Mão-de-obra barata, financiamento governamental, associada à ideia de ação social por parte das indústrias no auxílio ao “flagelo” das secas, abriram um campo excepcional aos interesses financeiros (CORRÊA, 2005, p. 116).

A ênfase de uma perspectiva elitizada que reforça o estereótipo de falência social presente na linguagem do documentário fica evidenciada pela própria origem da produção – o discurso empresarial do IPÊS, que por razões óbvias não menciona as mobilizações de resistências engendradas pelos trabalhadores nordestinos, como as ligas camponesas, por exemplo. De acordo com Löwy “*o que acontece na América Latina é que, a partir dos fins dos anos 50, o desenvolvimento do capitalismo atingiu um grau tal que há uma espécie de intensificação de todos os conflitos sociais, que vão se tornando muito mais agudos.*” (1988, p.148). No entanto, o posicionamento ideológico fica explícito na menção articulada de três aspectos – a associação à água ao que é viçoso, transformador, simbolicamente associado à fecundidade em contraposição à seca, à pobreza, sinteticamente, a oposição ao ciclo de vida/morte; o segundo ponto é a representação estética (vide nota n. 4) e, por fim, é ação de trabalho em contraposição à passividade, associando o nordestino à uma atitude indolente “[...] *em relação a sua própria terra, aqui o personagem realiza uma ação direta sobre seu próprio meio [...]. Essa sequência edifica a imagem de um trabalhador ativo, laborioso, que se opõe às imagens anteriores.*” (p.119)

O Documentário também destaca que as condições de trabalho da massa de nordestinos são as mais precárias e mal remuneradas. São apresentadas as dificuldades da agricultura e indicada a necessidade de crédito agrícola *supervisionado*. “*A vida nordestina é elementar, áspera, fechada em si mesma, sem qualquer perspectiva de progresso social.*” (MANZON, 1963).

a maneira como o filme estabelece dois momentos distintos à imagem do nordestino ratifica um discurso cuja preocupação se centrava na necessidade de estabelecer uma imagem que deveria prescindir de qualquer aproximação com ideais comunistas / socialistas. No cerne dessa caracterização atribuída por *Nordeste problema número um*, está a preocupação do grupo em se descaracterizar a ação das Ligas Camponesas que surge como um dos mais importantes movimentos sociais na década de 1960. (CORRÊA, 2015, p. 120).

A mortalidade nordestina é apresentada como algo alarmante, chegando ao índice de 70% antes de um ano de idade – a cena que expõe esta realidade é, particularmente impactante – um grupo de crianças a carregar um caixão aberto com uma criança morta. Para Corrêa:

A linguagem utilizada no documentário é praticamente institucional, alterando os tons de culpabilização da população e sua ignorância, ausência de perspectivas que impõe a migração para outras regiões do país.

Os documentários foram produzidos em 1963, serão utilizados nas aulas finais da disciplina ajudam a problematizar a realidade sócio-histórica brasileira a partir dos anos 1950 e, daí, construímos o debate sobre os rumos do Serviço Social e dos fundamentos da profissão no contexto do desenvolvimentismo, sobretudo pela inserção das assistentes sociais em iniciativas/ações estatais e pela incorporação do desenvolvimento de comunidade, inclusive como técnica de intervenção profissional.

Ainda vigorava no Serviço Social brasileiro, leituras conservadoras e o registro do documentário ajuda a identificar este perfil profissional, na fala do narrador do documentário – um trabalhador brasileiro: “[...] *duas moças bem vestidas chegavam à favela, e, foi a partir daquele momento que a favela começou a ficar diferente, com as pioneiras sociais, as famílias dos barracos começaram a encontrar compreensão, ajuda e simpatia. Um milagre estava acontecendo.*” (Manzon, 1963b).

A partir daí o documentário “As favelas vão acabar” enfatiza as iniciativas da Fundação Leão XIII como a realização de um sonho através do sorteio de lotes para construção de casas, já que todos sonhavam “com uma casinha bonitinha”, “um chuveiro jorrando água é um milagre” e que um homem que ama o trabalho é “um homem feliz, que crê no futuro” expressando os fundamentos moralistas - travestidas de intervenção técnica - que nortearam as ações profissionais das assistente sociais até os anos 1960 no Brasil¹³.

O Documentário apresenta alguns dados relevantes sobre as políticas de habitação voltadas para a perspectiva era de total extinção das favelas no estado da Guanabara. Explicitando como parte das parcerias com a Aliança para o progresso e Banco Interamericano. Apresenta o

¹³ Entre os elementos que expressam a moralização das expressões da questão social e do modo de viver da classe trabalhadora temos os códigos de normas morais. Os assistentes sociais eram o profissionais mobilizados para o acompanhamento sistemático através de visitas constantes e intervenções técnicas que buscavam assegurar a recuperação do homem da favela, conforme explicita o relatório “Como Trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatório de 1947 a 1954”: “Esse trabalho de recuperação do homem da favela é feito pela ação da presença cristã, do bom conselho, do bom exemplo, da boa palavra, da educação, da recreação, da profilaxia material e moral, da assistência médica, do Serviço Social e é realizado, dia a dia, pelos Centros de Ação Social, célula de base de toda essa ação social e que, para bem realizarem os seus propósitos, são localizados no próprio coração das favelas, abertos das 7 da manhã às 22 horas a todos que de seu amparo necessitam.” *Apud*: 1955: 10.

número de construção de 10 mil casas no ano no estado da Guanabara, que eram financiadas para os trabalhadores - 15% do salário mínimo em 10 anos – evidenciando que o que de fato ocorria era a aquisição de moradias pelo endividamento dos trabalhadores. Naquela época existiam 200 favelas no Rio de Janeiro, na qual vivem cerca de 1 milhão de pessoas. E o narrador reforçava que “A favela só tem poesia nas letras do samba [...] a não ser que pode fazer poesia da miséria, do desgosto absoluto, da desgraça dos seres humanos” (Manzon, 1963b). E é justamente um samba que utilizamos para discutir a realidade dos favelados por outro ângulo de análise.

O Samba Recenseamento¹⁴ traz uma crítica da relação Estado/classes sociais a partir do relato de uma situação do cotidiano dos pobres, o tom apresentado como a abordar do recenseador – que podemos compreender como materialização das ações do Estado – apresenta uma determinada leitura sobre os favelados:

Não podemos esquecer que a utilização de um texto em discurso indireto supõe menor fidelidade ao texto original por pressupor uma interpretação daquele que reproduz o discurso em forma indireta, o que neste caso também acarreta uma ênfase na dúvida da pergunta levantada. Pensando na provável pergunta em discurso direto, realizada sem pronomes interrogativos, nos deparamos com a instauração do implícito de que o moreno não é decente. Esse implícito é salientado pelo emprego da disjuntiva “ou” que denota uma perspectiva onde trabalho e folia não são compatíveis, onde a presença de um necessariamente exclui o outro. Ademais, vê-se por meio da sequência lógica construída que o fato da mulher não ser legalmente casada e ser uma mãe solteira, gera imediatamente o questionamento do caráter de trabalhador do seu companheiro. Ou seja, aquele que não se enquadra em um dos aspectos dos ideais de cidadão do Estado potencialmente não se enquadrará tampouco nos demais. Neste caso, não tendo a personagem-narradora uma família ideal, tampouco teria um companheiro trabalhador. (p. 06).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou as articulações entre o ensino, através da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I, com a iniciação à docência através do Projeto de Monitoria “Raiz conservadora e contradição na formação

¹⁴ Segue a letra completa do samba de Assis Valente: “Em 1940/ lá no morro começaram o recenseamento/ E o agente recenseador/ esmiuçou a minha vida/ que foi um horror/ E quando viu a minha mão sem aliança/ encarou para a criança/ que no chão dormia/ E perguntou se meu moreno era decente/ se era do batente ou se era da folia// Obediente como a tudo que é da lei/ fiquei logo sossegada e falei então:/ O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro,/ é o que sai com a bandeira do seu batalhão!/ A nossa casa não tem nada de grandeza/ nós vivemos na fatura sem dever tostão/ Tem um pandeiro, um cavaquinho, um tamborim/ um reco-reco, uma cuíca e um violão// Fiquei pensando e comecei a descrever/ tudo, tudo de valor/ que meu Brasil me deu/ Um céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo/ um pano verde e amarelo/ Tudo isso é meu!/ Tem feriado que pra mim vale fortuna/ a Retirada da Laguna vale um cabedal!/ Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia/ um conjunto de harmonia que não tem rival.”

sócio-histórica brasileira”, também compôs as ações articuladas do GEPESSC o projeto de ensino “Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social – Estudos Literatura, produção fílmica e musical – experiências pedagógicas a partir da Diretrizes Curriculares da ABEPSS” espaço de debate e construção de análises utilizando outros recursos e potencializando os estudos das referências bibliográficas indicadas na disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I.

A partir das questões trabalhadas e das potencialidades identificadas nas articulações que estavam construindo elaboramos para o próximo ano a criação de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido no ano de 2020 “Pionerismos no Serviço Social – mulheres, raça, classe nos primórdios da profissão¹⁵”, buscando recuperar registros históricos que expressem as falas das pioneiras e os ‘vazios’ nos registros profissionais daquele contexto.

Tratamos como eixo de análise a referência central aos estudos de Iamamoto e Carvalho (2015), identificando a centralidade do *caráter contraditório do serviço social*, para a construção dos estudos, pesquisas e atividades didático-pedagógicas formativas.

Nossos objetivos também abarcam a criação de um projeto de extensão que, a partir de exibições fílmicas e de rodas de conversa voltadas para estudantes de Serviço Social e demais cursos de graduação da campus, a população do entorno e os estudos do ensino médio da rede pública, fortalecendo iniciativas de interlocução que tem sido potencializadas no último ano, através do UFF de portas abertas e da parceria com os trabalhadores da biblioteca do campus em atividades abertas à população.

O projeto de extensão terá centralidade na produção fílmica brasileira e na realização de rodas de conversa que tragam reflexões sobre os temas e conteúdos de estudos da disciplina de FHTMSSI, tais como relações Estado-classes sociais, autoritarismo, pensamento conservador no Brasil, relações de sexo (gênero); divisão social, técnica e racial do trabalho no Brasil, influências doutrinária, filosóficas e técnicas do serviço Social no Brasil (1930-1950) por isso todas estas ações perpassam o grupo de pesquisas GEPESSC e também buscam fortalecer também o grupo de estudos “Fundamentos do Serviço Social”, estimulando a participação dos estudantes e dinamizando a formação universitária.

Nosso enfoque prioriza a junção de um conhecimento particular da sociabilidade brasileira do início do século XX, conhecimento esse que engloba o estudo e a análise de questões que vão além das referências já consagradas literatura profissional, como as Franco-Belgas e

¹⁵ Título provisório.

estadunidense, que são de suma importância para se compreender o Serviço Social e suas protoformas em uma realidade dinâmica e complexa como a realidade brasileira, mas que, conforme indica Carvalho (2014, p. 23): “[...] esse enfoque aparece como insuficiente para definir marcos cronológicos do Serviço Social a partir do movimento mais amplo que lhe dá origem”. Além da utilização recursos alternativos, que muitas vezes são invisibilizados no meio acadêmico, sobretudo por se tratar de produções femininas; o Projeto de Monitoria da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, tem feito o convite a pensarmos questões que englobam gênero, raça e classe e percebermos que essas categorias estão muito mais presentes nos primórdios da profissão do que antes parecera. A linguagem irônica do samba recenseamento¹⁶ possibilita este diálogo com leituras e registros populares e ampliação de referências no debate acadêmico, incluindo aí outros saberes. Esta abordagem também nos inspira na construção de mais articulações didáticas que se valham destas potencialidades.

Por fim, identificamos que, para além da ementa proposta para a disciplina, a construção de espaços pedagógicos mais coletivos, enriquecidos pelo Projeto de Monitoria, Projeto de Ensino, atividades de pesquisa e ações de extensão universitária, permitem uma ampla análise sobre os múltiplos fatores que incidiram na realidade social e econômica do referido período histórico. Trata-se de um convite para mergulhar na diversidade literária e outras ferramentas de aprendizado que quando juntas reconfiguram a compreensão de um assunto que antes parecera tão pontual e singular, sobretudo no que se refere à contraposição expressa pelas iniciativas de contestação e resistência das classes trabalhadoras às iniciativas de contenção e repressão típicas do Estado Burguês. É no bojo da análise de um processo/período histórico repleto de particularidades e complexidade, que o entendimento acerca das bases que corroboraram para a institucionalização do Serviço Social enquanto profissão ganham forma.

¹⁶ “Segue-se uma enumeração constituída pelos elementos da natureza “céu azul” e pelo “Pão de Açúcar”, um dos mais conhecidos cartões postais da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, mas empregado de forma irônica devido à adjetivação “sem farelo”. Soma-se a essa primeira enumeração uma nova menção à bandeira, porém, desta vez, de forma respectiva (“um pano verde e amarelo”). Todos esses elementos constroem de forma polêmica um interdiscurso com a própria imagem da bandeira nacional, cuja seleção de cores é comumente justificada pela relação dessas com elementos da natureza: o verde das matas, o azul do céu, o amarelo do ouro. Tal imagem está em consonância com o chamado “verdeamarelismo” “elaborado durante anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” (CHAUI, 1996, p. 32), criado pelos proprietários de terra e calçado “no otimismo da exaltação da Natureza e do “tipo nacional pacífico e ordeiro” (op. cit., p. 34). Após a mencionada enumeração, emprega-se o verso exclamativo “Tudo isso é meu!” que, na interpretação de Carmen Miranda, é enfatizado, o que salienta o tom irônico das mencionadas dádivas do país.” (MENEZES, 2010, p. 08)

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, R. de. Aspectos da história do Serviço Social no Brasil. In: IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. SP: Cortez/CELATS, 2014.
- CORRÊA, M. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS (1962/1963). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes Campinas, SP, 2005.
- DOMINGUES, P. J. Negros de almas brancas? Uma ideologia de branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estud. Agro-asiáti.* Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 2002.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. SP: Cortez/CELATS, 2014.
- JESUS, C. M. de. Diários de Bitita. São Paulo: SESI-SP editora, 2014a.
- JESUS, C. M. de. Quarto de Despejo. 10ª edição. São Paulo. Editora Ática, 2014b.
- LÖWY, M. A Crítica Romântica da Civilização Capitalista e sua Relação com a Cultura Católica. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 28, 1988.
- MANZON, J. Nordeste problema número um. Doc. 1963a.
- MANZON, J. As favelas vão acabar. Doc. 1963b.
- MARTINELLI, M.L. Serviço Social: rompendo com a alienação. In: Serviço Social – Identidade e Alienação. 9a ed. São Paulo: Cortez: 2005.
- MENEZES, A. dos S. Pipistrela e Recenseamento: o embate entre vozes marginais e disciplinadoras nas letras de tango e de samba. *Anais do I CIPLOM: Foz do Iguaçu - Brasil*, de 19 a 22 de outubro de 2010.
- CASTRO, M. M. História do serviço social na América Latina. SP: Cortez/CELATS, 1993.
- STÉDILE, J.P. (org.). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular: 2005.
- SIMÕES, S. S. “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro” / Soraya Silveira Simões. – Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008.

ⁱ Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Graduada em Serviço Social pela UFJF. Profa. Adjunta 2 do Curso de Serviço Social UFF/Campus Universitário de Rio das Ostras. E-mail: clarice.costacarvalho@gmail.com.

ⁱⁱ Graduada em Serviço Social pela UFF/RO. Discente do Curso de Serviço Social UFF/Campus Universitário de Rio das Ostras. E-mail: luanasilvadeazevedo@gmail.com.

ⁱⁱⁱ Graduada em Serviço Social pela UFF/RO. Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social ESS/UFRJ/Mestrado. E-mail: thamiresmrlls@gmail.com.

